

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

THIAGO TEIXEIRA SABATINE

**Só as fortes sobrevivem! Envelhecimento, experiências geracionais e
relacionamento entre travestis mais velhas e mais jovens**

Versão corrigida

São Paulo
2017

THIAGO TEIXEIRA SABATINE

Só as fortes sobrevivem! Envelhecimento, experiências geracionais e relacionamento entre travestis mais velhas e mais jovens

Versão corrigida

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Assis Simões



De acordo:

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S113s Sabatine, Thiago Teixeira
Só as fortes sobrevivem! Envelhecimento,
experiências geracionais e relacionamento entre
travestis mais velhas e mais jovens / Thiago
Teixeira Sabatine ; orientador Júlio Assis Simões. -
São Paulo, 2017.
200 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Antropologia. Área de concentração:
Antropologia Social.

1. travestis. 2. envelhecimento. 3. gênero. 4.
sexualidade. 5. saúde. I. Simões, Júlio Assis,
orient. II. Título.

SABATINE, Thiago Teixeira. **Só as fortes sobrevivem! Envelhecimento, experiências geracionais e relacionamento entre travestis mais velhas e mais jovens.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Social (Antropologia Social).

Banca Examinadora

Prof. Dr. Júlio Assis Simões
(Orientador/Docente - USP)

Profa. Dra. Guita Grin Debert
(Docente - UNICAMP)

Profa. Dra. Heloísa Buarque de Almeida
(Docente - USP)

Prof. Dr. Jorge Leite Júnior
(Docente- UFSCar)

Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza
(Docente - UNESP-Marília)

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos anos de trabalho de pesquisa desta tese, com todas as hesitações e inquietudes que acompanham esse ofício, estive em companhia de pessoas que me fizeram grandes favores, seja dedicando-se à leitura, trocando ideias, mostrando direções e caminhos a percorrer no vasto território do conhecimento, seja proporcionando o apoio, o incentivo, a força e o afago de um ombro amigo.

Sou muito grato ao meu orientador Júlio Assis Simões, pelo sólido apoio e pela aposta de me acolher no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. Deixo registrado minha imensa admiração pela pessoa brilhante e intelectual generoso que ele é.

Agradeço as sugestões, as críticas e os diversos comentários de inestimável valor das professoras Heloísa Buarque de Almeida e Larissa Pelúcio durante a qualificação da tese e também pelos outros vários momentos de parceria e estudo que pude vivenciar com elas.

Deixo registrado minha honra e alegria de poder contar com a apreciação, na banca examinadora da presente tese, de pesquisadores engajados e fundamentais, como Guita Grin Debert e Jorge Leite Júnior.

Ao professor Luís Antônio Francisco de Souza, sou imensamente grato pelo apoio, amizade e por ensinar que fazer pesquisa é um desafio apaixonante. Tive o privilégio de poder contar com ele desde os primeiros passos na vida acadêmica. Simplesmente, sem seu apoio, não teria chegado aqui! Na figura do professor Luís Antônio Francisco de Souza, agradeço aos professores da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília, onde originei meus estudos nas Ciências Sociais.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Departamento de Antropologia da USP, pelo acolhimento e ensinamentos fundamentais para meu crescimento intelectual.

Aos colegas do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença – NUMAS, pelas várias discussões acadêmicas proporcionadas ao longo do doutorado. Agradeço à Jacqueline Moraes Teixeira, que sempre foi atenciosa e prestativa, socorrendo-me em meio às intempéries da vida acadêmica, especialmente no que diz respeito às discussões e definições sobre a vida discente. Na figura dela, agradeço aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP.

Ao meu amigo Paulo Lúcio, companheiro de tantos projetos e com quem também se pode contar nos momentos difíceis! Na figura dele, estendo meus agradecimentos aos funcionários do Programa Previne Marília e aos ativistas da Associação de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais da Cidade de Marília.

Aos amigos e parceiros de lutas dentro e fora da arena do Estado, Antonio Ozorio, Cassio Rodrigo, Deborah Malheiros, Efrén Colombani, Fabíola Sucasas, Franco Reinaudo, Heloísa Alves, Maria Clara, Rachel Rocha, Silvana Gimenes, Silvia Chakian, Valéria Scarance, estendendo, a partir deles, aos membros do Conselho Estadual de Direitos da População LGBT e Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual. À Márcia Giovanetti, *in memoriam*.

Agradeço à Paula Beatriz, à Camila Matheus, à Silvia, à Marcela Magari Dias, à Sandra Fodra, à Adriana Oliva, pelo apoio, parceria, críticas e estímulos. À equipe de Ciências Humanas da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, Andreia Cardoso, Emerson Costa, Sergio Damiani, Tânia Gonçalves e Teonia Ferreira. Na figura deles, estendo meus agradecimentos aos colegas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Dedico agradecimentos especiais à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que, por meio do Programa Mestrado & Doutorado, apoiou a realização da pesquisa.

Agradeço à minha mãe, Rosângela, por seu amor e gigantescos esforços. Ao meu padrasto Aparecido, ao meu irmão Rodrigo e às minhas irmãs Franciele e Bianca, agradeço pelo intenso convívio e afeto; aos meus sobrinhos queridos, um presente tê-los bem próximos ao alcance de um abraço aconchegante! Ao meu pai Elizeo, *in memoriam*. Ao meu querido Roberto Colucci Baldissera, que me brinda com seu afeto, generosidade e amizade.

Ao meu companheiro e amante, porto seguro e refúgio, João Cláudio.

Sou muito grato a todas as pessoas por trás dessa tese, e, em especial, às travestis de Marília, sobreviventes e àquelas que infelizmente faleceram durante a realização da pesquisa. Sem a confiança, o carinho, a proteção, o privilégio da convivência e as várias lições delas esse trabalho não seria possível!

RESUMO

SABATINE, Thiago Teixeira Sabatine. **Só as fortes sobrevivem! Envelhecimento, experiências geracionais e relacionamento entre travestis mais velhas e mais jovens.** Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Esta etnografia analisa as experiências geracionais e de envelhecimento entre travestis identificadas ou autodeclaradas mais velhas e as perspectivas de relacionamento com as travestis mais jovens. Para tanto, examina as narrativas produzidas pelas interlocutoras acerca do curso de vida, descrevendo como contam o passado, avaliam as experiências vividas, dando destaque especialmente as “inquietações” e preocupações éticas que ensejam problematizações acerca da conduta. Com esse objetivo e com base empírica na cidade de Marília, interior do Estado de São Paulo, a partir de metodologias qualitativas, entrevistas, conversas informais e observação participante procura responder questões como: as percepções nativas acerca das vivências comuns e as transformações das práticas e identidades travestis nas últimas décadas; a produção de significados e a circulação de valores e reações aos sinais do envelhecimento; as influências recíprocas e a transmissão de saberes e legados entre travestis mais velhas e mais jovens. Essas questões permitiram examinar as trajetórias de travestis mais velhas problematizando-as como efeitos, não acabados e sempre em processo, de uma trama complexa de interações e relacionamentos substantivos, considerando suas intencionalidades e capacidades de gestão pessoal. A partir de suas narrativas descreve as diferentes possibilidades postas pela dinâmica do curso de vida, enfatizando os desafios de conduzirem suas próprias vidas e inventarem seus próprios mundos, bem como o modo pessoal de reagir ao presente e direcionar os percursos futuros da vida.

Palavras-chave: travestis, envelhecimento, gênero, sexualidade e saúde

ABSTRACT

SABATINE, Thiago Teixeira Sabatine. Only the strongest survive! Aging, generational experience and relationship between older and youngest tranvestites. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

This ethnography analyzes the generational and aging experiences among tranvestites identified or self-declared older and their relationship perspectives with younger ones. Therefore, it examines the narrative produced by the interlocutor about their life course, describing how they talk about their past and evaluate their life experiences, highlighting especially their “restlessness” and the ethical concerns that causes problematization among conduct. To that end and empirically based on the city of Marília, São Paulo state countryside, based on qualitative methodologies, interviews, informal conversations and participative observation, this thesis seeks to answer questions such as: the native perceptions among usual experiences and the transformations of the practices and tranvestite identities in the last decades; the production of meaning and the circulation of values and reactions to aging indications; the reciprocal influences and the transmission of knowledge and legacies between older and younger tranvestites. These questions allow the examination of the trajectories of older tranvestites problematizing it as unfinished and in-process effects of a complex interaction and substantial relationships plot, considering their intentionalities and personal management capacities. From their narratives it describes the different possibilities posed by the life course dynamic, emphasizing the challenges of conducting their own lives and inventing their own worlds as well as their personal way of reacting to the presente and directing the future courses of their lives.

Keywords: tranvestites, aging, gender, sexuality and health

LISTA DE SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
aids - Síndrome da imunodeficiência adquirida
ALGBT-Marília - Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Cidade de Marília
ANTRA - Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRAL - Associação das Travestis e Liberados no Rio de Janeiro
CAPS-ad - Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas
CRT DST/ Aids-SP - Centro de Referência e Treinamento DST/Aids
CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis
GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes
HEM - Hospital Espírita
HIV - vírus da imunodeficiência humana
HSH - Homens que fazem sexo com homens
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
NESCAP - Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva
ONG - Organização da Sociedade Civil
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAM - Planos de Ações e Metas
PM-DST/Aids – Programa Municipal de DST e Aids
Previne Marília - Programa de Promoção da Cidadania e Prevenção das DST e Aids entre Populações Mais Vulneráveis de Marília-SP
PRRD - Programa de Prevenção de Riscos e Danos em DST-AIDS
SAE – Serviço de Atendimento Especializado
SUS – Sistema Único de Saúde
UPES – Unidade de Prevenção em Saúde

Sumário

Introdução: Narrativas geracionais como práticas de constituição de si	11
Interpretações do envelhecimento.....	17
Narrativas geracionais.....	19
A pesquisa e o campo.....	22
Capítulo 1 - Aids: saúde, política e cuidado de si.....	30
1.1- Respostas à epidemia de aids.....	34
1.2- Movimento LGBT e a aids.....	38
1.3- As políticas para a aids de Marília.....	45
1.4- Educação entre pares.....	54
1.5- Viver com aids.....	59
Capítulo 2 - Corpo e gênero	65
2.1- Modelos corporais.....	71
2.2- Hesitações: o uso do silicone.....	80
Capítulo 3 - Destrabilização e degradação da feminilidade	87
3.1- Inquietações com o crack.....	92
Capítulo 4 - Ambivalências do envelhecimento travesti.....	106
4.1- Mascarar a idade.....	114
4.2- Sobreviver no mercado do sexo.....	118
Capítulo 5 – Amizade, amadrinhamento e cafetinagem.....	126
5.1 - Mãezona.....	129
5.2 - Estórias de cafetinas.....	137
5.3- Acorda Alice!.....	145
Capítulo 6 – Família, maridos e filhos.....	157
Considerações finais.....	174
Referências.....	183

Introdução: Narrativas geracionais como práticas de constituição de si

Pesquisador: Letícia, me fala sobre o envelhecimento?

Letícia: A idade? Você querendo ou não querendo, um dia vai chegar. Thiago, você quer saber minha opinião sobre isso? Dou muito *close* de ter chegado aos 32 anos, coisa que muitas não chegaram e têm muitas que não vão chegar. A idade, um dia, chega. Um dia, vai chegar. Eu aprendi a aceitar. Eu aprendi. Muitas morreram. Finada Neta, Lê. Têm várias. Você lembra do Lê?

Pesquisador: Sim.

Letícia: E o finado Marcos? A Nair, né.¹

Pesquisador: O menino que estava se montando e foi espancado na Zona Sul. Triste, né.

Letícia: E tem também a Fabi, que se suicidou. Então, não é que você é mais que os outros, só por que você chegou aos 32 anos, ou quarenta ou cinquenta, independente qual idade seja. Um dia vai chegar. Só as fortes sobrevivem! (Entrevista realizada em dezembro de 2013).

A conversa com Letícia começou como quase todas as entrevistas que realizei com as travestis na cidade de Marília, interior do Estado de São Paulo, orientado pela ideia de pensar o envelhecimento e as experiências geracionais de travestis consideradas mais velhas, iniciando o diálogo com perguntas sobre a idade e a data de nascimento das interlocutoras, para depois seguir com questões sobre o curso de vida. Com jocosidade, Letícia respondeu a pergunta embarçando-me com uma interpelação: “Você está de deboche?”.² Penélope, que acompanhava a entrevista, realizada em sua casa durante a tarde, assistiu à situação e riu como se eu pregasse uma travessura, uma pegadinha que não deixa escapatória a quem se destina.

Em situações cotidianas nos territórios de sociabilidade, menos restritas à formalidade das entrevistas, as travestis que passaram a ser consideradas “mais velhas” não revelavam a idade facilmente. Quando falavam sobre o assunto, diminuía alguns anos, buscando o reconhecimento como alguém mais jovem. Esse aspecto, por ora, pode ser relacionado aos significados negativos atribuídos ao envelhecimento. Porém, não se resume a isso.

O assunto é constituído de ambivalências. Pode aparecer como um tema de chacota e depreciação, mas podemos verificar que a ideia de envelhecer também possui significados positivos e pode ser revestida de um sentido renovado de vitalidade, uma vez que “só as fortes sobrevivem”, às custas, evidentemente, dos variados riscos do dia a dia, que impõem contundentes dificuldades para as travestis envelhecerem.

¹ Nair/Marcos foi assassinado aos 19 anos, nas proximidades de sua casa. Foi encontrado na calçada de uma rua erma, com o rosto desfigurado por pancadas desferidas com pedras de concreto.

² Adotarei ao longo deste trabalho o uso de *spas* para destacar as narrativas e as categorias êmicas acionadas nos discursos das nossas interlocutoras.

Entre as dificuldades, notamos a presença impregnada do tema da violência, das desigualdades e das exclusões. Letícia, por exemplo, ainda com o gravador desligado, contava-me uma situação muito delicada. Dizia-me que quase “chegou sua hora” e que viu a morte passar por perto cerca de uma semana antes da nossa conversa. Ela se envolveu em um programa com um rapaz, em um terreno baldio nas proximidades do Posto do Júlio (um espaço de prostituição travesti da cidade). Logo após a transa, ela foi surpreendida sorrateiramente com agressões. Para achacar seu dinheiro, o rapaz a enforcou, deixando-a desacordada no chão. Ao recobrar a consciência, Letícia saiu do terreno pedindo socorro para as outras travestis que estavam nas imediações e avistou o rapaz, de longe, correndo em direção ao bairro. Assim, pulando desse assunto tão carregado, que mostra que sua vida esteve ameaçada, para uma conversa sobre a idade e o envelhecimento, a interpelação de Letícia sobre o suposto “deboche” tornava a conversa menos tensa, ao mesmo tempo em que revelava as armadilhas que esse assunto provoca.

Depoimentos como esse foram recorrentes entre outras travestis, que contam as violências sofridas e mortes de suas colegas, reforçando a ideia de que elas têm destinos breves e trágicos. Para Barbara, por exemplo, que vivenciou várias situações que colocaram sua vida em risco, o acesso a uma morte sem dor e sofrimento, uma morte calma e tranquila durante o sono, é um acontecimento desejável, visto como difícil de se atingir para a maioria das travestis: “morrer de velhice”. Neste contexto, as “velhas” sobreviventes se veem como “vitoriosas” (ANTUNES, 2013).

Barbara: Eu penso que a velhice chega, e que a gente tem que viver cada dia como se fosse o último, cada dia como se fosse o único, porque travesti tem três fins: ou é morta assassinada, ou é morta de doença ou é morta de overdose. Então, entre os três fatos e acontecimentos, eu gostaria de morrer dormindo. Não que não possa acontecer essas coisas, mas minha vontade era essa, morrer sem dor, morrer sem sofrimento, morrer de velhice, entendeu? Porque nas esquinas já fui navalhada, já levei facada, já levei tiro, fui estuprada, assaltada, por próprios amigos. Tinha doze anos. Mas graças a Deus estou viva e quero continuar. (Entrevista realizada em outubro de 2014)

Nessas narrativas podemos verificar algumas pressões externas que interrompem tragicamente vidas e tornam a ideia do medo da morte um aspecto bastante lateral de uma suposta aversão à velhice, como demonstra Norbert Elias (2001), pois elas negociam com as ameaças à vida todos os dias, em todas as fases de idade (ANTUNES, 2013; COSTA, 2013). O processo do envelhecimento é visto como uma conquista, um assunto que ganha relevo especial,

pelo fato simples de que para envelhecer é preciso ser resiliente para sobreviver aos influxos punitivos de uma ordem social estreita, pautada em valores heteronormativos.³

Selecionei estes trechos do depoimento de nossas interlocutoras, que se identificam como “travestis mais velhas”, para trazer, de antemão, algumas questões que serão analisadas ao longo da presente tese, cujo propósito é investigar os significados atribuídos ao envelhecimento, às experiências geracionais e às perspectivas de relacionamento entre travestis mais velhas e mais jovens.

Buscamos responder como as travestis mais velhas que participam da presente pesquisa interpretam o envelhecimento, as mudanças no curso de vida e as interações com as demais travestis. Como circulam em suas interações nomeações, categorias e processos de diferenciação com base nos marcadores etários? Quais as trocas e transmissões de saberes postas no contato entre elas? Quais transformações consideram relevantes quanto às práticas e vivências de suas identidades? Que elementos de gestão pessoal têm sido criados por elas ao longo do tempo? Qual a relação entre suas narrativas e as temporalidades vividas? Como reconstroem o passado, avaliam as experiências vividas e dão sentido ao presente?

Para tanto, com base em observação participante, entrevistas, conversas e interações informais com as travestis, propomos a ênfase das experiências geracionais de travestis mais velhas e mais jovens a partir do ato de contarem umas às outras, de se aconselharem e esboçarem nas narrativas de si as inquietações do passado e do presente; o que permite a elas a interpretação das condutas e o ato de conduzirem suas vidas e influenciarem-se.

Nessas conversas e interações, chama-nos atenção casos e histórias de enfrentamentos cotidianos na cidade, os desvendamentos das regras e tensões do mercado do sexo, a produção de um saber sobre a transformação do corpo, os disparates da sexualidade (só para ficar com alguns temas), que permitem a compreensão das mudanças sociais a partir de quem as viveu, bem como as sugestões da continuação da história que está sendo narrada e dos percursos significativos que inserem as travestis na tessitura dos sentidos em disputa no presente.

³ Heteronormatividade, na formulação de Lauren Berlant e Michael Warner (2002, p.230 apud MISKOLCI, 2007c, p. 5) expressa as expectativas, obrigações, orientações práticas, saberes e instituições que fazem com que a heterossexualidade pareça natural e coerente como uma sexualidade organizada e, ao mesmo tempo, privilegiada como fundamento moral. Eve K. Sedgwick (2007), Gayle Rubin (1973, 2003), Judith Butler (2002, 2003), entre outros, verteram variados esforços, tendo em vista a desconstrução de pressupostos heterossexistas de continuidade entre sexo, gênero e práticas sexuais, pensando mais criticamente o modo como os sujeitos são sexualizados e marcados por gênero, dando ênfase à análise dos discursos e das relações de poder que organizam a vida social e hierarquizam as diferenças. Conforme Miskolci (2012) o conceito está associado a um conjunto de análises que sublinham os saberes e o regime de organização da sexualidade e a centralidade do binarismo de gênero, evidenciando o caráter político dessas premissas.

Há alguns anos venho me dedicando a fazer um trabalho etnográfico em companhia das travestis na cidade de Marília, convivendo com elas em situações e contextos bastante diversos, percorrendo os territórios de prostituição durante as noites: o “Posto do Júlio”, que compreende as imediações de um posto de combustíveis de mesmo nome situado na rodovia BR-153, na região do bairro popular da Zona Sul da cidade, chamado Joquéi Clube; no “Centro” comercial da cidade, particularmente a Rua Quinze de Novembro, seguindo por ela em direção à Zona Norte, o território da “Comasa”, em referência a concessionária de veículos ali instalada. Paulatinamente, os vínculos que criei com nossas interlocutoras permitiram-me também conviver em contextos que revelam dimensões significativas do cotidiano para além dos espaços de prostituição, como frequentar suas residências, participar de festas, ir ao supermercado ou à farmácia, participar de manifestações, entre outros trajetos pela cidade.

Em minha dissertação de mestrado, defendida em 2012, na Universidade Estadual Paulista, posteriormente publicada (SABATINE, 2013) dediquei-me a essa convivência, guiado pela ideia de analisar os significados conferidos à saúde, especialmente no que diz respeito aos processos transformação corporal, o risco as doenças sexualmente transmissíveis e as ações empreendidas pelo Estado, a partir das respostas locais ao enfrentamento e prevenção de hiv/aids.

Essa investigação orbitou em torno da problematização das injunções das políticas de saúde focadas na gestão da sexualidade, olhando para os preceitos veiculados ao se indicar trilhas consideradas seguras para as condutas e o envolvimento e ressignificação dessas injunções, considerando as aspirações diversas que orientam os sujeitos em suas experimentações de si.

Retorno, no decorrer da tese, a essa questão, especialmente no primeiro capítulo, ao situar tanto o início da presente pesquisa como também as travestis mais velhas, que, a partir de suas narrativas, contam terem vivido drasticamente os efeitos da aids e seus desdobramentos no presente, constituindo uma experiência de cidadania apoiada no modelo de enfrentamento da doença.

O surgimento da aids pode ser considerado um “evento crítico”, que cria identidades estigmatizadas e processos normalizadores assentados na defesa da heteronormatividade (PLUMMER, 1983; 1995; SIMÕES, 2013). Por outro lado, é inegável que as disputas em torno das respostas à doença deixaram como legado o alargamento da cidadania no âmbito da esfera pública e do próprio sistema de saúde (PELÚCIO, 2009; PELÚCIO, L. & MISKOLCI, R., 2009; CARRARA, 2015; SIMÕES & FACCHINI, 2009; CARVALHO, 2011).

Aos poucos, essas práticas vão alterando o entendimento de uma experiência alocada em domínios outrora estritamente vinculados ao não humano e abjeto (BUTLER, 2002), tomando em perspectiva os discursos e as práticas de governo acionadas no contexto de disputa das respostas do Estado (GALVÃO, 2000; AGUIÃO, 2014). Isso não significa negar os danos e castigos que orientam o regime dominante de reconhecimento (BUTLER, 2015). Não podemos deixar de pensar em uma moral que impõe, para a sua permanência, uma pretensa universalidade, que utiliza a violência sistemática frente aos diferentes modos de vida recusados, mas cujas restrições são contestadas e transformadas na medida mesma em que recusam a condição de sujeitos às travestis.

A experiência da doença conformou certas narrativas e atitudes em relação à saúde, à corporalidade e à identidade, tornando-se uma profícua disparadora de inquietações entre as travestis. Ainda no primeiro capítulo, analisamos as respostas das políticas públicas na área de saúde e o modo como elas atuam sobre as crenças e condutas das travestis, porém, deslocando a ênfase nas normas de comportamento e do poder e seu exercício, bem como a forma com que esse poder se exerce, como forma de governo, por meio de dispositivos disciplinares, para pensar articuladamente o eixo de constituição do sujeito, vertendo um olhar para o modo como o indivíduo se vê na necessidade de se cuidar e as tecnologias usadas para tal fim (FOUCAULT, 2005 b; 2006 a; 2006 b).

Aqui, nos inspiramos nos últimos escritos de Michel Foucault, que nos oferece alguns *insights* ao problematizar as artes de viver ou estilística da existência ⁴ (FOUCAULT, 2006c,

⁴ O autor aponta que da Antiguidade ao cristianismo passa-se de uma moral como busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras. Assim, marca com insistência as diferenças que separam modernos de antigos, já que os primeiros produzem corpos dóceis envolvidos em uma pedagogia que ensina a obediência e a passividade, o que podemos entender como modo de sujeição. Os antigos se valeram de técnicas de si, modos de subjetivação baseados em um trabalho meticuloso de autotransformação capaz de garantir a autonomia enquanto governante de si, sem ser governado pelo outro ou pelos próprios desejos, dotando-se de um estilo refletido. Na entrevista intitulada o “Retorno da moral” (FOUCAULT, 2006c), o autor lança alguns *insights* ao postular a proximidade de certo número de questões contemporâneas e os termos que se colocavam na Antiguidade envolvendo a busca de estilos de vida diferentes uns dos outros, e a obstinação pelo governo de si, que se relaciona com morais que prescrevem, impõem e aconselham não propriamente algo que seria aceitável a todos no sentido de submeter-se a ela como um código moral universal. O ponto de vista dos processos de subjetivação e das técnicas de si implicou um deslocamento em relação à sexualidade enquanto dispositivo de poder. Em “A Vontade de Saber” (FOUCAULT, 2005a), a questão é o processo de sujeição do corpo a partir dos dispositivos de saber e poder e dos discursos que obrigavam o sujeito a produzir uma verdade sobre si mesmo a partir da sexualidade, como observa Frédéric Gros (2006, p.617). Em “O uso dos prazeres” (FOUCAULT, 2006 a) emerge, por outro lado, a dimensão de uma história da sexualidade não dos códigos morais, dos comportamentos ou das mentalidades, mas a partir da experiência. Como alerta Foucault (2006b, p. 10), trata-se de analisar a maneira como nas sociedades ocidentais constituiu-se uma experiência dos indivíduos levados a se reconhecerem como sujeitos de uma sexualidade: a correlação entre o ponto de intersecção de práticas de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. Ao recuar da época moderna para a Antiguidade, o autor formula a seguinte questão: por que o comportamento sexual, as atividades e prazeres associados a ele são objetos de uma preocupação moral? Sob as práticas de problematização moral dos antigos, emerge a dimensão do cuidado ético consigo e a verdade, que, segundo o modo de subjetivação antigo, é orientado por uma relação de autovigilância

p.90), ao apontar (FOUCAULT, 2006a, p.26-31) três modos de estudar a experiência moral: 1) o estudo dos códigos morais, que analisa o conjunto prescritivo, as regras e os valores propostos pelas instituições; 2) o estudo da “moralidade dos comportamentos”, que observa como os indivíduos se conduzem em referência a um sistema prescritivo; 3) os estudos das práticas de si, que foca na atenção que o indivíduo volta para si, circunscrevendo ele mesmo como objeto da prática moral – sua posição em relação ao preceito que respeita e estabelece para si um modo de “ser fiel”, que valerá como realização moral dele mesmo, o que também é chamado de “determinação da substância ética” (FOUCAULT, 2006a, p. 27). Articulado esses eixos de problematização, consideramos importante tanto analisar as posições dos sujeitos e o modo como são discursivamente constituídas dentro de um processo de produção de regulações normativas, que envolve os constrangimentos e as injunções de poder que interpelam as condutas, como não perder de vista o exame sobre quais as formas de autoregulação e automodelação e quais tecnologias são envolvidas no reconhecimento de si como sujeito no contexto histórico. Foucault, neste sentido, oferece-nos uma perspectiva para pensar sobre as diferentes maneiras de se conduzir frente aos preceitos de conduta, abrindo espaço para o questionamento de técnicas e lutas que os sujeitos travam consigo mesmos, a fim de se autoconstituírem moralmente (RAGO, 2013).

Na esteira dessas reflexões, focalizo a oralidade das travestis, suas vozes escandalosas⁵ e profanas, mas que falam de práticas éticas de constituição de si mesmas. Elas nos falam como a experiência de si é adquirida por meio de variados exercícios, que envolvem o treino de si mesma em meio às relações significativas que vivenciaram, falam do exercício de uma arte de viver, como procuram conhecer-se, controlar-se, pôr-se à prova, transformar-se e aperfeiçoar-se em um contexto dinâmico de tensões e mudanças.

e autogoverno. Essas práticas na modernidade foram investidas pelas instituições religiosas, pedagógicas, médicas. Pensando as práticas de si como uma espécie de ascetismo, em que o sujeito age sobre si mesmo, dando suas próprias regras (FOUCAULT, 2006c, p. 270), o autor acena para a dimensão de uma estética e arte de viver que corresponde ao problema da ética e da liberdade. Sobre o tema da liberdade sexual, Foucault considera que o tema traz resquícios da ideia de natureza ou essência sexual, que foi mascarada, alienada ou aprisionada pelos interditos. Nesta concepção, bastaria romper com a repressão sexual para que o corpo se reconciliasse com o sujeito. Entretanto, para o autor, o problema não é liberação da sexualidade, mas o problema ético de definir quais as práticas de liberdade são possíveis para sustentar o prazer sexual, as relações e as trocas possíveis com os outros (FOUCAULT, 2006c, p. 120-121). Esse tema remete à questão por ele proposta: quais são as práticas de liberdade nas quais os sujeitos tornam aceitáveis e satisfatórias a sua existência e sociedade política, qual é o posicionamento do sujeito frente aos elementos propostos em sua cultura? (FOUCAULT, 1981).

⁵ Segundo Kulick (2008), o escândalo é uma contraestratégia acionada pelas travestis frente aos processos de estigmatização que sofrem no cotidiano. Ao se utilizarem de recursos gestuais e discursivos bastante expressivos e impactantes, em geral evidenciando no outro as mesmas qualidades imputadas a elas, passam a abraçar o estigma como recurso na situação de conflito. Exemplo disso pode ser observado no uso de categorias como “bicha”, “viado”, “maricona” para ofender homens que as achincalham ao desprestigiarem suas vivências de gênero e feminilidade.

Interpretações do envelhecimento

Os estudos de envelhecimento na antropologia e nas ciências sociais, mais recentemente, apontam para as questões de gênero e sexualidade como importantes dimensões para questionar a visão do envelhecimento como experiência homogênea e universal (DEBERT, 2012, p.141). Essas pesquisas procuram problematizar o caráter histórico e socialmente construído da velhice e do envelhecimento, demonstrando como clivagens de gênero, sexualidade e geração operam na forma como os sujeitos vivenciam e interpretam seus cursos de vida, suas preocupações e desafios contemporâneos, constituindo um campo privilegiado para pensar as imagens, formas de gestão, mudanças e reconfigurações possíveis das experiências de envelhecimento. Essa perspectiva suscita novas sensibilidades e questões acerca do envelhecimento, mostrando como é revestido de conteúdos distintos no plano das experiências, seja investindo nas formas como homens e mulheres percebem, representam e experimentam a velhice, seja colocando em questão um panorama heteronormativo, que apagam experiências dissidentes de gênero e sexualidade na velhice (HENNING, 2014; 2017; HENNING & DEBERT, 2015).

No contexto brasileiro, o interesse investigativo em relação aos processos de envelhecimento de sujeitos que vivenciam experiências dissidentes de gênero e sexualidade vem se expandindo, especialmente em relação aos cenários da homossexualidade masculina, conforme apontam Simões (2004), Paiva (2009), Mota (2009), Pocahy (2011a; 2011b), Passamani (2013; 2015), Saggese (2013; 2015), Duarte (2013), Kerry dos Santos (2012), Zamboni (2014), Henning (2014). Nota-se paulatinamente a inclusão de novos recortes com as questões concernentes à homossexualidade feminina Lima (2006), Lacombe (2010), Morais (2010) e às travestis nas pesquisas de Siqueira, (2004; 2009), Antunes (2013), Nogueira (2013), Costa (2013). Apesar dos variados cenários e contextos, essas investigações convergem para mostrar que gênero, sexualidade, idade e geração são elementos fundamentais para a compreensão das diferentes formas de pensar e viver o envelhecimento.

Partindo dos *insights* presentes nessas pesquisas e em outras menos diretamente interessadas na questão do envelhecimento, buscamos problematizar as narrativas que são a base das interpretações “nativas” do envelhecimento e as diversas relações que as mesmas evocam, mostrando como as trajetórias de nossas interlocutoras são efeitos de processos significativos de interações e relacionamentos. Segundo, procuraremos montar um quadro com diferentes possibilidades postas pela dinâmica do curso da vida travesti, como um “processo

aberto a múltiplas possibilidades” ao se defrontarem com o desafio de conduzirem a própria vida e não simplesmente de passagens de uma etapa de vida para outra (DEBERT, 2012, p. 53).

A partir de suas narrativas, podemos pensar nos arranjos, nos significados, nas práticas e nas inquietações, que remetem à periodização de vida como um dispositivo importante no desenvolvimento de suas vidas presentes. Porém, nossa intenção não é falar sobre o envelhecimento em si das travestis, mas considerar que estamos apreendendo sobre a experiência de uma determinada coorte geracional específica em termos históricos e culturais, o que nos leva a pensar nos vínculos significativos e acontecimentos em comum que atravessam a tessitura de suas vidas.

Assim, aproximamo-nos de uma leitura que assinala as inter-relações entre a trajetória pessoal e as mudanças históricas e culturais, também chamada de paradigma do curso de vida, como uma alternativa crítica para confrontar suposições de ordenação e previsibilidade de desenvolvimento da vida humana (SIMÕES, 2004, p. 243).

A maneira dominante ocidental de pensar o desenvolvimento humano enseja uma leitura linear através da ideia de “ciclo de vida”⁶, que esboça representações do processo de vida como progressão previsível da transição da vida adulta em relação à velhice e à finitude, que expõe o risco à decadência, às perdas significativas, como os controles corporais, entre outros atributos, projetando sobre o envelhecimento sentimentos de repulsa e uma valorização e preferência social pela juventude.

Conforme Simões (2004), a noção de curso de vida desvela um procedimento de investigação que analisa os movimentos descontínuos que marcam qualquer momento do fluxo de vida, em uma perspectiva dinâmica, situando os eventos peculiares experimentados pelos sujeitos e o modo de reagir ao presente e de direcionar os percursos futuros da vida (MANNHEIM, 1982, P. 95; SIMÕES, 2004; DEBERT, 1994; FEATHERSTONE, 1994; GIELE & ELDER, 1998. *apud.* SIMÕES, 2004, p. 423). A ênfase desta perspectiva deixa de

⁶ Os estudos socioantropológicos nessa área operam uma distinção entre o fenômeno de base – o ciclo de vida do ser humano e das espécies vivas, de nascimento, crescimento e morte – com o fato de que o modo como se vivencia as etapas e os processos de periodização da vida são forjados em contextos históricos e sociais distintos. Esse é um pressuposto que permite colocar em perspectiva a ideia de uma homogeneidade em relação ao processo de envelhecimento, demonstrando a diversidade de formas como são constituídas as diferentes etapas de vida e como enredam os sujeitos (DEBERT, 1994; BARROS, 2006). Portanto, o que conhecemos como infância, adolescência, idade adulta, meia-idade, velhice, ou ainda, ideias mais contemporâneas de “velhice avançada” não são categorias naturais e universais; elas foram investidas ao longo de um contexto histórico, pondo em revelo, estratégias para a gestão do processo de vida (AIRÈS, 1986). O tema da diversidade de formas de periodização de vida já aparecia na pesquisa clássica de Margaret Mead (1990), ao contrastar as concepções da adolescência e juventude em Samoa, na Polinésia, e a sociedade norte-americana que considerava esse período como inevitavelmente marcado por dificuldades e tensões. Esses estudos chamam atenção para as representações, atitudes e convenções sobre a idade que são forjados nos contextos históricos e sociais.

(...) recair no indivíduo que percorre etapas preestabelecidas e universais de desenvolvimento humano, e passa para as inter-relações entre a trajetória pessoal e a estruturação histórica e cultural dessa experiência. Em vez de pressupor as tarefas e questões que serão enfrentadas ou negociadas ao longo do tempo, trata-se de situar as pessoas diante os desafios e interesses relevantes dentro de suas próprias vidas como consequência de sua vida presente (SIMÕES, 2004, p. 423-424).

A questão, portanto, norteia-se pelas circunstâncias históricas específicas, criadas pela periodização e estratificação etária, que geram interpretações e entendimentos de si acionados pelos sujeitos diante a acontecimentos e eventos comuns e que singularizam suas experiências geracionais, ao produzir um sentimento de pertencimento a uma geração em relação as outras gerações.

Narrativas geracionais

Abordagens antropológicas que focaram questões concernentes ao envelhecimento e à geração chamaram atenção para a prática de se narrar como mecanismo que veicula experiências constituídas em determinadas temporalidades, que põem em relevo as dinâmicas transmissão de saberes e do legado de determinadas coortes (BOSI, 1994; BARROS, 2006, p. 113). Narrativas são formas de dar sentido às vivências e elas são contadas de pontos particulares no curso de vida. Por meio delas, podemos evidenciar as experiências geracionais e as linhas de força que atravessam e constituem as experiências individuais (SIMÕES, 2013, p. 4-5).

Seguindo a proposta de Butler (2015, p. 18), um relato de si está implicado pelas condições temporais que constroem e constituem as narrativas. Isso não significa que o relato de si seja simples efeitos das normas, mas que o eu que se narra não possui uma história que não seja outra a não ser a história de um conjunto de relações.

Nesta perspectiva, cada participante e cada momento em que se põem em evidencia a narrativa de si são atos sociais relevantes e reveladores das disposições ativas dos sujeitos em determinadas situações e estão impregnadas do contexto social e histórico. As narrativas não fixam de uma vez por todas uma biografia e consciência de si transparentes para o sujeito (BUTLER, 2015). Antes, por meio delas podemos perceber como as contadoras de histórias pensam, imaginam e fazem escolhas morais de acordo com certas “sensibilidades geracionais”, conforme acena Henning (2014), ao destacar certos acentos narrativos (fatores sociais, experiências, acontecimentos), que demarcariam, na perspectiva dos sujeitos, as diferenças

geracionais; ou, para retomar as formulações pioneiras de Mannheim (1982, p.72), pensar a afinidade e o modo pelo qual se relacionam com suas experiências geracionais, as influências comuns a que estão sujeitos e certa predisposição e sensibilidade para intervir nas mesmas, forjando um modo de viver e pensar.

Não obstante, os processos de contar histórias nem sempre são transparentes para os sujeitos e estão sempre se adaptando a um contexto dinâmico de mudanças. Contar-se permite fazer, no presente, a reorganização do passado e a antecipação do futuro, um ato que é incessante, empiricamente fundamentado em um processo emergente de mudanças (PLUMMER, 2008). Segundo Becker (1999, p. 112), por meio das histórias contadas podemos problematizar processos sociais ou perguntar como as pessoas lidam com o mundo e a vida, quais as táticas empregam, quais as suposições sobre o mundo e as restrições e pressões a que estão sujeitos.

Os atos de se contar produzem conexões criativas entre travestis de diferentes gerações e podem ser indicativos dos limites da própria existência e dos desafios enfrentados nas relações com os outros e das potencialidades envolvidas na continuação dos percursos que trilham no presente.

As relações intersubjetivas enredadas pela narração de si (Foucault, 2005b; 2006a; 2006b) – leituras feitas de glórias e quedas e de “inquietações” sobre o modo de vida nas interações de travestis mais velhas e mais jovens – apontam para o dinamismo da transmissão cultural e permite, por sua vez, pensar nos modos de seleção e uma reinvenção do inventário disponível, ensinando a “esquecer aquilo que não é útil e almejar algo não conquistado” (MANNHEIM, 1982, p. 76).

Os atos de se narrar as lembranças, as prescrições e os conselhos são modos por meio dos quais as travestis voltam seus pensamentos e olhares sobre as verdades e valores morais assimilados na existência, para que possam escolher os seus melhores guias. As experiências geracionais, vistas por essa perspectiva, nos permitem apontar as diferenças que se pode reconhecer entre elas e as mudanças que se esboçam entre jovens e mais velhas quando contam suas histórias, e também quando se apropriam delas, fazendo-as refletir em si mesmas (SIMÕES, 2013), contribuindo para a condução da vida, para desenvolver essas artes de se governar como uma atitude moral e ética (FAUBION, 2012).

A partir deste ângulo, podemos observar que o aprendizado e o reconhecimento de si como sujeito possuem orientações marcadas pelo contexto histórico, que refletem nas constantes trocas entre as gerações que se educam mutuamente (MANNHEIM, 1982, p. 83). No contexto da relação entre travestis mais jovens e mais velhas, o ato de se contar é pedagógico

e ensina, mas constitui uma generatividade de mão dupla (SIMÕES, 2013, p. 11). Isto é, a repercussão mútua do legado e saberes das mais velhas e de mais jovens umas sobre as outras.

Propomos interpretar as “narrativas de si” enfatizando as transformações em meio às múltiplas rotas e vicissitudes que as histórias pessoais percorrem, pensando menos em um eu idêntico a si mesmo ao longo do tempo, e mais nas condições discursivas atravessadas por modalidades específicas de poder, que permite emergir a marcação da diferença (HALL, 2001). Assim, trata-se de problematizar uma suposta unidade estável, naturalmente constituída e imutável, como a apresentada na linguagem comum dos sujeitos. No ato de se contarem umas às outras e ao pesquisador, podem aparecer identidades multifacetadas, processos dinâmicos e não estáticos de constituição de si (BUTLER, 2015). Mas isso também pode ser um exercício de reiteração dos discursos normalizadores que atam o indivíduo a uma suposta identidade original.

Temos como mote o esforço de pensar que as identidades nunca são plenas. Em outras palavras, são perturbadas por incessantes re-elaborações, reconstituídas nas relações de poder e imanentes a elas (BUTLER, 2003). A ideia aqui é pensar nos processos de reconhecimento de si como sujeito, que está em constante reelaboração ao longo do tempo existencial dos indivíduos. Os processos que levam a cabo certas identificações estão sendo re-elaborados ao longo do tempo e pelas vicissitudes das relações de poder e processos de subjetivação. Por assim dizer, trata-se de historicizar a “travestilidade”.⁷

⁷ Travestilidade foi um termo criado pelo psicólogo William Peres (2005) buscando uma interpretação distinta da categoria travestismo – usada em manuais psiquiátricos para denotar uma patologia. Portanto, o autor busca ressignificar um termo usado para desqualificar, dando um sentido positivo e, ao mesmo tempo, enfatizando a multiplicidade de categorias e identidades abarcadas pelas transformações do gênero que a noção designa. Sobre a emergência das categorias travestis e transexual no discurso científico ver (LEITE JÚNIOR, 2011). Barbosa (2013) chama atenção para estas e outras categorias utilizadas por estudos etnográficos sobre travestis no Brasil, como a noção de “universo trans” de Benedetti (2005). O autor ressalta que Benedetti e outros pesquisadores, embora busquem contornar com essas noções a essencialização com base em categorias estanques, enfatizando a pluralidade de usos de categorias identitárias, acabam por reduzir a polissemia e os usos diversos das convenções identitárias a noção de grupo constituído por lógicas específicas. Além disso, para Barbosa, o empreendimento dessas pesquisas encerra uma perspectiva de apresentação desta lógica particular, dentro do quadro de uma crítica a visões individualistas e heterossexistas de construção da identidade, reforçando, por outro lado, uma alteridade suposta entre travestis e transexuais, partindo de pressupostos médicos e critérios diagnósticos por eles utilizados para definir as/os transexuais, a exemplo, a repulsa ao órgão genital e o desejo por cirurgias de transformação genital, a identificação com outro gênero desde tenra idade, a ausência de prazer sexual e relações sexuais passivas no caso de mulheres transexuais. Travestis subverteriam este ordenamento, reforçando a ambiguidade que alia corpo e subjetividade feminina e homossexualidade masculina, destacando-se o prazer com o pênis, uma sexualidade abundante e a vivência da prostituição. O autor aponta que os estudos sobre transexuais (a exemplo: (BENTO, 2006; TEIXEIRA, 2009) têm vertido uma crítica mais contundente a estas convenções e levado a cabo um empreendimento diferente dos estudos sobre travestilidade, na medida em que não buscam estipular exatamente uma lógica que norteia a transexualidade, mas processos e relações de poder que unificam experiências em torno de uma identidade suposta por meio de saberes e instituições. Assim, esses estudos recusam os argumentos médicos sinalizando para as rígidas construções diagnósticas, que não dão conta das múltiplas experiências das pessoas que se utilizam destas categorias. Barbosa (2013) pontua que diferenças entre travestis e transexuais não sejam vistas como essências interiores ou com base em critérios diagnósticos médicos, mas que a

A pesquisa e o campo

Seguindo a trilha das inquietações e das narrativas das travestis, iniciamos a presente tese analisando o conjunto de desafios e aprendizados arrolados pela experiência da aids, fruto de uma complexa relação que irrompeu novas sensibilidades e moralidades em relação às experiências das travestis, tornando-as inteligíveis aos mecanismos de poder e dispositivos biopolíticos, dinamizados por uma política sexual mais ampla, que se relaciona ao surgimento de ativismos, cujas ressonâncias ampliaram as fronteiras do reconhecimento das travestis como sujeito de direitos, ao mesmo tempo em que espraia inquietudes sobre o ato de se cuidar, novos sentidos de vitalidade e resiliência entre as travestis, tornando possível, hoje, falarmos de travestis que vivem e envelhecem com aids.

No segundo capítulo, as narrativas produzidas por nossas interlocutoras, sobre suas experiências corporais e vivências de gênero, oferecem-nos um caminho metodológico para pensar as convenções valorizadas no alcance do corpo que almejam e as distintas temporalidades em que esses referenciais se constituem, problematizando o sentido que conferem as mudanças ao longo do tempo. Ao olharmos para a problematização da transformação corporal, situamo-nos nas dinâmicas de transmissão de saberes, por meio das quais exploramos as formas de conhecimento e experiência postas em contato nas relações entre travestis mais velhas e mais jovens. Em outros termos, pensando gênero como um processo temporal e dinâmico (BUTLER, 2013), refletimos sobre os signos corporais e saberes em que se apoiam suas experiências no contexto histórico, buscando mapear suas interpretações e práticas de si diferenciadas, bem como as influências que buscam exercer umas sobre as outras.

Há, contudo, processos normalizadores e de exclusão, que levam travestis mais velhas e mais jovens a interromperem os processos de constituição da feminilidade, no sentido de reiterar as performances de gênero que regulam e impelem a organização de um tempo significativamente vivido por meio de rotinas corporais que celebram a feminilidade, a beleza, a jovialidade e a vitalidade. Nesse sentido, apresentamos, no terceiro capítulo, intitulado “Destravestilização e degradação da feminilidade”, as trajetórias de interlocutores que outrora se identificavam como travestis, mas, ao longo do curso de vida, passaram a almejar ideais

produção destas diferenças sejam investigadas a partir dos usos complexos corporais e discursivos dos sujeitos que utilizam destas convenções para estabelecer o reconhecimento de si e dos outros.

relacionados a uma suposta masculinidade original, motivadas por questões pessoais, morais, econômicas e religiosas, perseguindo perspectivas de vida longe da abjeção. Por outro lado, analisamos os efeitos da exposição aos cenários de uso do crack, que tem projetado novas ansiedades e forças que levam a processos de degradação da feminilidade entre as travestis, ampliando a exclusão, ao mesmo tempo em que buscamos acentuar as reações forjadas para lidar com os desafios em que são impelidas.

No quarto capítulo, analisamos os significados ambivalentes do processo de envelhecimento entre as travestis, considerando o caráter relacional que marcam mais velhas e mais jovens, observando os deslocamentos e as reinvenções que constituem a periodização da vida como mecanismo que embasa as suas experiências. Focamos especialmente no modo como o avanço da idade gera preocupações diante da relevância dos ideais de beleza e feminilidade, da prostituição e da sexualidade em suas vidas. Assim, problematizamos o modo como lidam com os sinais do envelhecimento, seja conformando-se com uma estética do envelhecimento ou recusando a mesma em um contexto que valoriza a juventude, especialmente no mercado do sexo. Por outro lado, algumas de nossas interlocutoras têm buscado alternativas a prostituição, construindo novas perspectivas de futuro, que não se encaixam facilmente em seus percursos identitários, como a busca por angariar renda a partir de trabalhos diversos da prostituição ou, ainda, uma revalorização dos laços familiares como espaço de cuidado e proteção.

No quinto capítulo, focamos nas relações de cuidado e amizade como eixo a partir do qual ganham sentido as relações intergeracionais entre travestis mais velhas e mais jovens. Apesar das tensões no mercado do sexo, que expõem conflitos, concorrências e hierarquizações com base na corporalidade e na idade, chamam-nos atenção as distintas posições assumidas pelas travestis mais velhas, como “mãe/cafetina/bombadeira”, e as perspectivas de relacionamentos com as mais jovens, que implicam vínculos significativos de apoio, cuidado e amizade entre elas, relacionadas a um conjunto de convenções e obrigações que se atualizam nos espaços das casas e das ruas.

Por fim, no capítulo seis desdobramos a análise sobre os vínculos familiares e de apoio, problematizando as experiências, que, em lugar de desafiar os arranjos heteronormativos, têm experimentado e adotado convenções de matrimônio, reprodução e família como perspectiva de futuro. Esse processo também nos permite pensar sobre as mudanças em curso, seja ao contrapor uma narrativa de abandono dos familiares, seja aquelas relativas à conjugalidade e aos valores de gênero que circulam nas relações entre as travestis e seus parceiros e familiares.

A ideia principal deste trabalho é pensar as experiências de envelhecimento e a problematização moral da conduta das travestis sob a perspectiva das diferenças entre as

gerações. E também a atuação dos sujeitos nas mudanças para a construção de estilos de conduta no presente. Os temas que arrolamos constituem-se em meio aos processos interativos, evocam um presente carregado de orientações e desejos que mostram um mundo povoado por distintas temporalidades do agora. Perceber tais contextos, que se inscrevem nas narrativas sobre o tempo passado e presente, é um ponto de partida para a elucidação de permanências e mudanças relacionadas à experiência das travestis.

Assim, organizamos a presente tese em uma lógica espiral. Com isso, referimo-nos ao modo como cada tema alocado em cada capítulo orbita em torno de eixos que vão retroalimentando e agregando novas perspectivas de análise, que, por sua vez, não pretende ser exaustiva e nem definitiva, mas acenar para um conjunto de questões provisórias, que podem contribuir para percorrer o vasto território das experiências geracionais e de envelhecimento entre as travestis.

*

Dito isso, gostaria agora de trazer os aspectos da construção do campo, que me faz retornar à minha própria trajetória como profissional, pesquisador e militante junto às travestis. Conforme ressaltado anteriormente, durante o mestrado interessei-me em pesquisar os significados atribuídos à saúde e ao cuidado entre as travestis e as relações com as políticas de prevenção e de saúde local. O desenvolvimento dessa pesquisa ocorreu em meio a variados deslocamentos pessoais, que se intersectam com a dinâmica do campo. No ano de 2009, quando comecei a desenvolver minha pesquisa de mestrado, atuei por três meses como agente de saúde no programa de prevenção de DST/Aids, o que me permitiu compartilhar várias inquietações com os atores envolvidos nas ações de prevenção para as travestis. Em seguida, passei a me dedicar exclusivamente à pesquisa e a acompanhar as diversas estratégias mobilizadas pelo programa nos territórios de prostituição, com o corriqueiro trabalho de distribuição de insumos de prevenção, descobrindo os vários desafios que emergiam desses contatos.

Ao concluir a dissertação, ocorreu uma interrupção no programa de prevenção do município, um vácuo que exigiu uma mobilização política local para que as respostas fossem retomadas, que contribuiu para a articulação de militantes, que se reuniram com a criação da Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da cidade de Marília. Retornarei a esse assunto no primeiro capítulo, analisando os aspectos presentes na criação da entidade, especialmente o envolvimento das travestis. Apresento, nesse momento, o quanto o

envolvimento particular do pesquisador com essas questões são parte integrante das dimensões práticas da presente tese.

Na associação, passei a coordenar, entre outubro de 2012 e setembro de 2013, um projeto desenvolvido em convênio com o município, com o objetivo realizar ações de prevenção de DST/HIV e aids entre populações vulneráveis na cidade e promover a educação em direitos, o vínculo e o acesso ao Sistema Único de Saúde. Essas experiências, sem dúvida, implicaram no meu olhar e na minha posição em campo, que, ao longo dos anos, adquiriu significados diversos, o que me permitiu inclusive rever algumas interpretações sobre o próprio sistema de saúde. Devo, em alguma medida, a esse campo o aprofundamento de minha interlocução e de relações com as travestis que frequentavam os espaços de prostituição da cidade, tendo conhecido e interagido, de maneira mais próxima, com algumas delas, além de momentos mais esporádicos, quando se tratava de acompanhar as interações com as agentes de saúde. Durante a execução do projeto, tive a oportunidade de conviver com mais de 60 travestis que atuavam no mercado do sexo local. Outro ponto significativo é a própria natureza do projeto, de envolver a educação entre pares, contando com Penélope, uma das principais interlocutoras da presente pesquisa como agente de saúde.

Portanto, ao deslocar meu olhar sob a perspectiva das relações geracionais e do envelhecimento, já me beneficiava um vasto exercício da proximidade e engajamento com elas na cidade. Ressalto a importância de laços com as travestis na cidade e a participação nas redes previamente existentes e anteriores à presente investigação, e com a qual dialogo, destacando situações em contextos específicos de interação social, que considero importantes na construção do objeto da investigação atual.

Ao decorrer da presente investigação, realizei novas incursões em campo, de modo mais articulado às questões desta tese. Estive em campo durante os meses de dezembro de 2013, julho e dezembro de 2014, maio de 2015, janeiro, maio e julho de 2016. Nessas oportunidades, visitei diversas travestis, mais jovens e mais velhas, seja nos territórios de prostituição, seja nas residências e outros espaços de sociabilidade como bares e praças.

A partir desses contatos, somamos a realização de mais 10 entrevistas ao material acumulado ao longo do tempo, na maioria das vezes nas próprias residências de nossas interlocutoras. Nessa etapa da pesquisa, ampliei meus deslocamentos, seja ao conviver com travestis que residem em Vera Cruz e Garça, cidades próximas a Marília, por exemplo, e também, a partir de uma visita a casa de uma travesti nascida em Marília e que vivia em Uberaba-MG, onde montou uma pensão de cafetina. Barbara recebeu-me em sua casa por quatro dias em outubro de 2014. Assim, a presente pesquisa traz como material empírico as

entrevistas e o convívio em campo que nos permitem pensar como se conduzem dentro de sua experiência prática, bem como acessar suas oralidades e a rede de significados mobilizados e interpretados pelas nossas interlocutoras. Portanto, beneficiamo-nos de um exercício de interlocução nas mais variadas circunstâncias, conectando entre si, embora com breves hiatos, às vezes períodos longos sem contato, uma permanência em campo mais duradoura em alguns momentos, os quais se inscrevem em um período temporal considerável.

Embora esta pesquisa tenha como interlocutoras privilegiadas as travestis de Marília, nossas questões não ficam circunscritas à cidade. As interações nos territórios da cidade e o reconhecimento de seu mapa simbólico e físico, as viagens e circuitos urbanos pelos quais as travestis atuam e atuaram mostram-se fundamentais para interpretar as experiências geracionais e contemporânea de estar na cidade e vivenciá-la. Porém, tampouco deixo de considerar os movimentos que singularizam trajetórias de vida marcadas pelo deslocamento e mobilidade, os quais ficam marcados em seus corpos e subjetividades (PATRÍCIO, 2008; PELÚCIO, 2009). Não obstante, em alguma medida, todas elas foram ou estão interconectadas pelas experiências comuns e interações, seja no passado ou no presente, e reconhecem-se integrante de uma rede de relações de amizade, na qual, aos poucos, durante longo período de tempo, também fui me inserindo.

As relações apresentadas acima permitiram-me um acesso facilitado às travestis participantes da presente pesquisa, que se colocaram ao longo dos anos em posição bastante colaborativa para minhas questões e meu interesse renovado em saber sobre suas vidas e trajetórias. O certo é que muitas recorreram a mim para contar com empatia suas histórias de vida, com vontade de participar do “livro que estou escrevendo”. Essa resignificação remete-me ao relato de William Foote-Whyte (2005, p. 79), ao contar que, quando começou a pesquisa que resultou no seu livro *Sociedade de Esquina*, buscava apresentar para seus interlocutores uma explicação mais elaborada sobre sua pesquisa. Mas logo descobriu que as pessoas estavam desenvolvendo uma imagem sobre o autor, alguém que estava escrevendo um livro sobre Corneville. Uma explicação que constatava, em primeiro plano, que a pesquisa dependia de bem mais do que explicações, mas da qualidade das relações pessoais que o pesquisador desenvolvia e da interpretação de seus interlocutores. Noto que algumas das nossas interlocutoras apropriaram-se da leitura de minha dissertação, tendo uma dimensão sobre meu trabalho e inclusive questionando minhas interpretações. Durante o período de campo, recebia cobranças ávidas pela leitura do resultado dos novos escritos, que aqui se materializam.

Gostaria de ressaltar que nossas relações pautaram-se muito mais pela amizade, confiança e respeito, o que ilustra como o vínculo entre pesquisador e colaboradoras se

constituíram em torno de um eixo ético que viabilizou a continuidade da investigação. Não caberia aqui resumir todas as interações, o que se fará presente ao longo da escrita deste trabalho em variados detalhes.

Inúmeras vezes vivenciei, seja na qualidade de militante, seja de gestor de políticas públicas, perfis que não se encaixam facilmente na epiderme do antropólogo, cujas perspectivas requerem um distanciamento dos “saberes” e discursos nativos. Investido nessas posições, pude acessar perspectivas e referenciais de qualidade diferente, as quais devem ser levadas em consideração para se entender o contexto e a sua implicação na pesquisa. No campo das sexualidades e gêneros, essa situação liminar do pesquisador se complica, especialmente pela diversidade de posições e intensidade dos debates políticos, e também pelo próprio trânsito contemporâneo das linguagens e conceitos socioantropológicos para o debate público, que tem, por sua vez, implodido categorias e instrumentalizado variados embates políticos contemporâneos (SIMÕES & CARRARA, 2007; SIMÕES & CARRARA, 2014; FRY & CARRARA, 2016).

A postura distanciada, supostamente neutra e objetiva, é uma prática considerada, por muitos pesquisadores, necessária para a produção do saber científico. De minha parte, penso que há riscos e vantagens a todo tipo de engajamento vivenciado na condução de pesquisas em companhia de seres humanos. Há também supostos éticos e políticos presentes nas interações com os sujeitos de pesquisa, que requerem certa reciprocidade, quando, por exemplo, os sujeitos de pesquisa estão em situação de vulnerabilidade e/ou nas inúmeras possibilidades abertas face a face, que requerem o posicionamento e a ação do pesquisador.

Dito isso, a fim de preservar as identidades e o anonimato das travestis e dos demais interlocutores, como agentes e gestores da área de saúde, adotei, ao longo deste trabalho, nomes fictícios, embora muitas vezes tenha recebido ávidos pedidos das travestis para que fossem identificadas pelos nomes próprios, em busca de registrar seus depoimentos e suas histórias. Como observou Pelúcio (2009), em sua etnografia, a medida busca preservar as pessoas, muitas vezes envolvidas em cenários clandestinos, uso de drogas, cafetinagem, na aplicação de silicone em outras travestis – o ato de “bombar”, e mesmo as dinâmicas fluidas e contingentes que as vinculam uma as outras, alteram as disposições no contexto do mercado do sexo e das relações afetivas.

Outro aspecto diz respeito às pesquisas antropológicas que são realizadas em companhia de seres humanos, possui uma dimensão complexa, que dificilmente poderia se circunscrever aos termos da Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde. O fato de nossas interlocutoras darem seus depoimentos, autorizarem a gravação nas entrevistas que realizamos,

compartilharem suas trajetórias, e inquietantemente, não se sentirem à vontade com um termo de consentimento livre e esclarecido, tal como apregoa a resolução, mostra que a lógica burocrática e formal, por vezes, é um empecilho, e também não garante o respeito ético, que passa pelos aspectos não levados em consideração pela norma técnica.

A seguir, para facilitar a leitura, do presente trabalho, apresento os nomes das principais interlocutoras da presente pesquisa e suas respectivas idades, com destaque para aquelas com quem pude realizar entrevista com o uso consentido de gravador de voz.

Tabela 1 – Nomes mascarados /Idade das principais interlocutoras da pesquisa		
Nome	Idade (referência - jun/17)	Entrevistas/período
1. Amanda	23	
2. Andreia	51	jul/14
3. Barbara	39	out/14
4. Cris	36	
5. Fabíola	Faleceu aos 32 anos em 2015	jan/11
6. Grazi	30	
7. Helen	27	
8. Jade	21	jul/14
9. Janaína	52	
10. Tina/João	43	
11. Kassandra	47	
12. Leona	42	
13. Letícia	35	dez/13
14. Lorena	28	
15. Madona	35	dez/13
16. Selma/Marcos	Faleceu aos 39 anos em 2015	
17. Maria	52	
18. Melissa	23	
19. Michele	29	dez/11
20. Marcos/Nair	Assassinado aos 19 anos em 2012	
21. Nicole	28	jul/14
22. Paola	29	
23. Penélope	46	dez/14
24. Rebeca	31	dez/13
25. Ruivinha	31	
26. Sabrina	27	mai/11
27. Samira	47	

28. Sasha	23	
29. Soraya	50	ago/07; jan/11; dez/14
30. Susi	24	
31. Valeska	46	

Capítulo 1 - Aids: saúde, política e cuidado de si

Fabíola, após sair da prisão, em meados de 2009, retornou para a casa de Soraya bastante debilitada por uma forte gripe, que foi se tornando uma dor insuportável no corpo. Rapidamente emagreceu e apareceram fungos na sua boca e garganta (conhecido como “sapinho”), que a levou a buscar o serviço de emergência hospitalar, (local privilegiado do contato das travestis com os serviços de saúde, especialmente quando as doenças manifestam-se de maneira extremamente dolorosa, ou quando elas são vítimas de graves danos à saúde pela flagrante e escandalosa violência que atravessa o seu cotidiano).

No atendimento de emergência do Hospital das Clínicas recebeu o diagnóstico de tuberculose, chamada por ela de “tb”. Imediatamente foi internada em regime de isolamento, devido ao elevado risco de transmissão da bactéria (Bacilo de Koch). A suspeita de que ela estivesse com aids era compartilhada pelas travestis de seu círculo de relacionamento, por ela mesma e pela equipe médica, pois são comuns as infecções do tipo que a atingiu entre as pessoas acometidas por essa doença. Essa suspeita era motivo de muito sofrimento e inquietação para Fabíola. Nos espaços de prostituição, seu estado era apontado pelas demais travestis, em fofocas depreciativas, acusatórias e também comiseradas. Enquanto esteve internada, falavam a seu respeito: “a bicha está com a tia” (aids).

Após a recuperação no hospital e durante o tratamento da tuberculose, Fabíola recebeu o diagnóstico negativo para o HIV e passou a se esforçar para reverter a imagem depreciada produzida a seu respeito. Soraya, que vive com aids, não aceitou seu retorno à sua casa por suspeitar da transmissão da tuberculose. Desprotegida, Fabíola tenta reconstruir seu destino, retornando à casa de sua família, passando a morar com sua mãe e irmão mais novo. Aos poucos, recuperando a disposição física, passou a frequentar novamente as ruas do Centro de Marília – tendo que se deparar com as inquietações e suspeitas coletivas sobre a doença.

Encontrei-me com ela em uma noite relatando a todas as travestis presentes o quanto ficou surpresa quando recebeu o resultado do teste de HIV: “bicha, quando a enfermeira falou o resultado, eu não acreditei, achava que tava condenada. Doze anos de rua, meu bem, a gente fica achando que tem a tia”. Entre as travestis, também operam formas de silenciamento e negação em relação à doença, impronunciável e tabu em alguns contextos como sugere Pelúcio (2009), que para se falar sobre a aids, utilizam-se palavras e nomes carinhosos e expressões no diminutivo, como “babadinho” ou “tia”, expressões que denotam certa relação de afinidade e parentesco com a infecção, minimizando os significados negativos, bem como a presença insidiosa da suspeita que se inscreve nas subjetividades. A aids é pensada como uma doença

endêmica, própria do grupo e daqueles que se desviam das convenções estabelecidas para uma suposta conduta sexual saudável. Fabíola, ao se revelar como “não condenada”, mesmo muito adoecida, tomando uma série de medicações para a ansiedade e a tuberculose (esta última com um tratamento de seis meses), operou as convenções fortes da doença, que se sobrepõem a todas as outras, pela sua estreita ligação com a moralidade, os sentimentos de morte e a punição. O alívio diante dos resultados negativos do exame foram narrados como uma peripécia do destino.

Essa narrativa é tensionada em meio às interações com as outras travestis, que encontram na situação um momento para refletirem sobre a conduta sexual, enfatizando os cuidados necessários para manterem-se livres da infecção. Nessa noite, Fabíola (na época com 27 anos) tem como interlocutora privilegiada uma jovem travesti, Melissa (17 anos). Elas conversam sobre suas inquietudes reveladas na apreciação de algumas práticas às quais estão expostas.

Melissa endossava a perspectiva de que os homens não têm preocupação com a prevenção; que são elas, as travestis, que se preocupam. Neste sentido, exemplifica que é “natural” para a travesti ter preservativos, pois elas incorporaram os insumos como um instrumento de trabalho e proteção. Os clientes, em sua maioria, ao procurá-las para um programa chegam sem o insumo; outros chegam até a pagar mais para ter sexo sem preservativos. Explica que era uma prática recusada pela maioria das travestis, mas, dependendo do momento e da situação, poderia ser a última alternativa de uma noite, irresistível no caso de se estar há muito tempo sem conseguir ganhar dinheiro, em suas palavras - “quando a rua estava uó”.

Fabíola destacava que, além dos riscos da profissão, o relacionamento das travestis com seus maridos é, em geral, pautado por um afrouxamento das injunções da prevenção, pois é baseado na “confiança”, permitindo que se sintam, no envolvimento com o outro, pessoas felizes e femininas. Se nas relações casuais e da prostituição o preservativo torna-se um importante e valorizado instrumento de trabalho, nas relações com seus maridos ele estabelece uma barreira para as valorizadas trocas de afetos e substâncias implicadas como positivas e desejáveis nessas relações.

As prédicas morais acionadas no discurso de Fabíola lembram que as travestis são vulneráveis ao HIV e reforçam, em alguma medida, os estigmas quando se trata de falar dos parceiros, pois a um cliente ou o parceiro que não se protege em uma relação com uma travesti – para ela, extremamente exposta à epidemia – falta “amor próprio”. Conta várias peripécias, como, por exemplo, sair com clientes que desejam trocar substâncias e esperma na relação sexual, e também aqueles que justificam serem imunes à doença por gozarem das prerrogativas

de um casamento heterossexual – o que, aliás, na perspectiva da nossa interlocutora agrava a questão moral, condenando a exposição das esposas traídas. Diante de sinais suspeitos de seus clientes, recomendava à jovem travesti usar duas camisinhas, para se proteger mais, quando não era o próprio cliente que assim exigia, mas que isso está em flagrante contradição com a mensagem oficial de risco do rompimento do látex do preservativo. Falam também das várias angústias do rompimento do mesmo e sobre momentos irresistíveis em que cedem ao risco e afrouxam as injunções da prevenção frente a homens belos, jovens, cheirosos e insuspeitos.

A maneira como discutiam sobre as práticas sexuais e suas relações com os clientes/maridos trazia a revelação de um estado que atinge a todas (a suspeita da aids). Entretanto, a ênfase nos riscos permitia que estabelecessem um parâmetro para verificarem se estão de acordo com as normas de saúde a elas dirigidas (FOUCAULT, 2001), bem como estabelecerem certa inquietude, que mostra as dificuldades de apropriação de tais normas, cujos princípios de apreciação da realidade são exaustivamente incluídos em seu exercício de transformação e negociadas com a implacável força do desejo e das regras do mercado do sexo. Nessas narrativas, podemos evidenciar as convenções operantes e em disputa, que se materializam na aplicação de Fabíola de uma exigência renovada de rigor com a prevenção, valorizando uma atitude de “não mais se deixar descuidar”.

As questões com a conduta sexual tornam-se objeto de reflexão e inquietação entre as travestis mais velhas e as jovens, insinuando-se nas construções subjetivas do medo do contágio e nas recomendações de cuidado consigo compartilhadas nas interações. Por ora, chamo atenção para como as travestis preocupam-se com a prevenção e formatam certo cuidado com a saúde, ainda que burlem as prescrições dominantes e submetam-nas a rearranjos. Essas prescrições, enfatizadas nas conversas do cotidiano, trazem à tona processos mais amplos, os quais merecem uma análise mais detida neste capítulo, sobretudo no que diz respeito à “Sidadania” (PELÚCIO, 2009), investida pelas intervenções do Estado.

O termo “Sidadanização”, utilizado por Pelúcio (2009), troca o “C” de Cidadanização pelo “S”, da sigla SIDA, acrônimo de Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, no intuito de problematizar a vigilância e a disciplina investidas sobre os corpos e os prazeres dissidentes, a partir de um processo de repatologização das sexualidades não heterossexuais, que passam adquirir uma cidadania moldada por um modelo biomédico de responsabilização e cuidado com a saúde. O processo ocorre por meio da promoção de programas oficiais de prevenção de DST/HIV e aids, que levam a cabo intervenções que visam a mudanças das atitudes e comportamentos (PELÚCIO & MISKOLCI, 2009).

A ideia remete à expressão “Cidadanização”, utilizada por Duarte *et al.* (1993), que analisa ações levadas a cabo por organizações não governamentais em bairros populares do Rio de Janeiro, mostrando como um amplo projeto político constituía-se em torno de um processo de racionalização, individualização e responsabilização de categorias sociais marginalizadas. Conforme sugere Carrara (2015), isso tornou-se um conceito útil para analisar os processos pelos quais passam países ocidentais desde a década de 1960, em relação à sexualidade e ao gênero.

Esse tema de inquietação com a saúde, por sua vez, está intimamente ligado à disseminação mais ampla na sociedade contemporânea de regras para uma vida saudável, produzida por mecanismos e prescrições que expõem uma luta para sujeitar os indivíduos e responsabilizá-los por suas condutas (ORTEGA, 2004). Estamos diante de uma concepção amplamente compartilhada na contemporaneidade, que enfatiza, em seus agenciamentos, a saúde como uma meta em referência aos modelos de conduta, mostrando aos indivíduos suas próprias fragilidades diante da representação avassaladora das doenças (CHAMÉ, 1996; 1997). Assim, os próprios sujeitos são levados a constituir uma “autoperitagem” em relação à própria conduta, um processo que reconhece as ameaças à saúde, que engendram atitudes e concepções que o sujeito passa a perseguir, em busca de certa vitalidade (ZAMBONI, 2015).

No caso específico do tema da aids, podemos ressaltar que ele não surge no cotidiano das travestis de modo isolado de um contexto social e histórico dinâmico e das forças políticas em disputa. Na verdade, esses temas mostram que elas têm que lidar, cada vez mais, com os discursos e as práticas políticas que visam aos seus corpos e subjetividades.

O aparecimento da aids, na década de 1980, é relatado por diversas pesquisas como um momento de consternação mundial, de ampliação do medo e do terror frente à agonia de suas vítimas, reveladas ao escrutínio público (POLLAK, 1990; PERLONGHER, 1987C; GALVÃO, 2000). Com a expansão da epidemia, as sexualidades que não coadunam com os vínculos heterossexuais tornaram-se objeto de vigilância, colonizadas pelas injunções, que reforçaram os processos políticos e sociais, que, de longa data, instituem a normalidade sexual ao modelo da família heterossexual e monogâmica (RUBIN, 2003) - que, nesses primeiros anos de epidemia, eleva-se ainda mais como modelo de conduta sexual saudável (PERLONGHER, 1987c). Esses discursos devolveram uma imagem endurecida para as vítimas, como se elas fossem vilãs de ações baixas e abomináveis, dada a conduta moralmente inaceitável. Aos poucos, novos sujeitos são revelados pela epidemia, como gays, travestis, mulheres profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, brutalmente expostos à doença e ao

estigma⁸ de serem considerados não apenas responsáveis morais por ela, como também pelo sofrimento de vivenciar uma doença letal, que, nesses primeiros anos, de informações e visões desencontradas, pode ser considerada uma grande “queima de arquivo”, nas palavras de uma interlocutora, que vai fraturar e interromper de diferentes formas as trajetórias de vida. Seguindo as trilhas de Simões (2013) a aids conformou preocupações, narrativas e ações coletivas, constituindo certo quadro de referências, modos de organizar a vida e sensibilidades que provocaram transformações nas identidades políticas e formas de sociabilidade contemporâneas.

1.1- Respostas à epidemia de aids

Há, na literatura, um vasto exame sobre as respostas oficiais para lidar com a epidemia, mostrando as disputas e as distintas estratégias mobilizadas pelo Estado, seja em dimensões locais, nacional e internacional (MANN, et. all 1993; GALVÃO, 2000; AYRES, 1999; BARREDA & ISNARDI, 2006; MELO et. all, 2011, SEFFNER & PARKER, 2016), a partir das quais podemos relacionar as políticas para a aids ao desdobramento histórico do dispositivo de sexualidade, que está ligado ao processo de constituição de novas subjetividades na modernidade (FOUCAULT, 2005a).

O surgimento da aids revigorou as tecnologias de gestão da sexualidade, ou polícia do sexo. Isto é, a “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos, e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 2005a, p. 28). Doravante, os discursos e práticas ligadas às políticas para a aids indicam prescrições e critérios para a conduta sexual e a saúde, que instigam uma vida produzida por esses preceitos, não obstante, os choques possíveis com as aspirações diversas que orientam os sujeitos na experimentação de si.

A aids aprofunda aqueles processos de racionalização observados por Foucault (2005a), que têm por objeto o sexo, seja como forma de disciplinar, adestrar e ampliar as aptidões e a saúde do corpo em sua singularidade anatômica, seja como suporte de processos biológicos que atravessam a população. Para o Estado, tornou-se necessário saber o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que fazem dele, para melhor controlar sua prática, responsabilizando os sujeitos e moldando suas condutas.

⁸ No contexto dos estudos sobre a representação social da identidade deteriorada Goffman (1988) ressalta que a identidade não é uma essência da pessoa, nem o estigma é simplesmente um atributo depreciativo, antes a imputação social que estabelece o estigma e os atributos considerados comuns a uma categoria de pessoas são construídos através de relações que estabelece a confirmação da normalidade de outrem.

Se podemos insistir que, com o surgimento da aids, há um desdobramento de uma técnica positiva que articula o sexo a uma biopolítica que busca normalizar os corpos e as condutas, não podemos desconsiderar o desenvolvimento e a dispersão dos discursos para além do campo biomédico, cada vez mais afinados aos embates contra discriminação e as hierarquias sexuais com base na crítica aos pressupostos heteronormativos (CARRARA, 2015). Isso nos faz pensar que, a propósito do contemporâneo, operam formas mais sutis e sofisticadas de governo com novas linhas de forças e estilos de regulação moral que produzem mudanças no regime de sexualidade, na medida em que constituem uma nova linguagem e novos sujeitos identitários e políticos, que demandam reconhecimento em torno de direitos sexuais e humanos.

De acordo com Carrara (2015), o dispositivo transformou-se ao longo da história, o que se nota pela entrada no campo das políticas sexuais contemporâneas de novas linhas de força e enunciados, que não se instituem, a partir das justificativas e “entes transcendentais” outrora acionados, como as convenções que informaram as políticas sexuais nos séculos XIX e início do século XX, como a saúde da raça e da nação, exaustivamente problematizadas por (FOUCAULT, 2001; 2005a). Não pretendemos aqui lançar mão de uma análise desse processo amplamente explorado pela literatura especializada, especialmente por Carrara (2015), mas chamar atenção para a complexidade das ações configuradas e seus duplos interesses, que nos remetem ao paradoxo do direito e do controle, que ora dinamiza a politização das questões relacionadas à sexualidade e ao gênero, ora dita um “regime de verdade”, que molda subjetividades.

No Brasil, em meio a vários embates, seguindo àqueles consagrados na Constituição de 1988, a partir dos quais a saúde é definida como direito de todos e dever do Estado, garantindo acesso às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação de doenças e outros agravos, a política para a aids é ampliada significativamente. No início dos anos 1990, ainda que marcadas por um contexto político de confrontos e de perspectivas em disputa, por exemplo, as mensagens de campanhas oficiais do Ministério da Saúde, que fortaleciam o estigma da doença (“Se você não se cuidar, a AIDS vai te pegar” (1990) e “Eu tenho AIDS e vou morrer” (1991) (GALVÃO, 2000, p. 123), eram postas em prática novas estratégias, como o fornecimento gratuito de medicamentos, em consonância com a adoção de um modelo internacional de prevenção, para se evitar novos casos e, ao mesmo tempo, dar sustentabilidade financeira à política de assistência às pessoas afetadas pela doença. A ampliação das formas de cooperação com a sociedade civil tornam-se especialmente valorizadas, a partir de acordos internacionais, como o “Projeto de Controle da AIDS e DST” com o Banco Mundial (1994), conhecido como AIDS I, que trazia a estratégia de incluir a sociedade civil nas respostas à doença.

Essas transformações podem ser relacionadas ao desenvolvimento de mecanismos de gestão pública da saúde no Brasil, apoiada por um intenso movimento, rede de atores e instituições (AUGUSTO & COSTA, 1995; CANESQUI, 1995), bem como a politização da sexualidade e o surgimento de ativismos de homossexuais e da aids (GALVÃO, 2000; SIMÕES & FACCHINI, 2009), que, aos poucos, “abriu espaço” para visibilidade de travestis no campo das disputas políticas, especialmente a interlocução com o Estado (PERES, 2005; CARVALHO & CARRARA, 2013; CARVALHO, 2011). Aqui, aproximamo-nos de uma concepção de Estado, que busca compreender seu caráter dinâmico, onde diferentes concepções e pressões de diferentes grupos sociais se deflagram (AGUIÃO, 2014).

Novos sujeitos são implicados em um conjunto de transformações políticas e sociais, do final do século XX e início do século XXI no Brasil, contribuindo para a criação de uma nova agenda de intervenções na sexualidade e para a emergência de atores políticos que vão demandar novas condições para o reconhecimento e a proteção social com base nos direitos humanos (CARRARA, 2015). Mais adiante colocamos em tela as ressonâncias deste contexto mais amplo no município de Marília, e também como essas políticas implicam as travestis. Antes disso, gostaríamos de trazer ao debate uma interpretação sobre o dispositivo⁹ de aids e a politização das travestis como sujeitos coletivos e de direito.

*

As respostas à epidemia de aids foram importantes para a constituição de organizações de travestis no Brasil. Mapeando os percursos e as trajetórias de travestis militantes, Carvalho (2011) e Carvalho & Carrara (2013) observam que muitas delas iniciaram suas trajetórias políticas a partir de algum envolvimento com o enfrentamento da epidemia. Os projetos de prevenção deram-lhes a possibilidade concreta de organização no campo jurídico, por meio de organizações não governamentais. Nos anos 1990, conceitos como vulnerabilidade, *advocacy*, *peer education*, *empowerment* e identidade de gênero vão sendo apropriados pelo movimento,

⁹ A noção de dispositivo, de acordo com Foucault (1989, p. 244), remete a um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, que organizam a produção de verdades e subjetividades a elas conformadas. Problematizando a proliferação de discursos sobre o sexo e a grande empresa de normalização no Ocidente, o autor mostra os vínculos múltiplos com a política, a economia e a saúde, a partir dos quais emerge o dispositivo de sexualidade como um complexo histórico que se apoia em diversas manobras de poder. Apoiando nessas ideias, e em insights de Néstor Perlongher (1987c) Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009, pp. 143-144) forjam a ideia de dispositivo de aids, discutindo a patologização e a normalização impulsionada no contexto das respostas à doença, especialmente no acento em relação às sexualidades disparatadas.

que passa também a permitir a expressão de demandas que vão além de insumos e acesso à informação, no caso da aids, por meio de uma nova linguagem que politizam aspectos variados de suas vidas.

A ligação entre movimento de travestis com as questões de aids pode ser rastreada desde as primeiras respostas à epidemia, como atesta a fundação da casa de apoio Brenda Lee (inicialmente chamada de Palácio das Princesas), em 1984, na cidade de São Paulo, que passou a acolher travestis soropositivas e/ou vítimas de violência, caracterizando uma iniciativa de apoio mútuo em um período denominado por Jane Galvão (2000) de anos heroicos da luta contra a aids. A partir dos anos 1990, surgem as primeiras organizações políticas de travestis, nascidas em resposta às violências, especialmente a policial, como a Associação das Travestis e Liberados no Rio de Janeiro (ASTRAL), em 1992, com o apoio do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), que conduzia um projeto de prevenção à aids, intitulado “Saúde na Prevenção”, onde vão ocorrer as primeiras reuniões da associação. A partir da ASTRAL, em 1993, foi organizado, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, reunindo participantes de 5 estados e motivando a criação de outras organizações já no contexto de ampliação da resposta governamental, a partir do financiamento de iniciativas de prevenção, conduzidas pela sociedade civil. O encontro nacional, por sua vez, passou a ser financiado pelo Programa Nacional de DST-AIDS, a partir de 1996, denominando-se ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS.¹⁰ Apenas nos anos 2000, concretiza-se a criação de uma associação nacional, que congregaria outras organizações de travestis e transexuais afiliadas, a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), favorecendo a potencialização política e uma maior participação no movimento LGBT (CARVALHO, 2011; CARVALHO & CARRARA, 2013).

Neste sentido, podemos ressaltar que as travestis têm encontrado, na participação política e no campo da luta pela prevenção à aids, uma maneira de denunciar as diversas violações a que são submetidas em seu cotidiano e influenciar as discussões sobre as demandas em relação ao bem-estar e à saúde de modo mais amplo, propondo ações para o reconhecimento das travestis como sujeito de direitos (PERES, 2005).

¹⁰ Ao longo do tempo, o encontro passou por mudanças na sua denominação, abandonando o termo liberados, adequando-se às estratégias das políticas para a aids e também refletindo, mais recentemente, as dinâmicas de diferenciação e experiências de gênero, passando a ser chamado atualmente de Encontro Nacional de Travestis e Transexuais. Carvalho & Carrara, 2013 destacam que desde sua primeira edição, no Rio de Janeiro em 1993, até a 21ª Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ele possibilitou articular e disseminar estratégias para organização de travestis e transexuais, criando possibilidades de diálogo com o poder público e a própria militância LGBT.

A discussão sobre a emergência desse sujeito político é complexa, e não temos a pretensão aqui de aprofundá-la. Uma análise sobre a história do movimento LGBT e da crescente especificação identitária no plano político, da qual a categoria travesti também é tributária, encontra-se em Simões & Facchini (2009) e Fachhini (2005). Inspiramo-nos aqui na proposta de Mario Carvalho (2011), mostrando a emergência da categoria travesti como um fenômeno recente, que revela, no plano político, a disjunção em relação às homossexualidades masculinas, notadamente a partir da emergência dos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, partindo de parâmetros postos por saberes médicos e especialmente de uma sexologia gerada pós-Segunda Guerra, cujos jargões apropriados no campo das disputas políticas e de diferenciação identitária projeta gays de um lado e travestis de outro.

Sem esquecer o campo das sociabilidades e das interações e os processos de classificação que operam nas relações cotidianas (PERLONGHER, 2005), podemos apontar que a história da categoria travesti e sua visibilidade crescente foram colocadas em debate político a partir da década de 1990. Este campo hoje tem se diversificado, implicando novas políticas com relação ao reconhecimento das travestis, além de uma pluralização das categorias identitárias e da maior problematização das questões de identidade de gênero, que remetem a várias categorias classificatórias operadas na definição dos sujeitos coletivos do movimento, como transexuais, pessoas trans, mulheres transexuais e homens trans (BARBOSA, 2013; 2015).

Não pretendemos aqui reconstruir a história do movimento de travestis, nem seus encontros e desencontros com as demais categorias, mas ressaltar como esse campo de lutas expande-se em um contexto mais geral de incorporação de ativistas no âmbito das políticas públicas, especialmente na prevenção das DST/HIV. As políticas para o enfrentamento da aids, operadas por meio de organizações não-governamentais - ONG, trazem a possibilidade de uma cidadania gestada por uma estratégia de controle sutil, de mais amplo alcance no Brasil (DE LA DEHESA, 2015), com ressonâncias locais.

1.2- Movimento LGBT e a aids

No contexto de Marília, o movimento organizado LGBT surgiu a partir dos debates travados no “Diversidade em Nós”, um fórum de discussão que reuniu, em meados de 2009, pessoas interessadas em discutir questões ligadas à diversidade sexual, gênero e política local, como jovens do movimento estudantil, militantes de esquerda, estudantes universitários, alguns – naquela oportunidade – estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília,

e também funcionárias do poder público local, a exemplo da Coordenadora de Políticas para as Mulheres – entidade recém-criada naquele momento no município –algumas travestis. Toda essa diversidade suscitou acaloradas discussões sobre a identidade política que o grupo deveria adotar, reveladoras das tensões e distintas perspectivas, em disputa que se materializou nas estratégias mobilizadas pelos participantes:¹¹ uma com enfoque mais abrangente, que propunha uma identidade política pautada nas diversidades, valendo-se da ideia de que o grupo deveria lutar pela tolerância e o respeito; outra que, sem abicar desse vocabulário, propunha uma política pautada nas identidades e nas necessidades diferenciais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

O processo de constituição de uma entidade LGBT na cidade parte da recepção dos anais da I Conferência Nacional GLBT, que ocorreu em 2008, em Brasília, e do manual do Projeto Somos, o “*Guia Prático de Desenvolvimento Institucional, Advocacy, e intervenção para ong que trabalham com gays e outros HSH* (Brasil, 2005), resultado de uma parceria entre a ABGLT¹² e o Programa Nacional de DST/AIDS, que financiou ações educativas no campo da prevenção e do desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil que atuam no campo da luta pela cidadania.

Raphael De La Dehesa (2015) aponta que o Projeto Somos é a expressão brasileira de um projeto regional da Associação para a Saúde Integral e Cidadania na América Latina –

¹¹ Para alçar a respeitabilidade e a visibilidade do grupo, ganhou espaço, logo nas primeiras reuniões do grupo, a ideia de promover um evento filantrópico, denominado de “Pizza Solidária”. A ação ocorreu no bar de uma das colaboradoras, que cedeu o espaço para o preparo e a entrega das pizzas vendidas pelos membros do grupo na cidade, por meio de vale-canhoto. Metade dos recursos arrecadados tinham como destino a “Associação Amor de Mãe”, uma instituição que desenvolve um trabalho educativo e assistencial para crianças, mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade na zona oeste da cidade, especialmente da Favela do Argolo Ferrão, onde residem várias travestis interlocutoras desta pesquisa, que vale ressaltar, beneficiavam-se dos projetos da instituição, como as oficinas de padaria. O evento organizado pelo grupo resultou na arrecadação de 1300,00 reais, divididos igualmente entre as duas entidades, e foi amplamente publicizado pela mídia local. Entretanto, o gesto de filantropia não agradou a todos e todas, que viram neste ato o potencial crítico do grupo esvaziar-se. Havia um outro tema articulador das discussões do grupo, para a revisão do Plano Municipal de Direitos Humanos, promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos da Unesp, nas dependências do auditório da Câmara Municipal, por meio de audiências públicas. A ideia de alguns participantes era apresentar propostas e demandas para integrar esse documento, que aos poucos foi se desenhando a partir das discussões sobre o tema, novos desafios como a institucionalização de um grupo pautado exclusivamente pelas identidades LGBT. As tensões que precederam a organização passavam também pelo local de reunião do grupo. Inicialmente, elas ocorriam na sede do Partido Comunista do Brasil, em Marília, espaço cedido a partir das articulações de militantes lésbicas que atuavam no partido. Alguns viam que essa proximidade, por vezes, sobrepunha interesses e pautas nas reuniões; por outro lado, não atraía as pessoas que poderiam se beneficiar delas. A ideia de fazê-las em espaços itinerantes nos bairros periféricos mobilizou uma agenda de encontros nos Centros Comunitários dos Bairros, como Nova Marília, Costa e Silva e do Jardim Nacional, atraindo outros homens gays, lésbicas e travestis, especialmente de camadas mais populares.

¹² ABGLT foi criada em 1995, em Curitiba-PR, durante o VIII Encontro Nacional de Gays e Lésbicas, que incorporou, por ocasião da presença das travestis, a categoria no nome dos futuros encontros nacionais (Simões & Facchini, 2009). A ABGLT, atualmente denominada de Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, é a maior rede nacional, com mais de 300 organizações LGBT afiliadas.

ASICAL, pautado nas ideias de *Advocacy*, Capacitação e Apoio Técnico, um projeto que vai lograr mais êxito no Brasil, devido ao estímulo do Ministério da Saúde. O Projeto Somos surge em 1999, com o objetivo de fortalecer novas ONG que trabalham com gays e homens que fazem sexo com homens – HSH¹³, segmento populacional considerado prioritário para o enfrentamento da epidemia do HIV/aids. O projeto envolvia capacitação e visitas por parte de ativistas das organizações da ABGLT, abrangendo questões como a forma de registrar legalmente uma ONG e administrar equipes, bem como construir projetos para solicitar financiamento, que vão ao encontro às prioridades estabelecidas pela agenda oficial. A partir de 2004, o projeto Tulipa (Travestis Unidas Lutando Incansavelmente para a Prevenção da AIDS) operou o mesmo modelo em cinco centros regionais coordenados pela ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais).

A recepção do debate ensejado nesse contexto permitiu a criação, em 13 de dezembro de 2009, no auditório da Câmara Municipal dos Vereadores – por meio de uma assembleia de fundação –, da Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Cidade de Marília (ALGBT – Marília), constituída na forma de sociedade civil sem fins lucrativos e de direito privado. Sua formação inicial reunia, predominantemente, homens gays, sendo seis funcionários públicos (professores, servidores da Justiça, da Câmara Municipal, da Fazenda do Estado e conselheiro tutelar), um cabelereiro, um comerciante, dois estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências, duas mulheres lésbicas – sendo uma estudante de psicologia e outra de enfermagem – e três travestis profissionais do sexo, incluindo Soraya, Penélope e Michele, que assumiu a vice-presidência da entidade a partir do seu terceiro ano de existência.

Em seus três primeiros anos, a associação promoveu diversas atividades de caráter público. Por exemplo, esteve com seus militantes em várias oportunidades na Câmara Municipal, participando de audiências, sendo objeto de homenagens e conquistando espaço na

¹³ A categoria Homens que Fazem Sexo com Homens (HSH) busca contornar aspectos culturais e políticos imbuídos em termos como gay, homossexual, bicha, entre outros, a fim de abranger diferentes experiências e práticas sexuais que não se enunciam em identidades sexuais fixas. As referências identitárias acionada pelos HSH são múltiplas, levando em consideração os contextos em que atuam; as expressões corporais, as práticas sexuais, os estilos de gênero, o varão que se enuncia “homem de verdade” e vende serviços sexuais através de trocas monetárias com as “mariconas”, até as bichas, os homossexuais afeminados, entre outros (PERLONGHER, 1987a, 1987b). As categorias das políticas preventivas buscam contornar, por meio de temas hegemônicos e universalistas, as práticas sexuais dos homens que fazem sexo com homens, como direitos humanos, cidadania e homofobia. Por outro lado, a categoria “travesti” não está presente nas fichas de investigação epidemiológicas. Mesmo com os avanços engendrados pelas respostas institucionais à aids, ela permanece como um filtro regulador que decanta as diferenças, especificada na categoria “homens que fazem sexo com outros homens”, terminologia que oculta as amplas e fluidas experiências identitárias e demonstra a invisibilidade dessa população para efeito de conhecimento da epidemia. Embora seja um segmento importante para as ações de prevenção, não existem dados oficiais abrangentes que apontem um perfil e a magnitude da epidemia entre essa população, o que tornam precárias as ações de gestão populacional que se pautam na contabilização do fenômeno em busca de definir estratégias para diminuir as probabilidades de contágio.

tribuna em algumas situações, partindo de uma aliança com alguns vereadores e provocando outros a refletirem sobre as necessidades diferenciais de LGBT, não consideradas na elaboração de direitos e no planejamento das políticas públicas. Para muitas travestis, estarem presentes em vários desses momentos, circulando por corredores que tradicionalmente são hostis às suas presenças, e serem homenageadas por iniciativas de outros nas sessões e na tribuna representava grande orgulho e satisfação, mas também o aprendizado de uma nova linguagem e estratégias políticas.

Em seus primeiros atos, a associação construiu uma campanha denominada “Marília contra a homofobia. Em Defesa da Cidadania!”. A ação consistia na sensibilização da população da cidade de Marília quanto à mudança de concepções sobre LGBT, divulgava direitos, como o uso do nome social por travestis e transexuais no SUS e as leis antidiscriminatórias, como a Lei Municipal 5.938/04 e a Lei Estadual 10.948/01 – e, com base nesta última, os serviços de acolhimento de denúncias, estabelecido pela Defensoria Pública, em parceria com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo. Outros estudos argumentaram que as violações de direitos e as discriminações foram apropriados como uma temática crítica e articuladora do processo de constituição das identidades coletivas e das agendas dos movimentos sociais no Brasil (CARRARA & RAMOS, 2006), igualmente, o modo pelo qual operadores da polícia e justiça constroem processos relativos a violência contra LGBT orientados por preconceitos arraigados e estereotipados (CARRARA & VIANNA, 2004) especialmente quando se trata das travestis, expostas a letalidade em proporções elevadas e maiores impunidades (CARRARA & VIANNA, 2006).

A campanha foi realizada através de parceria entre a Secretaria Municipal de Juventude e a Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Marília, por meio do Programa Municipal de DST e AIDS, que imprimiu 4 mil folhetos elaborados pela associação. A distribuição dos folhetos ocorreu em espaços de sociabilidade noturna, como a boate GLS da cidade e os espaços de prostituição de rua, entre as travestis. As intervenções nas proximidades do Terminal Urbano Rodoviário, ao final da tarde, quando se aproximava o fim do horário comercial, em meio ao grande fluxo de transeuntes que se apressam para pegar a condução no retorno para a casa, ganhou grande visibilidade, repercutindo até na mídia local. As militantes não passavam despercebidas na rua, seja no *stand* com bandeiras de arco-íris, seja nas abordagens às pessoas para entregar o folheto, especialmente as travestis, como Penélope, Soraya, Barbara e uma *drag queen* que chamava atenção com seu leque colorido, vestido de paetês vermelho platinado e peruca vermelha. Notamos, como em outros contextos, por

exemplo as Paradas de Orgulho LGBT, como as travestis e também transexuais e *drag queens* tornaram-se elementos espetaculares explorados nas diversas manifestações.

A entidade também passou a promover debates, envolvendo representantes de instituições do poder público, locais e da administração estadual, com o objetivo de construir e fomentar parcerias e estratégias para as ações, que tinham como principais motivadores o enfrentamento às discriminações. Aqui vale ressaltar todo um campo institucional, como a Defensoria Pública e a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, com a divulgação dos mecanismos da Lei 10948/01, e também, as ações do Programa Municipal de DST e AIDS, que consideravam entre seus desafios para a prevenção e assistência os obstáculos oferecidos pelas discriminações e estigmas que tornam as sujeitas do Programa vulneráveis.

Aos poucos a associação foi ganhando reconhecimento institucional e passava a estar presente nas ações de prevenção conduzidas pelo Programa Municipal. Ao final de 2012, consolidou-se a ideia de elaborar um projeto nesta área, materializado pela oportunidade do Edital de Chamamento Público 01/2012 (MARÍLIA, 2012) da Prefeitura Municipal, para projetos na área de prevenção, buscando suprir o vácuo estabelecido pelo encerramento do convênio com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva – NESCAP, que até aquela oportunidade conduzia o Programa de Prevenção de Riscos e Danos em DST-AIDS (PRRD), e atingia diretamente as travestis nos espaços de prostituição. Retornaremos a este tema, especialmente, às ações levadas a cabo por ambos os projetos na área de prevenção para as travestis.

Gostaria de reforçar nesse momento como vai se desenhando, na promoção pelo Estado, via políticas para a aids, um tipo de relacionamento com a *expertise* dos militantes, que pode ser observada como uma estratégia de mais ampla repercussão no Brasil. Raphael de la Dehesa (2015) discute perspicazmente o avanço das tecnologias de governamentalidade no Brasil, analisando essas relações, que valorizam um conhecimento técnico que se implica na elaboração das respostas públicas e, ao mesmo, tempo estimula os serviços públicos prestados pela sociedade civil, como uma estratégia econômica capaz estender de maneira capilar as políticas públicas.

A perspectiva de estudos de governamentalidade, inspirados em Michel Foucault (1989b), permite-nos observar como um conjunto de ações sobre a condutas ou a regulação de comportamentos e das populações avança por meio de tecnologias de governo que variam e se multiplicam com seus aparelhos e saberes. O governo das condutas e das populações pretende definir as formas pelas quais a vida é possível e desejável e incide diretamente sobre o corpo,

segundo estratégias de individuação e da biopolítica,¹⁴ que toma a população como problema político, científico e biológico.

Foucault introduziu a noção de governamentalidade em sua aula no Collège de France, de 01 de fevereiro de 1978 (FOUCAULT, 1989b), um termo que remete a reflexões sobre o conjunto de tecnologias, procedimentos, saberes e instituições que investem sobre a população, mas não designa apenas a atividade do Estado e suas instituições, e sim um amplo esforço por influenciar a conduta. Nesse sentido, pode-se dizer que a noção de poder se desdobra de um campo de multiplicidade e conflito guerreiro de forças, inspirada em Nietzsche (FOUCAULT, 1989c), para pensar um tipo determinado de relações entre os indivíduos e a forma atual de governo envolvendo uma rede múltipla de atores, instituições que organizam a condução das condutas dos indivíduos e das populações. A partir dessa noção, observa-se um conjunto de problematizações sobre a racionalidade de governo com a análise dos saberes e formas de conhecimento e cálculos que organizam um espaço social analítico do mundo social e dos aspectos, dimensões, regularidades, que se tornam acessíveis à gestão por técnicas de governo. Assim como os mecanismos e as técnicas práticas por meio das quais as autoridades diversas exercem a influência sobre as condutas, políticos, burocratas, e também acadêmicos, médicos, ativistas e outros agentes mostram que pensar o poder governamental nos leva para contextos que tem lugar dentro e fora da arena do Estado. Por fim, a arte de governar cobre os sujeitos de governo, forjando tipos de identidade que sustentam a atividade governamental. Programas governamentais não só implicam tipos particulares de identidades e indivíduos, como também atuam sobre agência e a subjetividade. A temática da governamentalidade permitirá a Foucault desdobrar os temas das razões de estado e da forma de governo das populações para as análises sobre o governo de si, introduzindo a temática da autoconstituição, entendendo que o governo exercido em um campo de relações de poder móveis e transformáveis não podem prescindir de sujeitos éticos definidos mediante uma relação consigo, constituído através de práticas de si (FOUCAULT, 2006a).

Essa analítica permite-nos descrever como problema da administração e da racionalização do poder toda uma preocupação com a saúde vinculada à disseminação de novos discursos, práticas e direitos, que encaram a aposta política de administrar a vida das travestis.

¹⁴ Em a *Vontade de Saber*, Foucault (2005a, p. 130-131) problematiza a racionalidade do poder moderno como estratégia que investe sobre a vida e empreende sua gestão. O poder sobre a vida (biopoder) é, ao mesmo tempo, individualizante e especificante, voltado para o desempenho do corpo, seu adestramento, ampliação de suas aptidões e regulador voltado para o controle das populações, investindo sobre o corpo como espécie, como suporte de processos biológico como saúde, longevidade, natalidade, entre outras características que se situam no ponto de intersecção entre os movimentos da vida e os efeitos particulares das instituições que consideram essas dimensões como problema político e econômico a ser administrado.

As tecnologias de governo implicadas na prevenção da DST-aids delineiam uma biopolítica que se ramifica e penetra no cotidiano das travestis.

Atualmente é possível observar a multiplicação dos discursos, para além da aids, que difundem, cada vez mais, questões sobre as experiências das travestis. Governos, juristas, legisladores, especialistas das áreas de ciências da saúde e de ciências humanas, ativistas e organizações da sociedade civil, entre outros, promovem uma série de debates e intervenções, em múltiplos planos, propagando ora ideias que caminham para o reconhecimento, discutindo direitos e a necessidade de verter esforços para garantir a dignidade e o cuidado dessas pessoas – incluindo o cuidado da saúde, da educação e segurança –, ora demarcando barreiras para a concretude de uma qualificação positiva de suas vidas.

A despeito dos acirramentos, há também um conjunto de ações que buscam ampliar a capacidade da sociedade e do Estado de reconhecer as diferenças e atender as suas especificidades. Só para citar algumas linhas de força atuantes no contexto contemporâneo, poderíamos citar a discussão sobre o direito à educação e a capacidade de colaborar para equidade e revalorização das diferenças de gênero. As violências, por sua vez, tornam-se cada vez mais visíveis e requerem um tratamento adequado do Estado e das instituições recentemente criadas para proteção social: leis antidiscriminatórias, instituições de denúncia, questionamento das perspectivas reativas da polícia e omissão da justiça (SOUZA, L. 2009). Em outros termos, as mudanças do presente enredam as travestis, contribuindo para que focos de experiências e práticas específicas se revelem, especialmente para o Estado, a partir de técnicas políticas, nem sempre convergentes, como é o caso dos diferentes paradigmas que pautam a segurança pública e a assistência e prevenção na área da saúde. A violência contra as mulheres, o racismo e as “LGBTfobias” representam um dilema da maior relevância em nossa sociedade hierárquica, segmentar e relacional; e a ampliação do quadro de referência jurídico-político, como os acima citados, não representou uma solução imediata ao problema (SOUZA, 2009). O que se verifica hoje é uma tensão que possui suas dimensões locais e nacional, remetendo aos paradoxos da democracia contemporânea vivida no Brasil, que ainda produz, por meio de uma biopolítica, corpos incircunscritos e desprotegidos (CALDEIRA, 2000).

Inegavelmente, as políticas para a prevenção da aids contribuíram para a politização das diferenças das travestis, especialmente para a qualificação e o reconhecimento, pautada pela linguagem dos direitos humanos. Não obstante, atestam-se (PELÚCIO, 2009; BENTO, 2009) as intervenções do Estado na saúde das travestis, marcadas pelo controle da aids, e revela-se a contradita generosidade; uma biopolítica que “faz viver e deixa morrer”, na medida em que amplas exclusões e negação de direitos são ainda toleradas na arena do Estado.

1.3- As políticas para a aids de Marília

Na cidade Marília, até o final da década de 1990, não existiam ações de prevenção e assistência sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal. As ações eram restritas à vigilância sanitária, e a produção de saber sobre a epidemia e a assistência eram responsabilidade do Hospital das Clínicas e do Núcleo de Gestão Assistencial, ambos ligados à administração estadual. A ênfase recaía sobre o tratamento e a internação de pessoas acometidas por estágios avançados da doença.

Em 1998, surgiu o Programa Municipal de DST, Aids e Hepatites Virais, dezesseis anos após o surgimento do Programa Estadual de DST e Aids de São Paulo (1983). O primeiro programa público para o controle da aids foi criado em São Paulo, a partir da divisão que trabalhava com a hanseníase, afinada ao combate ao estigma relacionado a essa doença. A criação dessa resposta contou com a participação de pessoas que passaram pelos primeiros movimentos de homossexuais no Brasil, como os militantes que passaram pelo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, fundando em 1978 e outros grupos de São Paulo (SIMÕES & FACCHINI, 2009, p. 130). Em meio ao processo de redemocratização, o Programa envolveu a adoção de uma perspectiva de enfrentamento aos estigmas e de defesa de direitos, e também a criação de um atendimento especializado. Tornou-se referência para outros programas estaduais, que anteciparam a resposta do Governo Federal, materializada em 1988, com a criação do Programa Nacional de DST e Aids¹⁵ na estrutura do Ministério da Saúde (SIMÕES & FACCHINI, 2009; BARBOZA, 2006). Em Marília, essa política é o resultado das atividades de descentralização das respostas institucionais de enfrentamento à aids no país (BARBOZA, 2006), levadas a cabo por convênios firmados com o Programa Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde, e o Banco Mundial, os quais favoreciam iniciativas de prevenção a partir do AIDS I (1994-1998), especialmente para usuários de drogas injetáveis, profissionais do sexo e homens que fazem sexo com homens, além de privilegiar a execução da política por meio de organizações não governamentais, processo em que estiveram fortemente envolvidas as organizações de LGBT.

¹⁵ Utilizaremos o nome Programa Nacional de DST e Aids para identificar as respostas oficiais levadas a cabo pelo Ministério da Saúde. Ressalto que o Programa adquiriu outros nomes ao longo de sua história (GALVÃO, 2000), configurando, atualmente, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. O termo IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis é uma terminologia recentemente adotada, em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), buscando destacar a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas ou manifestação de doenças. Não obstante, apresentaremos, ao longo deste trabalho, o uso recorrente do termo DST, pois ele ainda parece presente de modo vigoroso, tanto entre os profissionais da saúde como entre as travestis que participaram da pesquisa.

As respostas locais para o enfrentamento da epidemia de HIV/aids não podem ser descoladas das diretrizes e ações das esferas estadual e federal, marcadas, por sua vez, pelo diálogo com as iniciativas internacionais. Essas respostas são indissociáveis das forças políticas que interagem e disputam tanto o conhecimento como as ações de enfrentamento. Em Marília, as políticas de prevenção resultam da adoção de perspectivas mais amplas, que se espraíram no cenário nacional, passaram a incluir as travestis e desenhar novos horizontes para o reconhecimento, ainda que mais tardiamente em relação a outras cidades, que mobilizaram variados atores sociais, incluindo os movimentos sociais, especialmente a partir do final da década de 1990. Como desdobramento também destas relações, notamos acima que, em Marília, a construção de um movimento LGBT institucionalizado tornou-se possível nos espaços abertos pela epidemia de aids no final dos anos 2000.

Antes disso, em 2001, começou a ser desenvolvido no município um projeto de prevenção de DST/aids para profissionais do sexo, incluindo mulheres, homens e travestis que se prostituíam, beneficiado pelo financiamento do Ministério da Saúde, seguido do AIDS II (1998-2003) e do Aids III (2003-2007), que pautaram um processo de descentralização das respostas governamentais, consagrado no ano final de 2002, com a instituição do Incentivo aos Estados, Distrito Federal e Municípios (Portaria Ministerial no 2.313). Os recursos passaram a ser transferidos do Fundo Nacional de Saúde aos fundos estaduais e municipais de saúde. A nova forma de financiamento permitiu a pactuação dos Planos de Ações e Metas (PAM), que definem metas e responsabilidades em cada nível de governo. Os Planos de Ações e Metas são instrumentos de planejamento e monitoramento das metas e ações propostas e da execução financeira dos programas de DST e aids. A partir de 2003, os projetos de prevenção de aids foram integrados em um Programa de Redução de Riscos e Danos em DST/Aids (PRRD), que passou a ser executado pela Oscip Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva, ligada à Faculdade de Medicina de Marília (PEREIRA, 2009).

O Programa Municipal, paralelamente, passava a se responsabilizar pela assistência e produção do saber sobre a epidemia, processo este apontado por Pereira (2009). Gostaríamos de enfatizar a particularidade estrutural do Programa, à luz das iniciativas de prevenção. O Programa Municipal de DST/Aids de Marília ganhou mais capilaridade no contato com a população e uma institucionalidade própria com as intervenções levadas a cabo pelos projetos de prevenção a partir de 2001, as iniciativas do PRRD (2003-2011) e o Previne Marília (2012-2013). Todos eles se pautaram pela valorização dos trabalhos dos agentes de saúde como estratégico para alargar as intervenções da saúde para além da concepção curativa e biomédica, assegurada no campo da assistência ambulatorial aos doentes. No caso da prevenção das

DST/aids, esse novo ator é o elo do Estado que deixa os espaços tradicionais de se fazer saúde e atua diretamente nos territórios e espaços frequentados pelas travestis, vivenciando as tensões próprias a esses espaços, onde passam a atuar não propriamente sobre a doença, e sim sobre os significados que a prevenção e o risco adquirem no cotidiano dos sujeitos, responsabilizados por lidarem com a esfera da reconstrução das crenças, mitos e fantasias que permeiam as atitudes individuais e coletivas que constroem a epidemia de aids.

Os discursos e as práticas dos agentes de saúde buscam interferir na maneira como as pessoas reconhecem os riscos de suas práticas e moldam as atitudes que cada um deve assumir para se proteger, por meio de um processo complexo de interação e comunicação, visando à aceitação, ao vínculo e à confiança. Nas intervenções de ambos, predominavam nos programas as estratégias de comunicação aos indivíduos sobre a forma de adotar práticas sexuais mais seguras, com a distribuição de insumos, como os preservativos e gel lubrificante, além de, eventualmente, o encaminhamento para os serviços de saúde, como a possibilidade de agendar a realização de testes de HIV, sífilis e hepatite no CTA – Centro de Testagem e Aconselhamento. Quando aconteciam queixas sobre saúde, privilegiavam-se consultas de enfermagem no SAE – Serviço de Atendimento Especializado, nas Unidades Básicas de Saúde e nas Unidades de Saúde da Família. A consulta de enfermagem, por sua vez, direcionava os sujeitos, caso fosse preciso, para as especialidades médicas.

Os programas buscavam aproximar as travestis dos serviços de saúde e ao mesmo tempo alargar o olhar do sistema de saúde para suas demandas, com treinamentos, reuniões e debates para o acolhimento das populações atendidas, buscando contornar o preconceito e a discriminação. O SAE, ainda que limitado à especialidade das DST-aids, tornou-se um espaço onde foram tensionados os processos de inclusão e reconhecimento das travestis, onde elas encontraram um atendimento mais respeitoso, que reconhecia suas diferenças, como, por exemplo, o uso do nome social.¹⁶ Entretanto, esse processo não ocorreu mecanicamente, e sim por meio de uma série de injunções que partiam da convivência com as pessoas e do compromisso dos gestores em promover o reconhecimento das diferenças de gênero no serviço, a despeito dos precários e diminutos instrumentos, revelando que as políticas não estão preparadas para promover integralmente a qualidade de vida e saúde das travestis.

¹⁶ A Carta de Direito dos Usuários do SUS (Portaria do Ministério da Saúde/GM, no 675, de 30 de março de 2006) concede à usuária o direito de escolher o nome de tratamento, independentemente do registro civil, proibindo a interação por número, nome da doença, códigos e de maneira desrespeitosa ou preconceituosa nos serviços de saúde.

As travestis passaram a demandar questões que ultrapassavam a capacidade dos agentes de saúde e da própria rede de atenção básica, como informações sobre os hormônios, visando adquiri-los nos “postinhos de saúde”; a retirada de silicone industrial, como foi o caso de Penélope, que chegou a buscar o apoio das agentes para ter acesso ao serviço de saúde, mas não existia nenhuma referência no município para atendê-la; tratamento de dependência química de substâncias como crack, como o caso de Samira. Essas lacunas colaboraram para promover um acesso ao sistema de saúde circunscrito nos serviços de aids, o que traduz uma tendência inerente ao sistema, de modo geral, ao reagir à presença das travestis, impelindo-as aos serviços de aids.

As travestis, com poucas exceções (como aquelas que estabeleceram relações de confiança e reciprocidade com as equipes das unidades e dos postos de saúde de suas vizinhanças), raramente procuram o atendimento médico, seja para a prevenção por meio de exames de rotina, seja para a recuperação da saúde. Em contraponto, os saberes compartilhados com as demais travestis, as terapias populares com chás, ervas e xaropes, a procura da farmácia para aquisição de hormônios, remédios para dores de cabeças e musculares, para curar pequenos resfriados e até mesmo medicamentos antidepressivos são alternativas mais viáveis, práticas e correntes entre elas.

No Brasil, de modo geral, são poucas as iniciativas na área de saúde pública que se dedicam a construir espaços adequados ao atendimento das diferentes necessidades de saúde da população. O equipamento existente não é capaz de acolher as diferenças.¹⁷ Situações de discriminação, preconceito, negligência e mau atendimento são comuns na saúde pública,

¹⁷ No interior dos serviços relacionados à aids, surgiram várias respostas às questões de saúde das travestis. Ressaltamos a criação, no ano de 2009, do Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids (CRT DST/ Aids-SP), vinculado à Secretaria Estadual de Saúde, que se tornou uma das respostas mais consistentes às questões de saúde de travestis e transexuais, embora pressionada pela demanda crescente de usuárias/os. Esse ambulatório conta com uma equipe interdisciplinar, de diferentes áreas técnicas. Mantém também parcerias com hospitais, como o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, que oferece o serviço de saúde que realiza o procedimento transexualizador, em São Paulo, pelo Sistema Único de Saúde. O ambulatório do CRT DST/Aids-SP também começa a tratar, por meio de procedimentos corretivos, as deformidades geradas pelo silicone industrial no organismo. Essas ações permitiram a formulação de documentos normativos voltados para a atenção à saúde de travestis, como a aprovação da Resolução 208, de 27 de outubro de 2009, do Conselho Regional de Medicina do estado de São Paulo, e do Protocolo Clínico Saúde Integral para Travestis (Portaria CRT a-1, de 27 de janeiro de 2010). Os documentos definiram as intervenções da medicina nas travestis maiores de 18 anos, sobretudo no que diz respeito ao acolhimento; à avaliação endocrinológica, com orientação e definições de dosagens de hormônios; às avaliações psicológicas, médicas, urológicas, proctológicas, psiquiátricas, fonoaudiológicas – permitindo o treino vocal; e à garantia da realização de avaliações para procedimentos estético-reparadores, como as cirurgias plásticas, a colocação de próteses cirúrgicas e a reparação de danos provocados pela aplicação de silicone industrial. Comparado a essas diretrizes, o atendimento oferecido, no caso de Marília, está bem distante, em termos de complexidade, de um atendimento integral. Na verdade, os equipamentos médicos existentes na maioria das localidades brasileiras não permitem que as travestis disponham de programas seguros para modelar seus corpos – tema central para se manterem saudáveis.

aumentando o fosso social em relação à garantia do bem-estar e saúde e as dissimetrias de poder entre os indivíduos.

Os profissionais “lá da ponta”, os agentes de prevenção, por sua vez, foram levados a refletir sobre como o risco adquire uma significação complexa nos modos de vida, especialmente em um contexto onde a proteção social oferecida passa longe das condições de existência, sejam aquelas relacionadas à saúde, sejam as dinâmicas reveladoras dos territórios e seus agenciamentos (BARREDA & ISNARDI, 2006).

Por exemplo, a equipe do PRRD, quando inaugurou o trabalho nas cenas dos territórios de prostituição de travestis, quase que semanalmente e nos mesmos horários, foi se tornando uma referência do Estado para os frequentadores do espaço. A percepção do espaço e a confiança que a equipe foi adquirindo junto às travestis possibilitou conhecer cada uma delas e seu respectivo lugar nas relações do negócio da prostituição, um pouco além das aparências, cada vez mais, à medida que se imiscuíam nos territórios, até mesmo lá, onde espreita insidiosamente a violência.

Sabemos que operavam, nos anos 2000, esquemas ilegais de coação, ligados à “cafetinagem” e ao tráfico de drogas envolvendo as travestis. Conceição, na época supervisora do Programa, descreveu como a presença da equipe foi bloqueando as ações violentas envolvendo as cobranças de “pedágio”, isto é, uma taxa para permitir que a travesti se prostituísse na rua, e o domínio dos territórios.

O PRRD foi se tornando um importante ator também para coibir abusos de autoridades policiais. Quando um delegado local resolveu que os conhecidos pontos de prostituição deveriam deixar de existir, passando a realizar “arrastões”, isto é, a prender as travestis e as mulheres em conjunto com acusações de “vadiagem” e “importunação ofensiva ao pudor”, violentando ou ainda ameaçando com a presença armada, as agentes de saúde passaram a dedicar mais tempo de sua presença aos espaços de prostituição, observando a circulação da polícia, colaborando para articular as resistências das travestis e até mesmo permitir a elas a apropriação de caminhos institucionais de denúncia de violação de direitos (SABATINE, et al., 2012). Se a visibilidade sobre os contextos interativos dos territórios aos poucos se tornava acessível às agentes de saúde, também o tempo foi deixando claro a elas que seu trabalho era limitado.

Havia a ideia de que, com as informações sobre saúde e a inclusão das travestis nos serviços, as agentes de saúde passariam a contribuir para a transformação delas em pessoas conscientes de seus direitos, influenciando na estima ligada aos cuidados de si, o protagonismo e a luta contra fatores que as tornavam vulneráveis, entre eles, a discriminação. Por outro lado,

as agentes não deixavam de revelar suas frustrações e críticas às condutas das travestis, como a falta de cuidados em saúde, o absenteísmo nos serviços e o baixo protagonismo.

Contudo, aos poucos foram emergindo novas sensibilidades e formas de protagonismos, cujo período de efervescência e multiplicação de iniciativas ocorria concomitante a uma forte crise no PRRD, que estava bastante fragilizado por diferentes aspectos. Várias motivações guiavam os trabalhos da equipe de agentes de saúde. Entre elas, a satisfação em verter esforços para melhorar a vida das pessoas atendidas. Por outro lado, as dificuldades de gestão do programa levavam à fragilidade dos funcionários do PRRD, sem vínculos trabalhistas com o sistema de saúde, que recebiam em torno de 400 reais para uma jornada noturna de trabalho de 20 horas semanais.

O PRRD, sendo executado por uma Oscip, após as capacitações iniciais do projeto levadas a cabo pela equipe do PM-DST/Aids, mantinha uma distância operacional dos demais membros das políticas para a aids do município. As relações entre o PM-DST/Aids e o PRRD passaram a ser mais técnicas, exercendo um controle mais burocrático das prestações de contas da instituição (a questão financeira, que envolvia o convênio com o município, a contabilidade gerada pelas abordagens dos agentes, relacionada à distribuição de insumos, o número de pessoas acompanhadas, registros de intercorrências no campo). A falta de apoio da gestão do programa ao trabalho realizado pelo agente de saúde era um fator que gerava insatisfação entre os profissionais.

A pouca importância dada ao trabalho dos agentes, por vezes, permitiu uma frouxidão em relação às suas responsabilidades e a um desengajamento no cotidiano do trabalho. A falta de programação das ações, a baixa resolutividade do trabalho e o silenciamento das ideias trazidas pelos profissionais, além da precariedade da remuneração, são integrantes da vulnerabilidade programática (MANN et al, 1993; AYRES; 1997; 1999) na promoção da prevenção, revelando entraves na condução da política pública, que surtiram efeito na sua descontinuidade, em meados do ano de 2011.

Neste momento, ao enfoque da recém-criada associação LGBT, que, conforme ressaltamos acima, desde sua origem, mantinha estreita relação com as políticas para a aids, adicionam-se as preocupações com a continuidade das políticas de prevenção. O envolvimento nas atividades do Programa, para suprir a ausência da equipe de agentes, aparece em várias iniciativas, como a Campanha Fique Sabendo, de dezembro de 2011, que contou com voluntários da associação percorrendo as imediações do Terminal Urbano Rodoviário para divulgar a testagem, informações e insumos de prevenção. Nessa oportunidade, a associação elaborou um folheto, intitulado “Cidadania contra o preconceito. Usar camisinha é tão

importante quanto respeitar as diferenças”. Ainda foram realizadas intervenções educativas no Carnaval de 2012, em espaços de sociabilidade noturna de travestis, mulheres profissionais do sexo, gays e outros homens que fazem sexo com homens.

Esse contexto permitiu à associação criar o Programa de Promoção da Cidadania e Prevenção das DST e Aids entre Populações Mais Vulneráveis de Marília-SP – Previne Marília, com o objetivo de concorrer ao chamamento público do município para suprir a lacuna do PRRD. Há tempos, os agentes de saúde do PRRD falavam sobre uma possível mudança da instituição que iria gerir o programa, mencionavam uma maternidade que vinha contratando os agentes comunitários de saúde da Estratégia Saúde da Família como uma alternativa para absorver a equipe. Entretanto, o projeto da ALGBT-Marília foi o único concorrente e vencedor do chamamento público,¹⁸ passando a ser objeto de Convênio em outubro de 2012.

O Previne Marília tinha como objetivo ampliar o acesso, em perspectiva integrada, ao Sistema Único de Saúde e ao diagnóstico, tratamento e assistência aos portadores do HIV/Aids e outras DST, além de reduzir a incidência das infecções, promovendo a prevenção e os direitos humanos, com ações diretas sobre os segmentos da população: 1- profissionais do sexo feminino e masculino; 2- usuários de drogas; 3- homens que fazem sexo com homens; 4- transgêneros, travestis e transexuais; 5- crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade acrescida; 6- homens e mulheres heterossexuais; 7- pessoas vivendo com HIV e Aids.

Neste contexto, o projeto formou e capacitou uma equipe, constituída por um supervisor, um motorista, uma psicóloga e seis agentes de saúde noturnos, sendo dois rapazes gays, para atuar junto a populações de gays e HSH; duas mulheres, para as populações de favelas; e uma mulher e uma travesti, para atuar junto às mulheres e travestis profissionais do sexo.

O programa, de modo geral, estabeleceu suas ações contemplando áreas como as Favelas da Vila Barros, Favela do Linhão (Santa Antonieta), Favela Vila Altaneira, Favela Argolo Ferrão, Favela Monsenhor Tóffoli, Favela Jardim Marajó – onde passou a atuar uma equipe composta de duas mulheres, uma antiga agente de saúde do PRRD e uma moradora de favela engajada nas lutas populares e comunitárias da cidade. Já a equipe de atendimento aos profissionais do sexo, contava com a presença de Penélope e Marlene, às quais retornaremos, atuando nas territorialidades de prostituição feminina e de travestis (Avenida Tiradentes, Centro, prolongamento da Rua 15 de Novembro em direção à concessionária de veículos Comasa, Território do Posto do Júlio na BR-153 e imediações do Centro de Distribuição de

¹⁸ Resultado do Edital de Chamamento Público 01/2012. *DOMM. Diário Oficial do Município de Marília*. 817. 26 de setembro de 2012. Página 4.

Alimentos - CEASA na zona norte), hotéis populares na região Central da cidade (como o Hotel Rex e o Hotel Guanabara, que serviam a intensa circulação dia e noite de mulheres profissionais do sexo e clientes, e também de casais de todas orientações sexuais – o primeiro era conhecido popularmente como “purguerinho” e fora desativado). Havia também o hotel Comercial, conduzido por um homem gay mais velho, e muito utilizado por travestis, mulheres e homens profissionais do sexo da região central. Na zona oeste existiam várias boates, sendo uma GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) e três onde atuavam mulheres profissionais do sexo, as chamadas “Casas Fechadas”, além de vários drive-in. A equipe de atendimento a “homens que fazem sexo com homens” realizava abordagens educativas na UPES – Unidade de Prevenção em Saúde – sede do Programa, atingindo a população circulante no Terminal Urbano Rodoviário e em pontos de encontro e sociabilidade na Zona Oeste da cidade, particularmente nas imediações das universidades, no Centro, com destaque para as regiões de prostituição masculina, como a Avenida das Indústrias e o prolongamento entre a linha férrea, até as imediações de um grande supermercado na zona norte, além de praças e residências na Zona Sul e Norte da cidade. Além disso, o programa oferecia atendimento psicológico na unidade e construiu um projeto de educação em sexualidade, incluindo questões sobre diversidade sexual e de gênero, em parceria com duas escolas estaduais.

O Programa Previne Marília encerrou suas atividades em outubro de 2013, por decisão da assembleia da ALGBT-Marília, uma vez que seus militantes assumiram dificuldades de várias ordens para conduzir e gerir o projeto. Surgiu uma crítica à abordagem “terceirizada”, que responsabilizava a associação pela execução da política pública, cabendo ao poder público apenas aprovar, financiar e monitorar os resultados, forçando a adequação às exigências estatais, incluindo o domínio de um saber técnico burocrático, extremamente difícil e rigoroso, de gestão de recursos do convênio com a prefeitura. Neste momento, surgiram insatisfações sobre o papel da militância e sua relação com o poder público, ao mesmo tempo colonizada pelas técnicas de gestão e apartadas do sistema oficial de saúde, que pouco apoio técnico assegurava para a iniciativa, com a falta de inserção de funcionários públicos do próprio sistema nas ações de prevenção.

Notamos também que essas transformações estavam intimamente ligadas à ênfase cada vez maior do Programa Municipal de DST e Aids na assistência e medicação como estratégia para gestão da epidemia,¹⁹ remetendo também à insegurança relativa ao financiamento e às

¹⁹ Seffner e Parker (2016), em um interessante artigo intitulado “Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids”, chamam atenção para os retrocessos que especialmente a área de prevenção tem assistido no Brasil. Problematiza essa situação a partir da proposta da

prioridades, que têm suplantado as preocupações, os investimentos e os esforços na prevenção. Todavia, ao abdicar do *Previne Marília*, as/os militantes perderam também um tema articulador que os mantinha reunidos, o que resultou, portanto, na dissolução da entidade, frustrando um modelo de movimento e politização das questões que afetam o público LGBT na cidade. Porém, esse é um contexto extremamente dinâmico e mais recentemente foi revitalizado com a organização da Primeira Parada da Diversidade de Marília²⁰.

A lacuna criada pela falta de um programa, especialmente de estratégias para suprir a necessidade de preservativos, levou algumas travestis a buscarem os insumos nos postos de saúde e continuarem a encontrar imperícias persistentes da saúde pública no trato das suas demandas, como, por exemplo, a falta de consistência na distribuição dos insumos, com o acesso limitado a poucas unidades de preservativos e a ausência de gel lubrificante. Por meio das narrativas das travestis, dificuldades técnicas dos serviços, despreparo das equipes para lidar com as diferenças, apreciações negativas e moralizantes, discursos patologizantes, limitações tecnológicas, entre outros mecanismos, tais problemas continuam a confluir para afastar as travestis dos serviços de saúde. No entanto, vimos também que essa realidade começa a ser tomada, em algumas instâncias, de modo crítico, propondo novas alternativas e potencializando mudanças, ainda que muito lentas, marcadas por avanços e retrocessos.

solidariedade, visto como um horizonte de responsabilidade coletiva que permitiu o vigor e o reconhecimento da qualidade das respostas iniciais brasileira, mas que, à luz do presente, experimenta um “desperdício da experiência”, que se revela em episódios como os recentes embates sobre as campanhas de prevenção, colocando em questão consensos na área como o combate ao estigma e a promoção dos Direitos Humanos como fundamentais para lidar com as vulnerabilidades. Os autores citam a censura à campanha do Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais, lançada em junho de 2013, cujo mote era “sou feliz sendo prostituta”, objeto de desenvolvimento coletivo com o movimento de profissionais do sexo, que foi censurada no dia seguinte pelo Ministério da Saúde e substituída por uma mensagem empobrecida sobre formas de prevenção do HIV. Outra situação diz respeito aos discursos políticos sobre a doação de sangue por homossexuais, que remetem à ideia de poluição e contaminação a ordem social vigente (DOUGLAS, 1976), reforçando a abjeção às experiências dissidentes de sexualidade. Para analisar essas situações, os autores retomam a problematização de Butler (2002; 2015) sobre a vida vista como precária ou intrinsecamente vulnerável, algo que diz menos ao modo essencial de vida de determinadas categorias identitárias, e mais às relações sociais que constroem essas vidas que não importam. Assim, mostram que as políticas públicas no momento atual confrontam distintas perspectivas em tensão, entre fazer viver – que diz respeito à ampliação do diagnóstico e da oferta pública de medicamentos – e o deixar morrer – ao deixar de considerar as situações de discriminação e estigma. Isso traz um contexto que traduz um processo mais geral de exercício não democrático do poder, a concentração das respostas ao nível burocrático e não compartilhado e a desvalorização das perspectivas de conhecimento e emancipação coletiva, por processos de regulação e responsabilização individual.

²⁰ Desde 2013 observa-se um crescente interesse e promoção de encontros e debates que mobilizaram estudantes universitários, especialmente da Faculdade de Filosofia e Ciências. Neste período também um grupo de ativistas passou a se reunir com o propósito de realizar a primeira Parada da Diversidade, promoveram diversos debates, encontros que contaram com uma ampla articulação de setores ligados a defesa dos Direitos Humanos em Marília. Após a defesa da presente tese no dia 1 de outubro de 2017 ocorreu a Primeira Parada da Diversidade de Marília, com o tema “Amar não é crime”, reunindo cerca de seis mil pessoas no trajeto da Avenida Sampaio Vidal embalados por um trio elétrico até um palco instalado na Avenida das Industrias.

1.4- Educação entre pares

Ambos os programas utilizaram estratégias informadas pelas políticas oficiais de prevenção, conferindo importância à “educação entre pares”, que parte do pressuposto de que pessoas de uma “comunidade imaginada” (BAUMAN, 2003) voltam-se, logo que recrutadas e devidamente treinadas, de modo mais acurado às necessidades e às questões relevantes que afetam o grupo de origem, como aquelas ligadas à prevenção de DST e aids, à autoestima, à disseminação de direitos e à politização dos pares. Nota-se também a importância atribuída ao esquadrihar os territórios para a identificação dos contextos experimentados pelos sujeitos, permitindo a criação de um espaço inspecionado e empreendendo uma “administração viária”²¹ sobre corpos em movimento, sobre os quais se lança o embate individualizante entre os preceitos e os insumos da saúde.

²¹ Michel Foucault problematizou o poder sobre a vida e o modo como atua por meio de normas, que, ao invés de banir o corpo proscrito, inserem-no em seu valor e utilidade por meio de mecanismos capilares e infinitesimais de regulação. A norma opera medindo, hierarquizando, avaliando, qualificando a vida. Na aula de 15 de janeiro de 1975 do curso “Os anormais”, dadas no Collège de France, o autor (2001, p. 54-55) vincula o exercício de poder em uma sociedade de normalização ao surgimento do problema das populações empesteadas. O sonho político da peste é atingir o corpo de maneira exaustiva, para vigiar uma população e melhor policiar sua evolução. Já o modelo da lepra na Idade Média, no contexto de poder soberano, remetia ao banimento e à expulsão dos muros da cidade. As ações sobre o empesteadado no século XVIII visaram inseri-lo em uma “administração viária”, como comenta Deleuze (2005, p. 21). Isto é, o “esquadrihamento” do empesteadado funciona como maneira de encerrá-lo em um conjunto de regulações através da gestão que se faz do seu corpo, incluindo-o no exercício de poder sobre a vida. O exercício de poder de uma sociedade de normalização coloca os detalhes dos espaços e dos corpos sob um rígido policiamento da doença, sua evolução em uma região em quarentena. Essa região era objeto de um poder contínuo, que ligava desde a sentinela de quarteirão, que fazia o registro dos doentes e não doentes, até os grandes registros da administração da cidade, um poder “cujas ramificações capilares atingem sem cessar o próprio grão dos indivíduos, seu tempo, seu hábitat, sua localização, seu corpo” (FOUCAULT, 2001, p. 59). As práticas relativas aos leprosos, tão antigas quanto o modelo político da peste, na Idade Clássica perderam sua força enquanto modelo de controle dos indivíduos. Na Idade Média, os indivíduos identificados como leprosos eram desqualificados jurídica e politicamente, e expulsos dos limites da comunidade, eram declarados mortos e seus bens transmitidos, estabelecendo-se um distanciamento e uma rigorosa divisão entre um grupo de indivíduos e o outro relegado à exclusão, à rejeição. Ainda que seja um modelo ativo nas práticas de internamento de loucos, doentes e criminosos, esse modelo não permite analisar o que foi, desde a Idade Clássica, a importância dada aos mecanismos de normalização que não eram voltados para expulsar, mas para definir presenças que podem ser investidas por uma técnica de transformação e controle. Por conseguinte, a peste acena para um sonho político ainda presente, que revela o nascimento das tecnologias positivas de poder. O que se vê nos mecanismos de gestão da peste é um exame permanente para saber se o indivíduo está conforme a regra de saúde, a fim de agenciar a produção de condutas esperadas. Não se trata, portanto, de expulsar do domínio da soberania o corpo qualificado pela transgressão, e sim de inseri-lo em um conjunto útil de regulações. Para Foucault, o direito de causar a morte e deixar viver relacionado à figura jurídica do soberano e derivado do antigo direito romano (*patria potestas*) condicionava o poder ao exercício de suprimir a vida dos súditos; em outros termos, o poder era exercido sobre a vida na medida em que podia suprimi-la. O soberano podia matar a título de castigo. Seu símbolo é o gládio e o seu ritual se manifesta fúnebre (FOUCAULT, 2005a, p. 128-129). No contexto do poder sobre a vida que se desenvolveu a partir do século XVIII, há um desbloqueio que leva a uma urgência biológica e não jurídica da gestão da vida. Dessa forma, Foucault aponta que, no biopoder, os mecanismos de normalização sobrepõem-se ao domínio da soberania, que, no limite, expunha o corpo a morte. Nessa nova ênfase na vida, ela passa a ser avaliada, medida, qualificada para melhor ser vigiada e controlada.

No caso do PRRD, as dinâmicas identitárias entre a agente de saúde, que se identificava como transexual, e as travestis atendidas pelo Programa adquiriram significados específicos. Os processos de diferenciação atualizavam enunciados analisados por Barbosa (2010) a partir do Terça-Trans, que opõem, por um lado, às “doidas” – transexuais, acusadas de “falta de razão”, em consonância aos discursos patológicos que constroem a experiência transexual, e por outro, às travestis acusadas de “falta de moral”, circunscritas à prostituição e imiscuídas na marginalidade social.

Estas convenções estavam presentes nas acusações e nos fuxicos que corriam de boca-em-boca entre as travestis, que, em geral, tinham uma predileção pela Marlene, a “amapô da camisinha” (isto é, a única mulher reconhecida aos seus olhos), em contraponto à Paula, por vezes, desprestigiada nos bastidores em relação a sua feminilidade.

O pleito de Paula, em algumas oportunidades, foi explorado pela mídia local. Em 2011, por exemplo, o *Jornal Diário* noticiou o caso de uma transexual da cidade de Garça-SP, que, após passar pelo procedimento cirúrgico de neocolpovulvoplastia em uma clínica particular, enfrentou um processo judiciário, bastante célere, durando menos de vinte dias, para obter a mudança do nome civil e de sexo nos registros de identificação.

Paula, por sua vez, narra sua batalha, não lograda à êxito, de realização da sonhada cirurgia – devido à interrupção do serviço em que estava em “tratamento”, do Hospital de Base de São José do Rio Preto. A “mudança de sexo” foi anunciada em outras oportunidades pelo jornal, que destacava a primeira transexual a ser operada em Marília, descrevia a angústia da agente de saúde de viver “em um corpo em que não se reconhecia” e os constrangimentos que ela passava em locais que requereriam sua identificação. Paula reafirmava nessas entrevistas a necessidade da cirurgia para obtenção de reconhecimento e cidadania.

Essas matérias jornalísticas não farão qualquer questionamento acerca da prática da justiça, que reforça, por meio das convenções acionadas nos julgamentos, os saberes e discursos médicos de diferenciação sexual, especialmente as intervenções nos corpos e nas subjetividades moldadas com base em uma interpretação binária do sexo, reservando a verdade do gênero do sujeito à genitália (BENTO, 2006). Neste sentido, alertaram Aran e Murta (2009) para necessidade de problematizar as barreiras para o reconhecimento da diversidade de gênero e as respostas individualizantes para acessar a cidadania, a partir dos recursos biotecnológicos emprestados dos discursos e das práticas médicas, os quais também desconsideram, em grande medida, o problema, à luz dos obstáculos sociais que impedem o reconhecimento da experiência de gênero não fundamentada em pressupostos heteronormativos.

Informada por esse contexto, na interpretação cotidiana do seu gênero, Paula reforçava a desvinculação com as travestis e as homossexualidades, reiterando que a verdadeira feminilidade por ela vivenciada que estava ligada à rejeição da genitália, em contraponto à valorização do “pênis”, ou melhor, a “neca”, na linguagem das travestis. As travestis eram vistas como seres sexuais abundantes, ativos e passivos nas práticas sexuais. Contrapunha os estereótipos de marginalidade, criminalidade, pobreza, prostituição, masculinidade e perversão à feminilidade inata, natural, baseada no sofrimento, mais limpa e também adequada à inteligibilidade das práticas sexuais consideradas normais, isto é, moldadas por uma matriz discursiva heterossexual (BUTLER, 2003). Ela gostava de frisar em seus discursos que não vivia da prostituição, apontando o destino infeliz das travestis que visitava semanalmente enquanto agente de saúde, ainda que esse trabalho não tivesse muito prestígio – pois, como destacamos acima, de modo geral, no país, é um trabalho sem vínculo empregatício com o sistema oficial de saúde e de baixíssima remuneração. Porém, em relação à própria prostituição, era mais nobre.

Essas tensões estiveram presentes em vários momentos de campo e corroboraram para que Marlene adotasse uma postura mais próxima e regular no atendimento às travestis, e, inclusive, como representante do Programa, em fóruns estaduais de debate sobre prevenção e políticas de saúde para as travestis, colocando-se em situações delicadas, uma vez que, aos olhos das travestis engajadas nesses fóruns, seu “lugar de fala” não era legítimo e sua presença denotava falta de “empoderamento” de travestis em Marília. Por sua vez, Paula não se recusava a participar de atividades e debates relacionados à transexualidade. Na verdade, a gestão do Programa estimulava e naturalizava essas divisões.

O que a estratégia de educação entre pares do PPRD mostrou, na prática, é que o almejado vínculo e a confiança não são tarefas fáceis. Esse processo reconhecido nos discursos institucionais como capaz de objetivar a prevenção pela aproximação dos modos de vida revelou suas contingências nas resistências operadas pela equipe do PPRD no trato com as travestis, complicadas pelas dinâmicas identitárias e pelos processos de diferenciação de gênero no presente.

Marlene descrevia que a conquista do almejado vínculo e da confiança entre as travestis e mulheres profissionais do sexo exigia certo com seu “jogo de cintura”, como, por exemplo, adaptar-se rapidamente às situações vivenciadas no campo, aos contratempos e aos riscos, discernir entre os momentos produtivos de uma conversa sobre a vida e a prevenção e aqueles em que se deve “sair de cena”. Assim, após o encerramento do convênio do PPRD, ela passou

a atuar no Programa Previne Marília, onde outras facetas foram exploradas na sua relação com as travestis.

O Programa Previne Marília surge marcado pela politização e pelo envolvimento das travestis, especialmente estimuladas por Penélope, que se tornou agente de saúde, junto com Marlene, responsável por desenvolver ações de prevenção entre as travestis e as mulheres profissionais do sexo. Exemplo dessa politização se observa no engajamento para o dia 29 de janeiro – Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais, em 2013, começando pela intensificação da divulgação de materiais educativos²² voltados aos profissionais da saúde e pela estratégia de promover intervenções no centro comercial da cidade, por meio de panfletagem com as agentes de saúde, demais travestis, lésbicas e gays envolvidos. Participaram da ação Penélope, Michele e Nicole. Após percorrerem o Terminal Urbano Rodoviário, a Rua 9 de Julho e a Rua São Luiz, partiram pela Avenida Sampaio Vidal até a Praça Saturnino de Brito, em frente à Prefeitura e Câmara Municipal, onde montou-se um ato com cartazes, alguns inspirados nas campanhas nacionais:

“DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
 Ir a um restaurante.
 Tirar dinheiro de banco.
 Utilizar o serviço de saúde.
 Completar os estudos.
 Pegar um cineminha.
 Coisas simples, mas o preconceito pode tornar um pesadelo para a travesti”.

Notamos que tal relação era fundada em outros pressupostos, os quais suspendiam os juízos de valor presentes no julgamento moral das travestis. Penélope tornou-se, nesta relação, uma referência que alcançava o cotidiano e os dramas vivenciados pelos pares, ampliando o conhecimento do Programa e a capilaridade das intervenções, bem como estimulando as novas formas de engajamento. Abria, deste modo, em sua fala, novas possibilidades para transformação das condutas, a serviço da promoção da vida e dos modos de existências

²² Os materiais utilizados consistiam em cartazes, folders, cartilhas e folhetos de três campanhas – duas lançadas pelo Ministério da Saúde: em 2004, a campanha “Travesti e respeito, já é hora dos dois serem vistos juntos”, e em 2010 a campanha “Sou Travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”, posterior ao Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre gays, HSH e travestis (Brasil, 2008). Essas campanhas eram protagonizadas por travestis do movimento organizado, divulgando suas imagens e mensagens sobre a prevenção de DST e aids e técnicas seguras de transformação do corpo, enfatizando os riscos do uso de hormônios e silicone industrial, e também estimulando o contato das travestis com os serviços de saúde – e os profissionais a respeitarem as diferenças, com a divulgação do direito das travestis serem reconhecidas pelo nome social e receberem tratamento sem discriminação. No contexto da administração estadual, a campanha “Travesti e Respeito: Olhe e veja além do Preconceito”, lançada em 2011, também enfatizava a importância do acolhimento e do atendimento humanizado como princípio e prática dos profissionais de saúde. Para análise do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre gays, HSH e travestis e seus desdobramentos, ver Mello *et. al.* (2011).

implicados. Tomar esse ponto de partida não significa ignorar os mecanismos biopolíticos que passam a circunscrever essas atitudes.

As artes de governar, que se materializam na maneira como cada uma age sobre si mesma, bem como nas ações uma sobre as outras, como questionam e refletem sobre seus próprios atos, experiências e pensamentos, estão relacionadas ao domínio dos enunciados e discursos que se multiplicaram ao longo do tempo, produzindo verdades históricas sobre as experiências, e das forças atuantes no conjunto de ações políticas que se instalam no cotidiano dos sujeitos e buscam dar concretude ao governo de suas condutas (FOUCAULT, 2010; 2011). Em outros termos, não podemos isolar suas inquietações com a conduta e o modo de vida particular do contexto social e histórico mais amplo; ou ainda perder de vista as linhas de força, que imprimem marcas nos processos de subjetivação vivenciados pelas travestis.

Entretanto, gostaríamos de ressaltar, por meio do terceiro vértice da temática da governamentalidade, a proposta de Michel Foucault, ao desdobrar seus estudos para o autogoverno (FOUCAULT, 1989b; 2010; 2011). Se diante das travestis atuam formas de assujeitamento legitimadas por uma racionalidade que as convertem em instrumentos de governo, reduzidas, desde modo, à dimensão econômica e tecnocrática, como as agentes de saúde, a temática do governo de si nos permite explorar também o contraponto das atitudes de resistência, morais e políticas, que pode ser parceira ou adversária das artes de governar e dos estilos de regulação moral implicados nas técnicas e atitudes dos sujeitos frente aos preceitos.

A relação de Penélope com as travestis nos faz pensar na fecundidade dessas atitudes – estas reconheciam uma fonte de saberes observada como mestria de vida, que pratica uma arte de viver e, em sua ação pedagógica, uma atitude ética e política diante das vidas de suas interlocutoras. Paradoxalmente profissional do sexo, militante e agente de saúde, articulava diferentes lógicas, como um engajamento político e uma disposição para o cuidado com o outro, por meio dos saberes técnicos constituídos na própria carne e nas experiências de vida, aliados, também, aos saberes técnicos prescritivos da saúde.

Penélope permanecia vigilante ao se deparar com a oportunidade de discutir a prevenção de DST-aids, explorando o risco de refletir sobre as condutas por meio de conversas atravessadas pelo franco falar. Nos últimos tempos, em suas palavras, ela tem “socorrido” as angústias de várias travestis com suspeitas de sífilis. Sabendo dos vários modos para afrouxar a prevenção, apela para a capacidade de valorizar a autoestima das travestis, especialmente das mais jovens, que parecem relativizar os riscos e perigos da doença, vertendo esforços para converter seus olhares para si próprias, para que procurem tratamento e previnam-se.

Mas, além disso, sua sabedoria aponta para os outros temas, que fazem com que a aids e as doenças pareçam um detalhe nas vidas das travestis que com ela “trocam ideia” – os riscos na casa, nas relações com as outras travestis, a violência que sempre espreita e o uso de *crack* parecem mais recorrentemente nesses diálogos e nas preocupações políticas.

O viés vigente que alinhava o contato das travestis com os serviços de saúde deflagra as limitações para que sejam reconhecidas em suas diferenças. Não obstante, o longo investimento em questões relativas à aids reverberou em um novo repertório e na aposta política de cuidar de si. Podemos falar que esses cenários mostram que as travestis mais velhas, em meio às questões impostas pelo dispositivo de aids, passaram a estimular as mais jovens ao autocuidado, ao engajamento político e a cultivar um senso de cidadania.

Mas essas relações, da perspectiva especialmente das travestis mais velhas, foram constituídas por meio da experiência dolorosa do confronto com a doença, na perda de amigas e companheiros, algo comum em suas narrativas, que contam também um sentimento de sobrevivência, resiliência e superação. Outras, como Soraya, por sua vez, adquiriram um conjunto de competências para a gestão do corpo e da saúde a partir do acesso ao tratamento público, intimamente ligado ao processo de Sidadanização (PELÚCIO, 2009).

1.5- Viver com aids

Acompanhamos a trajetória de Soraya desde 2006, em situações marcantes do seu curso de vida, dentre as quais, as dificuldades e as reações suscitadas pelo adoecimento, com aids. Soraya traduz um momento em que, por meio de políticas públicas, foi possível melhorar a qualidade de vida das pessoas afetadas pela doença, quando realmente se tornou possível falar de pessoas que vivem com a aids e envelhecem.

Soraya nasceu em meados da década de 1960. Reconhece-se e é reconhecida pelas travestis da cidade como uma das mais velhas. A sua trajetória joga luz sobre diferentes aspectos da sua geração, aos quais retornaremos ao longo desta tese. Ela é uma personagem presente nas variadas narrativas de outras travestis, que a colocam entre as referências precursoras, em meio a juízos contraditórios sobre sua conduta e destino.

Soraya descobriu sua sorologia positiva para o HIV em meados da década de 1990, em São Paulo. Essa descoberta disparou um momento de profunda crise e sofrimento, superado à

medida que se engajou na rotina de monitoramentos, exames e medicamentos, aprendendo no contato com os serviços de saúde a se cuidar e viver com HIV.

Soraya retornou a Marília motivada pelo adoecimento de sua mãe, a quem dedicou cuidados até a morte. Esse momento delicado é acionado em suas narrativas para explicar a debilidade de sua saúde naquela situação, quando o diagnóstico de rotina apontou que “decaiu meu CD-4, minha carga viral subiu, CD-4 ficou baixo. Aí tive que tomar coquetel; muita preocupação, stress, cuidando da minha doente, sem ajuda da família”.

A captura de Soraya pelo dispositivo de aids marcou, nos últimos anos, uma rotina ligada ao tratamento da doença, um processo que põe em evidência tanto formas sofisticadas de controle como o acesso à saúde e uma relação mais consciente dos direitos ligados à proteção das pessoas que vivem com HIV/aids.

Pode-se dizer que o acompanhamento rotineiro da aids se desdobrou em variados tratamentos de saúde. Soraya, por um tempo, esteve bastante debilitada, como em meados de 2009, por conta da Hepatite C e Tuberculose. Nas visitas que fazíamos à sua casa, ela reclamava de febre, diarreia, dor de cabeça, náuseas e vômitos, falta de apetite e icterícia, durante um tratamento bastante longo, que seguia ao da aids. Soraya via-se “entupida” de medicamentos, e por conta própria, em alguns dias, suspendia os antirretrovirais para o controle do HIV. Mais adiante passou por uma cirurgia para a retirada de cálculos biliares, tratamento de dores lombares – com fisioterapia, tratamento da micose de pele no posto de saúde próximo à sua residência e a recuperação de sua saúde bucal, pois havia ficado, a certa altura, banguela, conseguindo uma prótese no Centro de Especialidades Odontológicas ligado ao SUS.

Em meio a esses contatos com os serviços públicos de saúde e o poder médico, Soraya, ao mesmo tempo em que subjetiva as injunções de um modo particular, a partir da conduta de cuidar da saúde, encontrava novas possibilidades de acessar outros benefícios sociais, o que lhe permitiu agenciar melhor a sobrevivência em meio à pauperização e às dificuldades de inserção no mercado do sexo, agravados pela doença e também pela pecha estigmatizante de que era “aidética”, que corria de boca em boca entre travestis e clientes.

O tratamento, levado a cabo no Hospital das Clínicas, valia-se de diferentes estratégias, que ampliavam a perspectiva médica focada nos exames e na prescrição de medicamentos e condutas. Soraya participava de um encontro que reunia, com certa frequência, médicos e pacientes em uma sala mais confortável que as instalações comuns do hospital, com uma mesa redonda, servida de café e biscoitos, com cerca de 10 lugares dispostos em seu entorno. O “grupo”, como denomina nossa interlocutora, é uma reunião que permitia aos pacientes falarem sobre suas dificuldades na vida e como ela é atravessada pela experiência da doença. Assim

reforçavam, através da oralidade, a identidade baseada no estigma da doença, como um instrumento de compreensão de si, apoio e aprendizado mútuo (GOFFMAN, 1988). O mote era resgatar a “autoestima”. As narrativas dos participantes contavam não só as dificuldades, mas também as alegrias e pequenas conquistas do dia-a-dia; tinham também uma função pedagógica, sobretudo em relação ao repertório de direitos e benefícios sociais conquistados pelas pessoas que vivem com aids e em situação de vulnerabilidade.

Nessas reuniões, Soraya tomou conhecimento do Benefício de Prestação Continuada, definido pela Lei 8.742/93. A concessão do benefício está sujeita à avaliação da deficiência e do grau de impedimento, por meio de avaliações médica e social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, os quais, no caso de Soraya, não levaram em consideração variados aspectos relativos à sua saúde, sua inserção social e as questões de gênero, bem como a vivência no mercado do sexo, negando-lhe o direito com base na ideia de que ela possuía capacidade para atividades rotineiras da vida diária, ligadas ao controle de si, como capacidade motora, habilidades cognitivas e o fato de não necessitar da ajuda de outros para se alimentar, fazer sua higiene ou se vestir. No “grupo”, ficou sabendo sobre uma advogada especialista em seguridade social, que prestou a ela serviços, com uma ação judicial contra o INSS.

O processo judicial, por sua vez, considerando que a situação socioeconômica e a condição física dela concorriam negativamente para superação dos impactos da deficiência (aids), como o aproveitamento em tarefas remuneradas, reconheceu que ela estava incapacitada para a vida independente e para o trabalho, mesmo que sua condição de saúde não a impedisse de desempenhar atividades diárias ligadas ao controle de si, o que torna uma pessoa crível socialmente e eram enfatizadas no laudo do INSS. Em relação a esse caso, nossa intenção aqui não é fazer uma leitura sobre os pressupostos e as convenções acionadas pela decisão judicial e pela perícia médica – ainda que seja estimulante, por exemplo, o debate sobre deficiência e aids, gênero e trabalho –, mas ressaltar como disputas em torno das respostas da aids – que constituem um dispositivo complexo por meio de variados discursos e estratégias que se deflagram no Estado democrático, seja no campo da justiça, da assistência, da saúde e do trabalho – favorecem o acesso e o ato de lidar de maneira mais consciente com os direitos entre as travestis. Nesses embates, podemos observar relativos espraíamentos e ampliação do repertório, além da constituição de um senso de cidadania a partir da doença. Porém, por outro lado, eles nos levam a pensar nos limites da proteção social e, de modo mais amplo, da seguridade social e da aposentadoria entre as travestis pelo seu laço estreito com a doença.

Pudemos acompanhar toda a ansiedade do processo e da realização da perícia de Soraya no INSS. Nessa situação, ela estava magra, seus cabelos malcuidados, sem dentes e com a palidez de um rosto esquelético, que ressaltava as maçãs produzidas por silicone industrial, contrastando com o queixo estreito e encovado, o que relevava sua condição precária de alimentação e saúde. Nos dias que antecederam a perícia médica, ela deixou a vaidade de lado, ficou sem fazer o chuchu (ato que consiste em retirar os pelos do rosto com pinça), não usava nenhuma maquiagem, as unhas grandes tinham aspectos de sujas, vestia roupas largas e desbotadas, surradas e até um pouco encardidas – calça jeans e camiseta. Era como se vestisse de uma personagem capaz de convencer o médico de sua vulnerabilidade. Mas, entre a interpretação de saúde e a representação cênica da exclusão, fundia-se realidade e encenação teatral (GOFFMAN, 2005). Também pudemos acompanhá-la até sua advogada, quando estava com dificuldades para entender o andamento do processo judicial. Talvez ela buscasse em mim alguém que pudesse ser um tradutor daquilo que sua advogada explicava de modo complexo, ornado de jargões jurídicos.

De todo modo, após conseguir o benefício, suas condições de vida alteraram-se. Ela conseguiu recuperar a vaidade, ter uma alimentação mais nutritiva, pagar suas contas básicas – luz e água – e chegou a ter um telefone e TV a cabo na residência.

Esse é um momento bastante ativo da trajetória de Soraya, pois ela se matriculou, em 2010, em uma escola municipal de Educação de Jovens e Adultos, próxima à sua residência, onde concluiu o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Muito orgulhosa, participou da formatura com sua turma, composta de 21 mulheres e sete homens adultos de sua vizinhança. Soraya também se matriculou em um curso de informática, mas não conseguiu pagar a mensalidade, no valor de 120 reais, que onerava seu parco salário mínimo.

As travestis com quem convivia eram incentivadas por ela a ir à escola, ressaltando que se sentia respeitada por seus colegas e professora. Falava com muito carinho sobre a professora, que usava seu nome feminino no contato cotidiano da sala de aula, uma atitude sensível às diferenças e valorizada pelas travestis – e hoje, mais do que isso, objeto de normas bastante disputadas nos sistemas de ensino (ANDRADE, 2016). Apesar de manifestarem curiosidade sobre a narrativa de Soraya, consideravam o período noturno um obstáculo para o retorno à escola, uma vez que coincidia com o período de trabalho na prostituição. Soraya criticava a maneira como as demais travestis lidavam com seus direitos. Não obstante, adquiriu um importante papel no estímulo para que elas cultivassem um senso de cidadania, além de oferecer sua moradia para outras travestis.

Desde que sua mãe faleceu, três travestis passaram a morar com ela – Madona, Leona e Fabíola –, pessoas que acompanharam todo seu sofrimento no luto e também lhe deram afeto e cuidados. Já em 2009, passou a acolher seis travestis em sua casa, tendo Leona um papel importante na administração e na vigilância das regras acordadas pelas moradoras, como controlar o pagamento de diárias e fazer cumprir a divisão de tarefas domésticas. Aos poucos, por variados motivos, elas foram saindo da casa de Soraya. Madona casou-se com um rapaz, passando a morar em um quarto no quintal da casa de sua mãe. Valeska foi expulsa com violência por não colaborar com as despesas da casa e ter uma conduta que burlava as regras impostas a quem ali vivia – ela estava usando *crack* e ficava dias sem aparecer em casa; geralmente, quando retornava maltrapilha, estava sem dinheiro para pagar as diárias e tinha várias desculpas consideradas duvidosas. Fabíola e Leona, por fim, foram presas por três meses por roubo a clientes. Ambas retornaram para a casa após esse período. Porém Soraya, a essa altura, decidiu cuidar sozinha de sua residência. No caso de Fabíola, como vimos, após o retorno para casa de Soraya, adoeceu e foi internada. Apontamos, no início deste capítulo, seu sofrimento e a suspeita de estar com “aids”. A descoberta da tuberculose levou Soraya, com medo de ser contaminada, a não aceitar mais em sua casa.

Nesse período, Soraya envolveu-se com um rapaz, que, segundo as demais travestis, estava com ela por conta do regateio que pontuava a relação. Este relacionamento seria o motivo para a saída de Leona da casa. Ela reclamava com Soraya por ela comprometer parte substancial de seu parco salário mínimo com a compra de agrados para seu namorado e família, enquanto faltava tudo em sua casa, desde coisas básicas da alimentação até o pagamento das contas mensais de luz e telefone. Contudo, a relação amorosa logo se desfez com a revelação para o rapaz, pela própria Soraya, de que ela vivia com aids. Mesmo garantindo que usava preservativos nas relações sexuais, nunca mais viu o rapaz, que deixou de procurá-la.

Este é um momento de crise e gozo de Soraya, em que ela passa a beber mais, a sair para se prostituir e gastar sua pequena renda com festas e drogas. Porém, logo tomada por uma angústia e sofrimento, e aproximando-se da religião umbandista, encontrou novas formas de apoio para realizar uma mudança em sua vida. Essa mudança gera, ainda hoje, reações e comentários diversos das demais travestis, em geral com apreciações negativas, pois Soraya se desfez de sua herança, vendendo sua casa por uma bagatela, sem, contudo, receber tudo o que fora acordado com o comprador, que rapidamente se apossou do imóvel. Mais recentemente, a anulação do contrato e a devolução da posse do imóvel encontra-se em disputa judicial. Desde então, ela passou a morar sob o abrigo do líder religioso, conquistou um teto, alimentação, afago e contato familiar, aos poucos deixando de frequentar os espaços de prostituição e dedicando-

se mais às questões domésticas, incluindo a gestão de casa com algumas despesas pagas com sua pensão.

Nas conversas com outras travestis, as referências à Soraya apontam menções ao seu frágil estado de saúde, à pauperização e também à suspeita dela ter sido vítima de um golpe, esboçando um julgamento sobre a responsabilidade de ter, no fim das contas, sido cúmplice de seu destino trôpego. Comentários depreciativos sobre a conduta de Soraya, do tipo “veja como ela se deu mal”, sintetizada na categoria “bicha burra”, eram bastante recorrentes a seu respeito. Por outro lado, algumas conversas tratam de modo mais cauteloso suas escolhas e suas condições de vida atuais. Em uma conversa entre Penélope e Janaína, a primeira era enfática ao responder o questionamento, carregado de significados negativos, lançado por Janaína: “que fim deu Soraya?”. Para Penélope, ela está muito bem, com uma vida comum, “caseira e de família”, própria para sua idade e condição de saúde, advertindo que não poderíamos julgar em que base se assentam as relações com a “família de escolha” (WESTON, 1991), como as trocas (serviços, pensão, a casa), pois estas seriam parte integrante das relações de todas as famílias.

Retornaremos mais adiante estes elementos, especialmente a ênfase doméstica e os significados atribuídos ao envelhecimento. Por ora, vê-se que as respostas para o enfrentamento à aids ensejaram o cultivo à uma certa vigilância em relação a saúde para viver bem, da problematização de aspectos relativos à corporalidade e aos cuidados de si, imprimindo um novo regime de subjetivação, materializado no ato de lidar com a doença e a linguagem de direitos.

Todavia, os modelos e recursos disponíveis na área de saúde, resultado de lutas para responder aos anseios de qualidade de vida das travestis, ainda têm se mostrado pouco igualitário. Na maioria das vezes, suas questões são silenciadas e relegadas ao esquecimento, especialmente quando se coloca em questão o uso de técnicas para a construção do corpo. As questões do corpo, do cuidado com a saúde, dos modelos estéticos que envolvem as travestis e revelam um processo dinâmico de transformação em relação a eles serão retomadas no próximo capítulo.

Capítulo 2 – Corpo e gênero

A materialização dos corpos das travestis está relacionada à produção de um sentimento feminino cotidianamente reiterado (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009). São variados itens meticulosos nessa autoconstituição diária: cuidados com os cabelos ou as perucas (como lavar, secar, escovar, pentear), cuidados com as barbas (como o ato de tirar o “chuchu” com pinças, evitando o uso de barbeador, considerado sem prestígio - pois deixa marca da barba, masculinizando-as), cuidado com a higiene pessoal (como as longas sessões de limpeza intestinais, que consistem em inserir água nos intestinos e eliminar as fezes, pois consideram desagradável dar ou receber um “cheque”, isto é, sujar o pênis na penetração anal), cuidados com a maquiagem (toda uma arte e habilidade com pinceis, lápis, batom, bases, pós, sombras, delineadores, escolha de cores e brilhos), com as vestimentas até uso de tecnologias (como autoaplicação de hormônios, uso de silicone industrial, próteses e, se tiver dinheiro, cirurgias plásticas e outros tratamentos mais sofisticados) (PELÚCIO, 2009). Enfim, nesse processo de autoconstituição, elas vertem renovados esforços em si próprias, incorporando variados artifícios e tecnologias de maneira metódica e vital, fazendo o gênero em um contexto específico.

Butler (2002; 2003), em suas teses, formula que gênero não é a expressão de um atributo essencial e natural; não é algo que somos, mas algo que fazemos, um conjunto de atos que fazem existir aquilo que nomeia – isto é, corpos masculinos e femininos, nos quais todos estão envolvidos desde o começo da existência social. A autora nos instiga a pensar o gênero como efeito de relações de poder; como um processo de estilização contínua do corpo, de “atos repetidos no interior de um quadro regulatório”, que se “cristalizam ao longo do tempo”, a partir de feitos de instituições, práticas, discursos que se apoiam em múltiplos pontos de difusão (BUTLER, 2003, p. 200).

O corpo, neste sentido, não é evidente por si próprio. Nele são depositados e inscritos os discursos que o demarca e define. Assim como o corpo “generificado” é inseparável dos atos que o constituem, tampouco é possível desvinculá-lo dos processos políticos de reconhecimento e dos códigos de significação e controle social, que reverberam no repúdio às experimentações dissidentes em relação a um gênero original suposto.

As travestis viabilizam novos significados aos artifícios que constroem os corpos, supostamente naturais, subvertendo um campo de inteligibilidade, que denota a naturalidade ao binário masculino e feminino, derivada do sexo e apoiada nas normas reprodutivas da heterossexualidade. Confundindo os binarismos, apropriam-se de concepções de feminilidade

constituídas por esses mesmos padrões normativos, nutrem possibilidades de reinvenções e deslocamentos na apropriação dos mesmos, mas a partir de repetições subversivas, ao não se conformarem com a ordem dominante que solicita que corpos masculinos sejam homens e corpos femininos sejam mulheres, rejeitando, portanto, os argumentos que estabelecem essas categorias, para perpetuar a hegemonia de uma cultura heterossexual (BUTLER, 2003).

Seus usos subversivos mostram como as normas de gênero são instituídas e mantidas, afetando todas as construções de gênero. Butler (2003, 2002) utiliza a noção de performatividade, reconhecendo o caráter reiterativo das normas de gênero, mas ressaltando as possibilidades de repetições que podem desestabilizá-las. A autora nos inspira a pensar que os gêneros são relacionais e plurais e a problematizar concepções substantivas e essencialistas de gênero, situando-as no âmbito de uma “temporalidade socialmente constituída” (BUTLER, 2003, p. 200). Neste sentido, o corpo adquire materialidade associado a todo um conjunto de discursos e saberes, que antecedem as experiências individuais e solicitam delas condutas regradas dentro de um regime de verdade, historicamente constituído, mas também oferece a ocasião para, no seu ato de interpretação, construir uma organização das injunções de maneira nova.

O tema da transformação corporal, os cuidados, as técnicas e as concepções acionadas na experiência de gênero das travestis constituem uma chave que nos ajudará a explorar o território vasto das experiências geracionais e a pensar o gênero como um processo dinâmico e temporal, que constitui os corpos e os sujeitos por meio da incorporação de signos corporais e outros meios discursivos, remetendo-nos a pensar nos atos e nos saberes em que se apoiam.

Por meio das “inquietações” sobre o corpo narradas por nossas interlocutoras, identificamos uma relação transferencial, um tipo de troca social presente entre as travestis mais velhas e mais jovens, que as colocam em contato com as injunções que definem o corpo e estabelece um horizonte de expectativas para a sua construção. Assumindo, portanto, um caráter pedagógico, onde podemos observar os ensinamentos, as dúvidas, as hesitações e as interferências de ambas no modo de constituir condutas no presente e a produção de diferenças entre as gerações por meio dessas dinâmicas.

Assim, neste capítulo, dedicar-nos-emos ao modo como nossas interlocutoras são impelidas a refletirem e experimentarem a construção de estilos de conduta, colocando essas regiões da experiência no jogo da verdade e situando-as no tempo. Nas trocas de saberes, nas prescrições e nas preocupações com o corpo que observaremos ao longo deste capítulo estão implicados os processos de automodelação do indivíduo, que verte esforços sobre si ou, de certa forma, é convocado a produzir a si mesmo. Porém, para isso, é impelido a uma relação intensa

com um conjunto de convenções e normas, que não são inevitáveis ou inquestionáveis. O empenho por autocriação e reconhecimento, em um contexto que não pode evitar os custos do enfrentamento com mecanismos concretos que limitam as possibilidades de gênero (BUTLER, 2015), enseja exercícios de resistências e a alteração das próprias convenções que definem o gênero.

As inquietações com as práticas e as técnicas trazem possibilidades de uma escolha pessoal da própria forma de vida, mas não em um espaço vazio. As escolhas não são deliberadas e voluntárias; elas estão integradas ao tecido social, que gera um conjunto de escolhas possíveis. Em outros termos, a estetização de si, operada na construção do corpo e do gênero entre as travestis, torna-se possível em relação às normas e convenções existentes, que definem os limites históricos que pode assumir. A relação de si com as injunções prepara o ambiente para a autocriação, por meio do exercício de liberdade que funciona em um campo limitante de constrangimentos (FOUCAULT, 2006a). Contudo, se a capacidade de ação parece limitada e inconcebível do ângulo de um sujeito voluntarista, livre para escolher incondicionalmente seu destino, as práticas de si emanam justamente desta situação paradoxal de não liberdade, a partir da qual, aplicando as normas a si mesmo, surgem as principais questões da conduta ética.

As concepções em disputa, que envolvem as distintas temporalidades do agora que se inscrevem sobre os corpos, leva-nos a pensar nas temporalidades e nos anacronismos depositados sobre os mesmos em um contexto de mudanças, que parece instalar novos tempos e novos horizontes de futuro. Neste sentido, podemos observar mudanças na apropriação das tecnologias para construir o corpo, quando confrontamos as expectativas de nossas interlocutoras mais velhas e mais jovens. Especialmente em um contexto de profusão contemporânea de modos para a condução (MISKOLCI, 2006), onde os paradigmas sobre a estética feminina e as técnicas acionadas para construí-la estão sujeitos ao questionamento e à mudança. Os paradigmas sobre a feminilidade não são constantes, nem essenciais; muito menos os padrões de beleza a ele referidos (VIGARELLO, 2006).

Um das tecnologias apropriadas pelas travestis para construir o próprio corpo é o uso de hormônios, por meio do qual buscam obter formas mais femininas, aumentando os seios e o quadril, além de alterar o timbre da voz e a textura da pele e colaborar para a diminuição dos pelos. São diversos os significados atribuídos ao seu uso. A partir dele decorrem alterações físicas e morais, deixando-as à “flor da pele” e provocando certa sensibilidade feminina²³ (PELÚCIO, 2009).

²³ Pelúcio (2009) observou, entre suas interlocutoras, a ideia de que o uso dos hormônios as deixa excessivamente nervosas, sensíveis ao mundo exterior e incapazes de controlar suas ações, pois, na perspectiva delas, internamente

Na expectativa de obter rapidamente os efeitos dos hormônios, algumas travestis utilizam múltiplas doses em um curto período de tempo; em geral, por meio da autoaplicação ou recorrendo aos farmacêuticos e outras travestis, que recomendam e aplicam os produtos. Letícia conta que fez o uso de “uma quadrilha de hormônio”, viu seu corpo mudar “de menino virando um corpo feminino” com o uso de Repopil. Também utilizava “os normais, Perlutan, Gestadidona; só não tomei aquele carérrimo, a que a Roberta Close tomava, o Androcur”. Mas procurava contornar seus efeitos, pois, segundo ela, “mexe com o sexo e mexe com a cabeça da gente também”, dificultando práticas como a penetração anal de clientes (devido à diminuição da capacidade de ereção). Por isso preferia aplicações mais concentradas entre períodos intercalados sem o uso das substâncias.

Os hormônios geram diversas inquietações entre as travestis, pois elas se confrontam com as experimentações e seus efeitos, de modo geral, improvisando e combinando tipos e quantidades, sem uma orientação de especialistas ou acompanhamento médico, os quais, por sua vez, manifestam dificuldades para lidar com o assunto.

Sabrina (atualmente com 27 anos) conta que desde os 15 anos utilizou vários tipos combinados de hormônios. Aos 22, procurou pela primeira vez uma Unidade Básica de Saúde e consultou um clínico geral para obter orientações sobre o uso e tirar suas dúvidas, e também porque desejava obter uma prescrição e o acesso gratuito aos medicamentos. A consulta foi, para ela decepcionante – a começar pelo “frio na barriga”, quando o médico a chamou três vezes pelo nome masculino. Ela havia se preparado discretamente para ir ao médico, “de jeans, camiseta, um batonzinho só; de menina né, comportada”. Após ser chamada, levantou de cabeça baixa, pois “não tinha coragem de olhar para aquele povo todo, mas não teve jeito de disfarçar” o constrangimento ligado ao não reconhecimento de sua feminilidade. O médico, durante a consulta, tampouco atendeu plenamente suas reclamações, depois de uma longa “palestra” denotando em suas palavras algo enfadonho e de cunho moralista, sobre os riscos à saúde, como câncer, problemas no fígado etc. Depois longa insistência por parte da travesti, autorizou-a a retirar pílulas anticoncepcionais na farmácia do posto de saúde, o Ciclo 21, cujos efeitos ela já havia testado, sem notar eficácia. Diante de tantos obstáculos, Sabrina, mesmo com dúvidas sobre os usos das substâncias e considerando seus potenciais riscos, nunca mais retornou à

no organismo, a substância provoca alterações físicas e mexe com a cabeça, ficando elas mais suscetíveis a comportamentos emotivos e irracionais, representadas como qualidades femininas. Além disso, consideram que os hormônios afinam e limpam o sangue grosso masculino, diminuindo o desejo de fazer sexo, especialmente a ejaculação, o que obstrui o fluxo normal e natural dos fluídos do organismo, provocando uma sensação nervosa.

unidade de saúde e continuou a guiar-se pelos experimentos orientados pelos saberes compartilhados entre as demais travestis na construção do corpo desejado.

Cada vez mais as travestis vão provocando, no contato com as equipes médicas, o confronto com o assunto. Como vimos no capítulo anterior, elas passaram a lidar com os discursos preventivos, por meio das mensagens levadas a cabo pelas agentes de saúde. As linguagens e as práticas da saúde acionadas para o enfrentamento à aids constituíram um profícuo disparador para as reflexões e as mudanças de atitudes relacionadas ao cuidado de si entre travestis. Esses discursos estimularam uma “autoperitagem” em relação à saúde, cercando não só as condutas sexuais como também a transformação corporal, a partir dos conselhos de prudência, para se prevenir da transmissão do HIV, aliado ao estímulo por certa economia de técnicas e cuidados nas intervenções corporais.

Isso fica evidente nos discursos de responsabilização pela saúde, indicando modos de intervir no corpo com higiene, assepsia, orientações em casos de agravos e motivando a escolhas de técnicas e produtos de modo mais criterioso, e ainda desaconselhando o uso de drogas e hormônios e a aplicação artesanal do silicone líquido (BRASIL, 2001); questionando, portanto, um conjunto de práticas acionadas nesse ato de cuidar e construir o corpo e o gênero, uma das principais preocupações das travestis (PELÚCIO, 2009).

Fabíola, seguindo esse estimulado interesse pela saúde no ato de transformar o corpo, destacou que, durante sua internação por conta da tuberculose, aproveitou a presença de uma médica para perguntar sobre o efeito dos hormônios e a maneira correta de administrá-los. A médica, recusando-se a prescrever qualquer substância, reforçou a ideia de que isso causaria danos graves à sua saúde. Entretanto, Fabíola traduziu, por meio de seus elementos culturais, que os hormônios femininos vão matando os masculinos.

Fabíola: Gestadinona, Ciclo 21, Neociclo, Neovlar, antigamente tinha a Benzo-ginoestril. Ela custa um, dois reais. Você tomava uma ampola por mês, o bico do seu peito já estourava aquela bola. A bicha era tão forte, cortaram ela, não vende mais. Era um hormônio muito barato e muito forte, duas ampolinhas custando um, dois reais. As bichas eram tudo hormonizada, tudo lindas de corpo. Em comprimido tem o Ciclo 21, o Neovlar, o Microvlar; tem a Depo-provera, que é injetado, que é ótimo. Pode tomar um por mês. Ela vem num tubinho, um líquido branco. Você injeta e acabou. Tem a de 500 miligrama e a de mil. Você pode tomar a de mil e ficar dois meses sossegado, só que sem gozar. O segredo está aí, você não gozar. As veias da mão some tudo, a pele vai ficando roliça, a coxa vai crescendo, vai criando hormônio feminino dentro de você e o hormônio masculino vai morrendo. Isso foi o que a médica me passou, né? Sem poder, mas eu sou curiosa, eu converso muito. Eu pegava no hospital as médicas, de orelhada mesmo, perguntava, quero saber. Vocês precisam me explicar, aproveitar que eu estou aqui internada. Eu tomo hormônio, como é que faz? Mas ela dizia que não pode. (Entrevista realizada em janeiro de 2011).

A prescrição do cuidado em saúde e o alarde sobre os efeitos danosos para o corpo trazem à tona novas perspectivas, que concorrem para alterar os saberes das travestis sobre o uso de hormônios. Esses efeitos podem ser observados nas dúvidas sobre a prática, e também na maneira como as mais jovens passaram a lidar com o assunto. Jade (21 anos), por exemplo, questionada se fez ou deseja fazer uso de hormônios, narrou temores quanto aos efeitos à saúde e questionou os modelos de beleza de “antigamente”, ao buscar se constituir de maneira mais enxuta, mais próxima às meninas adolescentes, que estão hoje no cenário da publicidade da beleza contemporânea:

Jade: Nunca apliquei nenhuma injeção no meu corpo. Eu tenho vontade, mas eu não vou fazer. Porque pode ter várias doenças, né. Câncer, isso e aquilo outro. Eu vou juntar dinheiro pra pôr meu peito só. Eu tomo umas pílulas só, raramente sabe, pra o corpo ficar mais feminino. Mas injeção que nem as outras, não; não tomo, não. E bombar, nem pensar. Nunca na minha vida! Não preciso disso. Para ir em qualquer lugar, eu ponho um shortinho, uma blusinha de ladinho, uma maquiagem discreta e vou. Amarro o cabelo, ponho óculos, chinelinho; fico feminina sem precisar destas coisas.(Entrevista realizada em julho de 2014).

O novo modelo corporal adotado por Jade e por outras jovens travestis é distinto dos modelos adotados pelas “travestis das antigas”, que recorreram a técnicas consideradas mais rígidas, permitindo-as, inclusive, de conceber a categoria “travesti de verdade” – um termo êmico que ressalta o uso de hormônios, próteses, silicone líquido na modelação das curvas e formas do corpo.

As experimentações de jovens travestis e meninos afeminados no presente delineiam intensas reflexões no cotidiano, compartilhadas com as “travestis mais velhas”. Duque (2011), em sua investigação na cidade de Campinas, por exemplo, identificou a flexibilização do projeto de feminilização entre jovens que driblam convenções sobre as transformações corporais experimentadas pelas travestis mais velhas. O autor utiliza a expressão “montagem estratégica” para definir a forma mais agenciada e fluída de condução de si entre mais jovens, que fazem o uso de recursos mais epidérmicos e reversíveis das tecnologias de transformação e não vivenciam a “travestilidade” como “destino”.

As experimentações de gênero observadas pelo autor entre jovens travestis e meninos femininos ocorrem em contextos particulares e de modo estratégico, permitindo que elas/eles suportem a vergonha e o estigma, no trânsito entre montagens e desmontagens do gênero. Como meninos, circulam por modalidades duras de relacionamento social e fortemente normativas, como o trabalho formal, as relações familiares, driblando a violência, indo à escola; “montadas”

e feminilizadas se apresentam nas esquinas, praças e outros lugares de diversão para conquistar parceiros e amigas (DUQUE, 2011; PELÚCIO & DUQUE, 2013).

No contexto do Posto do Júlio, observamos uma gramática de acusações e mexericos que revelavam as discrepâncias entre as experimentações e os estilos corporais adotados pelas travestis mais velhas e mais jovens. Assim, circulava no local a alcunha “menininho de peruca” para denominar as pessoas que faziam usos das tecnologias epidérmicas, mas sem aderir às perspectivas e aos ideais postos em jogo na categoria de “travesti de verdade”, que identificava as experiências das mais velhas.

Pensar essas experimentações coloca em perspectiva roteiros de construção identitária apontados pelas pesquisas anteriores desenvolvidas na área. Pelúcio (2005, p. 224) mostra que “ser travesti” é um processo, algo continuado e que pode ser dividido em etapas. As classificações acionadas para se dar conta do processo de se tornar travesti envolvem algumas fases, como a de “gayzinho”, quando, ainda meninos percebem-se diferentes e dão visibilidade à orientação sexual. A fase seguinte vem com a prática de “montar-se”, que significa usar, ainda que de modo esporádico e lúdico, as vestimentas femininas e realizar uma transformação mais epidérmica do gênero com maquilagens. O momento seguinte vem com a “transformação” das formas do corpo, com o uso constante e reiterado de técnicas como a vestimenta feminina o tempo todo, o uso de hormônios e o planejamento da modelagem do corpo com silicone e outras tecnologias protéticas.

Na perspectiva que adotamos neste trabalho, essas etapas podem ser vistas sob o prisma geracional, forjadas em um campo de forças específico, mas que sofre deslocamentos contínuos que complicam este processo de construção identitária no presente. Aqui parafraseando Simões e Carrara (2014, p. 89) que de maneira arguta observaram a propósito da crescente quantidade de estudos sobre envelhecimento entre homens homossexuais, que a categoria gay parece estar envelhecendo junto com os sujeitos que designa, talvez possamos dizer que a categoria travesti esteja envelhecendo junto com os sujeitos que nomeia; não “desde sempre a mesma”, e sim adquirindo novos significados ao longo do tempo.

2.1- Modelos corporais

Soraya (50 anos) é portadora da história de uma geografia moral tecida com o surgimento dos espaços de prostituição e de um modo particular de montagem feminina. É na inserção nesses espaços que operou a transição de “gayzinho” para travesti, aos 13 anos, quando ela abandonou o pensionato masculino onde vivia – lugar onde, aliás, teve suas primeiras

experiências sexuais em segredo, com um jovem apelidado de “Bengão”, filho da dona do pensionato (o rapaz tinha 20 anos na época, enquanto Soraya, 9 ou 10).

O “Morro do Querosene” era um bairro, adjacente ao centro da cidade, marcado pelo estigma de reunir marginais e classes populares, onde Soraya teve os primeiros contatos com as travestis consideradas mais antigas no início da década de 1980. À medida que conhecia a prostituição noturna e estabelecia amizades, foi encontrando referências para se tornar travesti e meios para angariar renda e se manter com seus próprios recursos, podendo se desvencilhar do controle familiar.

Soraya: Começamos na Dom Pedro; da Dom Pedro com a Vinte e Quatro, na época que era o ponto. Aí, depois disso eu comecei a viajar, bastante. Ficava a Solange, Ana, a Mara, a falecida Mara, que foi a primeira travesti de Marília. Morreu já com certa idade; morreu com uns 47, 48 anos, mas era bonitona; ela era bem senhora, brancona, usava muito saia longa na época, super discreta. Aí, depois disso, passamos para a São Luiz. Não, para a Quinze. E aí depois na Quatro de Abril. Bom, eu comecei a ficar na Quatro de Abril, ficava umas meninas lá. Eu comecei a ficar, mas geralmente eu gostei de ficar isolada. Não gosto de ficar muito em rodinha. Ficava mais perto das amapôs. (Entrevista realizada em agosto de 2007).

A partir das relações com as outras travestis, Soraya estabeleceu contatos que lhe permitiram percorrer uma rede de entretenimento e prostituição, constituindo seu corpo. Em Londrina, interior do Paraná, na casa de uma travesti cafetina, aprendeu a usar os hormônios, o que foi prolongado em sua juventude. Conta que chegou a ter um cliente que era médico na cidade de São Paulo, que lhe receitava e pagava várias doses do produto. Em Ponta Grossa, no Paraná, fez sua primeira aplicação de silicone industrial nas maçãs do rosto; e em São Paulo chegou a morar com Andréa de Mayo²⁴, uma famosa cafetina, que, no momento, notamos que está presente no imaginário de várias travestis que empreenderam uma migração para a cidade de São Paulo, da geração de Soraya. Nesta cidade, após quatro anos, ela colocou silicone no peito, que, para sua infelicidade, deu um pequeno defeito. As demais travestis chamavam-na de “peito de pombo”, em alusão à junção do silicone líquido que escorreu para o centro dos seios, modelados e feitos com amarrações precárias.

Cabe destacar a ligação com o universo noturno da prostituição e das artes e do espetáculo presente nas boates e casas noturnas da capital e das cidades de médio porte do interior. Em meio a esse processo de transformação, ela viajou por cidades do interior paulista e do Estado do Paraná, fazendo shows em boates e dublagem de cantoras populares, chegando até a atuar como *stripper*. Ainda havia uma tênue aproximação entre viver como travesti e ser

²⁴ Diferente das demais travestis mencionadas na pesquisa a partir de nomes fictícios, utilizo aqui o nome original por se tratar de personagem pública e notória.

artista da noite. Uma cena contada por Soraya, sobre um encontro com seu padrinho e sua mãe, após ter realizado algumas transformações corporais, traz à baila a percepção arguta de sua mãe sobre esse cenário do entretenimento e do sexo.²⁵

Soraya: Foi quando ela ficou meio chocada. Mas, mesmo assim, meu padrinho ficou mais chocado, dizendo “ai não, não, não é Pedrinho, não! Aí minha mãe dizendo que eu tinha virado artista [risos]. Você acha?! Então ele encanou “ai não, não é Pedrinho, não”. Acostumado a me ver como menino né? Rapazinho, né? Quer dizer com uma loirona, né? Na época tinha 17 anos, novinho. Aí ele ficou chocado. Mas aí normal! (Entrevista realizada em agosto de 2007).

Essa imagem parece evocar resquícios de inteligibilidade da experiência de se travestir como arte (CASTLE, 1999; GREEN, 2000, p.345-354). Personagens travestidos estiveram muitas vezes presentes na cultura brasileira, sobretudo nas artes cênicas e no carnaval, na figura do que Helio Silva (1993,1996) chama de “travesti histórico”, visível a partir das expressões lúdicas e experimentações artificiais do feminino por homens vestidos com roupas femininas. Em *Reminiscências da cena travestida*, Trevisan (2000, p. 231-248) apresenta uma vasta documentação, do período colonial até o século XX, sobre a presença de atores que se travestiam, bem como as vivências da homossexualidade, o que aumentava a pecha de imoralidade aos teatros. Trevisan (2000), assim como Helio Silva (1993; 1996) sugerem que nas décadas finais do século XX o ato de se travestir passou para os palcos das ruas, e destes locais partiu um movimento inverso, de volta aos teatros. Mas agora estamos diante uma corporalidade totalmente diferente, que reivindica um estatuto próprio.

Portanto, a década de 1980, quando nossa interlocutora conhecia as técnicas de transformação corporal, as práticas de prostituição e entretenimento, já era um período que em

²⁵ Filha de uma mulher ousada para seu tempo, uma cafetina que atuou na antiga zona de prostituição feminina de Marília, nas décadas de 1970 e 1980, Soraya, quando morava na casa de sua falecida mãe, expunha com orgulho fotos na parede, chamando atenção para a sua elegância e a beleza. Narrava com altivez a breve carreira artística da mãe, especialmente sua atuação no filme *O Gato da Madame*, uma comédia estrelada por Mazzaropi, Odete Lara, entre outros, no final da década de 1950, em que figurava vestida com trajes curtos, escandalosos para a época, em um desfile que escolheria a “rainha dos tecidos Kenta”. Nesta cena, Mazzaropi compõe a comissão julgadora do desfile, protagonizando um atrapalhado engraxate que busca uma recompensa por recuperar o gato da Madame Ivone de uma quadrilha. Conta histórias sobre a região próxima ao Cemitério Municipal da Saudade, para onde foi deslocada a prostituição feminina que ocorria em casas do centro da cidade. Alguns moradores, para não serem importunados com a circulação de clientes, colocavam em suas portas placas com dizeres de que ali era casa de família. A reorganização da prostituição feminina ocorreu concomitante a um processo mais geral de expulsão das classes populares da região central, por meio de medidas do poder público, com a construção de bairros na periferia nas décadas de 1970 e 1980. A partir dessa mudança, Soraya passou a ser criada por uma senhora longe do prostíbulo, em um pensionato masculino no “Morro do Querosene”. Revela que por volta dos 10 anos de idade, às escondidas, experimentava roupas femininas, nas oportunidades em que se via sozinha na casa de sua mãe, sobretudo, nas visitas de domingo, quando a prostituição cessava para o descanso na “zona”. Dessas experiências, guarda as lembranças de certa inocência e admiração pela beleza e elegância das mulheres daquele tempo.

que as mudanças do antigo teatro para o palco de rua estavam estabelecidas (SILVA, 1993). As travestis passam a fundir tecnologias e encenação teatral, experimentando a materialização do sentido de feminilidade, ao mesmo tempo em que se dispõem para o outro de modo inédito no mercado do sexo. Esse período é lembrado como momento de muita satisfação pessoal, de grandes possibilidades eróticas, de ganhos significativos de renda no mercado do sexo, de efervescência e experimentação da transformação corporal – glamourizado na narrativa de Soraya.

Soraya: Aí maravilhoso. Nossa Senhora! Minha época. Na época tinha dinheiro, se ganhava dinheiro. Também era novinha, né! 16, 17 anos. Cheguei e comecei a trabalhar na melhor rua que tem, é a Augusta em São Paulo. Trabalhava ao lado do Caesar Park Hotel, finíssimo, e lá comecei a fazer bastante cliente. Seis, sete, oito, dez clientes na noite. Mas na época tinha pique, né. E outra, às vezes, tinha um monte de cliente que a gente pegava e não saía para fazer programa. Saía pra, no caso, até virava a gente tipo psicóloga. Ficava ouvindo história sobre casamento, briga da mulher, aquelas coisas toda. (...) Na minha época era freguês. Mas hoje em dia os homens estão mais volúvel. Hoje sai comigo, amanhã sai com outro, com outra, não tem mais aquela coisa. Porque na minha época os homens eram mais românticos; no caso, igual eu falei, em São Paulo tinha um que saía que falava os problema dele, mas gostava da companhia da gente. A gente falava da vida da gente, trocava ideia. No caso, em São Paulo, tinha o Fernando, grande cliente que eu tive. Adorava me levar num barzinho, tomava vinho quente, sabe, aquela coisa bem romântica. Depois a gente ia pegar um motel, ia curtir; nossa, era maravilhoso. Hoje em dia, não; hoje em dia é aquela coisa muito vapt-vupt. É assim: (o cliente pergunta) “É quanto?”, “vamos fazer uma nequinha [sexo oral]?”. Vamos; e é num drive in, nos cantos, e assim vai. (Entrevista realizada em agosto de 2007).

Esse transbordamento de prazeres de juventude contrasta com uma época em que também se nota os efeitos recrudescentes de um “pânico moral” (GALVÃO, 2003) ligado à epidemia de aids, conforme descrevemos no capítulo anterior. Soraya conta um período idealizado de plenitude, mas não deixa de ser ambivalente na medida em que surgem, em seus relatos, as mudanças críticas operadas durante seu curso da vida. Sobre o preconceito, as violências e os estigmas que cercavam o modo de vida, mesmo no contexto de uma grande metrópole, ressaltava que “hoje em dia, né; no caso, na minha época tinha mais preconceito de você pegar um ônibus, de você andar na rua de dia, na minha época. Nossa Senhora! Você não podia atravessar uma rua onde tinha um monte de homem”, mas dizia não ter sido agredida – tendo aprendido algumas estratégias, especialmente para circular diuturnamente pela cidade: “eu sempre fui muito discreta, nunca gostei de roupa escandalosa; na minha época, usava muito longo, usava pantalone, saião; também fui mais acostumado com roupas mais ousadas nas boates; em São Paulo, sempre no social, sempre no chiquê; nunca andei depravado”.

Soraya tem Mara como referência da primeira travesti de Marília: “a falecida Mara, que foi a primeira travesti de Marília. Morreu já com uma certa idade, morreu com uns quarenta e

sete, quarenta e oito, mas era bonitona ela, era bem senhora, brancona, usava muito saia longa na época, super discreta”. Mara teve problemas com a rejeição do silicone no rosto e vivia sob medicação; as suas bochechas inchavam e deformavam seu rosto, o que lhe rendeu o apelido de “Fofão”. Soraya foi a segunda travesti da cidade a constituir seios e rosto com esta tecnologia. Essas narrativas sugerem que a história do uso do silicone líquido em Marília teve seu desabrochar na década de 1980. Uma década depois era comum; “para ser travesti tinha que ter silicone”, disse-me Barbara.

Segundo as travestis mais novas, este modelo de corporalidade pode ser denominado de “traveção”. O “traveção” faz uso abundante de silicone líquido na composição de seios, bunda, quadril, desproporcionalmente às tendências do presente, que remetem a “meninhas”, “garotas”, categorias êmicas utilizadas para designar um modelo corporal mais enxuto e juvenil (PELÚCIO, 2009). A categorização deste tipo de corporalidade entre as travestis revela as diferenças de padrões de beleza que implicam seus corpos, mas insistem em não se manterem estáveis. Neste sentido, o corpo dificilmente permite o alcance das injunções do discurso estético. As formas e os gostos valorizados de época em época são avassaladores e tornam cada qual obsoleto (VIGARELLO, 2006).

O exagero na composição estética está adstrito à concepção de que quanto mais silicone no corpo, mais feminina e bela, que ditava a moda entre as travestis mais velhas. Valeska, por exemplo, quando fez sua primeira aplicação de silicone estava com 20 anos de idade; desde então, realizou várias aplicações durante sua trajetória de vida. Colocou silicone nos lábios, nas bochechas, nas coxas, nos quadris, no bumbum e nas mãos – para disfarçar as veias. Aos 40 anos, exibia cerca de 20 litros de silicone industrial espalhados pelo corpo. Seu quadril bastante avantajado e seus seios tão grandes e pesados causavam-lhe dores na coluna, forçando-a a andar um pouco arqueada. Entretanto, nada indicava, em seus gestos e sentimentos, algum arrependimento ou necessidade de remover parte do silicone aplicado. Dizia, inclusive, no cotidiano da casa Soraya, onde residia quando a conheci, em 2009, que projetava novas intervenções para fazer “pequenas correções”, preenchendo algumas “faltas” no bumbum. O exagero das formas corporais suscitava conversas bastante lúdicas, pois nossa interlocutora narrava estórias, prazeres e fetiches que provocava nos homens que atendia no mercado do sexo, contornando, ao mesmo tempo, o sentido obsoleto do modelo corporal.

Porém, notamos que algumas travestis mais velhas estão produzindo reflexões sobre esses saberes. Em alguns contextos, podemos observar a revisão das prerrogativas consideradas verdadeiras em seu universo social e as tecnologias implicadas na condução das jovens a se constituírem como travesti. As tensões entre travestis mais velhas e mais jovens “que fazem a

linha travesti” podem ser observadas por meio dos estilos corporais adotados e em função do posicionamento ativo de ambas no processo de constituição desses estilos. As inquietações relativas à saúde, corroboradas pela circulação dos discursos preventivos, as promessas das novas tecnologias médicas e a adesão aos modelos corporais dominantes do presente começam a colocar em questão as etapas de construção da corporalidade, que, na perspectiva de nossas interlocutoras mais velhas, provocariam uma mudança definitiva de seus status para travesti, como o uso de silicone líquido.

Uma intensa problematização sobre os riscos, quando se trata de moldar o corpo desejado, emerge em torno da prática de *bombar*, uma prática que promete fazer corpos exuberantes, associados a uma cultura de dor e de verdade (PERES, 2011). Neste caso, os discursos preventivos põem em evidência a possibilidade de refletir e escolher de modo racional o que pode ser feito com o corpo. Vem à luz os agravos que a técnica pode causar à saúde, como: deixar o corpo deformado quando o silicone se movimentar pelo corpo; causar rejeição e infecção, alterando a pele e criando elevações nela, deformidades que as travestis chamam de “mondrongos”; favorecer problemas cardiovasculares, dificultando a circulação sanguínea e podendo provocar trombose; e contaminar por hepatites virais e HIV, quando as seringas utilizadas na aplicação não são descartáveis, podendo até levar à morte (PERES, 2011).

Nicole, aos 25 anos, refletindo sobre as diferenças diante as mais velhas e considerando a coragem que tiveram ao usar silicone, constata o perigo que enfrentaram e opta por não utilizar o produto para obter as formas femininas desejadas.

Nicole: Eu vejo que o que eu passei foi pouco, né. Eu acho que elas passaram por coisas piores, né. Elas lutaram para ter, porque hoje em dia colocar um silicone você tem que lutar; é uma luta, viu. É uma luta. Não é fácil, não. Eu tenho vontade de colocar prótese, né. Silicone, não. Aí não tenho vontade; tenho vontade de colocar peito mesmo. Acho que dói muito. Acho que é bem sofrido também. Cê ficar numa cama. Eu acho que eu não ia conseguir ficar, quinze dias, trinta dias numa cama e não poder andar, né. Então é complicado. Mas na vida tudo é sofrido, né. Pra ficar bonito tem que sofrer. Então tem gente que aguenta, né. Eu não aguento, não. Tenho vontade de colocar só o peito, só. Me convidaram já. Quando a Amanda bombou, era para eu ter ido com ela. Colocar silicone também. Ela falou que me ajudaria, né. Mas não fui não. É muito sofrido. (Entrevista realizada em julho de 2014).

Durante o processo de transformação corporal, uma aura de beleza paira sobre as travestis. Em busca de um corpo perfeito, em benefício do prazer em experimentar a feminilidade, elas expõem, em atos de fala, os pensamentos, os saberes e os sentimentos que impõem ao corpo, bem como delineiam variadas inquietações ao fluxo do desejo de se constituir em outro gênero (OCHOA, 2012). Nestas situações são apreciadas as tecnologias e seus riscos, definidas prescrições para o resultado satisfatório e os cuidados consigo para obter a estética

desejada. Refletindo sobre como esse desejo era implacável antigamente, Madona (35 anos), descreve uma mudança de atitude das mais jovens e em seu próprio posicionamento sobre a prática:

Madona: Antigamente existia mais vontade, mais ansiedade de pôr um silicone, de tomar um hormônio. Hoje elas estão mais calmas. Hoje elas têm mais medo, porque antigamente era muito silicone industrial. A gente já caía nesta vida e queria um silicone no seio, na bunda. Hoje já não. Elas se seguram mais. Elas não têm essa vontade louca, não. Então eu coloquei, eu gosto, e se eu tivesse coragem eu colocaria mais; vontade eu tenho, mas eu não coloco por medo. Mas eu acho que isso é uma coisa íntima de cada um. Você vai transformar o corpo de vez. De uma vez por todas, né. Porque não tem como voltar mais atrás. E aconteceu muitas coisas, acontece e vai continuar acontecendo. Silicone industrial é perigoso mesmo, muito perigoso mesmo; corre-se risco. Às vezes a pessoa que está ali pondo não tem sabedoria, entendimento. Eu falo com quem eu converso pra não colocar, porque hoje está muito mais fácil de colocar uma prótese, né. Em clínica mesmo, o custo não é tão alto (Entrevista realizada em dezembro de 2013).

A fala de Madona é exemplar diante de outras narrativas de travestis mais velhas que aplicaram silicone. Elas refletem com frequência sobre o perigo da aplicação do produto para a saúde, mas reconhecem também suas potencialidades, ao se dar conta da realização de seus próprios corpos. Observamos que, por meio destas narrativas, constitui-se um certo sentimento de pertencimento a uma geração que vivenciou uma experiência comum, aprimorando uma técnica de transformação, produzindo referências de beleza corporal que se disseminaram entre elas.

Entretanto, elas participam do questionamento das técnicas de transformação e dão significados às mudanças nas concepções de beleza, que revelam que nada no corpo é estável para garantir a autossatisfação e o reconhecimento. Portanto, o corpo não escapa à história; sua materialização carrega os resquícios de inúmeras alterações cotidianas (FOUCAULT, 1989c). Em suas reflexões sobre o ato de transformar o corpo e na problematização das técnicas, a estética corporal aparece como um objeto pelo qual se trava uma luta pelo seu domínio (FOUCAULT, 1989, 2006a), mas que escapa com o devir da história. Além disso, a inquietude com os saberes sinaliza que as convenções relativas ao tema não são óbvias e indiscutíveis.

As questões emergem diante de um regime de verdade, que está sujeito, nestas relações, à dinâmica da indagação e da transformação. Como ressalta Madona, as mais jovens são instigadas a apropriarem-se dos referenciais de beleza feminina disponíveis no “seu tempo”, o que significa recorrerem a técnicas mais epidérmicas e menos invasivas e permanentes de transformação. Vislumbram com mais facilidade o acesso às tecnologias médicas,

especialmente próteses para os seios, pois a prática se tornou, com o tempo, mais acessível do que antigamente do ponto de vista econômico.

As travestis fazem leituras singulares dos valores dominantes apostados na adequação aos modelos de expressão corporal, e definem parâmetros que engendram o sentimento de realização pessoal. Seu modo de vida não parece apartado deste tortuoso processo de adequação às exigências disciplinares, que tem por alvo nossos corpos, como as prescrições relacionadas à saúde e à beleza (ORTEGA, 2004).

O acesso às informações e prescrições sobre o assunto contam hoje também com a circulação de discursos na internet, que tem um uso cada vez mais presente no contexto das travestis, especialmente provocando relações mediadas e novas fronteiras para o mercado do sexo. Em relação às questões da transformação corporal, observamos como o tema aparece nas redes sociais e nas mensagens compartilhadas pelas nossas interlocutoras como vídeos com demonstrações de complicações e intervenções médicas e imagens sobre a aplicação artesanal.

Essas produções tornam-se veículos de informação e de alerta – que “hiper-ritualizam” a prática e reforçam a reflexão sobre o tema. As preocupações com a prática, contudo, são antigas. Hoje, material produzido ainda nos anos 1980 é compartilhado nas redes sociais pelas travestis; um exemplo é o vídeo do jornalista Goulart de Andrade, acompanhado da famosa travesti do *underground* paulistano, Andrea de Mayo.²⁶ Neste vídeo, é apresentada a casa de Bartô, uma travesti *bombabeira*, que narra suas técnicas e demonstra a aplicação, problematizada por Andrea. Ela conduz a conversa com as demais travestis presentes na sala de Bartô, que interpõem explicações, pautadas em saberes médicos e populares, ressaltando o risco de construir esse corpo e sua vontade de retirar o silicone aplicado.

²⁶“Casa de Bartô: Aplicação de Silicone Industrial em Travestis, 1985”. Disponível no YouTube. Arquivo Transformista. https://www.youtube.com/channel/UCzivMmP-yTtr9E1Wm0jZ_w. Acesso em 05/06/2017. As narrativas entre as travestis de Marília que migraram para São Paulo, nas décadas de 1980 e 1990, sobre Andrea de Mayo são povoadas de um farto imaginário e experiências de convivência. Andrea foi uma das cafetinas mais notórias da região central de São Paulo. Foi dona de uma casa noturna, localizada embaixo do minhocão – a Prohibidu’s, atuou como “bombabeira”, foi dona de pensão e militante, uma figura que aparece nas narrativas de outras travestis de modo ambivalente, ao mesmo tempo protetora e temida. Andrea notabilizou-se com sua atuação militante, no campo da assistência, do acolhimento de travestis vivendo com aids, no enfrentamento à violência policial. Durante a década de 1980, enfrentou com outras travestis as campanhas policiais que visaram moralizar e expulsar travestis e prostitutas da região. Também protagonizou algumas participações em programas de TV, onde apresentou sua posição militante e contestadora. Em 1985, no *Programa Comando da Madrugada*, conduzido pelo jornalista Goulart de Andrade, denunciava as condições de vida das travestis. No *Programa Livre*, em 1998, conduzido por Serginho Groisman, no SBT, ela protagonizou um dos mais acalorados debates em programa de TV com o político Afanásio Jazadji, que destilava ódio e achincalhava gays, travestis e lésbicas presentes. Em 2000, Andrea veio a falecer após se submeter a uma cirurgia para retirada de silicone por questões de saúde e estéticas. Foi enterrada no cemitério da Consolação, onde, em 2016, foi incluída uma lápide com seu nome social, o que trouxe à baila interessantes narrativas jornalísticas sobre sua trajetória (ANTENORE, 2017).

Sobre o tema da transformação e do cuidado corporal, abundam nas páginas pessoais de travestis imagens corporais, textos confessionais, recomendações de prudência, demonstração de técnicas de transformação com uma mescla de palavras, poses, objetos, gestos. Notamos que, em tempos de uso abundante de tecnologias digitais, a visualidade corporal aparece como um componente fundamental da vivência de gênero.

A exibição e a reflexão sobre o corpo em meios virtuais reverberam injunções da própria vida cotidiana e ampliam, também, de modo considerável, a publicidade dos novos desejos estéticos. A isso se soma o material disponível no Oráculo (os mecanismos de busca), que expõe farto material produzido por especialistas, jornalistas, médicos, militantes e advogados, que disputam definições, direitos e concepções sobre os corpos, além de todo um mercado onde abundam a venda de tecnologias para a transformação corporal, incluindo produtos ilícitos.

Observamos que, no intrincado mercado de produção dos corpos, que tem na figura da “bombabeira” uma detentora de saber, a internet proporciona um contexto especial para a divulgação de inquietações com a prática e para a intermediação do acesso aos produtos como o silicone, assim como para as referências estéticas e a escolha das “bombadeiras” que podem utilizar as redes sociais na divulgação de seus trabalhos.

Bárbara, a partir do momento que passou a atuar como cafetina e “bombabeira” no interior de Minas Gerais, costumava postar fotos com o *antes* e o *depois* das aplicações que realizava nos corpos das travestis, mesmo alertada por algumas amigas, como Penélope, sobre os perigos dessa exposição, uma vez que as aplicações ocorrem em um contexto de clandestinidade. Nas conversas que mantivemos no interior de Minas Gerais, ela reconhecia os riscos não apenas no âmbito criminal, mas na saúde de quem se submetia a técnica, ressaltando as mudanças em relação às mais jovens, que hoje experimentam alternativas ao uso do silicone industrial. Essas narrativas reforçam uma percepção de “seu tempo”, que conduzia as travestis a buscar a técnica de modo mais engajado.

As mais velhas contam que, diante da vontade de se tornarem femininas, viram-se impacientes e apressadas, tão logo que passaram a experimentar a prostituição e a montagem feminina. Pressionadas pelas referências disponíveis a cultivar um padrão de beleza que possuía potencialidades e variados custos sintetizados na expressão de “dor da beleza” (PERES, 2011).

A expressão remete aos custos físicos e subjetivos do uso da tecnologia e ao ritual transformador. Em geral, as intervenções com silicone ocorrem em ambiente doméstico e sem ruptura com o cotidiano. As travestis recebem inoculações do silicone feitas com seringas e agulhas grossas, geralmente veterinárias, às vezes sem a utilização de anestesia, durante longas

sessões, que podem durar várias horas e ser exaustivamente exigentes e dolorosas (PELÚCIO, 2009).

Em torno da prática, há um conjunto de conhecimentos e precauções para cercar os riscos da aplicação, cujas detentoras são as “bombadeiras”, como, por exemplo, evitar a formação de bolhas de ar nas seringas, ter cuidado para não atingir a corrente sanguínea, assim como prescrever o regime ideal (alimentos, prática moderada de atividades físicas) para seguir depois da aplicação. As “bombadeiras” indicam a utilização de medicamentos antibióticos, anti-inflamatórios, analgésico e redutores de febre – como a dipirona sódica e o paracetamol – para alívio de dores, febres e incômodos, até o organismo se adaptar ao silicone, que exigirá cuidados permanentes da travesti. O repouso e a permanência em casa exigem dinheiro, para sobreviver sem a necessidade de trabalhar na prostituição. Essas práticas demonstram o quanto o cuidado com a saúde entre travestis se distancia das exigências simbólicas e materiais das intervenções médicas e oficiais sobre o corpo, com seus rituais transformadores da pessoa em paciente, assumidos pela administração médico-hospitalar (PELÚCIO, 2009; SANT’ANNA, 2001; 2005).

2.2 – Hesitações: o uso do silicone

As travestis mais jovens hesitam em utilizar o silicone, considerando seus riscos potencialmente deformadores, constatados na recorrência de agravos à saúde que atingiram travestis mais velhas que fizeram uso do produto. Por isso, muitas planejam o acesso às próteses cirúrgicas, poupando o dinheiro necessário. Esse foi o caso de Michele (29 anos). Conhecemo-la quando era um rapaz que trabalhava, nos finais de semana, em um bar próximo ao Posto do Júlio. Um menino feminino, comunicativo e cheio de estórias para contar. Divertia os clientes vindos dos cantos mais diversos do país, como os caminhoneiros que utilizam o equipamento do Posto para uma parada no caminho. O bar tinha um grande fluxo aos finais de semana, devido à movimentação de uma casa noturna vizinha que tocava funk, sendo comum seus frequentadores passarem por lá para beber, conversar e flertar antes de ir à boate. Penélope, em busca constante do “drinque”, uma mistura de conhaque com coca-cola, fervia e interagia com Michele de maneira bastante lúdica e aconchegante.

Aos poucos, víamos Michele no bar com uma montagem epidérmica de peruca, acessórios e maquiagens. E muito rapidamente passou a contar sua decisão de pôr uma prótese no seio. Michele experimentava roupas femininas, maquiagem e usava perucas desde os 16

anos, em suas interações com outras travestis nos espaços de prostituição da Comasa. Ela narra o início de sua transformação como um momento de experimentação e descoberta, realizado com bastante entusiasmo. Mas, com o tempo, aquilo que era esporádico e perigoso tornou-se recorrente.

A sua narrativa dá conta, como em outras conversas com travestis, de uma continuidade de práticas que remontam à infância, visto como um momento da vida marcado pela afinidade com os gostos, os modos, as vestimentas e as brincadeiras infantis das meninas. Butler (2003, p. 195-196) sugere que a prática do travestimento dramatiza a ideia de verdade de gênero, pois demonstram que não existe essência última a que se possa ligar a experiência de se fazer o gênero. Uma vez que enuncia – sou um corpo masculino (externo) e a minha essência é feminina (interno), ou cujo corpo em devir feminino (externo) revela uma essência masculina (interno) – esses efeitos de verdade, dramatiza a ideia de uma unidade de identidade entre aparência externa e mundo interior (ibidem, 2003, p. 195-8). Embora não se possa atribuir à travesti uma intenção política, a própria ideia de essência como idealização e princípio organizador da identidade baliza a construção do gênero. Contudo, não é raro ouvir delas justificativas essencialistas, de cunho biológico ou psíquico, traduzidas de jargões médicos e psiquiátricos, para falar de sua essência feminina revelada desde a infância como eu coerente marcado pelo gênero.

Michele descobriu-se em uma identidade gay na escola. Mas, por conta da hostilidade, abandonou os estudos na oitava série. Obteve um emprego em uma indústria alimentícia, e aos poucos, com o envolvimento com o “mundo da noite”, passou a incorporar a prática da “montagem” (Duque, 2011), até ser descoberta e demitida do emprego. A esta altura, já fazia “bicos” no bar de sua irmã, onde passou a se apresentar maquiada, com peruca e roupas femininas, adotando um nome feminino e engajando-se na transformação do corpo, decidindo colocar próteses de seios, após vender sua moto adquirida durante seu trabalho assalariado. Michele vivia com seu pai e sua mãe em uma casa simples de alvenaria, na favela da Vila Barros, cuidando deles em função do estado frágil de saúde e de desengajamento da velhice.

Um mês depois da aplicação da prótese, encontramos-la no Posto, bastante feliz e ostentando os resultados de seus seios recém-modelados, com um decote em V de uma blusa preta apertada sobre um sutiã bordado bege. No banheiro do bar do Posto, ela abriu o sutiã e mostrou-nos os seios de 360 mililitros. Explicava que a cirurgia custou cinco mil reais e os cuidados que deveria tomar, como evitar exercícios e esforços físicos, e não fazer sexo por dois meses; justificava as cicatrizes da região areolar, que eram hidratadas com óleo de amêndoas e cremes para que desaparecessem em um período de oito meses. Ela didaticamente explicou-nos

que a região inframamária, por onde foi inserida a prótese, por estar com uma cicatriz rosada e seca, ressaltava o sinal da qualidade da intervenção. Tinha um acompanhamento médico marcado para a semana seguinte à nossa conversa. O médico lhe prescreveu alguns medicamentos anti-inflamatórios. Ressaltava que o material da prótese oferecia baixo risco de rejeição, pois era revestido de um produto inerte ao organismo, chamado poliuretano, mas havia a necessidade de manter o acompanhamento médico. Também deveria comunicá-lo sobre dores, aparecimento de manchas roxas e endurecimento da região, que poderia revelar rejeição.

Michele aos dezoito anos realizou algo que era desejado por muitas travestis, inclusive as mais velhas, transformadas há mais tempo, mas cujas condições financeiras impediam o acesso a essa técnica. Era importante manter-se discreta, nos dizeres de Penélope, evitar “jogar o cabelo”, um sinal de agressão para as demais travestis, que poderia resultar em um conflito desnecessário e prejudicial à sua saúde – qualquer pancada prejudicaria seus seios. Penélope dizia que a principal fragilidade de uma travesti em uma briga é seu silicone, que deve ser protegido a todo o custo.

As travestis com quem convivemos reconhecem como muito perigosa a aplicação de silicone industrial nos seios, devido ao risco de escorrer para os órgãos vitais – falam sobre o medo de atingir o fígado, o coração, etc. Existem travestis que ficaram deformadas devido à movimentação do silicone nessa região. Soraya, conforme apontamos anteriormente, diz que não cumpriu o repouso necessário para o silicone se fixar e ele acabou juntando os seios, formando o chamado *peito de pombo*. Não obstante, há exemplos positivos, como os seios de Leona, apontados como muito bem feitos. Parece haver, neste sentido, uma hierarquização do risco da aplicação de silicone, sendo consideradas mais sensíveis e potencialmente prejudiciais e arriscadas as partes superiores do corpo, como os seios e o rosto.

Enchimentos de espuma, um recurso menos prestigioso para criar a aparência de seios, estão presentes no cotidiano de Penélope e das travestis do Posto. Mas também aparecem em diversas composições de travestis que atuam no Centro e Comasa que, a despeito de utilizarem o silicone industrial para modelar os quadris, consideram arriscada a mesma aplicação nos seios. Assim como também se inquietam com a aplicação no rosto, utilizada por algumas travestis mais velhas, como Soraya (50 anos) e Janaína (52), dizendo que ela apresenta alto risco de deformação. Barbara conta-nos, como “bombadeira”, que recusa esse tipo de aplicação.

Demorou cerca de três meses para que reencontrássemos a Michele. No nosso reencontro, deparo-nos com sua fala sobre o desejo de aplicar silicone para fazer um bumbum saliente, arredondado, para ressaltar os quadris. Ela dizia que era reta demais e faltava esse “toque especial” para ficar mais bonita. Enquanto muitas travestis desaconselhavam essa

aplicação, outras apoiavam a iniciativa. Até chegar o momento em que decidiu realizar a aplicação do silicone injetável, aos 22 anos, ela passou por um processo de socialização, que reorientou sua vivência, subjetivando valores e o regime de verdade compartilhados com as outras travestis. Em busca de constituir sua existência singular enquanto travesti, ignorou variados apelos que endossavam os efeitos negativos e os desconfortos ao corpo, sobrepondo seu desejo aos riscos da aplicação.

Penélope era uma das travestis que desaconselhavam Michele a aplicar silicone líquido. Mobilizava os estigmas que carregava em seu próprio corpo. Penélope aplicou silicone industrial entre o bumbum e as coxas com uma “bombadeira” há cerca de 10 anos. Nessas regiões o silicone precisa de uma atenção especial. Corre-se vários riscos, como, por exemplo, ficar em pé por muito tempo, dentro do período aconselhado para o repouso, após a aplicação, leva o líquido a escorrer pelo corpo, deformando as pernas e os pés. Esse era o caso de Penélope, que passou a carregar publicamente o defeito, o que lhe causava muito sofrimento.

Mas Penélope, ao mesmo tempo, resignada e inconformada, buscava afirmar-se como feminina, algo que havia sido necessário para se tornar o que é. Esbravejava quando era achincalhada por transeuntes que insultavam o seu “pé de boi”. Exaltava também, para outras travestis, sua coragem de ter silicone. Não obstante, narrava uma preocupação constante com a questão da saúde, as dores físicas, o inchaço nos pés e nas panturrilhas que acompanhavam seu cotidiano. A queda da temperatura era motivo de reclamações; os saltos altos, há certa altura da noite, eram substituídos por sandálias mais confortáveis, indispensáveis, sobretudo no trajeto do Posto para sua casa.

A falta de circulação sanguínea nos pés e na panturrilha é um motivo de preocupação para ela. Nessas regiões, a pele parece mais escura, seca e descamativa, às vezes com algumas úlceras, certamente devido à circulação sanguínea diminuída na região. Esse problema levou-a a procurar atendimento médico, alguns anos após a aplicação do silicone, apoiada pela atuação dos agentes de saúde do Programa de Redução de Riscos e Danos da cidade, que garantiu a ela uma consulta com um clínico.

Penélope conta que o médico não lhe deu muitas esperanças de tratamento, cogitando a realização de cirurgias para remoção de silicone, que pareceram a ela muito arriscadas e coibidoras de seu modo de vida, uma vez que implicariam não somente o abandono da rua durante um longo tratamento, como também não garantiria nenhum sucesso, potencialmente descrito com o risco de amputação dos membros.

Com essas narrativas, o risco do prejuízo à saúde era enfatizado para Michele. Dizia que ela não precisava aplicar silicone e que podia usar apenas hormônios para adquirir a forma

feminina desejada. Penélope tinha um repertório bastante interessante e tratava as questões com ênfase nas práticas de liberdade para fazer o que quisesse com seu próprio corpo, mas ressaltava que essa liberdade implicaria sempre em um custo elevado.

Em uma noite de segunda-feira, antes de ir para a Comasa, Michele nos disse, por telefone, que estava programando uma viagem para fazer o quadril e o bumbum na cidade de Presidente Prudente. Combinamos de conversar mais sobre o assunto pela noite. Quando chegamos à Comasa, estavam na esquina Bárbara e Rafaela, uma mulher prostituta. Michele contava, bastante exaltada, a empreita de duas jovens travestis que se prostituíam na Comasa – ambas foram aplicar silicone com uma bombadeira na Grande São Paulo.

Inicialmente, elas tinham ido à cidade de Presidente Prudente em busca dos serviços de “Denise Bombadeira”. Denise adquiriu, naquela época, um silicone com um repassador do produto. Mas dizia a todas as travestis que a procuravam que esse silicone que circulava no mercado era de baixa qualidade, que poderia causar deformações e não aplicaria nela própria e em ninguém. O silicone, conforme descreve Michele, “tinha impurezas misturadas a ele que podiam, até, corroer a carne”. Na impossibilidade de realizar a aplicação, indicava outros lugares e pessoas. As jovens travestis foram aconselhadas a procurar a “Paloma modeladora”.

Michele duvidava do trabalho desta última “bombadeira”, pois tinha certa má fama. Dizia que suas colegas “caíram na fábrica”, termo que mostrava que nesse local eram feitos corpos de muitas travestis, mas também soava como algo precário, questionava o cuidado de outras travestis desconhecidas com seus arbítrios e caprichos – pois, após a aplicação, ficaria por certo tempo na dependência de outras, para se alimentar e até mesmo ir ao banheiro. Essa suspeita levava-a a considerar mais confortável a realização da aplicação na sua própria casa, pois poderia contar com os cuidados de sua família.

A narrativa era pontuada por comentários positivos e entusiasmados de Bárbara, que incentivava a transformação da Michele, destacando como ficou mais bonita e atraente aos homens após ter colocado as próteses nos seios: “após ela colocar as próteses, sempre tem dinheiro e bons bofes, vive batendo várias portas de carro na rua; a bicha faz sucesso”.

Na época, aos 32 anos, Bárbara morava no distrito de Padre Nóbrega, do município Marília. Ainda não era “bombadeira” e cafetina no interior de Minas Gerais. Bárbara aplicou três litros de silicone entre o bumbum e quadril em Campinas, em meados da década de 1990. Segundo ela, usar silicone nessa época era fundamental para ser reconhecida pelas outras travestis: “nenhuma travesti que quisesse ir para rua não podia ter menos de três litros no corpo”.

Michele endossava essa afirmação, assentindo com a cabeça e narrando como era uma imposição bastante forte e que correspondia ao momento vivenciado por ela, “para ser travesti

tinha que ter silicone”. Rafaela, impactada com a conversa, chamou a atenção de Michele de maneira enfática, sugerindo que poderia ficar feia e deformada, enquanto Bárbara contrariamente apontava: “meu bem para ficar bonita. Ela tem corpo para pôr silicone, [...] a bicha tem um corpão, vai ser um sucesso, vai ficar com um corpo quase igual ao meu”. Exibia, rodando em torno de si mesma, seu corpo, a forma de sua bunda e quadril, a cintura e continuava falando: “vixe, quando estava na Itália fiquei super magra, que a cintura era mais evidente, porque lá eles gostam de magras, secas”, desfilou em frente a nós dizendo: “miss gay de Campinas na passarela de Milano, quem paga quanto, tinquenta!!! [Brincando com o sotaque italiano]”. Rafaela replicava que não achava que ficava natural, nem bonito. Michele venerava a apresentação e defendia a prática da travesti: “jamais! Fica bonito, sim! Ela tá com o corpo perfeito”.

Nessa conversa não deixaram de considerar os riscos que correm as travestis quando decidem colocar silicone. Eram mencionados nomes de travestis conhecidas delas que morreram durante a aplicação ou ficaram deformadas. Mas mantinha-se a esperança de que nada de ruim fosse ocorrer à Michele. “Vai ficar muito bonito no corpo, ela vai ficar mulheríssima”, dizia Bárbara, que, em seguida, passou a narrar as qualidades do líquido viscoso e algumas prescrições para o uso.

Primeiro uma apreciação sobre a quantidade de silicone a ser aplicado; para ela, não adiantava exagerar. Bárbara opinava sobre o uso de quatro litros de silicone em relação à produção do corpo de Michele, pois assim ajudaria a saltar mais o quadril, sem precisar de retoques. As duas, em pé, mensuraram seus corpos, comparando-os. Para Bárbara, como Michele é mais alta e tem mais ombro, deveria colocar mais silicone no quadril: “quanto maior o ombro, maior a bombada no quadril”. Michele pensava inicialmente em colocar três litros; e o preço de mercado girava em torno de trezentos e cinquenta reais o litro. Conforme o depoimento de Bárbara, quando ela aplicou o silicone em Campinas, cada litro custava mais de mil reais. Depois de longos elogios à forma obtida com o produto, Bárbara revelava sua desconfiança em relação ao silicone disponível na época para as travestis modelarem seus corpos. Defendia o cuidado rigoroso na recuperação e o uso do “barra mil”, considerado um silicone mais grosso, que exigia muita força para penetrar sob a pele e explicava que, por isso, era mais seguro de permanecer no local sem escorrer pelo corpo.

Barbara: O que mais dói é a agulha; machuca, sangra. Olha, se fosse hoje eu não fazia. O silicone agora não é como o de antigamente; a gente usava o barra mil. Esse daí é rapidinho. Em uma hora você bomba uma travesti. Ele é mais fino; o outro mais duro demorava um dia todo para aplicar, tinha que fazer bastante força para sair

pela seringa, sangrava. Era outro produto. Depois tinha mais chances de ficar no lugar. (Conversa informal, julho/2010).

As suspeitas em relação à aplicação não foram suficientes para aplacar o desejo de moldar o corpo de Michele, com base nas concepções partilhadas com as demais travestis sobre beleza e feminilidade. Ela negociou, por meio de travestis conhecidas, sua ida para a região metropolitana de Campinas, onde colocou quatro litros entre o quadril e o bumbum. Cerca de dois meses após a aplicação, estava trabalhando na Comasa. Entretanto, dizia que após a aplicação do silicone “passava como mulher”, e não estava satisfeita com a aplicação, pois gostaria de ser reconhecida como uma travesti, como o “corpo das antigas”, “corpão com curvas”. Ela retornou à Campinas e aplicou mais quatro litros no quadril e no bumbum, totalizando oito litros de silicone no corpo. Dez dias depois da aplicação, reencontramos Michele em sua casa, em repouso, dizendo que passou por uma sessão de aplicação muito dolorosa; sua pele, de tão esticada, formou diversas cicatrizes e bolhas, e um pouco de silicone escorreu dos buracos formados pelas agulhas, o que a deixou bastante preocupada. Em contatos com a bombadeira, foi orientada a usar cola Super Bonder para fechar o local pelo qual escorria silicone. Ela se encontrava impaciente, já que precisava voltar à prostituição para angariar dinheiro para sua sobrevivência, mas o volume aplicado exigia um repouso redobrado para garantir um bom efeito, o que foi seguido de modo rigoroso. Logo após a recuperação, via-se sua imensa satisfação com os resultados obtidos, pautando o valor positivo atribuído à transformação. Adiante, Michele fez novos investimentos no corpo, como a substituição da prótese mamária por uma maior, e também estava cogitando fazer uma cirurgia plástica para reduzir a testa.

Estranhamente, hoje, Michele (29 anos) se distanciou bastante dos modelos corporais do presente, apropriando-se de injunções de um tempo distante, pouco valorizadas pela maioria das jovens travestis com quem convive, ao passo que muitas a alocam na posição de “traveção”, dadas as formas avantajadas de seu corpo. Outras a observam como modelo de beleza, ressaltando sua posição prestigiada no mercado do sexo. De todo modo, como vimos, para que ela aderisse aos modelos disponíveis e executasse a tarefa de trabalhar sobre si em busca de reconhecimento e felicidade, não foi tarefa fácil e sem hesitações, o que revela inquietudes em relação a certo regime de verdade vigente. Os termos em que se colocam essas inquietações indicam uma ética que permite às travestis constituírem-se a si mesmas como sujeitos, em um contexto dinâmico de mudanças, que exige delas manejar, rever, negociar e reconstruir, ressignificar a feminilidade materializando fisicamente essas manobras em seus corpos.

Capítulo 3 - Destravelização e degradação da feminilidade

As normas que regulam a sexualidade e o gênero das travestis impelem à organização de um tempo vivido, e o sentido que se define a este depende de regimes de poder historicamente constituídos, que exigem dos corpos das travestis o máximo de investimento e produtividade. Um investimento que gera rotinas corporais, como os variados esforços que vertem durante o curso de vida na produção do gênero, bem como em seu caráter sexualizado, especialmente no quadro do mercado do sexo, onde também testam a estética corporal, podem se sentir desejadas e angariar recursos financeiros (BENEDETTI, 2005).

Neste capítulo exploraremos as narrativas sobre processos de desregulação dessas rotinas, que estabelecem, como vimos anteriormente, um regime de verdade que impelem as travestis a uma maneira peculiar de estabelecer cuidados consigo e, por extensão, a organização do tempo vivido em que operam esses atos.

Chamando atenção para os processos de “desconstrução da feminilidade travesti”, Nogueira (2013) utiliza o termo “destravelização” para pensar o modo como as travestis, em certo tempo da vida, podem aspirar às demandas culturais e institucionais de conformação com padrões hegemônicos de masculinidade, motivados por questões sobre como enfrentar o estigma, a vergonha, a degradação da saúde, as dificuldades econômicas e as motivações religiosas e morais.

No contexto que o autor analisa, esse processo acena para uma desmontagem mais duradoura, menos flexível e fluída do que os conceitos de “desmontagem estratégica” e “desmontagem institucional”, utilizados por Duque (2011), para pensar os itinerários corporais de jovens travestis que se valem da construção de uma feminilidade mais epidérmica e reversível, performada em contextos específicos, os quais permitem o manejo da apresentação de si em algumas situações como meninos. Notamos, no capítulo anterior, que essa maneira de experimentar o gênero distancia-se da feminilidade desejada pela maioria das travestis de meia-idade que compõe o presente estudo, gestadas principalmente nas décadas de 1980 e 1990, as quais enfatizam e valorizam intervenções corporais com o uso de silicone, hormônios e próteses, em sinal de um processo permanente de subjetivação do que elas concebem como “travesti de verdade”. A noção de “destravelização”, de certo modo, procura lidar com essa geração, ressaltando como elas, em meio a acontecimentos disruptivos no curso de vida, apontam para um desejo de experimentarem uma desmontagem mais duradoura no intuito de atingir a masculinidade, mas que esbarra em dificuldades, que exigem uma meticulosa

engenharia e engajamento para despir-se de gestos, linguagens e outras tecnologias, como os hormônios, as próteses e o silicone industrial.

Soraya, em uma visita em sua casa em 2009, contou-nos a estória de Tina/João. Ela nos apresentou um jornal popular, de circulação irregular, distribuído gratuitamente, que anunciava a história: “Ex-travesti virou missionário e quer abrir a igreja para gays”, com o subtítulo “Homossexualismo não é doença. É ilusão”. A notícia narra a história de João, 43 anos, que “já atendeu por outros nomes, como Tina”. Soraya interpretava a narrativa com descrédito, “bem pode ser ex-travesti, mas ‘ex-viado’, não!”, ironizando os dizeres do jornal.

A notícia conta que, desde os treze anos, João expressava trejeitos e atitudes femininas, e também tinha cabelos longos. Aos 18 anos, aplicou silicone líquido para fazer os seios. Sua inserção na prostituição ocorreu inicialmente na Rua 24 de Dezembro, região central de Marília, para depois atuar em outras cidades – inclusive a capital do estado, onde angariou dinheiro, mas rapidamente se acabou, ficando com as marcas da violência no seu corpo. Esse período era, nos dizeres de João, “uma loucura de vida, com homossexualismo. Eu e o grupo viajavamos muito. Era envolvimento com drogas, brigas, polícia, e daí por diante”. O sofrimento o fez tentar suicídio, cortando os pulsos; mas ele sobreviveu ao destino infeliz de contemporâneos – “amigos meus na época morriam abrindo o gás na cozinha. Éramos um grupo de umas trinta pessoas. Só eu e outro amigo estamos vivos. Todos os outros morreram de forma violenta ou de aids”. Foi preso várias vezes e diz ter ficado “livre do homossexualismo” aos 29 anos: “cortei os cabelos longos, fiz várias cirurgias para retirar o silicone e mudei minha conduta”. Ingressou na igreja, casou há 12 anos e teve dois filhos.

Este testemunho faz parte das palestras que ministra na igreja e compõe os dizeres dos cartazes nos quais expõe sua transformação, com fotos antigas do tempo de travesti: “Testemunho: ex-travesti, ex-viciado, ex-presidiário. Venha ver quem ele era. E hoje quem é! Uma grande transformação pelo Poder de Deus”. João explica que “Deus condena o pecado, mas ama o pecador”, e que as pessoas precisam ser salvas e resgatadas pela palavra de Deus. Ressalta, ainda, que existe resistência da igreja em abordar estes temas, mas que ele precisa enfrentar essa missão, essa “guerra”: “precisam acordar, saber que Deus vai cobrar da mão e do sangue deles a perda de almas dos homossexuais, que não podem ser excluídos da evangelização”. Após o depoimento de João, que ocupou $\frac{3}{4}$ da página do jornal, uma nota descreve a Igreja da Comunidade Metropolitana do Brasil, e a forma como ela aborda de modo diferente a questão, abrindo espaço para o “público gay”, com o depoimento de um dos “líderes da seita”, nos termos do jornal, que diz que “Deus não está preocupado com o tipo de sexualidade, mas com o amor ao próximo”. O jornal utiliza uma polêmica carregada de fortes

tintas de preconceito para enfatizar valores heteronormativos, que se desdobram nas suspeitas levantadas por Soraya. O debate sobre as religiões e o modo como tratam a sexualidade é complexo, mas notamos que podemos reconhecer na história de Tina/João as possibilidades plásticas do gênero, dentro de um quadro regulatório, em que atua o elemento insidioso da normalização da sexualidade e do gênero por meio religioso, que impele a processos de desconstrução da feminilidade travesti.

A desconstrução da feminilidade travesti também foi experimentada por Marcos, motivado por outras razões. Sua experiência mostra que a interpretação dos sujeitos em busca de uma readequação corporal a uma suposta identidade original da masculinidade não necessariamente significa que tenha a ver com uma ruptura com as convenções e com práticas ligadas à homossexualidade masculina (Nogueira, 2013). Conhecemo-lo em meados de 2013, em uma conversa descontraída com a Penélope, na esquina do Posto do Júlio. Penélope apresentou-nos Marcos como Selma. Marcos rememorava seu tempo de Selma com um tom divertido, contando peripécias e acontecimentos, enfatizando elementos comuns à Penélope, que, às vezes, intervinha para pontuar algo que discordava, como a menção de que era bem mais velha que ele.

Marcos narrou que chegou a usar hormônios, realizando um processo tênue de transformação aos 15 anos de idade. Na época da nossa conversa, estava com 37 anos e havia mais de 10 anos que não se “montava”, nem atuava na prostituição. Dizia que “hoje está velha para isso!”. Marcos passou a morar com seu tio adoecido e recebia uma pensão do INSS. Alegava que passou por várias situações enquanto travesti e que não parecia valer à pena se arrumar, perfumar-se, gastar tempo e energia para se produzir e ser apenas uma “fantasia” do outro, outro qualquer, um “lixo”, nos seus termos.

Contou que foi preso, apanhou na rua, teve conflitos com os familiares, que o pressionaram muito para levar uma vida como “gay”, até que se engajou na desconstrução enquanto travesti, para viver uma vida considerada mais protegida e com possibilidade de emprego. Por longa data, trabalhou como cobrador de ônibus, só se afastando do emprego devido ao agravamento da aids.²⁷ Entretanto, ressaltava levar uma vida “normal”, o que seria “impossível” como travesti.

Notamos que ele dizia que este não é o melhor caminho para todo mundo, buscando afastar-se da ideia de pregação de uma suposta salvação como no meio religioso. Neste sentido, falava do respeito pela coragem de quem resolveu viver como travesti, e que por isso mesmo

²⁷ Marcos veio a falecer, devido a complicações da aids, em meados de 2015.

não deixou de interagir com elas nas situações cotidianas, inclusive imprevisíveis. Ao encontrá-las na cidade, por exemplo, buscava ser cordial e não se sentir envergonhado com suas presenças.

Marcos gostava de se relacionar com outros homens e dedicava-se especialmente ao *trottoir* pela cidade para “caçar os bofes” (Perlongher, 1987a). Conta que existem muitos garotos que preferem sair com “homens mais velhos”, tipo “coroa²⁸”, como ele do que com travestis que “passam como mulheres”. Além disso, considerou que poderia negociar melhor o segredo que pauta essas relações. Mas não se arrependia de ter sido travesti, nem depois de ter “escolhido” ser gay, pois conta que, de um lado, obteve “ensinamentos com a vida”; de outro, pode contornar um destino visto como trágico, pois muitas “se deram mal”, morreram, estão morando na rua e usando *crack*, como Samira, personagem tomada no contexto da conversa como exemplo de decadência.

Estas lembranças do “tempo de antigamente” enfatizavam as mudanças no território, como a intensa circulação de caminhoneiros e clientes no Posto contrastando com o tempo atual, em que se viam alguns poucos caminhões estacionados. Em parte do estacionamento, onde elas atuavam na década de 1990, os clientes paravam para descansar e curtir os prazeres da companhia das travestis. Atualmente, ele estava tomado por depósito de peças de carros e também marcado por mudanças morais significativas, que alteraram os códigos e as relações do mercado do sexo. A despeito de, no momento, estar em curso uma reforma da região, motivada pela duplicação da BR-153, o que ia tornando o espaço mais iluminado e vigiado, objeto de um renovado interesse comercial com novos empreendimentos para servir aos transeuntes da rodovia, não deixava de parecer para Marcos um espaço decadente.

Para ele, “antigamente” existia muita circulação de homens, muitas possibilidades eróticas e de trabalho sexual, o que contrastava com o tempo atual, em que as travestis “penam” para concorrer entre si com a escassez de clientes. Não existia também a figura dos “nóias”, usuários de *crack*, que passaram a viver e consumir drogas no local onde ficam as travestis – talvez o aspecto mais relevante que compunha sua visão sobre as mudanças no local, que

²⁸ Conforme Simões (2004, p. 420) coroa é um termo que circula em circuitos gays paulistano, utilizado na imputação e auto definição de homens que portam sinais visíveis do envelhecimento como cabelos grisalhos, cintura grossa, mas com saúde e disposição física, dinheiro para frequentar os espaços gays e apresentação pessoal viril. O coroa está associado a um conjunto de ideias positivas acerca do envelhecimento pelos homens que gostam de fazer sexo com outros homens. Notamos em relação a narrativa de nosso interlocutor, a despeito de acionar a categoria para si, ambivalências especialmente no que tange operar um cruzamento tenso de feminilidade associada a categoria bicha e a sua trajetória como travesti e o trabalho reiterativo da masculinidade, o que fica evidente no uso de categorias femininas e masculinas para falar sobre si. Esta questão está presente também em torno de uma reiteração da feminilidade travesti, que lida cotidianamente com a materialidade de seus corpos e a leitura social que é feita deles, tendendo a tornar a ambivalência uma marca cotidiana em suas vidas. Assim não foi incomum ouvir travestis mais velhas operarem palavras masculinas e femininas para referirem a si.

contava com impressões e tintas carregadas, as quais nos impressionaram, especialmente pelo acento conferido aos despojamentos dos cuidados de si, à ambivalência da feminilidade e à proximidade de um masculino pouco exuberante e condenável na interpretação das travestis “acometidas” pela prática da perspectiva de quem não deseja mais ser travesti.

As travestis do Posto contam vários aborrecimentos em relação à presença de “nóias” no território. Penélope narrou conflitos devido à “ousadia” deles abordarem os caminheiros assim que estes estacionam no Posto, atrapalhando e, por vezes, afugentando potenciais clientes. Na situação, seguindo a interpretação das mudanças do cenário, fala das brigas, dos comportamentos agressivos e do roubo a clientes praticado também por travestis usuárias da droga, e define a conduta como desviante, por meio de argumentos higiênicos e estigmatizantes.

Marcos interpelava Penélope, dizendo que ela não era como antigamente, pois colocava ordem no pedaço, o que diz respeito à atuação pregressa de Penélope como cafetina, mas também à percepção de mudanças na sua posição com o decorrer do tempo. Esse tempo antigo é definido como marcado por regras implacáveis, especialmente em relação à convivência entre as travestis, sendo necessário, para estar no território, estabelecer relações com as cafetinas. Não existia, em sua visão, uma livre circulação de gays, travestis mais jovens e até mulheres que não se submetessem às obrigações do território, como pagar taxa para se prostituir e não infringir as regras do mercado do sexo, como o ato de fazer sexo sem cobrar dinheiro dos clientes, o que chamavam de “fazer vício” – todas as demais percebiam como uma “afronta”, o que resultava em brigas intensas. Retornaremos mais adiante a personagem de Penélope e sua posição nesse intrincado negócio. Em nossa conversa com Marcos, pesa muito mais a suposta cumplicidade de algumas travestis com os “nóias”, bem como os caminhos tortuosos, perigosos, que percorrem ao utilizar o crack, e nos faz pensar em um processo que leva ao descuido consigo, aprofunda as exclusões e leva, por vezes, à desmobilização e ao apagamento das marcas que requerem a construção da feminilidade travesti, o que as fazem se aproximar de uma masculinidade indesejável e de uma feminilidade comprometida, o que implica em um lugar marginalizado no contexto da prostituição, distante do simbolismo exigido para a corporalidade travesti no mercado do sexo.

Neste caso, não estamos mais diante da busca por uma masculinidade original, que, para emergir, exige um cuidado com o corpo e a desconstrução da feminilidade por meio de uma performatividade que acena para as possibilidades ampliadas de vivenciar uma vida mais segura longe da abjeção e da violência, seja perseguindo uma sexualidade gay, como atesta Marcos ou Tina/João, onde notamos um curso de vida que persegue valores heteronormativos de matrimônio, a reprodução e a família. No caso das travestis que usam o *crack*, o possível

aparecimento de uma masculinidade indesejável relaciona-se à degradação de si, cindindo com as mediações práticas e rotineiras impostas pelas convenções de cuidado de si, gênero e sexualidade, que constituem formas de ser desejantes e corporificadas entre as travestis.

O uso compulsivo do *crack* articularia as experiências das travestis à identidade deteriorada do nóia, constituída por valores e concepções de feiura, solidão, tristeza, violência, falta de consciência e controle de si e a morte (MACRAE, 2013), o que não acomodaria as rotinas instituídas que celebram a jovialidade, a feminilidade e a beleza, criando cenários desafiadores em um contexto em que, para prover a mecânica de gestão da vida, articulam-se de modo complexo o cultivo da jovialidade, os cuidados com o corpo, o acesso ao dinheiro e a posição de prestígio no mercado do sexo. O tema do *crack* pode ser lido na perspectiva do estigma, que tem um importante papel na organização da desigualdade social (MACRAE, 2001; 2013). As travestis ressignificam, ao seu modo, a especularização e as novas investidas no fenômeno conhecido como pânico moral²⁹, mobilizando discursos e práticas que corroboram o usuário como um risco a si próprio e à sociedade.

3.1- Inquietações com o crack

Samira (47 anos) catalisa essas preocupações no Posto do Júlio, servindo como caso exemplar nos diálogos e mexericos sobre a questão. Com pena ou ainda culpabilizando-a sobre seu destino, contrapõe-se o que era – uma travesti respeitada e integrada ao ambiente, que se apresentava esmeradamente produzida e feminina – ao que se tornou hoje, exposta às mazelas, maltrapilha, perambulando suja e estropiada pelas ruas da cidade. Um corpo próximo e que por vezes incomoda as demais travestis, operando nas margens do Posto, na “função” do *crack*, como diziam, perambulando entre elas e os caminhoneiros em busca de uma “entera” (alguns trocados para fazer uso da pedra). Chamam-na de “bicha burra” e também chamam atenção para a falta de acesso à saúde, de apoio social e do poder público, que reforça a abjeção e os processos de marginalização que se ampliam com o uso da droga.

É possível notar, nos últimos anos, um aumento significativo de travestis moradoras de rua, uma vez que, ao centralizarem seus recursos para o consumo da droga, não conseguem manter uma moradia ou pagar uma pensão e estadia na casa de outras travestis. O simbolismo

²⁹ Cohen (1972) apud Miskolci (2007b, p.111) definiu pânico moral como um fenômeno que emerge quando uma condição episódica, ou grupo de pessoas são apresentadas socialmente de maneira estereotipada como ameaça a ordem social, caracterizando a forma como as reações sociais se estabelecem, as formas de enfrentamento e desenvolvimento seja da mídia, dos agentes de controle social, dos peritos, que podem detê-lo, ou ainda produzir repercussões mais gerais na política legal e social e na forma como a sociedade se compreende.

ligado à rua como lugar da apresentação de si fica especialmente comprometido, fazendo aparecer uma feminilidade degradada e uma posição depreciada no mercado do sexo, o que alimenta um círculo vicioso e reforça vulnerabilidades e exclusões (ROCHA et. all. 2013).

Samira é contemporânea das primeiras travestis que passaram frequentar o Posto do Júlio, como a falecida Lara e mais tardiamente Selma e Penélope. Quando a conhecemos, em meados dos anos 2000, ela era vaidosa, esmeradamente montada, exibia-se bem vestida, maquiada e com roupas elegantes, dava preferência aos vestidos que ficavam a um palmo acima do joelho. Exibia os cabelos naturais encaracolados que chegavam aos ombros, usava hormônios e não tinha realizado aplicação de silicone industrial. Mas desejava, um dia, tendo condições financeiras, colocar uma prótese mamária.

Samira, em meados de 2009, passou a usar *crack* com seu marido, um belo rapaz, loiro de perfil esguio, que após sair da prisão perambulava maltrapilho no Posto, em busca de trabalho como chapa. Também prestava serviços aos caminheiros, como “fazer o corre”, expressão que remete a buscar drogas nas biqueiras geralmente em troca de algumas “pedras” para consumo próprio. Ele galanteava as travestis, tendo mantido vários relacionamentos descompromissados com algumas. Contam que várias fizeram “vício” com ele, em alusão a não cobrar o programa sexual. Não demorou para Samira se apaixonar e a compartilhar com ele momentos recreativos com a substância.

Adiante, o rapaz foi preso devido a roubos praticados no Posto. Samira continuou a se prostituir e a alimentar o desejo de reencontrá-lo. O uso da droga durante a noite causava uma série de preocupações, chegando ela, por vezes, a declarar que abandonaria a prática, pois sentia que isso estava dominando-a, encontrando nas demais travestis um ombro amigo, às vezes para refletir sobre sua conduta e encorajar-se a perseguir esse objetivo.

Na cadeia pública Samira conseguia fazer visitas, uma vez que ele não tinha contato com familiares e ela o ajudava com o “jumbo” – isto é, levava comida, produtos de higiene e cigarros. Após ele ser condenado e transferido para a Penitenciária, ela não pôde mais visitá-lo, pois o Diretor da Penitenciária não havia autorizado. Esse foi o momento em que Samira recorreu aos agentes de saúde do PRRD para buscar informações sobre advogados que pudessem ajudá-la a obter essa autorização, os quais indicaram a Defensoria Pública. Porém, Samira abandonou a ideia, temendo a repercussão de visitas no cotidiano regrado da prisão e as possíveis punições às manifestações dissidentes de sexualidade, mesmo que ela adquirisse legalmente esse direito.

Samira mantinha uma comunicação intensa com o rapaz por meio de cartas, adornadas com desenhos, flores, corações e declarações de amor. Ele, em resposta, enviava mensagens

amorosas, dizendo sentir falta dela e contando o tempo para reencontrá-la para viverem juntos, como um casal.

Passado pouco mais de um ano, o rapaz foi posto em liberdade. Samira reencontrou-o e por muito tempo eles não foram mais vistos no Posto. As travestis, na época, diziam que ela estava morando com ele em um pensionato de trabalhadores rurais em Garça-SP e trabalhando na lavoura de café. Lembramos que Samira ressaltou, com muito orgulho, em nossos diálogos, as épocas em que trabalhava na colheita de café e cana-de-açúcar; considerava um trabalho cansativo, mas gratificante. Descrevia suas origens rurais e como desde muito jovem foi acostumada na “lida do campo”, junto com sua mãe e irmãos.

Na época de seu sumiço, soubemos por outras travestis do falecimento da mãe de Samira, e como sua família a havia proscrito, devido ao enlace com o rapaz e ao uso de *crack*. Fomos reencontrá-la meses depois, bastante magra e decrépita, sem os sinais de vaidade e traços de feminilidade que lhe eram característicos.

A despeito de reações diversas, e as vezes adversas, muitas vezes observamos outras travestis aconselhando Samira a sair da situação, para retomar um sentido valorizado de dignidade ligado ao cuidado de si. Recomendavam, assim, procurar um tratamento de saúde. Penélope, por exemplo, questionava as agentes de saúde, que trabalhavam com prevenção de DST/aids do PRRD, sobre serviços para os quais poderiam encaminhar Samira.

Vimos que as agentes foram atenciosas e ficavam frustradas por não contarem com respostas consideradas efetivas para o tratamento da questão, dada sua complexidade efetiva e a falta de uma reflexão e orientação mais acurada do próprio Sistema de Saúde para o caso dessas intervenções. Orientadas pelas perspectivas de redução de danos (BRASIL, 2001), elas buscavam falar sobre cuidados, especialmente o compartilhamento de cachimbos e o risco aumentado de transmissão de hepatite C, mas sem intervir diretamente na questão do consumo. Entre uma conversa e outra, apareciam variados conselhos e afagos para renovar esforços em vista de um uso mais moderado da substância, a partir de um retorno para si, como cuidar do corpo, alimentar-se, tomar banho, procurar um abrigo e talvez voltar a se “jogar na batalha”.

A Redução de Danos é uma estratégia de abordagem dos problemas suscitados pelo uso de drogas, que considera formas de proteção, cuidados e mudanças de atitudes sem exigir a abstinência. No contexto da epidemia de aids, medidas como a distribuição de Kits redutores de danos compostos de seringas descartáveis foram impulsionadas pelo Estado e pelas ONGs, visando ao controle das formas de transmissão da síndrome pelo compartilhamento de seringas nas cenas de uso, especialmente para cocaína injetável. Vale notar que dados do município de Marília mostram um padrão epidemiológico de predomínio de infecção de HIV-aids pelo uso

de drogas injetáveis até o final da década de 1990, correspondendo a 28% dos casos de aids entre 1985 a 2011. Esse cenário, conforme vimos no primeiro capítulo, ensejou a criação de um Programa de Redução de Riscos e Danos na cidade entre 2001 a 2011, articulado as políticas de prevenção nacional por meio da ação de agentes redutores de dano.

Não obstante, nesse período nota-se mudanças nos padrões de uso social de drogas, com a paulatina saída de cena do uso do “Pico”, tornando mais evidente o uso de *crack* nos variados territórios constituídos pelas intervenções do PRRD, incluindo a cena das travestis. Os desafios que isso impunha aos agentes eram diversos, podendo-se notar que a vulnerabilidade às DST-HIV eram aumentadas entre as usuárias, não sendo incomum notar casos de travestis usuárias de *crack* expostas à aids, às hepatites, à sífilis e à tuberculose, mas também a questão da violência, da falta de moradia, de autocuidados, entre outros.

De todo modo, essas questões eram apenas sugeridas ou constatadas, e não geraram reflexões capazes de acionar estratégias específicas para essas cenas de uso na ação de redução de danos. Podemos observar isso a partir do caso descrito acerca de Samira, quando as agentes de saúde não só desconheciam os equipamentos de saúde para o caso das drogas, como o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-ad), mas também reforçavam, a reboque da própria perspectiva de redução de danos, em algumas situações, a questão da internação como solução para o caso. O trabalho de redução de danos acionado tanto no contexto da epidemia de HIV e aids como da própria política de saúde mental, institucionalizada no CAPS, busca constituir-se como uma alternativa à internação como medida sanitária, capaz de fazer frente aos problemas das drogas (RUI, 2014). A esse contexto de precarização e baixo investimento técnico e formativo em suas ações, corresponde também uma crescente desvinculação da redução de danos das políticas de aids, para nortear as respostas oficiais da área de saúde para as drogas, circunscritas agora sob a esfera da saúde mental.

Conforme Tailene Rui (2014), a política pública oficial brasileira tem se orientado pelo fomento da perspectiva de redução de danos, em um nível macropolítico dos discursos e dos debates, especialmente nas discussões sobre saúde mental e reforma psiquiátrica, incluindo a questão da luta antimanicomial, que denuncia as violações de direitos observadas na estratégia do internamento, conduzida especialmente por hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas.

Redução de danos não pode ser vista como um incentivo ao consumo de drogas, mas fundamenta-se principalmente no direito às liberdades e escolhas individuais, considerando, entre outras questões, o direito individual de quem “não pode, não quer ou não consegue largar” o uso de drogas por uma inserção em um contexto de garantias de direitos e cidadania capaz de

fomentar a responsabilização e a gestão dos riscos, garantir atendimento em saúde, se precisar, mas também lidar com a exclusão e a violência entre outros aspectos.

Por outro lado, o modelo das comunidades terapêuticas acena para a interrupção do consumo, por meio do afastamento do sujeito de seu entorno social, a partir da submissão a terapias e rotinas institucionais que consideram primordialmente a abstinência (RUI, 2014). Em Marília, encontramos o equipamento do Hospital Espírita, conhecido popularmente como “HEM”, que possui alas de internação em convênio com o Sistema Único de Saúde, sendo, portanto, também parte integrante da trama institucional fomentada e em disputa na arena do Estado, cujo objetivo é promover a desintoxicação dos pacientes, o que pode ocorrer por ordem judicial ou voluntariamente, dentro de um período de 30 dias, prorrogáveis, a depender do caso.

Não encontramos narrativas em campo sobre o caso de travestis em instituições de internamento devido ao uso de *crack*, embora muitas alegassem ser uma das respostas mais efetivas, como sugeriam para o caso de Samira. Mas pudemos acessar alguns casos sob o acompanhamento do CAPS-ad, como Cris, que frequentava consulta de psiquiatria e interdisciplinar e recebia medicação. Mas seu caso também nos leva a pensar no tecido relacional que emerge da experiência do cuidado, à qual retornaremos adiante.

Não obstante, pudemos acessar a narrativa de Fabíola, em um período que estava sob o acompanhamento do CAPS-ad, após sucessivas internações no HEM devido a um quadro compulsivo de uso de álcool. Fabíola contou que desenvolveu um alto grau de dependência de álcool, chegando a beber álcool de limpeza, na falta de uma bebida mais acessível, para aplacar sua ânsia pela substância. Ela se expunha também à ingestão de bebidas e medicamentos, como Diazepam, além de cocaína cheirada, que a levaram, em uma determinada situação, à emergência hospitalar por problemas cardíacos. Mais adiante, vivendo profundos momentos de crise, conseguiu uma internação voluntária no HEM para desintoxicação.

Fabíola falava de um momento de sossego e tranquilidade, a despeito das situações graves que cogitou sobre o processo de internamento de outras pessoas com quem conviveu. Contou uma rotina de alimentação, terapias individuais e em grupo, como os Alcoólicos Anônimos, o uso de medicamentos e, às vezes, momentos para o lazer, como assistir TV e subverter a vigilância institucional e relacionar-se sexualmente com outros pacientes. Tailene Rui (2014) nota que, em torno dos embates em relação às respostas para as drogas no campo da saúde, os discursos de redução de danos articulam-se em contraste com as respostas oferecidas pelas internações, chamando atenção especialmente para as comunidades terapêuticas envolvidas no quadro religioso e para a homogeneização das respostas, não considerando as diversidades de usos, substâncias e trajetórias pessoais, além de desrespeito

aos direitos individuais, à orientação sexual e de gênero, que podem valer-se para o caso de travestis de critérios de desmontagem institucional (DUQUE, 2011) e heteronormativos que negam a experiência de gênero, a violência, as rotinas degradantes, incluindo o trabalho interno exigido dos pacientes, que muito se aproxima de um cenário de privação de liberdade. A despeito de não notarmos essas questões na narrativa de Fabíola, o mesmo não se pode dizer a respeito do fato de que essas rotinas podem ser facilmente sustentadas fora das malhas das instituições, o que pudemos notar após certo tempo, diante de variados acontecimentos disruptivos na trajetória de vida de Fabíola, que, além de retornar a beber, passou também a fazer uso de *crack*, e, com o tempo, a morar na rua, onde adoeceu e veio a falecer aos 32 anos.

Cris (36 anos), por outro lado, tem perseguido uma busca pela moderação no uso, ainda que por vezes vivencie “crises”, em que se entrega de maneira exagerada ao uso da “pedra”. Nossa conversa sobre o assunto foi marcada por emoções. Ela chorava narrando suas agruras, quedas e resistências em busca de controlar seu desejo em usar a droga e conduzir-se conforme os preceitos aceitáveis socialmente. A entrevista com Cris brotou de uma situação não prevista. Fomos visitar Andreia, junto com Penélope, em Vera Cruz. Encontramos, em sua casa, Helen e Cris no final de uma tarde quente. A casa estava agitada, conversávamos acompanhados de um som alto. Cris logo passou a sugerir, bastante inquieta, que saíssemos para beber cerveja.

Resolvemos, então, seguir para um boteco nas proximidades do centro de Vera Cruz. O clima de festejo, a música do jukebox e o jogo de sinuca colocavam todos em frenesi. Tivemos a oportunidade de começar, no bar, uma conversa mais intimista com Cris. Havíamos combinado, em tempos passados, uma entrevista, que foi desmarcada várias vezes. Ao passo que as emoções tomavam conta do diálogo, ela se pôs à disposição para que eu gravasse sua narrativa. Emocionada e também mais relaxada devido ao álcool, ela passou a falar sobre coisas que lhe eram muito caras, como a resistência em seguir a vida sem usar o *crack*, as recaídas mais contundentes e a dificuldade de manter a abstinência, marcada por um intenso sofrimento e sentimento de culpa.

Aos prantos, pediu para seguirmos com aquela conversa na calçada do bar. Seu depoimento, dado com a clareza de que serviria para uma pesquisa e seria publicado, toma uma dimensão exemplar de aconselhamento, como se ela tivesse diante da possibilidade de dar voz às suas inquietações para uma plateia que a ignorava, que desconhecia as agruras que passou para se tornar o que é. Dirige sua fala especialmente para as outras travestis, desejando que a sua verdade produza ressonâncias em suas vidas, em busca de conduzirem-se pela verdade e, doravante, encontrarem a salvação.

Cris: Ninguém vê o mal da gente, quando a gente está na esquerda. Hoje eu sou travesti, sim, cê entendeu? Mas ninguém pergunta assim: o que ela passou? Cê entendeu? Ninguém sabe.

Olha, amor, eu quero que você deixa esse recado pra todos, cê entendeu?

As drogas, fio, as drogas só arrasta, cê entendeu? Eu quero que põe isso aí mesmo no ar, eu quero que esteja, sabe? Olha, eu comi o pão que o diabo amassou. Não vou mentir para você. Eu vendi o que não tinha. Nossa! Eu vivia com os andarilhos na esquina. Eu não quero nada pra ninguém do que aconteceu comigo, cê entendeu? Eu acho gente que a vida de um travesti tem que ser luxo, com certeza. Claro que é um luxo, e eu quero que todas seja luxo, mas eu não aprendi a ser isso. A prostituição não presta. Não! Presta, sim. Claro que presta, mas tem que saber guardar o dinheiro seu pra poder pagar as suas contas em dia. Mas eu não roubo ninguém. Graças a Deus, eu estou aqui, meus pais me amam, minha família me ama. O que importa é isso, cê entendeu? (Entrevista realizada em dezembro de 2014).

Conhecemos Cris no Posto do Júlio em meados do ano 2007. Vaidosa, exibia-se nas esquinas com uma produção diferente das demais, com trajes femininos mais comportados. Preferia a discrição e não ficava muito tempo em meio às rodas de conversas com as outras travestis. Sempre “ocupada”, diziam. Atenta aos clientes, era uma das travestis que, sem dúvida, ganhavam mais dinheiro. Por outro lado, não se via Cris na “função” de álcool ou outras drogas.

Refletindo sobre seu destino Cris conta que a prostituição foi um caminho vislumbrado por um sonho de uma vida melhor. Conta que começou a se prostituir muito jovem. Sua primeira relação sexual monetarizada permitiu-lhe comprar um doce na padaria, aos 10 anos de idade, época em que interrompeu os estudos, na terceira série do Ensino Fundamental, lembrando que sofreu muito preconceito na escola, insultada desde muito jovem com a alcunha de “viadinho”. Sua família, pobre, composta de oito irmãos e bastante religiosa, também não a aceitava. Grifa “isso era coisa do capeta, eu apanhei muito”.

Cris, aos quinze anos de idade, começou a se montar, a se produzir feminina, descobrindo técnicas para transformar o corpo, e passou a morar com Andreia (atualmente com 51 anos), apelidada de “mãezona”, que lhe ofereceu um espaço acolhedor e referencial para a construção do corpo e a sobrevivência, passando a engajar-se no mercado do sexo.

Revisando essas situações em relação às forças do presente, conta que, na prática da prostituição, ganhou muito dinheiro, o que lhe permitiu viver com certo “glamour”. Porém, dada a imprudência e incapacidade de sobrepôr os ganhos aos riscos, deixou-se levar por um caminho errado, caminho esse que ela não deseja para outras: “eu não quero que as outras trilhe o mesmo caminho que eu entrei, da prostituição, da droga; corta o coração. Eu não quero travesti na rua, sabe, se prostituindo pra se vender como lixo. É difícil explicar” (sic).

Cris: Sabe, o que rola no meio de travesti é di-nhei-ro. Você já viu algum pedreiro ganhar trezentos reais na noite? Já viu um boia fria ganhar trezentos reais na noite? Nunca, não ganha! O mínimo que eu ganho, gente, eu sou feio, eu tenho 33 anos, eu

sou véia, claro. Eu ganho, tem noite, duzentos reais. Imagina eu magro e bonito. Mas a gente gasta rápido. Então eu quero que as meninas de hoje, que elas sabe da vida delas não é verdade; então é isso hoje. Às vezes eu falo isso pra elas, mas pra elas eu sou chata, que eu sou véia. Não é que sou véia, gente, eu sou vivida. Eu tenho trinta e três anos, fio, mas elas não entende. (Entrevista realizada em dezembro de 2014).

A fala de Cris traz variadas inquietações no seu intento de conformar o entendimento da vida com a prática de se conduzir e conduzir as outras. Dela, apercebemo-nos de uma desconstrução do sentimento de “glamour” que envolve a vida das travestis e o risco que a luxúria traz (PELÚCIO, 2011. p. 109). Sua fala esboça uma crítica ao deslumbre do modo de vida, que aos poucos retira os ganhos com as promessas fáceis de alegria e prazer representadas pelos usos exagerados dos prazeres, como o sexo e as drogas. Neste sentido, explica que, em função da prostituição, é difícil para uma travesti não experimentar drogas, e sugere, portanto, que o uso das drogas é favorecido por um contexto, e talvez, se ele mudasse, seria possível desvincular-se.

Nos espaços de prostituição, salta aos olhos os usos que as travestis fazem de drogas lícitas e ilícitas. Pelúcio (2007, p. 33) observou que o álcool é bastante consumido, principalmente os destilados, bebidas mais baratas e quentes, que contribuem para dar o conforto térmico durante as noites. Entre elas, são mobilizadas estratégias e categorias para descrever os comportamentos como “colocadas” (as que usam drogas em excesso), “bandidas” (as que roubam), o que por vezes atrai a atenção seja das cafetinas, seja dos próprios “bandidos” e traficantes que atuam nas áreas da prostituição para colocar ordem no pedaço. Estes são outros dados que nos levam a pensar que não é possível isolar o uso do *crack* de outras drogas, especialmente o cigarro e o álcool, e tampouco de contato entre marginalidades, como mostra Tainele Rui (2014), inspirada na leitura de Néstor Perlonguer (1987a; 2015), que apresenta a multiplicidade de contatos entre diferentes personagens nos chamados territórios marginais.

Cris avalia que a prostituição lhe rendeu muito dinheiro, mas também a levou para o consumo excessivo de drogas; da cocaína, aos poucos, foi experimentando o *crack*, mesmo conhecendo exemplos de outras travestis que usavam a droga e ficaram bastante depreciadas. Samira é o exemplo mais evidente. Chorando, diz-nos que se pudesse, se tivesse condições, tirava ela da rua, “trancava ela numa casa, não deixava mais ela sair, até se recuperar”.

O *crack* traz mudanças rápidas na conduta de Cris, o que a colocou em uma posição semelhante à de Samira por um tempo. Entretanto, diz que, diferentemente dela, não ficou desamparada. Hoje Cris vive com sua família, que dedica a ela muita atenção. A fala de Cris é permeada de emoções, de uma consideração sobre a importância de sua família para que ela readquirisse um controle sobre sua vida. Sua família ficava procurando por ela na rua, quando

passava dias perambulando pela cidade, com andarilhos e usuários de *crack*. Conta que se colocou em uma situação não humana; era tratada feito “lixo” pelas pessoas, que poucos se apercebiam de seu sofrimento e de fato estenderam a mão para ela. A família, com o tempo, conseguiu levá-la de volta para casa, conduzindo-a para um tratamento médico e psiquiátrico no CAPS-ad. Hoje Cris tem diagnóstico de depressão e usa medicamentos como amitriptilina.

A despeito das apreciações negativas que faz da prostituição e do convívio com as travestis, refletindo sobre a concorrência no mercado do sexo e as “trairagens”, reconhece algumas pessoas com quem pôde contar nos variados momentos de dificuldades. O amor sincero, o amor verdadeiro e incondicional é trazido pela família. A amizade verdadeira tem como lugar privilegiado a intimidade do lar. Não obstante, reconhece algumas travestis, como Andreia, que, por diversas vezes, recolheu-a da rua, deu-lhe algo para comer, banho e roupa limpa e a encaminhou para os familiares. E também os conselhos de travestis mais jovens como Sandy (32 anos) e Jade (21), que a via “comendo o pão que o diabo amassou”, que se importavam com seu estado, oferecendo-lhe atenção e um pouco de afago. Mas a regra era o descaso e o desprezo das demais travestis. Narra que, por vezes, ao se aproximar de uma ou outra, era tratada como “coisa sem valor”, ofendida e até expulsa. Neste sentido, ela critica o exercício de um poder descuidante entre as travestis. Diz que é preciso que elas se unam para cuidarem umas das outras e enfrentarem os sofrimentos do dia a dia, sobretudo, porque nem todas podem contar com suas famílias. Enfática, diz entristecer-se quando as próprias travestis se tornam agentes da “opressão”, palavra carregada que compõe o vocabulário de Cris e faz sentido frente ao diagnóstico de desamparo entre travestis usuárias de *crack*.

Nota-se que as experiências de recuperação estão intimamente ligadas à família e às redes de amizade e apoio entre algumas travestis, atuando paralelamente às instituições, que por si próprias não parecem devidamente preparadas para lidar com essas questões. A amizade tem aqui um potencial de religar os laços e instrumentalizar, com um apoio afetivo e material, a mudança de conduta. Mas a amizade sincera entre as travestis não deixa de ser considerada uma prática rara. Em suas palavras, a prostituição “é uma máfia muito grande; é uma máfia que não tem controle, sabe? Elas querem sempre mais, mais e mais, sabe? E a gente não é ninguém nessa vida. Eu acho que a gente tem que ser unida, porque a gente sofre muito, muito, muito mesmo. A gente sofre!”.

Ao terminarmos essa conversa densa, Cris se recompõe e voltamos às interações com as demais travestis no bar. A noite caindo, resolvemos voltar para casa. De carro, seguimos para deixar Cris em sua casa. Mas, ao se aproximar do trajeto, ela pede para pararmos na esquina do quarteirão, onde estavam alguns rapazes, que segundo Andreia eram traficantes. Andreia

insistia para que parássemos o carro na frente da casa dela, chamando atenção para que Cris não usasse *crack*. Cris protestou, dizendo que não ia usar nada; mas a suspeita continuou, uma vez que, ao descer do carro, ela não entrou diretamente em casa.

Andreia continuou a conversar conosco sobre o assunto, dizendo que Cris ia “dar um perdido” e fumar uma “pedra”. Assim, ela inicia sua narrativa mais contundente sobre o assunto, reconhecendo a dificuldade de Cris em interromper o uso. Ressalta que Cris, devido ao apoio da família, que tem se desdobrado para assisti-la nos últimos tempos, passou para um uso mais moderado. Não anda mais como “andarilho”, readquirindo a vaidade e cuidando de si. Diz, ainda, que não acredita na abstinência total como solução para o problema das drogas: “uma vez viciado sempre viciado”. Entretanto, surpreende-nos ao abandonar uma narrativa sobre a conduta do outro, falando mais sobre sua própria e tratando de defender um uso estilizado das drogas.

Conta para nós que já experimentou várias drogas, mas não gostou muito da maconha. Admite, sem pudores, que “fuma uma pedra, de vez em quando”, o que até aquele momento não poderíamos imaginar, dado o forte estereótipo ligado ao uso do *crack*. Ressalta também que gosta muito de inalar cocaína, o “padê”. Entretanto, ela diz que nem por isso deixou de ser uma pessoa responsável. Sempre trabalhou, cuidou da família e soube o momento ideal para fazer o uso, afastando o suposto “desordenamento do sujeito”, que destrói a subjetividade no “estalo da pedra” (MACRAE, 2013). Andreia fala de um saber sobre as drogas que extrapola uma subjetividade desfigurada e a perspectiva de uma falta de reflexividade e responsabilidade moral.

O que ela crítica, portanto, é o uso desregrado, não estilizado, narrando que o uso das drogas é prazeroso, mas só faz sentido quando se está na noite, em momentos lúdicos e de diversão; e que ela não vê sentido em fazê-lo de outra forma. Para ela, não há necessariamente problema em usar a droga, mas sim no descontrole, tornando-se escravo da substância.

O uso de bebidas, cigarros, maconha e cocaína também gera inquietações entre as travestis, mas são mais facilmente identificáveis no nível de um saber que se difunde entre elas e corrobora um uso estilizado e socialmente legitimado das drogas. Por outro lado, notamos o estímulo para o uso dessas substâncias, especialmente a maconha, na perspectiva das minhas interlocutoras, como medida de redução de danos em relação ao *crack*.

O uso de *crack* parece levar a uma fronteira perigosa de descontrole, e isso tem impedido tratar do assunto na chave dos estilos de uso (MACRAE, 2013, 2001). Entretanto, isso não leva as travestis de maneira homogênea a uma total sujeição. Algumas, como Samira, parecem fazer um uso compulsivo, colonizando sua subjetividade. Porém, encontram-se também outros

exemplos, que exercem um domínio relativo sobre o consumo, por um uso eminentemente instrumental ou lúdico, por exemplo: na sociabilidade de pares na prostituição; ou mesmo com os clientes, que acham nelas um saber sobre a droga, o lugar para usá-la e onde comprá-la. Nestas práticas, portanto, vê-se mais facilmente as convenções de uso, momento, motivações e pressão dos pares, bem como as sanções realizadas no cotidiano, com uma maior problematização do autocontrole e responsabilização moral pela própria conduta e condução dos outros – um uso que se apresenta com frequência e diante de propósitos e motivações variadas, que não exercem significativos impactos nas tarefas do mercado do sexo, o que garante o sustento.

Andreia nos apresenta a ideia de que o uso do *crack* obedece diferentes padrões e relações complexas com as trajetórias de vida. Mas, mesmo com dificuldades, orgulha-se de conseguir administrar o consumo e refletir sobre as adversidades.

O mesmo não se pode dizer de Helen (27 anos). Uma jovem travesti que morou com Andreia, por um certo tempo. Na mesma noite em que conversamos com Andreia e Cris, Helen havia ficado no bar em função de um rapaz galanteador, que lhe rendeu atenção. Aos poucos, Helen foi sendo alocada em uma posição desprestigiada no mercado do sexo e entre as outras travestis.

Helen fala pouco sobre sua vida. Na maioria das vezes, nas conversas em grupo, fica em um silêncio tão grande, que fala de muitas dores e sofrimento por meio de seus gestos e jeito tímido. Tivemos uma oportunidade de ter com ela uma conversa mais intimista, sem o uso de gravador, quando estava morando na casa de Penélope. Desde muito jovem até os dezoito anos, viveu em uma instituição assistencial chamada de Cantinho Feliz, que acolhe crianças em situação de vulnerabilidade ou retiradas do seu lar por decisão judicial. No caso de Helen, sua mãe não tinha condições financeiras para criá-la, deixando-a aos cuidados desta instituição. No “Cantinho”, conviveu com a sobrinha de Andreia e o estigma da homossexualidade. Ao completar a maioridade, decidiu não retornar à casa de sua família, temendo a hostilidade, e procurou abrigo na casa de Andreia, que a acolheu por um tempo. Aos poucos, Helen passou a cultivar uma corporalidade travesti.

Andreia na época era casada, e Helen teria se envolvido com seu marido. Ao ser descoberta, foi expulsa da casa e passou a morar com outra travesti, onde começou a usar hormônios e a produzir seu corpo, vivendo da prostituição e experimentando drogas como cocaína. Após o falecimento desta travesti devido ao agravamento da aids, Helen passou a morar nas casas de outras travestis cafetinas, especialmente fora de Marília e Vera Cruz – em Presidente Prudente, por exemplo, onde colocou silicone líquido no quadril, nas pernas e fez

também os seios. Ela apontou que os resultados nos seios não foram os melhores. Insatisfeita, diz que um pouco do produto escorreu para o abdômen. Mais adiante, Helen passou a usar *crack* e expor seu corpo à inscrição dos sentidos negativos da figura do “nóia”, passando a morar na rua.

Na oportunidade do encontro, em Vera Cruz (dezembro de 2014), que acima descrevemos, Helen estava morando com Penélope, que conta que a acolheu em uma situação bastante precária. “Andava suja, sem tomar banho há dias, sem se alimentar”. Interpelou Helen sobre como ela estava conduzindo sua vida; ela, por sua vez, prometia sair daquela situação, se aquela lhe ajudasse. Penélope conta que, por amizade, acolheu Helen; que jamais a deixaria ficar perambulando suja e maltrapilha pelas ruas, se não fosse verdadeiramente amiga dela. Em tempos de vigor, Helen colaborava com cerca de 20 reais por dia para pagar as despesas da casa (alimentação, luz, gás, água) e Penélope foi se tornando sua guardiã, amiga, confidente e conselheira. Por diversas vezes a vimos chamar atenção de Helen para algum aspecto de sua conduta, falando de prudência com as drogas, com os gastos, com os prazeres e aconselhando que ela fizesse uma pequena poupança, aproveitando sua capacidade de angariar renda na prostituição (enquanto jovem e conquanto fosse dedicada a produzir um corpo feminino exuberante), distanciando-se da figura abjeta de “nóia”.

A amizade desempenha um importante papel no estímulo ao controle de si (ROCHA, et. all 2013; ROCHA, 2011) pautado também por obrigações e exigências (WOLF, 1974), como não usar a droga, o que, no caso, levou Helen a retornar à rua. Ela oscilava entre momentos de entrega compulsiva à substância e a busca de abrigo junto a outras travestis. Retornou alguma vez à casa de Penélope e, mais recentemente, em 2016, quando fomos visitar Sabrina e Nicole, na favela da Vila Real, soubemos que Helen morou com elas por algumas semanas, mas acabou internada bastante magra, com fortes dores, os testículos inchados e suspeita de sífilis.

As notícias que obtivemos sobre a situação de Helen passaram a ser dadas por Andreia, que acompanhou a internação com visitas ao hospital. Andreia cogitou receber Helen em sua casa durante a recuperação, mas estimulava o retorno da jovem travesti para a casa de sua mãe, que já estava bastante convencida por ela a oferecer apoio. Contudo, ao sair do hospital, Helen passou a morar em um “mocó” na favela da Vila Barros e a atuar na “biqueira”, ou seja, vendendo pequenas porções de drogas para sustentar-se, ainda em uma situação de saúde bastante precária. Ao que tudo indica, o tratamento de sífilis foi descontinuado, e a situação agravou-se, na perspectiva de nossas interlocutoras, por uma vida degradada, sem cuidados de higiene, sem sinais de vaidade e submetendo-se a práticas sexuais consideradas de risco.

*

Essas situações mostram alguns efeitos do uso de *crack*, tanto para o caso das travestis mais velhas como mais jovens. Podemos observar nesses relatos variadas preocupações com o estilo de uso, inquietações em relação ao modo de vida, especialmente a abjeção que marcam seus corpos quando inscritos na economia do uso da droga de maneira compulsiva.

Não obstante, as respostas para o uso vão além da proscrição das pessoas que usam a substância, como estratégias informais de apoio que oferecem possibilidades de suporte por meios de uma rede social e afetiva (família e amizade) e uma crescente, porém ainda frágil, atenção do campo institucional de serviços de saúde. Contudo, parece-nos possível sugerir que fatores de risco são elevados entre as travestis: falta de apoio familiar, conexão e proximidade da marginalidade e a disponibilidade da droga nos contextos de vida e trabalho, o que nos leva a pensar na efetividade das respostas disponíveis.

O uso do *crack* é visto como potencialmente danoso em variados aspectos, especialmente devido à possibilidade de sequestrar a subjetividade. As travestis temem se tornar, com o uso excessivo, “corpos insalubres” (MACRAE, 2013), escravos do consumo, o que levaria ao descuido consigo e com os outros, a ponto de não mais se reconhecerem com o gênero que tantos esforços despenderam para construir, posicionando-as em um círculo vicioso que retroalimenta as exclusões a que estão expostas.

Sem a intenção de trazer uma mirada profunda sobre o fenômeno, que escapa aos objetivos da tese, apresentamos aqui algumas questões relativas ao tratamento e às intervenções especialmente pelo enquadramento da saúde. Porém, em nosso campo, observamos que conflitos relativos às cenas de uso articulam variadas respostas e estratégias de controle, sejam informais, como aquelas que operam no plano do tráfico de drogas, seja do campo das respostas à gestão da criminalidade e da delinquência, como atuação das polícias, que, por sua vez, agravam fatores de exclusão e violência nos cenários de uso de *crack* entre as travestis.

É possível reconhecer como convívio com o risco do uso de *crack* e de outras drogas correlaciona-se com a existência precária no trabalho, na residência e em outros possíveis aspectos do cotidiano, como a violência e o acesso restrito a bens e serviços. Desse modo, torna-se fundamental refletir sobre como esses usos adquirem uma significação complexa em sua tradução nos modos de vida em que a proteção passa ao largo das condições de existência. Esses fatores se entrelaçam e parecem sugerir que as respostas para a questão exigem amplas ações programáticas, as quais, para serem bem-sucedidas, devem considerar aspectos que são renegados, em grande medida, pelos modelos vigentes.

Concluimos, portanto, este tema por aqui, contentando-me em acenar para os possíveis efeitos, que inclusive apontam para temas que serão explorados nos próximos capítulos, mas de outra perspectiva, quando os considerarmos em torno do processo do envelhecimento, questões como longevidade e expectativa de vida entre as travestis. Parece-nos que o quadro do uso de *crack* acena para destinos trágicos e breves, mas também para as rupturas com as normas temporais hegemônicas, que impelem, no caso do uso do *crack*, experiências tão fortes e avassaladoras, para as quais questões como uma vida longa e produtiva são vistas como formas inassimiláveis e inabitáveis de vida (HABERSTAM, 2005). Concluimos por aqui, pois não teremos oportunidade, nesta tese, de desdobrar essas questões. Mas se estas têm algo de interessante para o conhecimento, e também para outras aspirações, como a politização de aspectos vividos pelas travestis, elas podem ser exploradas em pesquisas futuras.

Capítulo 4 - Ambivalências do envelhecimento travesti

A proposta neste capítulo é pensar as narrativas sobre o envelhecimento entre as travestis identificadas como mais velhas, ou, como mencionam minhas interlocutoras, as “primeiras travestis”, “antigas”, “tias”, “senhoras”, “bichas velhas/antigas”, “veteranas”. Essas categorias são utilizadas em diferentes situações, para nomearem as travestis mais velhas, por vezes acionadas em circunstâncias pejorativas, nas quais enfatizam o estigma social, mas também em situações jocosas ou até mesmo de reverência e respeito, chamando atenção para as competências e capacidades adquiridas no curso de vida, agregando significados positivos a favor delas, como experiência, domínio de saberes e a capacidade de sobrevivência aos desafios impostos pelo tempo, conferindo um sentido renovado de força pessoal e vitória (SIQUEIRA, 2004; 2009). Esses usos levam-nos a pensar nas convenções relativas ao envelhecimento e como elas se revelam na contingência das relações sociais; em outros termos, o caráter relacional das categorias etárias e grades de idade no cotidiano e as implicações para percepção de si (BARROS, 2006; DEBERT, 1994a, 1994b).

A palavra “velha” comporta travestis de diferentes idades, que utilizam a categoria para demarcar, por exemplo, a percepção de um tempo acumulativo de experiências, que oferece um repertório de conhecimentos e “maturidade” na condução de suas vidas, para garantirem a autoproteção e lidarem com os conflitos cotidianos, deslocando os significados pejorativos que remetem à depreciação das marcas da idade e dos estigmas do envelhecimento.

Bárbara (39 anos), por exemplo, utiliza a ideia de “ter cabeça” em alusão ao processo de envelhecimento, o que revela muito mais a capacidade de direcionar com perspicácia a condução de si própria, sem abdicar da ideia de ser jovem nos termos de uma apreciação social dirigida à sua estética corporal e a feminilidade.

Em outra situação, ela fez uma curiosa comparação, ao contar que abandonou a casa de sua família aos 13 anos de idade, sendo abrigada pela família de Penélope por um período. Bárbara então com 37 anos explicou que é mais “velha de experiência” e “mais jovem de idade” em relação à Penélope (46 anos). Nessa época, Penélope era um menino afeminado assumidamente homossexual. Bárbara, mais experiente nos negócios da prostituição e da transformação do gênero, ensinou-a um repertório de peripécias e “truques” que caracterizam a montagem travesti e também apresentou os encantos da rua à noite, sendo um tipo de “madrinha”, assistindo sua transformação como travesti em torno dos 20 anos. O valor positivo ligado ao “tempo da experiência” e como as mais velhas ensejam perspectivas de relacionamento com as mais jovens, que vão além da concorrência, podem apontar para

relações mais criativas de apoio mútuo e envolvimento no cuidado, que serão explorados no próximo capítulo. Gostaríamos de ressaltar agora que esses usos revelam as possibilidades situacionais de agenciamento dos atributos de “velha” pelas travestis, recobrando significados positivos de domínio de si, autoconhecimento e do acúmulo de saberes e experiências.

Isso pode ser visto, por exemplo, em meio ao burburinho sobre conflitos entre travestis mais jovens no Posto do Júlio, quando Nicole, 28 anos, disse que não iria intervir: “Já estou velha pra me meter em briga de viado” – justificando um modo menos impetuoso e precipitado de lidar com brigas nas ruas. É como se a idade mais avançada trouxesse certo “jogo de cintura” com as tensões do dia-a-dia e mais moderação para a gestão dos conflitos. Essas situações permitem-nos constatar também o caráter relacional das categorias etárias, pois, ser jovem ou velho não diz respeito a uma cronologia fixa. Na verdade, demanda um posicionamento em relação ao outro em um determinado contexto (BARROS, 2006; DEBERT, 1994a; 1994b).

As experiências de envelhecimento entre as travestis e a demarcação de grades de idade reagem com distintas apropriações e ressignificações frente aos marcos institucionais e hegemônicos. Estamos diante de um contexto em que o curso de vida e a experiência de si são atravessadas por forças sociais, que as impelem às releituras dos marcos normativos e forjam diferentes formas de envelhecer.

Os acontecimentos e cenários desafiadores para as travestis em seu curso de vida expõem o contraste com as formas dominantes de viver o tempo, cujo quadro de referências não é regido apenas pelo tempo dos relógios, operando também valores heteronormativos, os quais criam possibilidades de vida bastante disparatadas para aqueles/as que não se enquadram em suas prerrogativas (SOLANA, 2015; HENNING, 2014; 2016; 2017).

Antunes (2013), por exemplo, aponta que, desde a tenra idade, elas improvisam suas vidas em meio aos processos de exclusão, seja da família, seja da escola, enfrentando a hostilidade social que deixa marcas corporais e subjetivas diversas, vivenciando um trabalho sem proteção social e subvertendo imagens idealizadas de uma infância púdica e protegida, uma juventude dedicada aos estudos, à constituição de uma família, aos filhos, ao pleno gozo da sexualidade e das oportunidades do trabalho seguro na idade adulta, à aposentadoria e ao descanso na velhice. Podemos dizer que, ao subverterem esse quadro de referências heteronormativas para o curso de vida (HENNING, 2017), as travestis também são excluídas do quadro jurídico da cidadania que se desenha em torno da idade cronológica (DEBERT, 2012, p. 49) e delimita sujeitos de direitos e atores coletivos e políticos (DEBERT & SIMÕES, 1994; SIMÕES, 2000).

Antunes (2013), chamando atenção para a importância dessas discussões para as políticas públicas – no campo da saúde, da assistência, da educação, do trabalho e da seguridade –, acena para o déficit democrático e de proteção social das travestis. A sistemática falta de políticas públicas, o que perpetua as exclusões desde a tenra idade, expõe as travestis a trajetórias trôpegas e na direção da decadência, impondo um quadro sombrio para o envelhecimento.

Estudos como os de Antunes (2013) e Nogueira (2013), ao chamarem atenção para os desafios para viverem velhices felizes e satisfatórias, expunham problemas e dificuldades – as quais se somam aos processos de exclusão, violência e problemas de saúde –, que levariam as travestis a terem baixas expectativas de vida, bem como perspectivas limitadas de futuro. Kulick (2008, p. 57), por exemplo, apontou em sua etnografia realizada em meados da década de 1990 em Salvador, que as travestis passavam a ser consideradas velhas a partir dos 30 anos. Seguindo a mesma perspectiva, outros estudos reforçam a ideia de que as travestis, em geral, são jovens e passam a se considerar e ser percebidas como mais velhas de modo acelerado e precoce (SIQUEIRA, 2004), (NOGUEIRA, 2013) e (ANTUNES, 2013).

Essas imagens remetem ao envelhecimento como uma “conquista”, o que muitas de nossas interlocutoras identificadas como mais velhas corroboram, ao contarem os desafios que enfrentaram, e ainda enfrentam, na vida. São elas que vão recorrentemente lembrar as mais jovens que antigamente viviam em um contexto de maiores dificuldades e preconceito, mas, por meio de suas resistências cotidianas, colaboraram para construir e delegar a elas um contexto de maior abertura na condução de suas vidas no presente.

Portanto, aquelas que atingiram horizontes mais avançados de longevidade bem poderiam ser consideradas vencedoras de muitas batalhas, o que se aproxima da ideia de competência para lidarem com crises e, como sobreviventes exemplares e raras das injunções do poder, podem servir de referência para as mais jovens, conforme acena Antunes (2013). Podemos rearticular essas ideias em face das hipóteses construídas em torno do processo de envelhecimento presente nos estudos que articularam as questões de orientação sexual e periodização da vida.

Simões (2004) apresentou uma leitura crítica das principais teorias de origem norte-americana e britânicas mostrando duas perspectivas formuladas na década de 1970: a hipótese do envelhecimento precoce, que constatava que o sentir-se velho chegaria mais cedo para gays, um contexto que imprimiria perdas relativas, como a desvalorização erótica, revelando uma orientação da conduta para a juventude e uma conotação vitimizadora em relação à homossexualidade na velhice; e a ideia de competência em crises, que acenaria para a

capacidade dos sujeitos lidarem com o envelhecimento de forma proficiente, dada a trajetória de gestão de crises e infortúnios suscitadas pela vivência de uma identidade dissidente.

Simões (2004), refletindo pioneiramente no contexto brasileiro sobre o cruzamento tenso entre homossexualidade masculina e envelhecimento, chama atenção para o modo como os estudos na área, especialmente de tradição de língua inglesa, exploraram essas hipóteses, relacionando a maneira mais geral como emergem questões sobre a gestão do envelhecimento na sociedade contemporânea e os supostos essencialistas que tendem a universalizar a homossexualidade, que ora forja a interpretação do envelhecimento como declínio sexual, decadência física e perda dos controles corporais e papéis sociais, ora ressalta um conjunto de práticas sociais e uma nova sensibilidade para as questões relacionadas ao envelhecimento, buscando observar as práticas e concepções desenvolvidas pelos idosos sob o prisma de uma etapa de possibilidades abertas de prazer e felicidade (DEBERT, 2012).

As pesquisas antropológicas no Brasil, de modo geral, procuraram lidar com esses antagonismos na tentativa de desnaturalizar a experiência de envelhecimento (SIMÕES, 2004). Apontando para os limites dessas formulações, o autor recomenda levarmos em conta os arranjos e as combinações possíveis entre as imagens de envelhecimento e as categorias classificatórias, considerando os sentidos, os usos e as apropriações dessas categorias e o modo como implicam as percepções dos sujeitos sobre si.

Podemos evidenciar o espraiamento de questões sobre diversidade sexual e de gênero e envelhecimento constituindo uma emergente “gerontologia LGBT”, perceptível em contexto norte-americano e anglo-saxão, conforme a revisão crítica de Henning (2017) e de Simões (2004). Esses estudos buscam contornar um “panorama heteronormativo” que silencia as experiências de dissidências sexuais e de gênero na velhice (onde as imagens de um sujeito universal, branco, masculino, de classe média, com suas preocupações políticas e analíticas sobre a velhice são colocadas em primeiro plano), ensejando uma leitura crítica da produção dos saberes e dos interesses investigativos gerontológicos (Henning, 2017).

Henning (2017) identifica, nesse contexto, quatro momentos e ênfases analíticas no que define como “gerontologia LGBT”. Segundo o autor, as primeiras reflexões começam a surgir nas décadas de 1960 e 1970, concomitante à emergência de novos cenários em relação à experimentação de uma identidade gay. Essas investigações eram marcadas pela constatação dos estereótipos negativos relacionados ao envelhecimento gay, como perdas físicas e estéticas, solidão e desvalorização no mercado erótico, mostrando uma comunidade especialmente orientada para a juventude. Nas décadas seguintes, o autor localiza um novo interesse em desconstruir os significados negativos relacionados ao envelhecimento, ligando-se diretamente

aos empreendimentos mais gerais da gerontologia, que passava a ressaltar as potencialidades positivas do envelhecimento, como maturidade, estabilidade econômica, controle de si e erotismo. A esse cenário, segue um conjunto de investigações que apontam para a articulação de marcadores e a pluralização de sujeitos, conferindo atenção às formas de envelhecer entre lésbicas (e em menor número para bissexuais e pessoas trans), para além das questões da homossexualidade masculina. Por fim, o autor sugere que parece predominar uma perspectiva no momento atual, onde os saberes são voltados para a criação e a defesa de políticas públicas, rearticulando-se, de certo modo, as preocupações do primeiro momento, no sentido de mostrar o déficit e as maneiras perniciosas com as quais a heteronormatividade afetaria as vivências LGBT, revelando um paulatino interesse na produção de mudanças e na politização do debate, que se espalha também nas produções midiáticas, na produção de documentários e em algumas reivindicações emergentes sobre a bandeira da velhice LGBT, entoadas pelo movimento social.

Podemos verificar uma ênfase nas possibilidades abertas pela vivência do envelhecimento entre as travestis, para além de um quadro sombrio e do desamparo, na pesquisa pioneira de Siqueira (2004, 2009; 2015). A autora chama atenção para as possibilidades de reinterpretação do envelhecimento entre elas, considerando uma nova atitude de caráter mais geral no contexto contemporâneo, de apresentar os ganhos e as novas descobertas de realização pessoal, e o senso do eu, os enriquecimentos que a maturidade traz e as passagens possíveis entre a travesti velha decadente e a senhora de si, disposta e ativa na experiência de conduzir uma nova etapa de vida.

A autora problematizou as experiências de envelhecimento entre travestis consideradas “antigas” e mais velhas (suas interlocutoras tinham mais de 50 anos) na cidade do Rio de Janeiro. Siqueira (2004, 2009) acentua o modo como suas interlocutoras concebem a velhice, uma fase tranquila e melhor da vida, agenciando significados positivos, como as performances de gênero e idade, que permitiam a elas experimentarem, por meio da categoria “senhora”, o reconhecimento da feminilidade e o apagamento dos estigmas que marcam-nas ao longo do curso de vida.

Sobre o uso da categoria “senhora”, a autora ressalta as clivagens presentes na experiência de suas interlocutoras, como residir em uma grande metrópole, na maioria das vezes com boa condição financeira, emprego ou aposentadoria, bons relacionamentos sociais e de parentesco, que envolvem um grande ganho de respeitabilidade social e se materializam no uso positivo da categoria.

Podemos falar também de uma satisfação em serem senhoras nas classes mais populares, interpretando as marcas da idade como ganho de respeitabilidade e certas abdições frente a

um curso de vida marcado pela ostentação e o “glamour”. Soraya aos cinquenta anos, por exemplo, revela o alargamento da socialização urbana permitido por performances referidas à idade mais avançada (SIQUEIRA, 2015), e de certo modo, também, a possibilidade de ignorar a sexualidade como meio privilegiado de interação com os outros.

É como se as marcas da idade permitissem uma resignificação da ambiguidade das travestis visíveis aos olhares cúmplices, desejosos, ou ainda aqueles relatados por Sabrina (27 anos), que evita uma ida ao supermercado durante o dia ou à padaria, a utilização do ônibus coletivo, entre outros espaços urbanos, temendo a hostilidade. Neste sentido, aproximando-se de uma estética do envelhecimento, Soraya mostra que as marcas da idade podem ser agenciadas de modo positivo, caracterizando uma feminilidade esboçada pelas marcas da idade, onde a apresentação de si é forjada de acordo com as regras, como vestir-se cobrindo o corpo ou gestos femininos mais contidos. A roupa traduz um elemento importante para os sujeitos se comunicarem e constituírem seus estilos e revela algumas tendências geracionais e etárias importantes (Motta, 1990, p.65).

As experiências de vida de Soraya revelam um curso de vida marcado por vários acontecimentos e desafios que, no momento atual, se aproxima de uma estética de envelhecimento das mulheres das classes populares, inseridas em alguns contextos, em um certo apagamento das marcas corporais sexualizadas e no encerramento das vivências cotidianas mais intensas ao contexto familiar, num movimento inverso ao detectado entre mulheres mais velhas de camadas populares por MOTTA (1990) em torno da categoria “faceirice”. Vale lembrar que desde o início dos anos 2010 Soraya passou a morar com a família de um líder religioso, contando também com significativa rede de apoio a partir do controle da aids, além de usufruir de um Benefício de Prestação Continuada, o que lhe permitia agenciar a sua sobrevivência sem precisar se prostituir, o que é um caso muito singular diante das travestis da mesma faixa etária.

Em uma visita à casa de Soraya, em 2014, a encontrei um pouco ocupada com afazeres domésticos, lavando louça. Vestia uma bermuda amarelada até os joelhos, uma camiseta florida larga e chinelos de dedo; menos magra, com cabelo preso com elástico, as unhas compridas e com esmaltes desgastados. Não era para reparar isso, alertou-me, pois estava ocupada com os afazeres domésticos, ao passo que sinalizava alguma referência à vaidade. Após lavar a louça, preparou um café, enquanto narrava sua vontade de viajar para praia e questionava-me sobre a vida em São Paulo. Logo, nossa conversa é invadida pela sua curiosidade sobre o destino de outras travestis, questionava se pude ir ao centro e se tinha notícias delas, ressentindo-se do afastamento daquelas que diziam ser suas amigas: “Eu perdi contato; ninguém vem aqui me perguntar se tô viva ou se tô morta. Para elas, eu morri. Mas melhor só do que mal

acompanhado”. Soraya dizia que continua viva, que era “velha, mas não estava morta”, ainda tinha seu charme, contando que continuava a ter relacionamentos sexuais, mas afastados dos pontos de prostituição de rua, com um senhor que a visitava há cerca de três anos, ao menos uma vez por semana.

Assim, conta-nos que o envelhecimento pode ser vivido como um momento prazeroso, sentindo-se desejada e mantendo uma vida sexual ativa, sem estar atrelada aos territórios de prostituição, beneficiando-se de uma respeitabilidade social e um cotidiano familiar mais intenso, sem necessariamente abandonar a produção da feminilidade, que ganha novas dimensões com os sinais do envelhecimento. Essas possibilidades contrastam com a ideia de um quadro trágico do envelhecimento entre as travestis.

Todavia, como Siqueira (2009) também observou, as travestis mais velhas são vulneráveis e nem sempre compartilham sentidos relacionados ao envelhecimento com o mesmo grau de conforto. Há toda sorte de vitimizações e violências, que tornam essa etapa de vida inalcançável para muitas delas; e para tantas outras, uma experiência marcada pelo estigma e pela exclusão.

Em geral, nossas interlocutoras identificadas como mais velhas, que possuem entre 40 e 50 anos, buscam contornar, adiar ou mesmo negar o envelhecimento, perseguindo ideais de juventude e beleza em um contexto que estimula a lidar com uma materialidade corporal que se transforma com o tempo e sofre os efeitos das relações com as coisas e os outros, buscando contornar as imagens depreciativas e a desvalorização erótica no mercado do sexo. Neste contexto, acionam o mascaramento da idade e o engajamento no embasamento das fronteiras ensejadas pela valorização do sentimento de juventude (DEBERT, 2012). Podemos ver essas questões em uma interação trivial entre Penélope e Janaína.

Passeávamos de carro com Penélope pela Rua 15 de novembro, em Marília, por volta das 9 horas da noite. Estava um calor intenso de verão, muitas pessoas na rua, em um clima de efervescência devido à proximidade das comemorações do final do ano de 2014. Avistamos Janaína bebendo uma cerveja, na calçada de um bar de esquina bastante frequentado na região, sobretudo por homens. Resolvemos parar e ir ao encontro dela, que nos recebeu com brincadeiras, colocando em tela, em um tom jocoso a questão do envelhecimento.

Entre beijos de cumprimento, ela chamou atenção para a condição de Penélope: “Olha que bunita. Tá uma véia enxuta, um pouco gasta, mas dá pra comer ainda” (sic), passando a mão na cintura esbelta e no bumbum de Penélope, que ria da situação, mas sem deixar de contestar a imputação de velha: “É.. Sai de Uberaba, e aqui tem outra querendo me envelhecer. Olha que já mataram a senhora mil vezes” (sic). Dirige-se para mim e continua: “Elas querem

que eu fique velha que nem elas”. Janaína sentencia: “Nós somos velhas. A senhora não é mais nenhuma garotinha”.

Janaína conta sua idade, 49 anos, com orgulho de ser “uma das travestis mais velhas da cidade” de Marília, ressaltando as agruras e glórias de seu trajeto biográfico, recobrando o envelhecimento de sentidos positivos, como conquista e resiliência, embora manifeste inquietações em relação ao controle da aparência e das marcas da idade.

Enquanto Janaína se esmera na construção dessa narrativa, Penélope reforça que não se sente “velha”, que velhas são as outras, que tem “espírito velho”, “acomodadas”, “frustradas”, ou ainda depreciadas em sua beleza e cuidados corporais. Assim, identifica-se como uma “cocotinha”, “uma ninfetinha”. Ironiza Janaína com um atributo: “Nossa! Tá falando a vó das bichas”. Janaína, por sua vez, em meio a gargalhadas, replica a interpelação: “Você, cocotinha, é só um pouco mais jovem que eu; também já está nos quarenta. Fala! Com quantos anos você está, Penélope?”.

Observa-se que, nesta situação, Penélope dispensa ao avanço da própria idade uma consideração mais branda, com o tom jocoso, e, ao mesmo tempo, de antagonismo frente às interpelações de Janaína, que a qualifica como velha. Esse diálogo, parafraseando Simone de Beauvoir (1990), chama-nos atenção para o envelhecimento como um processo lento e quase imperceptível para o sujeito; ainda que o habite, escapa a consciência – mas a relação com o outro enuncia as marcas etárias, constitui e estabelece as diferenças (LE BRETON, 2013, p. 235 - 236).

Esse diálogo entre Penélope e Janaína mostra como os discursos vão delineando, de maneira performativa, o sentimento de envelhecimento (BUTLER, 2003). Se, por um lado, Penélope apresenta temores em relação a ele, atualizando convenções negativas que remetem à repulsão a essa etapa de vida, por outro, Janaína tenta mostrar que níveis de satisfação e bem-estar nessa fase de vida são possíveis.

Nessa conversa lúdica e densa, podemos notar o uso de acusações, mas também de elogios, ditos pelo avesso, trazendo aspectos variados que cercam um fenômeno complexo, envolvendo a significação do envelhecimento, para além do decorrer cronológico da vida e de uma equação linear de soma de idades. São variados aspectos que tangenciam o diálogo, como o cuidado do corpo, a atratividade sexual e a maturidade para traçar uma perspectiva mais alentadora do presente e capaz de contornar os aborrecimentos da idade.

Janaína considera, no momento atual de seu curso de vida, ter atingido uma posição mais confortável na vida. Ela conta que viveu intensamente a prostituição, deparou-se com variados riscos, sobreviveu a eles e conquistou um envelhecimento bem-sucedido, em contraste

com várias contemporâneas que morreram tragicamente ou envelheceram em condições muito precárias (mencionava Samira, sua contemporânea mais próxima, e Maria, que aos 52 anos sobrevivia à mingua como catadora de lixo reciclável nas ruas e morava em um barraco na favela).

Alguns elementos compunham a ideia de um envelhecimento bem-sucedido, a começar por uma narrativa sobre o cuidado com o corpo, a ausência de problemas físicos e a manutenção da beleza. Janaína conta que em São Paulo, aos 20 anos, aplicou silicone industrial no rosto, nas pernas, nas coxas, no bumbum e nas mãos, para disfarçar as veias que saltavam e lembravam mãos masculinas. Expunha que trinta anos depois surgiam algumas preocupações com tal uso, dado a experiência de ter visto muitas amigas e conhecidas enfrentarem problemas de saúde. Janaína, neste sentido, acenava para o modelo de beleza forjado em contexto histórico e social particular (FEATHERSTONE, 1994) e trazia mais um elemento para deslocar a recusa de Penélope em ceder a ideia de estar envelhecendo. Mas em sua aparência tem que lidar com a materialidade criada por efeitos culturais e somáticos da vida em relação; um processo em que se articulam o biológico e as influências sociais e históricas (FEATHERSTONE, 1994).

4.1- Mascarar a idade

Podemos encontrar alguns *insights* para pensar a periodização da vida entre as travestis e a relação com o corpo e o envelhecimento sob prismas geracionais, desde os primeiros trabalhos etnográficos sobre elas realizados na década de 1990 por Oliveira (1994), Silva (1993, 1996), Kulick (2008), e, mais recentemente, nos anos 2000, por Benedetti (2005) e Pelúcio (2009), que contaram com a presença de travestis de meia-idade, mais velhas e mais jovens, sob enfoques distintos, não necessariamente interessados na questão do envelhecimento e da experiência geracional que o constitui.

Em linhas gerais, essas pesquisas chamam atenção para uma coorte gestada entre as décadas de 1980 e 1990, considerando as interpretações êmicas do fazer-se travesti, materializado nos atos de transformação corporal, vistos como momentos inaugurais da construção de uma nova pessoa (PELÚCIO, 2009). Elas compartilham aspectos ligados à performatividade de gênero, constituída por meio da apropriação de tecnologias cosméticas e protéticas (como uso de hormônios, silicone, entre outros). Conforme destacamos no segundo capítulo, jogar com a visibilidade dos modelos corporais, que se alteraram ao longo do tempo, tem um papel importante na categorização do envelhecimento entre as travestis, acenando para

novas estéticas e modos de vivenciar a transformação do corpo e do gênero entre as travestis mais jovens, tema explorado por Duque (2011). Portanto, o estilo corporal aparece como um marcador que identifica, no presente, a não contemporaneidade do contemporâneo (MANNHEIM, 1982) e remete a uma experiência geracional comum vivenciada pelas nossas interlocutoras consideradas mais velhas. Este tema é recortado por variadas inquietações no presente em relação ao envelhecimento, com a manutenção da estética corporal ensejando a resistência em se enquadrar na imagem de uma beleza depreciada revelando-se como um dos sinais depreciativos dos desgastes e as preocupações com a vulnerabilidades do corpo e as questões de saúde.

Este assunto expõe um tema de inquietação que se destaca em relação ao envelhecimento entre as nossas interlocutoras. Diz respeito à atenção que conferem ao corpo, que emerge como uma trincheira permanentemente vigiada, como um lugar que permite o manejo de técnicas e a observação de resultados (MAUSS, 1974; BAUMAN & MAY, 2010), mas que cumpre, antes de tudo, exigências sociais e, particularmente, no caso das travestis prostitutas, permite negociar com o destino incerto que se produz para o corpo como objeto de desejo.

A resistência à imagem negativa por meio de uma busca renovada pela apreciação social positiva do corpo e da beleza, e por consequência a reafirmação do sentimento de feminilidade, em consonância com um processo mais amplo que não atinge somente as travestis, traz a ideia de que a meia idade pode ser estendida eternamente (FEATHERSTONE, 1994; SIMÕES, 2004). Em um contexto mais amplo de análise dos discursos gerontológicos do presente, Debert (2012) problematiza essas imagens articuladas à crescente visibilidade do envelhecimento na contemporaneidade. A autora chama atenção para os discursos que levam os sujeitos a se engajarem e se responsabilizarem pela gestão do próprio envelhecimento, a partir da busca pela qualidade de vida, juventude e saúde, que endossam a perspectiva negativa para aqueles que não alcançam esses ideais, como se possuíssem uma responsabilidade individual diante sua decrepitude (DEBERT, 2012, p. 20 -23). Denominando esse processo de “reprivatização da velhice”, a autora chama atenção para a ideia de que a juventude deixa de ser um estágio delimitado pela idade cronológica e passa a se transformar em um valor e um bem de consumo, desresponsabilizando o Estado e a sociedade de prover e agenciar o bem comum para as pessoas que envelhecem.

No contexto das travestis, esta ideia pode ser estendida para outras etapas, conforme sugere Costa (2013), uma vez que elas utilizam de técnicas para constituírem a si próprias e a sua corporalidade sem o apoio do Estado, assim como suas experiências forjadas na

intensificação do desejo de transformação social por meio do corpo e seus atrativos desde muito jovem, o que reverbera no investimento em sua modelagem e na preocupação com a decadência física. O combate permanente dos traços da idade no corpo é, neste contexto, visto também como uma forma de resistência ao despojamento da posição social, especialmente no mercado do sexo, pondo em relevo um modo particular de vigilância e responsabilização pela conduta, que serve de contraste para as experiências depreciadas, alocadas em posições inferiorizadas no negócio.

Neste contexto, podemos observar Penélope tentando contrariar Janaína, em tom de fofoca, ressaltando que algumas travestis precisavam de intervenções corporais para mascarar os sinais da idade. Ela contava que Bárbara fez uma cirurgia plástica no rosto para esticar as rugas e o contorno dos olhos, mas não notou muita diferença. Janaína, rebatendo a indireta, pois de um certo modo Penélope sugeria que ela precisava dessas intervenções, dizia que, se fosse necessário, não recusaria recorrer mais adiante à técnica. Afinal, a juventude e a beleza eram algo a ser preservadas, embora destacasse que não precisava disso naquele momento. Porém, ambas reconheciam que inevitavelmente as marcas da idade chegariam, e por isso mantinham o cuidado e eram proficientes nisso, uma vez que se sentiam desejadas.

Seguindo o exemplo de Bárbara e Janaína, um elemento que relativamente ampliava as possibilidades de elas manterem cuidados estéticos, cosméticos e vislumbrarem técnicas cirúrgicas (por exemplo, Bárbara cogitava trocar as próteses mamárias, após a cirurgia para tratar as rugas) era o fato de possuírem condições econômicas para tal feito. Janaína porque angariou recursos no mercado do sexo internacional, e Bárbara, que também teve uma breve experiência na Itália, mas na época atuava como cafetina e bombadeira no interior de Minas Gerais, o que as proporcionava levar a cabo projetos de investimento no corpo, nem sempre acessível a todas.

Vale destacar também que Janaína, embora continuasse a frequentar os espaços de prostituição, incluindo as interações mediadas digitalmente, que traziam novas possibilidades de atuação para além do espaço da rua, pode, com o tempo, angariar recursos financeiros e bens que lhe deixavam mais preparada para lidar com as intempéries e as dificuldades que a idade poderia impor no contexto do mercado do sexo (PELÚCIO, 2011).

Aos 25 anos, Janaína migrou para a Itália, permanecendo por mais de uma década no país europeu. Ao retornar para Marília, comprou uma casa para ela e sua mãe, um automóvel e passou a administrar uma pequena poupança em dinheiro, mantendo as despesas do dia-a-dia com alguns programas e também contando com os recursos de sua mãe que repartia a gestão da casa através da sua aposentadoria.

Possuir uma casa e manter relações com a família é um outro elemento importante na ideia de estar envelhecendo com proteção, mostrando que as travestis não estão sozinhas e têm com quem contar no dia-a-dia, a despeito dos custos e tensões que podem atravessar esse tecido relacional. Penélope também vivia com sua mãe e irmãos, em uma casa própria de sua família, e contava com o apoio dela na administração das despesas de casa com o recurso de aposentadoria. Mas, se comparada com as demais, estava em uma condição econômica mais frágil, mesmo mantendo as expectativas de beleza e uma apreciação positiva sobre a estética corporal.

Notamos, nesse diálogo, a tensão entre a relevância da sexualidade e os signos depreciativos do envelhecimento no mercado do sexo e dos afetos. Elas descrevem que, para permanecerem engajadas, precisam negociar com as exigências quanto à apresentação e à idade. Mesmo Janaína, que tendia a se reconhecer como “senhora”, valorizava os investimentos na beleza e na aparência e os sinais de um renovado interesse erótico masculino por ela, o que atestava seu sucesso nesta empreitada.

O que pudemos constatar quando o telefone toca, reforçando essa narrativa. Era um cliente marcando um encontro, motivo para ela expressar que os “bofes” ainda a procuram, inclusive os mais jovens. Abria-se a oportunidade para retomarem as brincadeiras sobre a idade e dizerem uma à outra que continuavam sedutoras. Janaína brincava com Penélope, enfatizando sua “cinturinha fina de dar inveja”, que, por sua vez, ressaltava que sua interlocutora “ta véia, mas dá um caldo”.

Retornaremos às narrativas de Penélope sobre o envelhecimento, pois, embora nesse diálogo, marcado pelo tom jocoso e de antagonismo, ela estivesse empenhada em construir uma imagem positiva sobre si, tinha que lidar com várias inquietações relativas ao seu posicionamento no mercado do sexo, que revelavam a depreciação ligada aos sinais do envelhecimento e à degradação da saúde, especialmente motivada por problemas com o uso do silicone.

Penélope contornava os sentidos de envelhecimento buscando vislumbrar perspectivas de futuro, que, por sua vez, acenava para os desafios, as inquietações e o ato de lidar com as dificuldades do processo de envelhecimento. Uma questão que se impõe em sua trajetória é a busca renovada por alternativas de sobrevivência ao mercado do sexo.

4.2 - Sobreviver no mercado do sexo

Estávamos juntos com Penélope, em meados de 2016, em visita à casa de Madona. No passado, elas tiveram uma relação bastante controvertida, especialmente marcada pelo ímpeto de Penélope enquanto atuou como cafetina em Marília. Madona, no contexto de disputa pelo território do Centro, teve o cabelo raspado (uma forma de agressão ao projeto de feminilidade travesti), foi também espancada e humilhada por Penélope. Recentemente, Madona se casou com João. A visita tinha o propósito de parabenizá-la pelo enlace e desculpar-se pela ausência na cerimônia do cartório. Procurávamos saber também sobre a morte de Fabíola, enterrada na manhã daquele dia da visita. Um encontro em que falamos de vida e morte.

Penélope foi a única travesti convidada para a cerimônia de casamento de Madona, o que nos revela como as relações entre elas transformaram-se significativamente ao longo dos anos. O que era marcado pela beligerância passou por sucessivas redefinições e experimentações, desenhando um novo quadro relacional, em que compartilhavam inquietações sobre o modo de vida, por meio da fala franca e do confronto de ideias, mas exercendo o mínimo de domínio uma sobre a outra (FOUCAULT, 1981).

Nossa conversa seguia para variados temas, desde o casamento, que exploraremos adiante, aos cenários desafiadores para as travestis mais velhas no presente. O falecimento de Fabíola tornava a conversa atravessada pela reflexão sobre a morte e o destino de suas contemporâneas. Elas contavam que poucas travestis da geração delas estavam vivas. A morte de Fabíola dispara conversas nostálgicas sobre os momentos que compartilharam com ela, mas também põe em relevo o exame dos riscos e das atitudes que precisam ser evitadas para garantir longevidade, refletindo sobre os melhores guias a se apoiarem para perseguirem uma vida segura e feliz. Essa conversa provoca especialmente Penélope a refletir sobre os caminhos a perseguir em sua vida.

Naquela situação, Penélope confessava estar em um profundo momento de reflexão sobre as perspectivas de futuro, contando que havia passado os últimos 18 dias sem sair na rua e também sem beber, vertendo o olhar para si – dizia em tom de desalento: “enxerguei que a vida não evoluiu em nada; me sinto escrava desta vida; é divertido, mas nem tudo é colorido”.

O pano de fundo do diálogo remete às agruras da prostituição e à sensação de que suas vidas como prostitutas não permitiram que elas garantissem uma vida segura no presente. Nesse cenário, onde a valorização do corpo está intimamente ligada aos critérios de beleza e juventude e gira, ao mesmo tempo, em torno de um mercado sexual hierarquizado por esses critérios, as travestis de mais idade carregariam os estereótipos da idade e seriam levadas à crise para

garantir sua sobrevivência. As trajetórias de glamour, epifanias, sucessos relativos nas diferentes trajetórias biográficas investigadas, de modo geral, não teriam garantido uma vida mais segura com a velhice.

Se durante a juventude, a dedicação à prostituição pareceu uma alternativa sedutora e positiva, parte integrante da construção subjetiva das nossas interlocutoras, quando se questiona a vivência da prostituição em função da idade, dimensões ambivalentes são oralizadas. O prazer, a diversão e a abundância de dinheiro “passam com o tempo” – diziam-nos. Revelavam no presente uma situação de intensificação da concorrência e inferiorização no mercado erótico, o que levava a angariar menos recursos financeiros. Assim, Madona, ao aventar que não compensa mais o investimento na prostituição, reforçava para a Penélope a ideia de renovar suas forças para buscar alternativas de sobrevivência.

“No meu tempo” – uma expressão que remete a vários usos, mas que expõe o contraste entre o “bom tempo” e o momento presente de insatisfação – é uma narrativa que acena para as mudanças sociais e para o sentimento de pertencimento a uma geração. Para as travestis de mais idade que participam do estudo, a juventude é lembrada como um momento de maior capacidade de angariar renda. Notam, além disso, que existem mudanças que caminham no sentido da diminuição no número dos programas e do dinheiro que circula pelos espaços de prostituição, e que afetam também as mais jovens.

Madona: A prostituição, a noite é podre. Porque mesmo duas pessoas que se gostam muito, amigas, mas por uma questão de sobrevivência ou para poder mostrar para as outras que pode mais, e para conseguir manter um nome ali na prostituição, acaba fazendo com que aconteça erros, cometendo erros de que no final das contas não valeu de nada e não serve pra nada. (...) Na minha época, na minha época era uma, era um... fervo coletivo, entendeu. Era uma zoação, era as noitadas; as vezes saia aquelas 10, 15, era puxar todas juntas. Vamos sair? Vamos ferver? Vamos gastar mesmo! Porque ganhava-se mais. Né, Penélope? (Penélope consente com a cabeça). Ganhava-se horrores, entendeu? Hoje não. Hoje uma pensa em comprar um salto, já pra dar close na cara do outro; uma já pensa em pôr um *mega hair*, não para ela ficar melhor, sim pra mostrar que pode pôr. Eu acho que hoje elas vive muito, totalmente iludidas. Elas (as mais jovens) não caíram na real que hoje, principalmente interior, não se têm mais prostituição.

Thiago: É? Você acha isso?

Madona: Não se compensa! Não se compensa! Não, não! Porque hoje já não se ganha mais como se ganhava antes.

Thiago: Até as mais novas?

Madona: Eu acho, eu acho. Eu estou te falando do meu ponto de vista. (Entrevista realizada em dezembro de 2013).

Para Madona, a saída do mercado do sexo e não precisar mais “fazer ponto” é o que “todas querem e invejariam”. Madona ressaltava as possibilidades ampliadas de afastamento da prostituição para Penélope, em comparação com outras travestis, que não possuíam o suporte

da família para conduzirem suas vidas. Morar com sua família e ter casa própria, e, mais do que isso, identificar – especialmente na mãe dela – relações de confiança e cuidado consideradas verdadeiras poderiam favorecê-la nessa empreitada. Noto que também no contexto do diálogo entre Janaína e Penélope esse tema também apareceu para compor a ideia de um envelhecimento longe da solidão, a identificação na família com quem podem contar nos momentos difíceis, especialmente suas mães.

Em tom de estímulo, Madona enobrecia as múltiplas capacidades de Penélope, a única de sua geração que estudou com afinco e conquistou o treinamento para algumas profissões (professora, auxiliar de enfermagem, cabelereira) e mais recentemente adquiriu conhecimentos de panificação, em um curso realizado no Via Rápida, programa de qualificação do estado de São Paulo. Madona questionava porque Penélope não se engajava na produção artesanal de pães e doces e centrava sua vida em um ambiente mais doméstico e longe dos conflitos, das tensões e das disputas do cenário da prostituição? Lembrava sua capacidade de circular desinibida e engajada por vários espaços da cidade, aguerrida na militância, assertiva enquanto atuou como agente de saúde e capaz de sair à luz do dia para qualquer lugar. Neste sentido, na apresentação de Madona, esses são atos de coragem que desbravaram fronteiras, revelam a capacidade e força pessoal de Penélope. Mas, como veremos, não foram capazes de vencer uma estrutura perversa e limitadora.

Acompanhamos as alternativas ao mercado do sexo buscadas por Penélope, desde 2007, quando ela passou a morar na edícula dos fundos da casa de sua mãe, usufruindo do espaço que era ocupado pelo seu falecido pai, adquirindo, como costumava dizer, seu próprio “cantinho na casa”. A edícula, inicialmente, serviu para montar a estrutura de seu modesto salão de beleza, com espelhos grandes na parede. Aproveitou para utilizar o armário deixado pelo seu pai para colocar os produtos de uso profissional para o cabelo e equipamentos, como a chapinha, o secador, as tesouras, a máquina de cortar cabelo. Também instalou um pequeno lavatório de cabelos no banheiro. Começou a divulgar através do boca-a-boca os seus serviços na vizinhança e estendeu uma faixa confeccionada por ela mesma na fachada da casa.

Penélope havia realizado um curso de cabeleireira na Embelleze, em 2007. Tivemos a oportunidade de participar de sua festa de formatura, na churrascaria que ficava próximo do Posto do Júlio, com suas colegas de curso e familiares. Infelizmente o salão de Penélope foi pouco frequentado. Seus clientes eram rapazes e mulheres da vizinhança, familiares e algumas travestis e gays conhecidos que interagiam com ela no Posto do Júlio. Em várias conversas, ela esboçava o desejo de alugar uma casa mais confortável e montar uma sala mais adequada para seu trabalho. Entretanto, com o tempo, o salão foi deixando sua organização original para se

tornar, definitivamente, seu quarto de dormir. Foi desmontada parte da estrutura para dar lugar a uma cama de solteiro e um guarda-roupas.

Mais adiante, Penélope passou a ser revendedora da Avon. Inicialmente vendeu batons, maquiagens, cremes, perfumes, sobretudo para as travestis do Posto. Mas as dificuldades em ter um conjunto mais ampliado de clientes, bem como de receber o pagamento de alguns produtos vendidos, levou-a rapidamente ao abandono da atividade.

Outros projetos foram perseguidos por ela, como ingressar em um cursinho pré-vestibular criado pelos alunos da Faculdade de Filosofia e Ciências, na qual originei meus estudos nas Ciências Sociais. Em alguns momentos, éramos consultados por ela sobre caminhos a seguir em um Curso Superior, as dúvidas acerca das inscrições, o funcionamento do vestibular e até mesmo sobre os benefícios, como bolsas de estudos e apoio aos estudantes. Sua vontade era ingressar em um curso de Psicologia. Com relação ao cursinho, frequentou o período noturno com algumas dificuldades, destacando a falta de dinheiro para o transporte público e o horário concomitante com a atividade da prostituição.

Penélope considerava que teve uma boa formação escolar. Durante sua juventude, foi residente no Internato Católico Educandário, mantendo um cotidiano regrado, de onde só saía para atividades culturais com os internos, para a escola e as visitas aos finais de semana na casa de seus pais. Em meio à rigidez disciplinar da instituição, despertou para os estudos, envolveu-se em atividades como o teatro e dança. Conta que foi considerada um exemplo de dedicação entre os alunos na escola, sempre destacada entre os melhores.

Em torno dos vinte anos de idade, foi professora na educação infantil em uma creche municipal durante alguns meses. Exerceu essa função quando cursava o Magistério no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAM, mas abandonou a atividade em meio às transformações corporais e o engajamento na prostituição. Também fez um curso de auxiliar de enfermagem, já como travesti. Não chegou a exercer a atividade profissionalmente, mas orgulhava-se de ter cuidado de seu pai, quando esteve doente devido a um câncer, e atualmente poder gerir a diabetes e o envelhecimento de sua mãe. Por outro lado, esse conhecimento tornou-a especialmente competente para a atividade de agente de saúde, conforme apontamos no capítulo primeiro.

Penélope confessou-nos, em alguns momentos, contrastando com a figura alegre e exuberante, que nos espaços de prostituição dizia estar ali para se divertir e gabava-se de contar peripécias, bebedeiras e orgias da noite, que se pudesse já teria “abandonado a rua”, que seu “tempo de rua já passou”, relevando as dificuldades cada vez maiores para sobreviver da prostituição, situação que era agravada pelos problemas de saúde adquiridos com a aplicação

de silicone. Estas falas densas e carregadas de um sentimento de frustração e insegurança quanto ao futuro mostram o limite da agência diante de uma ordem social fechada, rigidamente desigual e demarcada para uma vida heterossexual.

Às vezes, minimizando os efeitos das regras do território de prostituição, Penélope dizia que a vida noturna adquiriu novas dimensões, para além do foco nas relações sexuais monetarizadas. A rua, à noite, constituía-se em espaço de diversão e sociabilidade, não necessariamente ligado ao sexo, que remetia, em alguns momentos, a uma atividade desgastante. Assim, Penélope diversas vezes podia recusar um programa para beber e conversar com seus colegas, como muitos rapazes gays que frequentavam o Posto para visitá-la e pagarlhe bebidas, enquanto outras travestis não se entrosavam nessas interações e consideravam-nas até mesmo um obstáculo para a fruição dos clientes, pois estavam mais interessadas em prestar atenção à possível clientela que transita pelo espaço. Cremos que nossa presença inclui-se nessa conta em algumas situações que geravam certo aborrecimento, especialmente passado um certo tempo de prosa.

Penélope também expõe uma consideração mais branda diante do seu posicionamento no mercado do sexo, contrariando travestis que reservavam para ela a categoria “penosa”, pois buscava se manter vaidosa e se sentia desejada, ressaltando em nossas conversas situações em que se deparava com homens belos, que demonstravam interesse erótico renovado por ela. Para ela, o ato de “penar” remete à dimensão do assujeitamento como objeto de desejo e à incapacidade de escolha. As “penosas”, neste sentido, são aquelas que se submetem a qualquer um, para quem “cliente não tem cara, só tem dinheiro”. Ao passo que ela se mostrava mais seletiva, com o tempo aprendeu a recusar muitos clientes pela vestimenta, pelo jeito de falar, pela apresentação, pelo cheiro.

Essas narrativas acenam para formas de relação consigo e reflexão ética que subvertem os enunciados que organizam e assujeitam as travestis à dimensão de uma sexualidade a ser consumida e exaurida, o que nos leva a pensar nos devires possíveis de inteligibilidade e reconhecimento para além da sexualidade entre as travestis.

Nota-se que, apesar da formação profissional e escolar, as possibilidades reais de angariar renda acabaram restritas à prostituição. Por vezes, Penélope empreendeu o acolhimento de jovens travestis em sua casa, o que lhe permitia negociar diárias que complementavam sua renda e também manter despesas de casa, como o pagamento de contas de água, luz, gás de cozinha e alimentação.

As redes de solidariedade constituídas no cenário da experiência de confronto com as normas e a aquisição de saberes e competências levam as travestis mais velhas para outros

devires possíveis em relação às mais jovens. Algumas poucas travestis mais velhas poderiam desempenhar novas posições neste mercado do sexo – como “cafetinas”, “bombadeiras” – ou adquirindo sua residência própria para alocar a moradia para outras travestis, tornando-se, assim, dona de pensão. Estas questões trazem variados aspectos para pensar as relações intergeracionais, redes de amizade e de apoio, incluindo o que Kath Weston (1991) denominou de “famílias de escolha”, para além da concorrência no mercado do sexo.

Nessas relações, Penélope buscava organizar sua residência, distanciando-se da figura da cafetina temida; e, menos rígida, na verdade, fazia grande esforço para destacar que não atuava mais como cafetina, e que, ao reunir travestis mais jovens em sua casa, cumpria tanto uma função de prover abrigo como educativa. Várias jovens travestis passaram momentos e períodos mais longos compartilhando o quarto de Penélope, como a falecida Nair (na época com 18 anos), Jade (21 anos), Amanda (23 anos) e Helen (27 anos), Rebeca (31 anos), muitas vezes constituindo-se em relações duradouras, a despeito de não mais coabitarem. Cobrava geralmente das “inquilinas” cerca de 20 reais por dia, e chegou também a aventar a possibilidade de alugar uma casa maior para reunir outras travestis.

No entanto, Penélope tinha dúvidas sobre a legalidade dessa prática, uma vez que no passado enfrentou problemas com a polícia. O medo das autoridades policiais era relacionado à possibilidade sempre presente de desavenças entre as colegas da casa ou as de fora, que poderiam fazer acusações como cafetinagem e exploração sexual. A fim de se preservar, Penélope chegou a nos pedir para auxiliá-la em uma busca na Internet sobre modelos de contrato de aluguel, a exemplo de repúblicas de estudantes, e contratos de sublocação; algo que, tendo o crivo da lei, pudesse preservá-la de qualquer suspeita.

Devemos notar que, embora tenha entregue a ela alguns modelos de sublocação pesquisados na internet, e ela ter inclusive procurado o auxílio de uma advogada, esse projeto não foi levado adiante. Na verdade, ela continuou a receber algumas jovens travestis em sua casa em alguns períodos, que, por variados motivos, estavam desabrigadas e não tinham onde morar. Elas, evidentemente, colaboravam com as despesas da casa, mas não pudemos observar que fosse pautado por um rígido contrato. Na verdade, os relacionamentos foram mais maleáveis e provisórios, atravessados pela amizade e afeto.

*

Nota-se, portanto, o engajamento de Penélope e outras travestis consideradas mais velhas em um cotidiano mais doméstico, a reatualização dos laços familiares e redes de

amizade. Esse retorno à casa e às atividades a elas referidas, especialmente o cuidado dos entes mais velhos e das crianças, remetem à uma tensão com os padrões de sociabilidade ligados à predominância dos espaços públicos, das ruas, da prostituição e também acenam para outros devires, que serão explorados adiante, focando na mudança do posicionamento no mercado do sexo, que traz respeito e domínio nos territórios, abarcados pela prática da “cafetinagem”, do “amadrinamento” ou o desenvolvimento de outras atividades como “bombadeiras”.

Ao descreverem suas trajetórias de vida, as travestis tratam de apontar que o envelhecimento é conquistado e a velhice parece um projeto difícil de realizar. Assim, contam algumas estratégias de resistência, identificando riscos e elementos de confronto e gestão dessas crises e infortúnios ao longo da vida. Elas acentuam em relação às mudanças na aparência física do corpo que vai adquirindo as marcas da idade uma crescente tensão com a relevância da prostituição e da sexualidade no estilo de vida.

Apontamos várias estratégias para mascarar a idade, desde omitir ou diminuir a idade nas interações cotidianas, até tratar da aparência e se apropriar de diferentes tecnologias que produzem o gênero e a feminilidade desejada. Não podemos esquecer que a questão da ênfase na beleza e juventude é uma preocupação social de maior alcance, não necessariamente ligada às travestis de mais idade enquanto grupo (VIGARELLO, 2006).

Os temores postos pelo envelhecimento entre as travestis de mais idade também envolvem questões de saúde, desde os efeitos da exposição ao silicone líquido e aos hormônios, o impacto da epidemia de HIV/aids, a compulsão pelo álcool e drogas, inclusive a desconstrução da feminilidade impulsionada pela inserção no circuito do consumo do *crack*, conforme apontamos no capítulo anterior.

Por outro lado, mostramos que as travestis de mais idade se esforçam para construir uma imagem positiva do envelhecimento e acentuam, em alguns casos, ganhos significativos nessa fase de vida, como usufruir de uma maior maturidade e capacidade para evitar conflitos e gerenciar crises. Algumas perseguem novas formas de obter renda, ou, ainda na prostituição, desenvolvem critérios de seletividade frente à clientela.

Podemos falar também de certo orgulho ao se passarem por “senhoras”. No sentido original, empregado por Siqueira (2004), significa não serem mais percebidas como pessoas ambíguas, ganharem respeitabilidade social e também se reconhecerem como sobreviventes que perseguem ativamente a gestão de suas vidas.

Portanto, estamos diante do desafio de tratar as respostas originais dentro do curso de vida e os significados atribuídos ao envelhecimento, o que talvez faça reaparecer o tensionamento presente nos estudos sobre o envelhecimento, atualizando velhos antagonismos

entre uma visão pessimista e “vitimizadora” e outra que enfatiza os ganhos e as conquistas vividas pelos sujeitos envelhescentes (SIMÕES, 2004, p. 442). Esses dois modelos coexistem hoje entre as travestis, não necessariamente incorporados, mas como temas de inquietações e referências para o curso da ação no presente.

Se a experiência do envelhecimento entre travestis é cercada de perigos, pois elas se deparam com os constrangimentos das injunções de poder, também levam a cabo formas de autoregulação e automodelação (FOUCAULT, 2006b). Para se chegar à velhice, é preciso travar uma batalha pela sobrevivência, ter uma relação agonística consigo e com os outros para suportar variadas pressões do cotidiano. Ao se enfatizar como fazer para viver como se deve, suas conversas e narrativas relevam as inquietações, que são produtos deste mundo, mesmo que, de certa forma, sejam convocados a produzir a si mesmo, a explorar os limites da própria existência e as potencialidades na continuação da vida.

Capítulo 5 – Amizade, amadrinhamento e cafetinagem

As relações de cooperação no curso da socialização, os conselhos e os apoios oferecidos pelas travestis mais velhas às mais jovens para a vivência no mercado do sexo e também para cultivarem a si mesmas, em um sentido mais amplo, envolvendo o aprendizado e a experiência de gênero, podem ser traduzidas como vínculos de amizade.

Podemos observar o uso de variadas retóricas e linguagens acionadas por nossas interlocutoras para falar sobre esses vínculos. Elas aparecem nas narrativas sobre os primeiros encontros com outras travestis no espaço de prostituição, no processo de escolha do nome e de transformação corporal, nas relações em casa e no mercado do sexo, conectando diversos espaços, inclusive as redes de imigração nacional e internacional. (PELÚCIO, 2009; ROCHA, 2015) Ao nos aproximarmos dos sentidos com que as travestis revestem as relações de amizade, nota-se que reúnem uma série de funções emocionais, cognitivas e materiais: afeto, proteção, socialização nos códigos e nas regras dos espaços, troca de saberes, apoio no cuidado de si ligado à transformação corporal e moradia. Portanto, o modo como se constituem e forjam suas vidas podem ser observadas como sendo construídas em meio às relações de amizade que as vinculam umas às outras.

A amizade é adquirida por uma série de atos, gestos e frases, que indicam a intensidade dos laços entre si. Ela pode começar com uma simples sensação de que as travestis não estão sozinhas e ser permeada pelo mínimo de afeto, até mesmo fingido, mas dispensado especialmente para a mobilidade e inclusão nos territórios de prostituição, em um contexto em que se materializam diversos dilemas, competições e intrigas face ao seu uso, expressando-se em um certo tipo de coleguismo, ligado ao trabalho, que as vinculam em um equilíbrio sutil, entre hierarquias e desigualdades.

Todavia, pode ser praticada desde um conjunto de antagonismos. Eles vão sendo trabalhados na intensificação dos laços, especificados em atos de assistências, envolvendo confiança e crédito declarado, e também acarretando obrigações para umas e outras envolvidas.

Neste sentido, ganha relevo as práticas de “amadrinhamento” e “cafetinagem”. Esses vínculos são fortemente marcados por uma dimensão geracional e hierárquica. Em geral, são as travestis mais velhas que assumem uma função maternal (madrinha) ou de domínio no contexto da prostituição (cafetina/dona de pensão). São elas que dispõem de instrumentos e estão investidas na posição de ensinar e apoiar as mais jovens denominadas de “filhas” no processo de constituição de si, que podem oferecer em troca a satisfação emocional

compartilhada no ato de fazer parte de uma rede afetiva e de cuidado, como também retribuir por meio de lealdade e dinheiro.

Esses vínculos mostram-se no espaço privado e também no público, esgarçando suas fronteiras, criando um tecido relacional denso que vai da casa à rua e vice-versa, articulando a linguagem das obrigações do mercado do sexo ligados ao domínio e autoridade exercida na rua, até a valorização dos laços familiares e da organização da casa ou pensão conduzidas pela mais velhas.

Seguindo essas trilhas, vamos percorrer neste capítulo as narrativas das travestis hoje reconhecidas como mais velhas, que, a partir das suas falas sobre seus processos iniciais de transformação, localizam o apoio de suas amigas e “madrinhas/cafetinas” e falam das forças sociais que as constroem no passado e da importância dessas relações para a constituição de si, assim como o modo como interpretam a ascensão e o despojamento das posições de madrinha-cafetina. Isso nos remete a considerar a dinâmica temporal na feitura dos laços de amizade e apoio, a duração, a contingência dessas posições e as rupturas e dissoluções (CARSTEN, 2014).

Ao percorrermos esses casos, somos levados a pensar também nas mudanças nas “territorialidades”, que suportaram essas relações. As mudanças acenam para inquietações éticas, que dizem respeito ao modo como conformam, pensam e agenciam a continuidade desse tecido relacional no presente, especialmente quando confrontamos as demandas e perspectivas de relacionamento que afloram hoje entre as travestis mais velhas e mais jovens, provocando mudanças na própria prática e no *status* dessas relações.

Antes disso, gostaria de ressaltar algumas proposições sobre a amizade e a sua importância para as travestis, a partir da ótica dos estudos inspirados na obra de Michel Foucault. A amizade representa, em diálogo com o vocabulário foucaultiano, um quadro relacional, por meio do qual se estabelece uma “forma de subjetivação coletiva”, capaz de fomentar a estilização da conduta e da existência, acenando para a potência ética e política da experimentação de modos de vida dissidentes e alternativos às estratégias de subjetivação do poder disciplinar e biopolíticos modernos (FOUCAULT, 2005b; 1981; ORTEGA, 1999).

Foucault pensa a amizade para além da ideia de um artifício compensatório e residual, para o qual delegaríamos um espaço mínimo em nossas existências afetivas. Não estaria baseada apenas em uma atitude voluntária de afeição mútua ou fraternidade. Ela será definida pela sua dimensão sociopolítica, especialmente em algumas comunicações (FOUCAULT, 2006c), em que expõe inquietudes para a atualização de suas problematizações sobre o cuidado

de si e as possibilidades de invenção de novas relações que acenem para o questionamento das dimensões normativas dos dispositivos de poder. Conforme destaca Ortega (1999):

Ela é, para o pensador francês, um convite, um apelo à experimentação de novos estilos de vida e comunidade. Reabilitá-la representa introduzir movimento e fantasia nas rígidas relações sociais, estabelecer uma tentativa de pensar e repensar as formas de relacionamento existentes em nossa sociedade, as quais, como observa Foucault, são extremamente limitadas e simplificadas. (ORTEGA, 1999. p. 26)

Neste sentido, Foucault persegue a noção de amizade como o meio de suscitar o estabelecimento de novas formas de relacionamento, onde ganha destaque o problema de uma ética e de estilo de existência, “uma maneira de ser e de se conduzir”; portanto, a própria forma que se pode dar a vida, apontando para as práticas de si como ponto de resistência ao poder subjetivante moderno.

Em suas pesquisas sobre os modos de subjetivação na Antiguidade, podemos observar o deslocamento de uma analítica do poder, para o espaço de autoafetação de si, que corresponde à dobra do poder realizada pelo sujeito na dimensão agonística e intersubjetiva do cuidado de si. Neste contexto, o elo de ligação entre elaboração individual e subjetivação coletiva é a amizade, vista como um enquadramento institucional flexível, endereçados aos homens livres, que se inscreviam no regime de trocas e dos serviços que os vinculavam uns aos outros no intento de conformar-se a uma atitude ética. Não se trata de um exercício egoístico de si, mas de uma prática social do autoconstituir-se moralmente, a busca por um estilo de conduta ético, onde a experiência moral não era orientada por um código de regras com pretensões universais, mas pelo ato de equipar-se e ocupar-se consigo por meio de práticas refletidas e voluntárias (FOUCAULT, 2005b; 2006a; 2006b) .

O indivíduo que deseja cuidar de si precisa de um outro que o ajude nessa autoconstituição. No contexto da Grécia Antiga, esse indivíduo que age sobre o outro era o mestre, apresentando-se indispensável para que se ocupe do cuidado de si de modo satisfatório. Portanto, Foucault, ao problematizar a autoconstituição, não a isolava de um relacionamento com o outro. Ela sempre está enredada pelo outro na figura do mestre, do guia, do professor, do diretor de consciência, do amigo.

Na esteira dessas reflexões e guardadas as distâncias históricas, pesquisas como a de Rocha (2011) Rocha & Raseira, (2015); Santos (2015) acentuam a importância da amizade entre as travestis. Seguindo a inspiração foucautiana, podemos localizar, na amizade, o meio pelo qual se torna possível estabelecer um estilo de vida e a maneira como fazem a experiência

de si mesmas em um jogo de verdade, acenando modos diferenciados de apropriação das normas na relação consigo e com outros.

Em outros termos, em um mundo em que os processos de socialização são ordenados por normas de gênero e sexualidade, evidentes nas estruturas tradicionais da família, do trabalho e do gênero, a amizade desempenha o papel micropolítico, enquanto um dispositivo histórico de resistência e orientação do tornar-se travestis, oferecendo o suporte para o estabelecimento de relações consigo mais satisfatórias e para a invenção de um modo de vida (SANTOS, 2015).

5.1- Mãezona

Andreia reconhece-se orgulhosamente como “veterana das antigas”. Em sua narrativa, remete-nos a pensar na importância de um tecido relacional da amizade no processo de constituição de si. Ela fala sobre as personagens que a acompanharam desde os momentos iniciais de sua transformação e o contexto que as vinculavam frente às forças que cerceavam suas experiências no passado. Neste sentido, fala das perdas e despedidas de suas amigas, mas também ressalta sua posição ativa no sentido de construir relações de apoio, ajuda e proteção como “madrinha”, ao garantir moradia para outras travestis ao longo do tempo.

Ela nasceu em 1966, em Vera Cruz, onde atualmente reside. Vera Cruz é um pequeno município com cerca de 11 mil habitantes, que orbita a cidade de Marília, considerada um centro econômico regional. As travestis que residem na cidade atualmente frequentam o território do Posto do Júlio, localizado em Marília e mais próximo de Vera Cruz, que continua a oferecer poucos espaços para a prostituição, como o trevo da Rodovia SP 294 – Comandante João Ribeiro de Barros, que liga a outras cidades, como Garça e Bauru.

No tempo em que Andreia se engajou em sua transformação corporal, o espaço referencial de acolhimento e local de constituição de redes de amizades que favoreciam a experiência travesti era o Centro da cidade de Marília, onde ela conviveu com importantes “precursoras” do negócio. Ela, em torno de seus vinte anos, passou a frequentar o Centro de Marília, durante as noites, ao conhecer Tina (atualmente João) e outras “travestis mais antigas”, inserindo-se em uma rede de amizade que ofereceu o suporte para experimentação de uma estética feminina e as atividades da prostituição, ainda que essas não fossem tão importantes para sua sobrevivência.

O espaço de prostituição aparece no caso em tela como referencial para sua transformação corporal, onde destaca ter aprendido importantes lições, espelhando-se nos

corpos e técnicas ensinadas, passando a usar hormônios, “aquendar a neca”, fazer maquiagem, entre outros aspectos relativos à feminilidade, que passou a ser forjada no seu dia-a-dia.

Todavia, na narrativa de Andreia, podemos encontrar algumas idiossincrasias. A experiência do mercado do sexo aparece de modo lateral no que tange ao seu sustento econômico, mas não menos importante para a constituição de si e para suas amigas que atuavam na prostituição. Representava também um lugar de práticas lúdicas em busca de prazeres e do alívio de uma rotina densa e estafante, tanto que ela usa reiteradamente a expressão “brincar de se prostituir”. Não obstante, lembra-se de ter muitas vezes frequentado pontos de prostituição em momentos de dificuldades financeiras, correndo para atender as urgências do dia-a-dia.

Trabalhou desde tenra idade, como outras pessoas de camadas populares da sua cidade no final da década de 1970. Começou ainda menino, aos nove anos de idade, atuando em uma granja, sendo que seu primeiro pagamento foram ovos e galinhas, que colaboravam para a alimentação de sua extensa família. Na adolescência, chegou a trabalhar como auxiliar de contabilidade na Prefeitura Municipal e cursou até o primeiro colegial (primeiro ano do atual Ensino Médio). Tomado pela vontade de expandir os conhecimentos e as possibilidades de trabalho, como outros amigos e conhecidos, passou a morar por algum tempo em São Paulo, sob abrigo de sua tia, onde conseguiu um emprego em um supermercado local. Mas retornou a Vera Cruz, por não suportar a rotina exaustiva e o modo de vida metropolitano e a saudade dos fortes laços que perduravam à distância com seus familiares. Ao retornar para Vera Cruz suas principais atividades foram os trabalhos rurais, especialmente a empreita de boia-fria, atuando nas fazendas locais de café.

Curiosamente, após suas transformações corporais, conseguiu driblar os preconceitos e atitudes hostis, colocando em perspectiva a moralidade presente nessas atividades. Na verdade, ascendeu no trabalho rural ao passar a agenciar as “empreitadas”, onde se colocava sob domínio relativo dos demais trabalhadores rurais. Porém, na falta desse trabalho, chegou a atuar como servente de pedreiro, trabalho considerado pesado e incompatível com certas idealizações de feminilidade.

Atualmente, Andreia faz uns “bicos” de faxina para completar a diminuta pensão previdenciária por doença, uma vez que possui pouca visão – complicada por cirurgias malsucedidas – e frequenta de vez em quando o Posto do Júlio, sempre exuberante, em busca de parceiros e clientes.

Muitas das nossas interlocutoras, ao falarem sobre o passado, revestiam-no de “glamour”. Os deleites de juventude apareciam com narrativas idealizadoras, de um tempo distante e idílico. Porém, em muitas situações, percebíamos a ambivalência dos sentimentos

sobre esse tempo. As referências do passado são marcadas pela ideia de aprendizado e transformação, de gestão de recursos escassos e variadas perdas.

Em sua narrativa, Andreia buscava imprimir que certa direção de sua conduta vai se constituindo por meio de processos violentos, de exclusão e perda, especialmente na juventude, o que lhe impõe desafios e responsabilidades.

Com o falecimento de sua mãe, ela passou a cuidar da velha empregada doméstica, considerada uma “avó adotiva”, de irmão mais jovens – que hoje possuem suas próprias famílias – e, ao longo do tempo, de seus sobrinhos, que se tornaram moças e rapazes. Sua mãe era dona de uma “casa de prostíbulo”, nas imediações de um cafezal, que cedeu espaço para o atual cemitério e loteamentos da cidade. Mulher bastante audaciosa para seu tempo, compatibilizou a inquietante atividade pública de gerir um “bordel” com a adoção de outros 11 filhos. Seu lar era taxado de “crianças adotivas” e foi muito vigiado por todo um aparato policial e jurídico, de modo que supõem que sua disciplina venha também daí.

Ao assumir as responsabilidades da casa, passou a viver um romance com um rapaz que tinha, na época, 15 anos. Devido ao fato do rapaz ser menor, Andreia respondeu a um processo policial e teve que assinar sursis no Fórum de Justiça, mas evita o assunto, de modo que não pudemos conhecer o caso em detalhe. Mas nos conta que esse rapaz viveu com ela cerca de 20 anos. Notamos que relações como essa eram fortemente vigiadas, mas também estimuladas dentro de um sistema hierárquico de gênero, tal como descrito por (FRY, 1982; FRY & MACRAE 1985), ao qual retornaremos especialmente para pensarmos nas concepções de sexualidade acionadas neste contexto. Neste momento, gostaríamos de destacar a dificuldade de aceitação da família, que obrigou Andreia a sair de casa para morar em um quarto do quintal com o rapaz – modelo próximo do observado por Cardozo (2007), em que travestis vivem com suas famílias em diversas casas construídas dentro de um mesmo terreno.

No caso de Andreia, isso não implicou desincumbir das responsabilidades da casa. Habitando no quintal de sua família, em um quarto de madeira, suas responsabilidades com a “família de origem” foram ampliadas significativamente, e com o tempo ela passou a acolher outras travestis que passavam por situações semelhantes.

“(…) eu saí pra fora da casa, né, num saí pra fora no quintal; e nisso veio acontecendo de amigos que passavam pelo mesmo problema. Aí falava “ai, deixa eu ficá aqui com você uns dia, e num sei quê, num sei quê” e foi ficando. Nesse meio tempo, veio pessoal de Marília, veio de Garça, Ourinhos, e aí a gente foi, assim, se organizano. Mas não era aquela coisa de zona, de prostíbulo, de recebê home, de saí – não! Era uma casa onde morava um monte de viado, até quando que é, que isso aí ficô um pouco marginalizado a minha casa, porque não fala casa da família da Andreia, fala casa dos viado, por causa disso daí”. (Entrevista realizada em julho de 2014).

Andreia chegou a reunir mais de 20 pessoas em um único momento em sua casa (alguns gays e muitas travestis), e, ao longo do tempo, proveu moradia temporária ou mais duradoura para muitas travestis jovens e de meia-idade com quem convivemos. Há aquelas que ficaram desemparradas com a expulsão do lar de família, nos processos iniciais de transformação corporal ou ainda meninos femininos – fase denominada de “gayzinho”; há outras que já estavam estabelecidas como travestis e imersas nas dinâmicas do mercado sexo e na mobilidade característica pelas redes ramificadas que as travestis percorrem pelas diversas cidades brasileiras, em busca de um porto seguro provisório para se lançar no mercado do sexo local.

Encontraram abrigo em sua casa várias travestis que tinham, no mercado do sexo, a principal atividade, como a Samira, a Cris, o Val, a Cláudia Terremoto, a Claudionora, a Claudinha Perigosa, a Zezé, a Gretchen, entre outras. Andreia chegou a adotar legalmente um rapaz de 9 anos. Encontrou esse rapaz se prostituindo nas imediações da rodovia que liga Marília a Vera Cruz, estimulado pela própria mãe. Indignada com a situação, acolheu-o. Dedicou cuidados até ele completar 18 anos de idade, quando pediu para ele sair de casa. Explica-nos, um pouco ressentida, que nessa época o rapaz passou a se “montar” como travesti e a “fazer ponto”, mas também a usar drogas e a roubar, criando vários problemas para ela. A coabitação se tornou insustentável e atravessada por intensas brigas.

Assim como esse rapaz/jovem travesti, outras, hoje com 30 e 40 anos, viveram anos a fio com ela. Algumas tiveram passagens rápidas, especialmente por seu ímpeto, conhecimento e habilidade nas relações com os moradores da cidade, vertendo esforços para que alguns jovens gays e travestis religassem os laços com seus familiares, como, por exemplo, Cris, que hoje recebe uma atenção especial de sua família devido aos problemas com o uso de *crack*.

As últimas travestis abrigadas em sua casa, com as quais convivemos diretamente, foram a Helen (27 anos) e a Susi (47 anos). Conforme apontamos anteriormente, Helen viveu sua infância e juventude no Cantinho, uma instituição assistencial para crianças em vulnerabilidade, onde conheceu a sobrinha de Andreia, que também era assistida pela mesma instituição). Ao completar dezoito anos, não pode retornar à casa de sua família, com quem já tinha pouca ligação, e empreendeu a transformação corporal como travesti sob o abrigo de Andreia, engajando-se também no mercado do sexo. Susi, por sua vez, viveu com ela de 5 a 6 anos, entre idas e vindas, sendo que na última passagem pela casa, após retornar da prisão, começou a furtar para sustentar seu vício no *crack*, sendo expulsa por transgredir regras de conduta moral que não deixam muitas escapatórias.

Reunir outras travestis e gays em sua casa contribuiu para que ficasse “mal falada” na pequena cidade, mas Andreia ressalta que zelava por regras meticulosas de convivência e

organização – afastando a ideia de um lugar desmoralizado. Nossa interlocutora adverte que era ciosa com os cuidados da casa e dividia as tarefas de modo rigoroso, o que deixaria “qualquer pessoa surpresa de perto!”. Orgulhosa, narra ter conseguido, ao longo do tempo, com tanta gente, manter uma casa organizada, tarefas divididas, pessoas bem alimentadas, sempre perseguindo um ambiente de colaboração e respeito mútuos.

As memórias das personagens do passado têm que lidar com as despedidas, expulsões e também com a realidade das mortes. Ao longo de toda a entrevista com Andreia, seremos surpreendidos com personagens dessa época e suas mortes trágicas. Apesar dela ser uma sobrevivente, mostra como “a violência é o eterno pano de fundo de suas vidas”, para usar uma expressão de Kulick (2008, p. 47). Como a Cláudia, que morou com ela cerca de oito anos e morreu por complicações da aids, sendo uma entre outras muitas vítimas da doença que agonizaram no início da década de 1990. A Claudionora foi assassinada, a Marta morreu de câncer e a Claudinha Perigosa foi atropelada – resume ela: “todas mortes, assim, trágicas”. Conta que Paulinha tornou-se uma travesti muito bela, pôs prótese e refez a formação dentária, além de colocar cabelo, mas acabou assassinada por tiro de arma de fogo. A Fran morreu na porta do hospital, em São Paulo, também baleada. Segundo Andreia, Fran era uma loira bonita, mas “extremamente bandida e terrorista, né, muito terrorista”, ela chegou a ter uma pensão de cafetina, que não prosperou em Marília.

A este caso, seguem-se outros, como o de Ana – uma personagem identificada como parte integrante da primeira geração de travestis de Marília, segundo Andreia – “uma pessoa que ralou para ganhar dinheiro na prostituição e investiu tudo o que a tecnologia na época permitia para ficar feminina, fazia shows belíssimos e acabou por morrer na ponta de bala”. Expõe ter convivido em sua juventude com pessoas talentosas para as artes, “pouco aproveitadas”, que chegaram a fazer alguns shows de transformistas no Monte Líbano, um clube de recreação que funciona desde 1985, e que foi usado, no início dos anos 1990, para festas gays em Marília. Vale destacar que muitas festas eram organizadas em chácaras, como a Santa Gertrudes, na região do aeroporto. Elas são os rudimentos de experiências no mercado segmentado GLS³⁰ que se observa na cidade com o surgimento de uma boate em 1995.

³⁰ Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Categoria utilizada pelo mercado segmentado como casas noturnas e boates, que se expandiram consideravelmente a partir da década de 1990. Simões & França (2005) observaram, na cidade de São Paulo, a expansão, mercantilização e complexificação dos espaços e vivências homossexuais com a formação de um mercado de consumo, entretenimento e de casas noturnas GLS que acompanha a emergência de processos amplos de diferenciação, ligados aos estilos corporais, gostos, classe social, gênero que segregam os espaços e demonstram o limite inclusivo do mercado destinado a homossexuais, ressaltando que a apropriação passa por relações de poder (FRANÇA, 2007; SIMÕES & FRANÇA, 2005). Em Marília a primeira boate GLS surgiu em meados da década de 1990, desde então, tendo existido em diferentes locais da cidade entre uma ou duas boates. Observei em minha pesquisa de mestrado, no caso da primeira boate, a depender da qualidade das

Segundo Andreia, as travestis mais velhas de Marília eram Sofia e Mara; a segunda era “muito mais conservada”, devido à sua origem de classe média, considerada muito linda e equilibrada, pois não usava drogas e não bebia, diferente da primeira, que “caía no whisky da vida, nos pozinhos” durante as noites nas ruas do Centro de Marília. Mara faleceu devido a complicações da aids. Sofia, também soropositiva, morreu devido a uma cirrose. Destaca que “a maioria das meninas de antigamente morreram do HIV e de violência, né”.

Ao falar de Maysa, lembra a tristeza que foi sua despedida. Ela teria morrido no lugar de Tina, que era o alvo de traficantes devido a uma dívida. Estava “no lugar errado e na hora errada”, sendo assassinada em um apartamento em São Paulo. A despedida foi igualmente traumática, uma vez que o pai dela era evangélico e proibiu gays e travestis de velarem o corpo, que foi exibido no caixão “vestido de homem com os cabelos cortados”. Neste sentido, Andreia reconhece-se como alguém que conseguiu resistir e sobreviver a um período considerado marcado por implacáveis sanções às experiências das travestis.

“não era tão liberal quanto hoje, era um tabu; era muito ostensividade, né! O pessoal era muito agressivo, chegavam até a bater na gente. Na época, fui lutando e consegui com minhas amigas da época de Marília, que hoje estão todas falecidas, a Sofia, a Mara, a Maysa, a Ana. A Soraya está viva, mas na época ainda era um menininho”. (Entrevista realizada em julho de 2014).

Para ilustrar as dificuldades desse período, Andreia conta uma situação que vivenciou em uma passagem por Lupércio, cidade vizinha a Marília e de menor porte que Vera Cruz. O motivo da ida a Lupércio foi a suposta morte do pai de Cláudia Terremoto, que morava com ela na época. Ao chegarem no velório, depararam-se com o falecimento do pai de um outro rapaz com o mesmo nome e, em meio à confusão, acabaram enfrentando uma enorme hostilidade dos moradores da cidade:

(...) nós chegamo lá foi uma coisa de louco, foi uma tragédia. Nós fomo num lugar, chegamo lá, vimo que não era, que não tinha sido o falecimento do pai desse rapaz. Aí encontramos a família dele. Aí a menina foi andá com nós, o pai da menina falô assim “você não volta mais pra casa que lá não é lugar pra você mais”, porque

relações com os empresários, as travestis eram acolhidas ou proibidas de frequentarem o local, sendo barradas na entrada; nos finais da década passada ainda era possível ouvir relatos de jovens travestis, em geral pobres e com montagens mais epidérmicas e ambivalentes serem obrigadas a se desmontarem para frequentar o espaço, além da proibição do uso do banheiro feminino. Mas ao longo do tempo pode-se notar o acirramento e politização dessas questões, provocando mudanças na conformação desse mercado segmentado e a relação com as travestis, além de uma maior presença de uma cena drag. Personagens drag-queens se tornaram fundamentais nas boates GLS, como *promoters*, ou *hostess*, recepcionando os frequentadores, ou como atrações centrais das casas noturnas, em shows artísticos. No Brasil, o fenômeno drag se expandiu rapidamente para as casas noturnas durante a década de 1990, mas o surgimento dessas personagens pode ser associado com as “caricatas”, nos anos 1970, e os shows de travestis, muito populares no período.

ela estava com nós na rua. Aí nós fomos até um trailer, falei “vamos bebê alguma coisa que eu tô”, né? Aquilo deixou a gente tão traumatizado com aquela pressão, falei gente “cês não conhece o Laffond³¹, ele tá na televisão, ele trabalha no programa de humorista, ele é gay, cês não sabe o que que é um gay?”. Nossa, eu sei que foi, levamos a gente pra fora da cidade, passamos num trailer, não, primeiro fomos numa padaria porque a gente tinha ido cedo, nós távamos com fome, vamos pedir pro home fazer um lanche pra gente. Ele foi assim, falou “ó, eu vou vender umas bolacha pra vocês, cês sai do meu estabelecimento”, falei “que que tá acontecendo?”. e o povo lá fora, ele falou “não, não, cês sai, tó, pega essas bolacha, é tanto, sai do meu estabelecimento!”. Chegamos na pracinha, a polícia presenciou esse ato, não fez nada; uns cara lá, que era filho do dono do mercado, jogou o carro em cima da gente; nós íamos atravessá; nós não tinha como, a gente não andava, era gente na frente, gente atrás, tudo mundo pra olhá. Teve um que foi e puxou o cabelo da Pabla, pensou que era peruca; puxou mesmo que quase derrubou ele. Aí falei “ai, gente, vamos embora”. E pra sair da cidade é uma distância assim, menino. Foi mais de duzentas bicicleta, os cara com pau, com pedra em cima da gente {e você correram?} Não, nós fomos andando, chegamos lá na frente, aí nós passamos num trailer, a mulher falou assim “olha, eu vou vender esses (vidro) pra vocês e não vou cobrar o casco, vocês leva o casco pra vocês se defenderem”. Ela falou desse jeito pra gente, falei “o que que tá havendo”, ela falou “eles não tem costume de ver gays aqui”; falei “meu Deus, que absurdo é esse!”. Aí fomos, chegamos lá, e a Zezé era uma bicha muito louca, ela falou “chegaaaa”; ela pegou, quebrou a garrafa assim “eu vou morrer, mais uns quatro cinco velório nessa cidade vai ter amanhã”. Aí já ficamos, o cara que tava comigo, tava com um canivete, que ele usava cowboy; então tinha um canivete, ele abriu o canivete. A única que não teve coragem foi a Pabla. Deu uma dor de barriga nela, que ela saiu correndo, ela fez na roupa, ela ficou tão assim, nervosa, nervosa, assustada. Eu falei “e aí Marcela?”. Ela falou assim “vamos morrer junto, amiga!”. Peguei, quebrei a garrafa, falei assim “podem vir um por um”, falei “a gente morre, mas que vocês vão ter velório na cidade amanhã também, cês vão ter”. Aí veio um só de bicicleta e falou “ó a gente não quer aterrorizar vocês, mas a gente quer que vocês saiam da cidade”, falou pra nós desse jeito; falei “o que que tá havendo?”. Ele falou assim “a gente não quer gente assim que nem vocês aqui”. Falou pra nós (...). A gente foi expulso da cidade e a polícia viu, não tomou providência, não fez nada, nem protegeu a gente”. Nós saímos correndo, nós saímos correndo e ficamos com medo, nós andamos da cidade até o trevo que vai pra Ourinhos de a pé; dá mais ou menos uns três quilômetros, numa escuridão. Chegamos lá, e o medo da gente ficou ali. Aí parou um caminhão do outro lado, sentido Ourinhos, e a gente sabia que mais pra frente tinha um posto, perto de Ocaçu. Falei “gente, vamos pra lá, pelo menos a gente tá na luz, a gente vai saber da onde vem, né, se vem alguém, se não vem, a gente pede ajuda lá” e cabamos parano lá. Chegamos lá, o posto fecha, chega uma certa hora o posto fecha. Aí o cara falou “ó cês não pode ficar aqui, cês tem que sair”, explicamos a situação pra ele. Ele não quis entender, falou que era pra gente sair do pátio do posto. Aí tinha umas plantações de laranja. Aí nós achamos uma casa abandonada, o menino entrou, mas não tinha condições, rato parecia pedra dentro daquele lugar. Falei “eu não vou ficar nesse lugar”. Aí achamos uns sacos de trigo que era do restaurante, catamos esses sacos de trigo e fomos pro meio dos laranjais, pra gente se abrigar em algum lugar do frio, né? Ah, eu sei que foi uma tragédia. No outro dia de manhã, a gente tudo branco, eu ca cara pintada de branco de trigo, os menino com cabelo tudo alvoroçado branco de trigo. Entramos no circular, o povo viu a gente passar “que será que tá acontecendo?” (Entrevista realizada em julho de 2014).

³¹ Jorge Lafond (1952-2003). Ator, dançarino e comediante que assumiu diversos papéis artísticos e de sucesso na TV, consagrando-se no programa humorístico “A Praça É Nossa” do SBT, onde interpretou a personagem Vera Verão desde 1987. A personagem disputava a atenção dos homens com outra mulher, sendo interpelada de 'bicha' liberava seu grito: “Épa! Bicha não! Eu sou quase uma...” completava no contexto do episódio com nome de uma artista, celebridade, entre outras. Laffont, 1999.

Esse incisivo relato mostra como o destino de sua geração foi torcido pela hostilidade social e pelo enfrentamento das dinâmicas de expulsão e o lugar que Andreia se posiciona diante da precariedade de vida de muitas de suas amigas, oferecendo um substancial apoio em sua casa. O fato de ter encerrado parte de sua vida aos cuidados de sua excêntrica casa aparece em seu relato como algo que lhe permitiu sobreviver às intempéries comuns que atravessavam a vida de suas contemporâneas, especialmente no mercado do sexo. Estar muito atarefada com seu trabalho, a família e todas as pessoas que recebia em sua casa, neste sentido, talvez tenha implicado alguns desgastes e renúncias, como o prazer das noites, mas lhe deu uma sobrevida, uma disciplina e um rigor que a torna mais forte e mais protegida, capaz também de ofertar essa proteção para outras pessoas.

Se hoje Andreia retorna a essas histórias com um pouco de aborrecimento, destacando os custos e a recusa em ter mais alguém em sua casa, não deixa de regozijar-se de ter criado seus sobrinhos e acolhido muitas pessoas, bem como de compartilhar do afeto e reconhecimento de outras travestis, que com ela ainda mantêm fortes relações de amizade. Um dado que se confirma nas narrativas de outras travestis, que a chamam de “mãezona”, reforçando sentimentos de afinidade e afeto, mesmo que com ela não mais coabitem, mas evocavam laços mais duradouros e mantidos nas visitas à sua casa e em uma prosaica e banal interação cotidiana. Ao comentar o porquê das travestis a terem apelidado de “mãezona”, ela apontava um esforço de distinguir sua experiência do modelo da cafetina em suas facetas mais ambivalentes e uma apreciação sobre essas relações. Neste sentido, alertava para não confundir sua história com o agenciamento de travestis realizado nas pensões de cafetinas ou nas ruas.

A concepção de madrinha, que também podia ser a bombadeira e/ou a cafetina, como alguém que educa, mas exerce um certo domínio sobre as filhas, constrangem-nas com a dívida devido à moradia, ao silicone aplicado ou ao direito de usar um território para se prostituir, irá se colocar posteriormente no quadro dos relacionamentos forjados entre as travestis no contexto de Marília. Ela vai sublinhar uma tênue diferença entre uma rede de amigas e de apoio e responsabilidades mútuas, que operam a ascensão ao papel de madrinha/mãe, ao reunir em sua casa outras travestis. Mas, por outro lado, sua narrativa remete às diferenças dos agenciamentos realizados nas casas de cafetina/ou nos territórios de prostituição, que se constituíram ao longo do tempo, na cidade de Marília, enfatizando possíveis deslizamentos entre a figura da cafetina e da madrinha. Porém, como veremos, as duas figuras não são estanques e podem se sobrepor no cotidiano.

5.2- Estórias de cafetinas

A região do Centro e da Comasa foram os espaços em que a prática e o domínio das cafetinas logrou mais êxito em Marília. Relatos apontam o surgimento de duas casas de cafetina e de um único cafetão na cidade desde a década de 1990: a casa de Penélope, da Fran e as várias casas do Deike, o pai de Madona, ambas na região central (como a denominada “Casa de vidro”, que ficava atrás da Igreja Santo Antônio, outra na Avenida Sampaio Vidal e há ainda notícias de uma casa que ficou próxima à Igreja São Bento).

Mexericos sobre Penélope dão conta de que era uma cafetina bastante rigorosa. Na sua casa estabelecia meticulosas regras de comportamento, mas também era amável e prestativa com as travestis acolhidas, desde que cumprissem as regras estabelecidas para convivência, especialmente o pagamento das taxas (diárias) corretamente, o que era revertido no direito à moradia e também à alimentação.

Andreia, comentando o rigor que vigiava as regras de convivência da casa, em uma conversa acompanhada de Penélope, traçou uma perspectiva sobre a ascensão de Penélope à posição de cafetina. Ela era apelidada de “Moranguinho”, pois tudo era morango: “o batom, a bolsinha, o perfume”. Era “bem novinha, mas experiente já”. Ria ao contar que a “menininha aos poucos se tornou cafetina – senhora de cabaré” – com a “Casa das Estrelhinhas que Não Brilham Mais”. O que nos faz pensar no arguto olhar de Pelúcio (2009, pp. 205-206), ao se deparar, em uma visita a casa de uma interlocutora, com a alusão ao reino de Avalon, um reino que correspondia às margens de um mundo dominado pelo poder masculino. O nome excêntrico lembra como seres que não importam e não brilham mais habitam as margens de uma ordem constituída por normas de gênero e sexualidade, que instituem a inteligibilidade e o reconhecimento humano (BUTLER, 2003).

A casa de Penélope era muito “fina, chique e elegante”, onde se mantinha um quadro em que eram estabelecidas “multas” e castigos por condutas consideradas inadequadas (por exemplo, a falta de limpeza, a circulação de clientes na porta da casa ou conflitos nos espaços de prostituição), aplicados com rigor para algumas travestis. Andreia ressalta a fama, o temor e o respeito que a cafetina impunha, ao lembrar de uma visita em sua casa: estava tomando cerveja com Alessandra, que mais adiante imigrará para a Itália; ao ver Penélope chegar em casa abruptamente, ficou atrapalhada e derrubou a cerveja na mesa. Ela, nesta situação, passou a compor o quadro onde a cafetina fazia as marcações de estrelinhas relativas às infrações, com uma multa de 500,00 reais, neste caso, excepcionalmente, por puro deboche! Mas nem tudo parecia brincadeira. Por meio dessas falas lúdicas e debochadas, podemos aprender que as

casas/pensões de cafetina não são uma simples zona de conforto e de liberalidade desconectada das injunções morais. Justamente por ser o espaço para o cuidado, torna-se um local permeado por implacáveis regras morais de conduta (PELÚCIO, 2009).

Madona ressaltou-nos que guardava lembranças muito acalentadoras do período em que residiu com Penélope, não obstante os conflitos que decorrerão do seu afastamento da casa. Assim como Leona (42 anos), que vai se tornar travesti com o apoio de Penélope, a quem delega a escolha de seu nome feminino e as orientações iniciais para seu processo de transformação corporal.

Leona considerava Penélope mais do que uma cafetina; via-a como uma madrinha. Leona ressaltava esse laço contando os modos de coabitar e os signos de bem-estar oferecido na casa e ilustrativos do *status* de madrinha de Penélope (por exemplo, a alimentação). A gestão da comensalidade na casa, que hegemonicamente é vista como um lugar feminino, torna-se especialmente singular no caso em tela. Para além de um objeto de contrato, era uma prática interpretada como orientada para o amor, o cuidado, pensado como signo da maternidade. Leona falava da comida nutritiva e saborosa, dos almoços de domingo e das festividades, comemorações de aniversário e festas de final de ano, momentos atravessados por lembranças dos elos perdidos com a sua família de origem, mas acalentados com um sentimento renovado de partilhar esses momentos da vida umas das outras, o que era visto e vivido como uma família (WESTON, 1991; FONSECA, 2008).

Esses arranjos familiares adquiridos e forjados entre as travestis podem ser vistos, inspirados na leitura de Janet Carsten (2014) acerca das contribuições de Mashall Sahlins no ensaio “What Kinship is – and is not” (2013), como uma experiência pautada na “mutualidade do ser”. O acento recai sobre as vivências e sentimentos implicados na participação na vida dos outros, consonante com uma perspectiva antropológica que busca descentrar a análise do parentesco da ideia de extensão de realidades biológicas (FONSECA, 2008; ALMEIDA, 2006; BUTLER, 2003B). Essas relacionalidades mostram que, muito mais que a artificialidade dos laços de sangue, está em jogo a qualidade das relações e dos laços e trocas construídas.

Em um registro distinto, mas igualmente estimulante, Eric R. Wolf (1974), refletindo sobre o modo como o parentesco podia ser torcido e esticado para acomodar diferentes interesses e relações informais no contexto das sociedades complexas, chama atenção a persistência de funções comuns de provisão econômica, socialização, trocas de serviços e concessão de afeto manejado na amizade – um conjunto de exigências tradicionalmente retidas nas famílias.

Muitas das travestis, com o tempo, passaram a questionar a autenticidade dessas relações, conferindo sentidos ambivalentes ao contarem os conflitos suscitados pela desobediência das regras impostas pela cafetina, que era rigorosa e até mesmo violenta na punição de infratoras, e também a identificar a dificuldade de conciliar o interesse material e o afeto, que na prática parecia ofuscar ou colocar em dúvida o *status* familiar, a disposição para o cuidado e o afeto da cafetina.

A intensidade dos laços e a carga de afeto que nela é investida está especialmente ameaçada quando uma das partes explora demais a outra (WOLF, 1974). Neste sentido, as relações de “cafetinagem” e de “amadrinhamento” contêm, desde o momento inaugural, um elemento que provê sanções internas a elas próprias, evidente nas posições desiguais em que são investidas as madrinhas e cafetinas e suas filhas e agenciadas, mas cujo equilíbrio é desejável, a partir da confiança e do afeto, porém suscetível de implicar uma posição de força quando uma parte explora demais a outra, especialmente quando a circulação unidirecional do dinheiro não se traduz com o apoio e a amizade da cafetina/madrinha. Portanto, as relações se constroem na combinação de amizade e antagonismo, que pode traduzir afeto, mas também um poder descuidante dentro de um contexto específico.

Os sentimentos e afetos envolvidos na micropolítica do “amadrinhamento” ou da “cafetinagem” são ambivalentes quando colocamos em evidência as narrativas das travestis. Podem remeter à amizade, ao apego, à afeição, ao cuidado e à solidariedade, a ideias tradicionais a partir das quais se enfatiza a conexão, pertença, cooperação, confiança e intimidade ligada à ideia de família, mas que guarda também elementos que levam a dissolução, relacionadas ao medo, à vingança, à violência e ao desamparo.

Carsten (2014) oferece um caminho metodológico, ao ressaltar a temporalidade, o modo como as ideias de conexões e pertença ligadas ao parentesco são dinâmicas e operadas ao longo do tempo nas experiências dos indivíduos. Assim, contingências e conflitos podem afetar as relacionais, que se acumulam e dissolvem com o tempo.

A tênue fronteira entre as relações eletivas de parentesco, amizade e cuidado, envolvidas na prática do amadrinhamento, das situações de exploração e/ou extorsão, violência e agenciamento do trabalho sexual da prática da cafetina, tornam esses vínculos instáveis, relidos na contingência dos acontecimentos, e também vulneráveis e dissolvíveis, a depender dos conflitos. No caso de Leona e Madona, ao decidirem sair da casa de Penélope, ambas passaram a ser vistas como “íngratas” e “mal-agradecidas” pelo apoio ofertado pela cafetina, que passou a persegui-las para mantê-las em sua órbita de influência.

As cafetinas assumem uma posição ambígua justamente porque são personagens acolhedoras e oferecem recursos variados, como moradia, referência para o cuidado com o corpo e a saúde, proteção na rua e arbítrio nos conflitos que envolvem o cotidiano – tudo o que uma boa madrinha faz. Por outro lado, muitas vezes, reforçam a exploração, cobram taxas exorbitantes para a prostituição nas ruas, além de se colocarem, com suas paixões e ódios, acima de qualquer convenção que garantam às pessoas a integridade de seus próprios corpos, a liberdade de ir e vir. Nesse sentido, a ameaça de violência parece ser um elemento considerado “natural” para o exercício da força das cafetinas frente às infratoras das regras por elas estipuladas.

Fabíola contou-nos que Penélope, com o tempo, passou a estabelecer um domínio sobre o trabalho sexual na rua, submetendo outras travestis da cidade que não residiam com ela, “cobrando a rua”. Ou seja, para que as travestis pudessem se prostituir no território, ela estabelecia o pagamento de uma espécie de “pedágio”, o que motivou intensos conflitos e contundentes resistências nas ruas da cidade.

Na época, o Centro foi tomado por uma “guerra” pelo seu domínio: “as bichas subiam pra rua de pau com ponta de prego, ácido para jogar em nós; cortavam o cabelo, batiam, jogavam pedra; até que um dia nós acabamos com a casa de cafetina”. Período violento, em contraste com a maneira com que Fabíola, em 2011, observava a conformação do exercício de poder que atravessam as intrincadas relações entre elas nos espaços de prostituição, considerado mais apaziguado e com uma prática mais tênue de cafetinagem.

As relações estabelecidas por Penélope como cafetina e madrinha foram precipitadas nestes conflitos e também geraram o olhar da Polícia local para a questão. Há notícias na mídia impressa local, de meados da década de 1990, que narram as violências e prisões de Penélope e outras travestis acusadas de agenciarem uma rede de aliciamento e extorsão. Penélope não chegou a ser condenada nestas situações, mas teve que lidar com o aborrecimento da suspeição das autoridades por um tempo, com depoimentos e arrolando testemunhas para que desconstruíssem a acusação de cafetinagem.

Após perder o domínio sobre o Centro, Penélope, em tom de brincadeira, dizia ser a “gerente da empresa”, em referência ao *status* e à posição renovada de destaque que passou a ocupar nas dinâmicas do Posto de Combustíveis na Zona Sul da cidade. Desde os conflitos na região central da cidade, ela deixou de frequentar o espaço e aos poucos passou a empenhar-se em construir relações mais horizontais com as outras travestis, afastando-se progressivamente da prática de cafetina.

Na verdade, desde que a conhecemos, em 2006, relatos de “um tempo de antigamente” eram sempre desconstruídos pela sua conduta e reflexão sobre as armadilhas que as situações desse tempo lhe impunham, e sua decisão renovada de não mais lidar com isso, mesmo que pudesse notar não ter se afastado totalmente deste papel, no sentido de ser reconhecida como alguém capaz de organizar e disciplinar a inserção de travestis no espaço, que a ela conferiam, ainda que com algum tipo de incômodo, o reconhecimento desse domínio. Mas também como alguém ali com quem poderiam contar e não se indispor para poder sobreviver e atuar no mercado do sexo. Por outro lado, Penélope continuou a acolher travestis na sua residência, mas por meio de relações que, na prática, se mostravam mais flexíveis e pautadas por um sentimento de apoio e amizade, como apontamos no capítulo anterior.

Nos encontros com as travestis que com ela viveram seu tempo de cafetina, não se furtava a rever sua conduta, ainda que alguns aspectos fossem negligenciados – mas de todo modo era reconhecida sua obstinação em se transformar e constituir para si uma forma de existência diferente, ainda que, por vezes, fosse pega pelas armadilhas de sua posição no mercado do sexo. Em conjunto com as demais travestis de sua geração, hoje na meia-idade, encontrou vários meios para retornar à convivência respeitosa e menos beligerante. Algumas delas passaram a perseguir a posição de cafetina, mas, como Penélope, podemos observar que se depararam com intensos conflitos e progressivamente se despojaram da posição.

*

Quando Penélope deixou de ser cafetina do Centro, deu lugar a um cafetão. Conforme Fabíola, “as bichas comiam o pão que o diabo amassou”. Sugeriu que o cuidado, que bem ou mal eram observados sob o regime da cafetina travesti, é muito distante da prática do cafetão, que somente queria “saber do dinheiro”, mas a partir da ameaça e da violência. Depois dele, as travestis, que outrora contestaram o exercício da “cobrança de rua” de Penélope, passaram a exercer essa prática, como Madona – quando a conhecemos, em 2006, ela exercia na rua um maior controle das travestis menos estabelecidas e jovens, seguida por Fabíola e Leona.

Para Madona, as travestis pagavam uma taxa de 20 reais por dia para ficar na rua, mas presenciávamos situações em que eram cobradas taxas bem maiores, a depender da qualidade das relações com a cafetina. Essa taxa não era cobrada de Fabíola e Leona, que, naquela oportunidade, viviam com Soraya. Parecia operar um acordo tácito entre as travestis mais velhas da cidade, de não imporem a “cobrança de rua” às demais travestis reconhecidas outrora como lideranças e contemporâneas e flexibilizá-las ao longo da inserção das travestis mais

jovens, que eram, sem dúvida, o alvo privilegiado das coerções exercida pelas cafetinas enquanto estivemos em campo.

Quando Madona deixou de frequentar a prostituição, deu passagem para Leona assumir a posição de cafetina. Leona passou a “cobrar a rua” das travestis que circulavam no Centro por volta dos anos 2010, especialmente das “novatas” e das “estrangeiras” (isto é, aquelas que não nasceram ou não era reconhecidas como moradoras da cidade). Estas últimas não eram bem recebidas, e, na maioria das vezes, a situação face-a-face com Leona já as colocava para “correr”. Mas não era incomum o recurso da violência para expulsá-las do concorrido mercado do sexo. Nesse período, após vivenciar uma situação no Centro, soubemos por outras travestis que o ocorrido era uma “cobrança de bronca” de um passado recente – “Mandaram um doce”, em outros termos, uma vingança, armada por uma travesti que foi expulsa da cidade a tapas por Leona e colocada no mototáxi, em direção à rodoviária, para voltar à cidade de Presidente Prudente.

A situação passa-se da seguinte forma: ao chegar ao Centro, encontramos Leona na esquina da Prudente de Moraes com a Quinze de Novembro, onde nos contou que as coisas não estavam “muito boas” no Posto do Júlio. Segundo ela, as travestis apanharam dos policiais militares porque roubaram um caminhão. Enquanto Fabíola nos atualizava sobre os acontecimentos, Madona, ainda oscilando entre a posição de cafetina e o afastamento do mercado do sexo, em uma visita repentina, chegou brincando conosco. Uma jovem travesti, ao se aproximar, recebeu como cumprimento uma tapa na cara. Um ato de humilhação que ensinava o lugar da jovem travesti e reafirmava o domínio da mais velha, atenuado em tom de brincadeira.

Após essa situação, um tanto constrangedora, descemos a rua Quinze de Novembro em direção ao cruzamento com a rua Campos Sales. Lá encontrei a Ruivinha, a Leona, a Fabíola e a Sabrina. Enquanto passava um cliente de carro, Leona mostrou os seios e ele parou alguns metros à frente. Ela foi para a “entrevista”, entrou no carro e saiu para o programa. Em seguida, Sabrina subiu a rua para ficar sozinha na outra ponta da esquina da Quinze com a Prudente.

Fabíola nos contava que naquela noite não havia feito nenhum programa, dizia que “a rua está uó!”, que a “rua estava morta” – a reclamação rotineira, tão repetida por todas as travestis. Não pudemos antever mesmo com tal dito o que estava para acontecer. Passou outro carro e a Ruivinha apontou a “maricona”, que, segundo ela, não pagou pelo programa feito na noite anterior. Fabíola começou a gritar “Paga a bicha, maricona!”, “Paga a bicha, viado!”. Mas já era possível avistar um cliente da Ruivinha atravessando a esquina da rua Paes Leme, descendo a rua Quinze de Novembro em direção a nós. Fabíola chamou atenção de Ruivinha –

“Olha seu velho”, ao que ela ficou contente, porque ele paga corretamente e “goza rapidinho”, sem que ela precise ficar muito tempo à sua disposição. Todos rimos com a conversa. Saiu a Ruivinha para o programa e Leona retornou à esquina da rua Campos Sales. Em seguida, Madona se sentou no degrau do portão de um escritório ao nosso lado.

Continuamos nesse clima de conversa lúdica. Mas, abruptamente, apareceram na esquina cinco rapazes, que vieram rápido em nossa direção. Logo chamaram o nome de Madona em tom ameaçador – ficamos sem espaço para reação, pois já estavam ao nosso lado, assentando o pé no rosto dela, que ficou encurralada nos degraus. Fabíola e eu estávamos em pé. Saímos correndo pela rua Quinze de Novembro. Corríamos tanto que, quando criei coragem de olhar para trás, com o impulso, tropecei e caí no chão, já duas quadras acima. Na proximidade da esquina da rua Prudente de Moraes, chamei o mototaxista, que ofereceu água, acolheu-me no estabelecimento e depois me levou até a minha residência. Segundo Sabrina, eu estava “em choque”, em outros termos, apavorado, e me perguntava o que estava acontecendo, enquanto, gaguejando, explicava a ela a situação e pedia para se proteger.

De casa, liguei para ela para saber sobre os desdobramentos do acontecimento. Leona tomou o telefone e perguntou se me machucaram. Respondi que não. Mas elas disseram que viram um soco em minha direção. Também me perguntaram se não quebraram nada que carregava na mochila. Naquela noite, tinha saído da Unesp com notebook, máquina fotográfica e gravador de voz. Leona contou que conseguiu correr pela rua Campos Sales e se esconder em outro mototáxi, chamando a polícia. Madona, que ficou com os cinco rapazes, estava bastante machucada, mas minimizava a agressão dizendo estar bem.

No dia seguinte, na casa de Fabíola, tivemos mais detalhes sobre o acontecimento. Após Madona receber o pé no rosto e outras agressões, apareceu uma travesti, que interrompeu a surra e avisou que iria montar uma “casa de cafetina” com dez travestis de fora da cidade, e que todas as nativas deveriam pagar a ela uma taxa a partir daquele momento. Após ser liberada, Madona escondeu-se no mototáxi. Enquanto isso, a travesti e os rapazes passaram de carro pela rua Quinze de Novembro e atiraram na fachada de uma loja para reforçar a intimidação.

Em um primeiro momento, as travestis chamaram a polícia militar, que, após acolher o relato, vigiaram um pouco mais as ruas centrais durante as noites seguintes. Rapidamente, Leona tomou outras iniciativas, acionando na favela onde residia na época, os rapazes ligados ao tráfico para dar proteção às travestis do Centro. Por telefone, contatou também presos nas cadeias, que acionaram a busca à travesti que buscava dominar o território de prostituição em Marília, localizando-a em Presidente Prudente, onde contam que foi agredida e expulsa para a região metropolitana de São Paulo. Descobriram que a antiga desavença de Leona, que resultou

na expulsão de uma travesti da cidade, estava acomodada com a estrangeira, passando a ela informações sobre os pontos e as lideranças, e vislumbrando a possibilidade tanto de vingança pelos maus-tratos recebidos como um retorno à cidade, com outras travestis de fora. Porém, o projeto, foi frustrado pelos comandos nas prisões. E, dessa forma, foi restabelecido o controle das ruas do Centro pelas travestis locais, revelando a intrincada e ramificada rede em que as cafetinas atuam.

De fato, as travestis mais velhas nos contam uma história das cafetinas na cidade de Marília que nos remete a pensar nas trajetórias de algumas de nossas interlocutoras, que estiveram enredadas em uma rede ramificada de controle e domínio dos territórios de prostituição na cidade, mas que sofreu variadas transformações, pois esse domínio sempre esteve às voltas com conflitos e disputas, dentro de um contexto e temporalidade específico. E esse processo temporal teve a capacidade de estabilizar essas relações em alguns momentos e em outros desestabilizar esses vínculos.

Em relação às três cafetinas citadas, as marcas dessas relações foram provocando variadas reflexões e inquietações em relação à conduta. Embora por caminhos distintos, elas foram despojadas da posição.

Fabiola, com o tempo, foi despojada da posição de cafetina após sucessivas prisões, internações devido à dependência de álcool, e, por fim, com o uso de *crack*, veio a falecer em uma condição bastante precária na rua. Madona foi progressivamente contornando o destino da prostituição e passou a trabalhar como empregada doméstica; entre idas e vindas chegou a ter cinco registros em sua carteira de trabalho. Com a renda desses trabalhos, somada a ganhos esporádicos com a prostituição, adquiriu sua casa própria nas imediações do bairro onde viveu com sua família, na parte superior da favela do Argolo Ferrão, parcialmente urbanizada com asfalto e serviços de iluminação. Em sua casa, colocou em prática seus conhecimentos sobre cabelos, aprimorados com um curso de cabeleireira, e abriu um modesto salão de beleza, contando com uma clientela diversificada da vizinhança. Também fazia “bicos” de faxineira. Notamos que este percurso está intimamente ligado às suas expectativas de família e moralidade e à iniciativa de dedicar atenção e cuidados aos seus sobrinhos, e, mais recentemente, ao seu casamento com João, tema que retornaremos no capítulo seguinte.

Leona, contemporânea a Madona, também trabalhou como empregada doméstica em uma residência, estimulada por ela, mas continuou sendo assídua na rua, com a atuação na prostituição pelas noites e cobrando rua. Em uma visita ao Centro, em 2014, encontramos com Leona na rua Quinze de novembro. Ela narrava com satisfação o fato de estar trabalhando como doméstica durante o dia, e, em meio à conversa com outras travestis mais jovens presentes

na interação, endossava que elas deveriam seguir seu exemplo para não ficarem “penando” na rua, uma vez que naquela altura de uma noite fria, com a ventania característica do período de inverno, que congela as pessoas em Marília, nenhum programa havia pintado para as travestis engajadas na rua. Leona, contudo, tinha uma vasta trajetória com a prática de ilícitos. Por um tempo, antes dessa situação, já havia sido presa por assaltos a clientes, em uma ocasião configurada como sequestro relâmpago, em outra devido ao tráfico de drogas. Mais recentemente, ignorando a vigilância eletrônica que vela as noites do centro da cidade, passou a furtar algumas lojas, sendo flagrada e novamente presa.

Ao que tudo indica, sua irmã, também travesti, passou a atuar no território como cafetina da rua, cobrando pedágio de outras travestis na região da Comasa. Porém, não se pode notar mais, nos espaços de prostituição, a presença implacável da figura das cafetinas.

Essas situações nos remetem a pensar nos arranjos e nas tensões presentes nas relações entre as travestis mais velhas e mais jovens e nas transformações que ocorrem nesses arranjos ao longo do tempo, provocando uma reorganização geográfica e dos códigos que regem as relações nos territórios de prostituição no caso de Marília, onde concorrem diferentes ordens no estabelecimento dos mesmos.

5.3- Acorda Alice!

A narrativa de Jade traduz um complexo de sentimentos sobre as concorrências e disputas que se acirram no mercado do sexo entre mais jovens e mais velhas, que tende a favorecer as primeiras em detrimento das últimas quando se coloca em perspectiva o acesso à clientela. Por outro lado, podemos observar que esse mesmo contexto, que imprime a desvalorização das mais velhas, impelem-nas à posição de ascendência sobre as mais jovens, pois teriam mais experiência, domínio de saberes e códigos dos territórios, algo que não ocorre de forma espontânea, mas exige tempo, reconhecimento e habilidade em meio às relações de poder que promovem e dissolvem diferentes vínculos.

Jade começou seu processo de transformação aos 16 anos com o apoio de Leona (na época já beirando os quarenta anos), considerada sua “madrinha”. Leona tratava-a como sua “menina”, “ninfeta”, conferiu seu nome feminino, estimulou os momentos iniciais de transformação corporal e ofereceu apoio para o engajamento no mercado do sexo, inserindo-a em sua órbita de influências e proteção no Centro da cidade.

A ascensão e o prestígio conquistado por Jade junto aos clientes, com o tempo, passou a gerar obstáculos e tensões no território. As demais travestis passaram a acusá-la de esnobismo

e de ostentação da beleza, evidenciado nos atos de exibir-se com o “aquê” (dinheiro) adquirido “batendo portas” (entrando e saindo dos carros de clientes). Essas situações revelam as concorrências no mercado do sexo, que levaram a um desentendimento com a sua madrinha, que, estimulada pelas demais travestis, expulsou-a do espaço.

Jade: Estava ganhando dinheiro, novidade. Ponha eu e uma mais velha, a Madona, por exemplo. Quem o cara vai escolher? Vai perguntar “quantos anos você tem?” – “dezoito”, e a outra, “quarenta e três”. Ele vai na de dezoito. Cê entendeu? É por causa disso, a Leona que é linda, gente! Eu sou apaixonada por ela, que ela é muito linda, ela é muito linda, ela que é ela não aceitou, cê entendeu? Que elas falam assim “ai ela é closeira”! Não é que eu sô closeira. Tipo assim... eu gosto de me vesti bem quando eu vô saí, entendeu? Eu gosto de me vesti bem, eu gosto de chama a atenção, eu gosto de dá não aaaaar, entendeu, não ar. Gosto de sê, tipo assim, tê postura, assim, sabe? Não ficá assim, eu sô de narizinho empinado mesmo! Não tem quem faça eu mudar isso, e foi na hora que elas começo tê recalque “ai ela é muito narizinho empinado, ela é isso, ela é closeira, ela dá close {Thiago: te multavam?} Jade: nunca! {Thiago: pedir dinheiro, essas coisas?} Jade: nããão, falei pra elas “se um dia uma de vocês me pedi dinheiro, me multa, vai sê a última vez que cês vão fazê isso na vida.” “Vai ser a última vez, te juro por Deus.” Porque a rua é pública, trabalha aqui quem quer. Então cê vai fica cobrando dos outro, magina! Uma vez que eu fui na Comasa a Madona queria que eu pagasse cinquenta reais, eu não paguei! {Thiago: quanto?} Jade: cinquenta reais. Um dia que eu fiquei naquele negócio, que era uma quarta-feira, que eu me arrependi totalmente porque não ganha nada, nada. E eu fui um dia, numa quarta-feira que eu fiquei lá, no outro dia ela ficô sabendo, ela falô “como cê subiu lá sem minha permissão” tal, “eu quero meus cinquenta reais aqui agora”. Falei pra ela “eu não tenho cinquenta reais, eu não tenho dinheiro e eu não vô te dá nada. É público lá, eu vô ficá lá sim, cê pode chamá quem cê quiser. Quando eu quiser subi lá, eu vô subi []”. E elas não gosta de mim, porque eu sô petulante. Não é que eu sô petulante. Se você vai me respeitá, eu vô te respeitá; se você me trata da mesma forma, eu vô te tratá um pouco pior, não é verdade? Mas eu me dei, tipo assim, eu me dei muito bem ali no Posto do Júlio, cas mona dali do Posto. Tem umas ou outras que cê tira fora. Mas pela Penélope ela não se incomoda com nada; pode ter a mais bela, a mais linda do lado dela, ela não se incomoda. Ainda você pede “ai Penélope me arruma isso”... entendeu? Agora, as bonita que é as bonita não se garante, vô fazê o quê? (Entrevista realizada em julho de 2014).

Como era bastante aguerrida, Jade desobedeceu várias ordens que regem os territórios de prostituição, após o desentendimento com sua madrinha, mesmo desautorizada a frequentar o Centro da cidade durante as noites. Embora ficasse em um espaço relativamente distante de sua “madrinha”, logo foi descoberta, quando Leona expõe sua determinação de expulsá-la, ameaçando-a e agredindo-a com tapas. Em sua narrativa, expõe casos e acontecimentos em que se recusou a se submeter as regras dos espaços de prostituição, questionando práticas como pagar a taxa para se prostituir na rua, considerado algo ilegal e abusivo em sua interpretação. Não obstante, não havia escapatórias para resistir, de modo que Jade foi impelida a procurar outros lugares para se prostituir, passando a atuar no Posto do Júlio, visto como mais seguro e acolhedor para as travestis mais jovens.

Ali, pôde contar com o apoio de Penélope, que a essa altura não perseguia mais a figura da cafetina, buscando, na verdade, afastar-se da imagem negativa ligada a essa atividade, conforme ressaltamos anteriormente. Podemos observar diferentes ordens que concorrem nos estabelecimentos dos espaços de prostituição na cidade. O Centro e a Comasa favoreciam práticas de agenciamento ligadas à cafetinagem; enquanto no Posto do Júlio, quando novatas se aproximavam do espaço, contavam com o apoio e a proteção de Penélope, que não cobrava taxas ou pedágios e também se opunha fortemente a qualquer tentativa das demais travestis nesta direção. Por isso, as jovens travestis consideravam este um espaço mais livre e aconchegante, mas ao mesmo tempo saturado, com quinze ou mais travestis em uma única noite, concorrendo por recursos escassos de poucos clientes.

Penélope assumia uma posição moderada no exercício de suas influências na conformação do espaço e da circulação das travestis. Em geral, queixava-se das arapucas e dos movimentos que era levada a percorrer no contexto do Posto do Júlio, como efeito de sua posição ambivalente de autoridade, mas de ex-cafetina (como intervir em picuinhas, conflitos e outros acontecimentos). Presenciamos, em várias ocasiões, jovens travestis aportarem no Posto e pedirem a ela autorização para frequentá-lo – o que gerava certa inquietação e reflexão de sua parte, uma vez que não gostaria de condicionar a sua vontade para alguém frequentar o espaço, muito embora não recusasse plenamente assumir esse papel. Na verdade, envolvia-se fortemente no cuidado, orientação e acolhimento das mesmas.

Jade identificava em Penélope uma amizade verdadeira. Aos poucos, foram se aproximando, criando afinidades e laços mais íntimos. Jade chegou a passar dias e semanas sob o abrigo da casa de Penélope. Admirava-a como uma pessoa muito séria, respeitosa e companheira. Uma interlocutora que tinha uma postura firme e franca, sem bajulações e elogios ou ainda afrontas e desaforos; se cobrava aspectos diversos de sua conduta, era de um modo que a levava a refletir sobre os melhores caminhos a perseguir, mas com uma postura diferente da ligada à punição, corrente como modo de imposição de uma série de expectativas de comportamento nos territórios de prostituição.

Um exemplo dessa postura pode ser observado na seguinte situação: Penélope estava sentada em um bloco de cimento utilizado para limitar a rodovia Br-153 do posto de combustíveis. Explicava para Jade que ela não precisa “deitar” para ninguém no Posto – isto é, submeter-se aos caprichos das outras travestis –, e inclusive não precisava pagar taxas para se prostituir no local (embora Penélope tivesse pedido um drinque de conhaque com coca-cola um pouco antes).

Penélope chamava atenção para o sucesso que a recém-chegada exercia entre os clientes, que abundavam em sua procura. Mas Jade, bastante vaidosa, exibia-se demais, o que ficava notável no ato de mostrar ou falar sobre o dinheiro adquirido e outras posses, como o constante retoques de maquiagem, exibindo a todas os produtos cosméticos, o que levava as demais travestis sem os mesmos recursos e sem pudores a pedirem recorrentemente os mesmos emprestados. Penélope suspeitava destes atos, algo que corria o risco de se converter em abusos e submissão, e também que exigiria de Jade adotar uma postura diferente consigo. Era preciso aprender a se conduzir com discrição em um ambiente marcado por inveja e disputas. Isso significava não exibir qualquer tipo de vantagem sobre as demais, como as posses, a beleza ou se sentir melhor que as outras porque conquistou um posicionamento de destaque no mercado do sexo. Recomendava discrição, mas também uma atitude de velar sua vontade e cuidar das suas coisas e de si própria, negando, quando fosse preciso, qualquer coisa que lhe criasse constrangimentos ou desagradados. Portanto, deveria também estar preparada para as reações, por vezes até violentas, que espreita a convivência tensa da rua. A conversa segue com várias prescrições abertas sobre como se constituir como sujeito que se governa e não se submete às vontades alheias, bem como dobra suas próprias, e assim realiza um trabalho sobre si: “não cair na onda de ninguém”, “fazer só o que seu coração pede”, “não se deixar levar pela aventura”, entre outras mais específicas, como usar preservativo e não usar drogas excessivamente.

Mas, logo em seguida, Penélope esbravejou “Acorda, Alice!” – ao se deparar com a reação inusitada e desproporcional de Jade, que se pôs a dar escândalo contra rapazes que passavam de carro pelo Posto do Júlio e gritavam para elas “E aí, gatinhas!”, entre gargalhadas. Penélope, diante da situação, não considerada ofensiva, literalmente imitava uma gatinha, exibindo-se sensualmente e miando para os rapazes; enquanto Jade hostilizava-os com palavras depreciativas – “Mariconas safadas! Tomar no cú! Seus filhos da puta!”.

Penélope explicou à jovem travesti que aquele ato poderia desdobrar em uma violência desnecessária, caso os rapazes resolvessem “cobrar à bronca”. Não devia confrontá-los diretamente: a melhor maneira de reagir seria chamá-los de “gostosos e maravilhosos”! Por exemplo, Nicole (28 anos), que assistia à cena a distância, conta que aprendeu que esta não é a melhor estratégia para resistir a esse tipo de situação, destacando um acontecimento semelhante: “Eu já vi uma vez a Helen, os bofes passando e xingando, e ela respondeu, e os caras voltaram, com o carro cheio, e jogaram garrafas nela, machucou. Então, acontece”.

Em um mundo permeado por regras tácitas, mecanismos violentos e implacáveis que marcam seus corpos e suas subjetividades, a expressão “acorda, Alice” ilustra as ambiguidades das experiências das travestis. De um lado, a ludicidade, os prazeres e os deleites – o glamour;

do outro, a necessidade de “abrir os olhos”, de se afastar do deslumbre, adquirindo maturidade, que permite se “descolar na vida” para além das fantasias, e assim lidar com sabedoria sobre a condução de si diante os aspectos mais diversos dos territórios e da vida cotidiana.

A expressão “Acorda, alice” traduz uma agonística, o estímulo para travar uma batalha pela sobrevivência, aprender as peripécias da conduta no mundo da noite e na vida, saber se conduzir e escapar das armadilhas que atravessam as esquinas, a suportar variadas pressões do cotidiano em um mundo hostil, que em nada se assemelha ao sonhado paraíso e maravilhas do conto. Acordar também significa estar vigilante consigo e com os outros.

Penélope percebe na situação uma atitude que coloca Jade e todas as outras em risco, e aponta uma posição de prudência, tanto em relação às atitudes que Jade deveria perseguir como às que a levam a privilegiar o conselho, o convite de um diálogo que pudesse transformar a atitude da jovem travesti.

Jade encarou a situação conformando-se com os conselhos, vendo naquele ato uma parceria que não tratava de buscar anulá-la como uma adversária, mas fazê-la triunfar e se aproximar mais de uma verdade da qual é portadora manifesta. Em outra ocasião, Penélope revelou-nos que no passado não teria resolvido a situação com paciência para aconselhar, mas feito o uso implacável da força para transmitir valores e fazer valer suas concepções. Ela estaria muito mais próxima da figura da “madrasta” que castiga. Afinal, Jade havia colocado todas em risco. Aqui, põem em revelo inquietações éticas, que podem se manifestar em uma atividade de si para consigo – a capacidade de aplicar certas escolhas e decisões na modulação da conduta, que implica, ao mesmo tempo, certas abdições e obstinação no trato com as outras travestis.

Ao refletir sobre os medos cotidianos, a partir dessas experiências, mas já em uma posição mais confortável no Posto do Júlio, Jade contava que estava sempre alerta para a possibilidade de se indispor com outras travestis, especialmente quando entrava em questão o seu *status* e a sua posição privilegiada no mercado do sexo. Desconfiava de relações de amizade e via ameaças reais do exercício de um poder descuidante entre as travestis – “Trairages, traição de terceiras, das travas, das travas; essa é a única preocupação. Não só de mim, o que eu acho que são de todas... A traição, a maldade”.

Kulick (2008, p. 60-61) chamou atenção para a dificuldade das travestis em estabelecerem laços de amizade sólidos, encontrando em campo a desconfiança geral de suas interlocutoras para ter qualquer amizade verdadeira, sempre alertas para as intrigas, traições e invejas implícitas ou explícitas nas relações que estabelecem entre si. O autor apresenta alguns fatores que contribuem para esse cenário de suspeição generalizada, que, por vezes, nos fazem acreditar que as travestis seriam suas piores inimigas, uma vez que suas relações são limitadas

pela competição por recursos escassos, que vão desde a beleza ao clientes, maridos e namorados, em um mundo violento que pouco lhes oferecem, até uma subjetividade marcada por valores de uma cultura jovem e que valoriza a beleza e exige delas um alto investimento cotidiano, posto em primeiro plano a tentativa de construir relações mais duradoras entre si.

Todavia, considerando essas tensões que remetem à complexidade de relações que se contrapõem às intensidades de vínculos afetivos e de apoio entre as travestis, podemos notar, na situação acima, algumas inquietações éticas que colaboram para promover transformações nesse tecido relacional e uma revalorização das relações de amizade em termos éticos do cuidado, colocando em perspectiva as relações de poder e os diferentes vínculos que estabelecem entre si, reclamando relações mais horizontais.

*

As narrativas das travestis mais velhas e mais jovens falam da centralidade das madrinhas/cafetinas e das relações de poder nos territórios de prostituição, que, por sua vez, não podem ser desarticuladas das redes de apoio, que se confundem com a organização de um mercado do sexo disseminado em várias cidades brasileiras, e também articulados para além da fronteira nacional (PATRÍCIO, 2008). Podemos perceber que a constituição de si como travesti evoca uma referência nômade, não só pela prática do *trottoir* da prostituição no “mundo da noite” (PERLONGHER, 1987a), mas pelos limites dos espaços das cidades em que se movem e se constituem (PELÚCIO, 2007, p. 41). Movendo-se em busca de lugares mais habitáveis,³² fugindo da pobreza, da violência, dos preconceitos, das limitações impostas para a sobrevivência e motivadas pelo desejo de uma vida melhor, muitas travestis empreenderam a circulação nesse intrincado mercado do sexo, nacional e internacional (PELÚCIO, 2007, p. 41).

Os deslocamentos conectam espaços e corpos em movimento, formando redes com diferentes padrões de vínculos, criando uma ponte entre escalas geográficas para a atuação das travestis na prostituição. Esses deslocamentos, em geral, contam com indicações, referências, estratégias de deslocamentos, troca de informações, diálogos mediados pelo celular, entre outros, que permitem acessar uma determinada rede que oferece refúgio e possibilidade de

³² O tema da migração e das redes de apoio é perseguido por várias pesquisas que verteram olhar para as homossexualidades, como observa-se em Carmem Dora Guimarães (2004), que analisa as representações da “liberdade” que atravessa a dinâmica de homossexuais migrantes de suas cidades natais para fugir do controle familiar. Guimarães (2004) realizou um estudo sobre a construção das identidades homossexuais na década de 1970 entre moradores do Rio de Janeiro migrantes, de Minas Gerais. E Green (2000) apontou, em sua história da homossexualidade, no Rio de Janeiro e São Paulo, essa dinâmica como parte integrante das migrações no século XX para essas cidades.

sobrevivência, sendo a permanência nela dependente da qualidade das relações investidas para tal feito.

Poderíamos, a partir das interlocutoras dessa pesquisa, pensar em várias redes e trânsitos percorridos em suas trajetórias de vida, mas destacamos Bárbara, que reúne variados elementos para pensar nesses trânsitos, especialmente o lugar que adquiriu ao favorecê-los para outras travestis.

Bárbara (39 anos) atuou em várias cidades brasileiras e viveu em casas e pensões de cafetina, chegando até a empreender uma viagem para a Europa. A partir da cidade de Uberaba (MG), passou a atuar como “cafetina” e “bombadeira”, favorecendo o deslocamento para essa cidade de várias travestis da região de Marília.

Visitamos Bárbara em outubro de 2014, em Uberaba-MG, ficando quatro dias hospedado em sua pensão. O acesso foi-nos facilitado por Penélope, que estava, há cerca de dois meses, experimentando o mercado do sexo local, mas sob a condição de uma amiga, que não era submetida às regras que norteavam as relações com as demais travestis que viviam em sua casa, consideradas suas “filhas”.

Conheci Bárbara em Marília há aproximadamente 7 anos, na Comasa. No nosso reencontro, ela estava bastante animada e lisonjeada com nossa visita. Hospedou-nos e apresentou Ivana, 20 anos, e Mirela, 21 anos como suas “filhas de silicone”, pois teria feito seus corpos.

Pudemos conhecer outras travestis e amigos heterossexuais de seu círculo de relações. Ela é uma pessoa de intensa sociabilidade e relações na cidade. Foi muito hospitaleira e passeamos por vários lugares, como o Centro, o shopping e a choperia que costumava frequentar, um bar da localidade, o teatro – para prestigiar uma apresentação da companhia de dança que ela integrava, além de um churrasco na casa de um amigo e uma aconchegante parada na beira do rio.

Bárbara nasceu em Marília, em 1977. Foi criada pelos avós, sem saber, por um bom tempo, que sua irmã era, na verdade, sua mãe biológica. Ela é discreta em relação ao relato sobre sua família de origem. Descreve que, a despeito de ter sido criada como se fosse uma menina, dando a entender alguma participação de sua família na construção de seu gênero, não suportou as hostilidades dos familiares, o que a levou a sair de casa aos 11 anos, inserindo-se precocemente na prostituição e começando as mudanças corporais.

Como nas demais narrativas das travestis mais velhas, podemos notar um conjunto de acontecimentos e batalhas no contexto de suas famílias de origem, desvelando como, desde muito jovens, elas tiveram que lidar com toda sorte de violências cotidianas, negação e exclusão

da convivência com os familiares, alimentadas pela heteronormatividade e, por contraste, o importante papel das redes de amizade, que desempenharam um suporte para forjar um senso de identidade e também prover abrigo, como as casas e pensões de cafetinas.

Esses casos foram contados por muitas interlocutoras, que, em suas lembranças, evocavam a dor da rejeição, o desamparo familiar e as histórias de rupturas com o lar ao iniciarem suas transformações corporais, concomitante a um engajamento no mercado do sexo, que, por sua vez, permitiram-nas a empreender a constituição de si e garantir a sobrevivência a partir dos mapas cognitivos e afetivos-sexuais disponíveis no mesmo.

Neste sentido, destacam a rua e a prostituição como um espaço referencial do acolhimento e da constituição de si, as redes de apoio e a convivência com outras travestis, nas quais encontraram saberes provedores de suas transformações e algum tipo de apoio para a sobrevivência.

Aos 12 anos, Bárbara passou a viver com um homem mais velho. Entre os 13 e os 14 anos, morou com a família de Penélope, na época um menino feminino que estava em processo de se tornar uma travesti. Destacamos, anteriormente, que ela considerava ser mais nova de idade e mais velha em experiência, se comparada com Penélope, que fará sua transformação corporal mais tardiamente, em torno dos 20 anos de idade. Neste sentido, Bárbara considerava ter sido uma “madrinha”, pois ensinou e colaborou com esse processo. Entretanto, alguns anos adiante, quando, em meados da década de 1990, Penélope assumiu a posição de cafetina, a consideração positiva sobre período do acolhimento cedeu à descrição negativa de um tempo em que ela tinha que carregar um facão ao ir para rua, temendo uma emboscada e agressão, pois, segundo ela, Penélope aterrorizava as “liberdades das travestis”.

Penélope, como cafetina, não seria a única a ser mencionada em nossa conversa, que é toda atravessada por este tema, pelos lugares por onde viveu e as situações degradantes que se deparou. Aos 15 anos, saiu de Marília; em Campinas, aplicou silicone no bumbum, vivendo da prostituição e em casa de cafetina por algum tempo. Logo também se lançou em uma experiência em São Paulo, onde chegou a passar fome – “elas (as travestis com quem residia) jogavam a comida no lixo e sabiam que eu estava com fome. Eu ficava esperando elas sair e ia no lixo pegar a comida, porque eu estava com fome”. Nesta cidade, diz ter literalmente comido “o pão que o diabo amassou”, tanto na mão das cafetinas, que batiam e exploravam, quanto também da polícia, que, além achacá-la, cometiam estupros e assassinatos.

Chegou a morar por um tempo com Andrea de Mayo e outras cafetinas menos notórias em São Paulo, uma das quais viu morrer na porta de casa, por conta de disputa pelo domínio de pontos de prostituição. Retornou rapidamente a Marília, onde passou seguidos anos. Bárbara

esteve presente em Marília tanto na região central, como na zona sul. Em parceria com a falecida Lara e um homem gay, teria “fundado” o ponto do Posto do Júlio, um espaço ligado à prostituição travesti, assim como ela teria sido uma das primeiras travestis nos anos 2000, em uma de suas passagens por Marília, a frequentar o ponto da Comasa, que antes era exclusivamente das mulheres profissionais do sexo.

Em Marília, ela conheceu uma travesti de Uberaba e viveu idas e vindas entre as duas cidades, por quase 10 anos, passando por casas de cafetina. Também por meio de contatos de travestis dessa cidade estabelecidas na Europa, teve uma oportunidade de ir para a Itália, onde conta ter adquirido suas próteses mamárias e um pouco de dinheiro, o que, no retorno ao Brasil, permitiu-lhe viver por certo tempo. Em Uberaba, ela teve um relacionamento com um rapaz que chegou a coabitar com ela; quando retornou da Europa, descobriu que ele havia sido internado por sua família em um hospital psiquiátrico, o que a fez ficar mais um tempo fora da cidade.

Há cerca de 6 anos, retornou para Uberaba e estabeleceu residência e o domínio de uma quadra da avenida próxima de sua casa, explorado como ponto de prostituição. Nesse local, começou a despertar a atenção ao fazer o corpo de outras travestis e ganhar notoriedade na prática. Sofreu ameaças por ser de fora da cidade e estar lucrando com o agenciamento de outras travestis. Uma mulher transexual, que vive na Europa, em algumas passagens por Uberaba, onde também agencia outras travestis, obrigou-a a pagar 10 mil reais pelo ponto. Alguns dias antes da nossa visita, Bárbara teve novamente que desembolsar 5 mil reais, sob fortes e contundentes ameaças. Ela, por sua vez, cobrava cerca de 500 a 800 reais pela aplicação de cada litro de silicone industrial. Ciente da ilegalidade e dos riscos da prática, atenuava essas questões com a notoriedade de fazer corpos exuberantes, ficando conhecida como uma das melhores “bombadeiras” de Minas Gerais. Ressaltava a qualidade de suas aplicações, pois fazia menos furos e cuidava da recuperação das travestis, que, em geral, segundo ela, eram rápidas e menos dolorosas. Ela cobrava de cada uma de suas inquilinas 50 reais a diária e 20 reais, para aquelas que não residiam na sua casa, para que ficassem no ponto de prostituição de seu domínio.

A moradia por ela alugada contava com uma casa de fundos com três quartos, reservada para as suas filhas e visitas, como eu e Penélope – um quarto decorado e nomeado de “In Love”, o mais organizado. Penélope, durante sua estadia, aliás, era muito esmerada nos afazeres domésticos; não gostava da falta de zelo de suas companheiras de casa e sugeria que Bárbara começasse a multar suas inquilinas consideradas indisciplinadas. Penélope envolvia-se na limpeza da casa e também colaborava com a alimentação, cozinhando para as demais travestis.

Essa situação chamou atenção de Bárbara, que propôs a ela um emprego de “governanta”, para tratar dos negócios da casa, como alimentação, limpeza e vigilância das regras do cotidiano, por cerca de 1.200 reais por mês. Penélope recusou a proposta, contrariando um papel submisso de “limpar o chão para viado” e temendo ser tomada como cúmplice nas delicadas situações nas quais Barbara se engajava como cafetina, decidindo, logo, retornar à Marília.

A casa tinha uma sala com um sofá e tv a cabo; na cozinha, um fogão, um armário vazio e uma geladeira velha; e um banheiro malconservado. Bárbara estabeleceu que as travestis tinham liberdade de fazer o quisessem no quarto delas, como, por exemplo, levar clientes, mas não gostava de escândalos e barulhos, para não incomodar a vizinhança. Assim como destacava a facilidade e praticidade oferecida às travestis que ela abrigava, por estarem próximas do ponto de prostituição – na esquina do quarteirão da rua, na verdade. Talvez por essa indiferença de espaços, temos a impressão, ao entrar na casa de Bárbara e na casa de suas inquilinas, de uma flagrante diferença em termos de estrutura e privacidade, isolada por grade e quintal da alta circulação de clientes ao longo da noite e excepcionalmente durante o dia.

Em busca de se diferenciar dos relatos de exploração – Bárbara dizia tratar a “cafetinagem de modo mais moderno”, uma vez que diferentemente das situações que ela passou, como ter que dividir um quarto em condições precárias com mais de 10 travestis, ou ainda ser humilhada e agredida – garantia às suas “filhas” um certo conforto, um quarto para cada travesti – quando muito, duas – e um tratamento respeitoso, que significava deixá-las gerir sua própria casa e ter cuidado com o corpo, incentivando-as a ficarem mais bonitas – especialmente por ofertar a técnica de bombar o corpo, agradando-as para “colocar pra cima”, conseguirem mais e bons clientes e ter dinheiro para ajudar as famílias de origem pobre.

As jovens travestis por ela abrigada mantinham intensas relações com suas famílias – em geral, ficavam durante a semana com Bárbara e aos domingos retornavam para a casa de suas famílias. Portanto, viviam a justaposição entre família de escolha e a família de origem. Ao que tudo indica, a prática de amadrinhamento ainda parece importante para as travestis mais jovens, mesmo que a ameaça de rompimento de laços familiares não pontue a trajetória de muitas delas e tal prática não implique necessariamente em construir alternativas para habitação, mostrando como essas relações podem se dar em intensidades e especialidades diversas, desde que pautadas no apoio e na cooperação. Mas, mesmo assim, o universo dos territórios de prostituição continua sendo um espaço de aprendizado do simbolismo travesti, de acolhimentos e possibilidade para a sobrevivência. A vivência dessas relações, por sua vez, podem acenar para a construção de um tipo de parentesco eletivo, que não implica necessariamente o rompimento com a família de origem, vistas como constituídas em laços

verdadeiros e indissolúveis (elos de sangue), ainda que muitas as deixem em suspeição (CARSTEN, 2014).

Bárbara investia sobre as jovens travestis, seduzindo-as para a aplicação de silicone e a permanência em sua casa, sendo de Marília muitas das travestis. Em sua casa, ainda que tenhamos notado um acordo tácito entre as travestis para manterem temas inquietantes e conflitos nos bastidores, afora a convivência nestes quatro dias eram muito mais críticas diante da prática e dos cuidados supostos na relação de cuidado madrinha-filha, especialmente sua franca e exacerbada monetarização.

As travestis nem sempre tinham o dinheiro para dar conta das dívidas fixadas e acrescidas dia a dia, além daquelas resultantes da aplicação de silicone. Como é o caso de Ivana, por exemplo, que no cotidiano da casa chamava Bárbara carinhosamente de “mamis”, mas quando rompeu laços como “filha” e inquilina da cafetina revelou as agruras e o peso dessa posição.

Na verdade, as narrativas evocam que os laços de solidariedade e a cooperação podem se romper por variados conflitos. As relações estão sempre no “fio da navalha” e são postas à prova constantemente no cotidiano, tão recorrentemente como foram os elos de sangue para algumas travestis.

Penélope não tinha uma consideração positiva acerca da situação. Acreditava que o dinheiro fácil obtido por Bárbara e suas estratégias suspeitas de “amadrinhamento” de jovens travestis mascaravam uma exploração. Além disso, considerava a casa um “barril de pólvora”, prestes a explodir em alguma situação, uma vez que conflitos internos e externos não são incomuns nessas situações.

De fato, variados conflitos levaram Bárbara, ao final de 2016, a sair às pressas da cidade para preservar sua vida. Havia um acordo tácito entre as cafetinas da cidade em relação ao domínio dos territórios, de modo que as travestis sob o domínio delas ficavam circunscritas a cada região previamente estabelecida por esse controle e proibidas de circularem para além dessas fronteiras. Em uma situação disparatada, Lorena que estava abrigada por Bárbara, passou pelo território de outra cafetina em uma determinada noite, disparando um conflito e a cobrança de uma atitude de Bárbara.

Na verdade, os ânimos, as ameaças e a disposição das cafetinas de Uberaba para expulsar Bárbara do território estavam anunciadas há certo tempo, encontrando neste um momento disruptivo para dar vazão às suas intenções. Assim, Bárbara, às pressas, recolheu alguns pertences que conseguia carregar e retornou à Marília, ao abrigo de sua família. Na

cidade, rapidamente encontrou meios para angariar recursos, passando a trabalhar como florista com um decorador de festas da cidade e atuando no mercado do sexo.

Essa estória revela as fronteiras e os traçados conformados em diferentes momentos das trajetórias de vida das nossas interlocutoras, em seus deslocamentos e formas de interação, percorrendo mapas simbólicos e redes de amizade em dimensões geográficas diversas. Nesse tecido relacional, emergem questões éticas que dizem respeito à qualidade das relações, aos afetos envolvidos na micropolítica da prática cotidiana, exercitados em suportes frágeis e inconstantes.

Todavia, esse cenário continua a cumprir um importante papel para a autoconstrução de si, onde podemos notar elementos complexos que se contrapõem, movimentos que revelam tensões que acabam por apontar para a contingência dessas relações, mas também para a constante vitalidade delas, levando a estilizar a conduta na presença do outro e a travar uma vigilância sobre o desafio de potencializar a afetação recíproca, mas em um jogo tênue em que pode ocorrer a submissão, dando suporte para relações intersubjetivas e também intergeracionais entre as travestis.

Capítulo 6 – Família, maridos e filhos

Neste capítulo vamos nos situar em torno das práticas amorosas, conjugais e de filiação envolvendo travestis, buscando problematizar essas dinâmicas, a partir de um conjunto de inquietações que surgem no cotidiano de nossas interlocutoras, a propósito da organização do espaço doméstico, dos afetos e da intimidade, mas também de perspectivas de vida, pensando na importância dessas relações para elas.

O espaço da casa constitui-se em um domínio de práticas morais, de vínculos sentimentais, atividades de cuidado e de prazer, colocando um número considerável de questões para as travestis. Lá estão estreitamente associadas prescrições relacionadas ao gênero, à sexualidade, à geração e à família, dimensões a todo momento envoltas nos dilemas e embates com referência às normas sociais, provocando fricções, brechas e ressignificações nos esquemas de compreensão vigentes e de organização familiar.

Não obstante suas existências não serem aprovadas pela ordem hegemônica, elas se apropriam de seus códigos e almejam dar conta do terreno da intimidade e dos relacionamentos, abrindo espaço para experimentações amorosas e a construção de laços familiares. A partir das experiências concretas, podemos observar a redefinição do vocabulário amoroso, relacional e familista, ainda que de maneira bastante ambígua e imprecisa, em um jogo de continuidade e mudanças relativas, onde os significados culturais vão sendo retrabalhados (Almeida, 2006).

Nossa ideia neste capítulo é descrever as relações conjugais e parentais vivenciadas por algumas de nossas interlocutoras. Esses arranjos estariam passando por transformações? Que moralidades, experimentações e até mesmo reinterpretações dos padrões hegemônicos têm se tornado possíveis? Poderíamos apreender algum tipo de sensibilidade ou experiência geracional, tomando como perspectiva as relações conjugais e familiares? Como construtos, como o casamento, o gênero, a sexualidade, a parentalidade e a filiação são confeccionadas no terreno doméstico do convívio e dos vínculos com seus outros significativos no presente?

*

Para começar esse debate, gostaríamos de reter dois elementos que aparecem na descrição de Kulick (2008). O primeiro acerca da organização da relação conjugal, especialmente a ideia de que as travestis socializam seus maridos a partir de transações e presentes, podendo chegar a uma convivência em que a travesti exerce exclusivamente o papel econômico de prover o marido; em geral, mantendo-se na prostituição. Segundo, o tema que

diz respeito às significações e ao valor moral que regulam essas relações e que tem no sexo, na hipótese de Kulick (2008), seu ponto de saturação.

Os “maridos”, segundo Kulick (2008), são homens jovens e atraentes. Eles devem ser “homens de verdade”, “bofes” e “ocós”; isto é, espera-se que exibam gestos e atitudes considerados masculinos, exigência que não é possível estabelecer na prostituição. Em geral, eles não se confundem com os clientes, sendo recrutados por meio de uma prática que elas denominam de “vício”. O “vício” é uma categoria que designa uma prática que, no contexto da prostituição, pode ser considerada uma falta grave, pois sua característica é deixar de cobrar para o envolvimento sexual e afetivo; essa prática também pode denotar sinal de confusão e falta de habilidade para separar o trabalho e o afeto (PELÚCIO, 2009).

Não foi incomum, ao longo da nossa convivência com as travestis, a ocorrência de conflitos nos territórios por conta disso. As “viciosas” eram acusadas pelas demais de atraírem “homens penosos” para os territórios de prostituição; isto é, homens que não possuem ou não querem dispor de dinheiro para sair com uma travesti.

Como vimos, a concorrência pela clientela fica especialmente acirrada entre travestis mais velhas e mais jovens, e o “vício”, que também faz parte de um concorrido mercado dos afetos, constitui um disparador a mais para os conflitos entre elas. Travestis mais jovens, por exemplo, podiam ser testadas no Posto do Júlio, com alguma acusação mais direta sobre a prática, ou ainda solicitadas a pagar alguma bebida para a travesti mais velha. Caso recusassem, alegando falta de dinheiro, tendo mantido relações sexuais com homens no território, eram acusadas de “mentirosas” ou “viciosas”. Muitas chegaram a ser agredidas ou expulsas dos espaços ao subverterem a regra de obter “aquê” (dinheiro) por meio da cobrança do programa sexual.

O “vício”, por mais arriscado que pareça, permite cindir a lógica comercial do sexo, abrindo a possibilidade de trocas afetivas e parcerias conjugais mais íntimas, por meio das quais as travestis socializam seus possíveis “maridos”. Ao investirem nesse tipo de relação, os conflitos com as demais tomam uma outra direção. Pode ser que o parceiro se torne atraente para as demais e passe a ser disputado por outras, que usam variados meios para conquistá-lo.

Se na lógica da comercialização do sexo a moeda de troca é o dinheiro e o sexo – cujas fronteiras são estabelecidas a depender dos gostos dos clientes e do engajamento das travestis –, com o marido, o sexo é restrito e cobra outros valores. Nele defrontam as regras que permitem experimentarem, cada qual em sua posição, a realização de um sentimento de feminilidade para a travesti, por meio da diferenciação da masculinidade do parceiro.

Kulick (2008) apresenta o sistema de gênero, que orienta esses relacionamentos a partir das preocupações das travestis com o comportamento (sexual) dos homens. As convenções de gênero operam oposições entre masculinidade/atividade sexual *versus* feminilidade/passividade sexual. É corrente a perspectiva de que a categoria “homem” representa os indivíduos do sexo masculino que se relacionam sexualmente com mulheres, travestis e outros homens, mantendo a posição “ativa” no coito. Para lembrar Peter Fry (1982), as relações sexuais e afetivas, nesse caso, acionam “diferentes papéis de gênero ordenados hierarquicamente”. Parecem raras, mas não inviáveis, como demonstram algumas experiências vividas pelas nossas interlocutoras: relações simétricas entre parceiros que, do ponto de vista do sistema de classificação baseada na hierarquia de gênero, têm o mesmo *status* social como travesti *vs.* travesti; travesti *vs.* bicha; travesti *vs.* mulher (Fry, 1982, p. 90).

Kulick (2008) observa que para um homem manter sua posição e regalias junto a um relacionamento com uma travesti deve agir como homem; isto é, não deve sentir desejo pelas “necas” – pênis - das travestis, com o risco de ser feminilizado, deixando de fazer parte desse jogo de diferenças que faz uma travesti se sentir mulher e o homem verdadeiramente homem. Uma relação que pode inclusive ser marcada pelo mínimo de gratificação sexual, contrastando com a abundância de prazeres que o intrincado universo das ruas e da vida noturna proporciona para as travestis, onde testam múltiplos prazeres e se deparam com as dinâmicas do desejo. Considerando essas questões, o autor sugere que as travestis não desejam um marido para o prazer sexual, mas sim para obter o gênero da relação.

Se por meio dessas relações as travestis podem experimentar o sentimento de feminilidade, ainda segundo a etnografia de Kulick (2008), elas não poupariam seus recursos para manter esses homens sob seus domínios. Os “maridos” não só consomem enorme atenção das travestis, seus pensamentos, suas conversas, suas fofocas e suas inquietações em relação à conduta, mas especialmente seus recursos financeiros.

Para tanto, elas mobilizariam um intenso fluxo de presentes para seus maridos, que vão de pequenos agrados ao sustento da casa, quando passam a viver juntos. Até pode ser que eles nunca trabalhem ou façam alguns serviços precários, passando a viver nos ombros das travestis. Ao vislumbramos os dados apresentados por Kulick (2008), deparamo-nos com uma situação econômica que revelava certa ambiguidade do *status* masculino, economicamente dependente delas e testados a partir do domínio sobre a sexualidade, conforme apresentado anteriormente. Um olhar apressado tenderia a percebê-los como gigolôs e exploradores, uma vez que vivem às custas da dedicação das travestis e dos recursos por elas angariados na prostituição. As

dádivas, contudo, sugerem algo a mais que generosidade das travestis. Elas revelam as coerções e as regras meticulosas que orientam e agenciam essas relações.

A inquietação com a conduta do marido como algo capaz de prover uma feminilidade travesti aparece em vários relatos de nossas interlocutoras. Elas mostram que o *status* de gênero não é algo dado, mas construído por meio de práticas e discursos, que tornam homens masculinos e travestis femininas. Seguindo Kulick (2008), essa construção é mais forte e evidente na cama. “Comer” e “Dar” são atos delimitados em um jogo de diferenciação bastante policiado, onde desejo homoerótico e afeminação orbitam como eixo de interpretação da conduta sexual. Neste sentido, os maridos são testados e vigiados, diante o risco de deslizar em relação ao gênero.

Neste sentido, Andreia e Soraya contam que aprenderam a “proteger mais o sexo”, isto é, a cultivar uma conduta sexual bastante cuidadosa e vigilante, como usar “toalhinhas” para não serem vistas nuas de frente pelos parceiros, chegando a evitar a ereção e o orgasmo, restringindo os contatos ao ato da penetração do parceiro. Mas elas notam mudanças em relação à conduta das travestis mais jovens, ao reprovarem um certo desleixo com o pudor. E também falam de um comportamento idealizado para os homens, embora cheguem a conclusões distintas sobre as transformações do presente.

Andreia descreve que “no seu tempo” a relação com homens era pautada por outros códigos. Hoje ela nota um comportamento sexual mais liberado dos homens e das travestis, como o fato dos meninos, ao terem sexo com ela, “pegarem na neca”, o que ela continuava a achar “constrangedor”; enquanto Soraya consideraria algo “natural” e previsível nesse tipo de relacionamento. Para Andreia, a prática “tem que ser meio às escuras”, com um homem heterossexual ativo, que não desafia interesses eróticos e sexuais fora da ordem tradicional.

Soraya, ainda que tenha vivido fortemente essas injunções em sua juventude e tenha cogitado a realização de cirurgia para construção de uma genitália feminina, narrou-nos como se sentiu ao descobrir que um ex-marido não era “homem de verdade” e o sentido renovado que deu à descoberta em relação à sua própria conduta desde então, mostrando-se mais inclinada a considerar a instabilidade dos compromissos e papéis de um relacionamento conjugal.

Soraya: Eu fui apaixonada por um homem e aí tive uma decepção, que na época passou a gostar de fazer a passiva; e na época eu gostava de fazer só a passiva. Foi em Joinville, que eu me apaixonei por esse cliente. O dia que ele se revelou para mim. Nossa! Levei um choque. Chorei, chorei, chorei. No caso, eu pensava em fazer operação de sexo. Hoje em dia, não! Hoje para mim é normal. No caso, tem que trabalhar. Aí você começa a pegar o esquema que não é assim é assado; e no caso os homens procuram a gente mais para fazer o ativo que o passivo. Aí vira aquela putaria toda. No caso, eu fazia mais ativo que o passivo. Uma mulher tal, mas na hora do ato

sexual eu tinha que fazer o papel de homem. Hoje eu aceito. Hoje em dia acho que o sexo tem que ser liberal. Mas, claro, gosto de me ver como mulher. Mas num relacionamento íntimo, única coisa que eu tive, foi o único homem mesmo que posso dizer mesmo foi o Sandro e o André. O Rogério, não. O Rogério já, já mostrou o outro ladinho dele. (Entrevista realizada em agosto de 2007).

A narrativa de Soraya manifesta como a questão da masculinidade do parceiro era algo esperado e idealizado na experiência sexual e conjugal. A decepção reverbera a perda do *status* do homem, aloca-o em uma posição ambígua, como se fosse uma farsa, igualando-o ao mesmo *status* da travesti – alguém que faz uso subversivo do ânus, o que elas chamam no cotidiano de “mariconas”. Essa é uma categoria de acusação bastante grave, dirigida em momentos de tensão aos homens e clientes quando buscam ofendê-los, mobilizando estigmas que a elas são atribuídos. Mas podemos também notar na narrativa transformações em relação à moralidade, ou, pelo menos, uma reavaliação e certo enfraquecimento dos ideais que pairam sobre essas relações, uma vez que passam a relativizar essas posições, cogitar “normal”, ainda que não plenamente desejável do ponto de vista nativo, ter um homem nas suas casas que goste de ser penetrado.

Andreia, ao contar as questões de um longo relacionamento de mais de vinte anos com seu ex-marido, trazia à baila outros aspectos, como os aborrecimentos em relação ao parceiro, aos quais retornaremos, mas destacava que ele foi um “homem de verdade” durante todo o tempo em que estiveram juntos, mantendo a posição ativa e masculina na casa.

A narrativa de Andreia nos lembra que as rupturas dos relacionamentos com os “maridos” não é uma questão simples de resolver. Após sucessivos conflitos e um distanciamento afetivo e sexual de seu parceiro, percebeu que ele manifestava um certo interesse por um amigo gay que frequentava a casa. Fingiu não estar percebendo o crescente envolvimento entre os dois, “deixando rolar”, até que assumiram para ela e passaram a morar juntos. Para Andreia, essa foi uma saída possível e menos conflituosa para terminar um relacionamento desgastado pelo tempo e pelos acontecimentos. Mas, ainda bastante ressentida, não deixou de lançar suspeitas sobre o comportamento sexual do ex-marido.

Andreia: eu fiquei sabendo que ele começou a se relacioná com esse outro rapaz. Ele começou a ser passivo, fico passivo e quando vivia comigo não era esse procedimento, porque eu não gosto daquela coisa, sabe, muito gay. Nunca fui a favor. Nunca tive aquela coisa de me relacioná com um homossexual, sabe. Eu gosto assim do home home, sabe. Aquela coisa assim, não tem aquela transparência de gay. Eu sempre me esquivava um pouco. Tive assim uns relacionamentos quando a gente vivia fazendo programa, né, porque no programa aparece de tudo. Então, se você qué ganha, você tem que ser adepto aquilo. Mas eu nunca fui da prática de fazer. Nunca fiz programa com casal ou mulher. Não sou fã do negócio dos homossexuais. Na minha cabeça eu

penso assim: pra mim, a pessoa tem que ser assim, mais masculino do que feminino. (Entrevista realizada em julho de 2014).

Andreia, quando passou a se reconhecer e ser reconhecida como travesti, vertendo esforços significativos na feminilização do corpo, com uso de hormônios e outras tecnologias cosméticas, engajou-se no relacionamento amoroso com esse rapaz, que na época tinha 15 anos, e ela 20. A oposição da família do rapaz e o aparato de justiça e de polícia que cercou o relacionamento não impediu que ele prosseguisse. Atualmente Andreia se mostra bastante magoada. Conta poucos acontecimentos prazerosos ou nostálgicos – na verdade, fala de seu arrependimento de ter dedicado tantos anos para alguém que era pouco leal, pouco cuidadoso ou não-compromissado: “foram 20 anos péssimos, horríveis na minha vida; passei por uma grande dificuldade”. Os conflitos e as brigas eram recorrentes, e, ao longo do tempo, seu companheiro foi se tornando mais dependente economicamente, alcoolizado e “drogado”. As brigas culminaram em um esfaqueamento, quando ela foi internada em uma Unidade de Terapia Intensiva por cinco dias. Quando colocamos em cena os relacionamentos conjugais e o espaço doméstico, eles estão longe de serem mais protegido que a rua, como já atestam estudos sistemáticos sobre violência doméstica, especialmente contra as mulheres. Andreia foi agredida gravemente com facadas pelo parceiro, mas se recuperou, não prestou nenhuma queixa à polícia e continuou a viver com ele por mais de cinco anos.

Hoje assistimos uma nova sensibilidade para as questões da violência doméstica. Mais recentemente começaram a aparecer notícias e o debate público sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, que em 2016 completou 10 anos de existência, para casos de violência doméstica envolvendo travestis e mulheres transexuais, ampliando a compreensão de que qualquer pessoa ligada ao gênero feminino pode ser vítima de violência de gênero e também de feminicídio. Decisões judiciais começam a estender as medidas protetivas previstas na Lei para pessoas trans, como recente caso do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em decisão proferida no fim de maio de 2017, que determina a medida de proteção para uma mulher transexual que foi internada à força numa clínica psiquiátrica pela própria mãe (NEXO, 2017).

O lar e os relacionamentos conjugais são verdadeiramente perigosos para as travestis. Deparamo-nos com vários relatos carregados de fortes emoções, misturando amor e ódio. Um tanto de violência dentro do relacionamento conjugal é relativamente sancionado pela moralidade corrente, mas podem ocorrer sérios e contundentes transbordamentos em formas mais contundentes de agressão. Os homens, por sua vez, também podem sofrer violência por parte de suas namoradas travestis, serem humilhados por sua dependência econômica, restritos

em sua circulação pela cidade e outras acentuadas tensões, podendo chegar à agressão física. Mas não obtivemos relatos sistemáticos e consistentes sobre esse aspecto, talvez pela necessidade de nossas interlocutoras manterem em segredo algo que desestabilizaria a imagem pública da masculinidade guerreira que tanto se esforçam por imprimir e estimular nos parceiros (ALMEIDA, 2000).

Muitos dos “maridos” integram-se às “regiões morais” (PARK, 1973; PERLONGUER, 2005) onde as travestis exercem a prostituição, possuindo uma acentuada relação com a marginalidade e o crime, a boêmia e o consumo de drogas. As travestis utilizam uma expressão para falar desses sujeitos marginais: bofe lixo. Por exemplo, Pedro tinha fama de explorador e agressivo com suas namoradas, tendo mantido relações pautadas por intensos conflitos com várias travestis. Adriana, por longa data, manteve um relacionamento com o rapaz. Enquanto ela atuava na prostituição do Posto, ele atuava como michê na Avenida das Indústrias, no Centro. Às vezes passava pelo Posto, sempre vigilante para saber se ela estava realmente engajada no trabalho sexual. Ele consumia os recursos obtidos por ela na prostituição. Quando ela não conseguia o dinheiro, nas noites menos agitadas, corria o risco de ser agredida, pois ele a acusava de estar fazendo “vício”, ou seja, sexo gratuito com outros homens.

Ela era recorrentemente surrada, ameaçada e não era incomum encontrá-la com marcas de espancamento no Posto. Seu corpo guardava várias cicatrizes, algumas de faca, outras de bituca de cigarro apagadas na pele. Havia poucas possibilidades de escapar desse relacionamento abusivo, uma vez que ela não possuía uma rede significativa de apoio e não existia uma atenção institucional e de familiares, amigos ou outras travestis, que evitavam intervir na situação, com razões significativas para isso. Sua única alternativa foi fugir às escondidas, sem deixar notícia de seu paradeiro, em busca de um lugar mais seguro para viver.

Os relacionamentos podem gerar significativas ansiedades e aborrecimentos para algumas travestis. Mas, para outras, geram novas possibilidades de satisfação e comprometimento. Retornando à Andreia, não podemos deixar de destacar que mesmo para ela, que reforça uma leitura mais tradicional das questões de gênero, as fronteiras dos relacionamentos têm se expandido. O esquema que estrutura a relação tem se transformado, tanto no sentido econômico como no sentido sexual. Notamos, em relação aos relatos dessa nossa interlocutora, que as alterações da organização conjugal e do sexo provocam apelos a uma suposta “era dourada” do passado, embora essa seja uma narrativa desestabilizada pelas agruras que ela trouxe várias vezes à baila sobre sua vida pessoal e conjugal. De todo modo, o fato de pensar sobre essas mudanças, querendo ou não, revelam que essas transformações afetaram a vida pessoal e emocional de nossa interlocutora.

Andreia, na oportunidade de nossa entrevista, em 2014, estava vivendo com Paulo. Surpreendemo-nos com a publicidade da relação com seu marido, algo bastante distante das relações marcadas pelos segredos, pela suspeita da mácula da identidade masculina e “dispositivo do armário”(SEDGWICK, 2007), que marcam a maioria das relacionalidades afetivas e sexuais das travestis, sobretudo se comparada com os “vícios” e clientes na prostituição.

Seu relacionamento durou quatro anos e era aparentemente harmonioso e significativamente ampliado com a circulação dos filhos de seu companheiro, que frequentavam sua casa cotidianamente. O pai de seu marido, um senhor evangélico, bem como a irmã, chegou a morar por alguns meses na casa de Andreia. Em algumas visitas à sua residência, em 2014, era comum deparar com algum familiar, inclusive a ex-esposa e seu atual marido, que mantinham uma relação fraternal e de amizade com o casal.

Paulo trabalhava como servente de obras junto com o sobrinho de Andreia, e eles mantinham uma estreita afinidade. Ela o descrevia como uma “pessoa maravilhosa e trabalhadeira”, parceiro nos momentos ruins, como o tratamento do problema de visão de sua companheira, ao qual ele dedicou atenção, especialmente quando ela esteve internada para uma cirurgia. Tinha um problema com álcool, mas naquela oportunidade ele estava bastante controlado evitando o uso excessivo.

Andreia conheceu Paulo há longa data e manteve esporadicamente relações sexuais com ele, partindo de um lugar de fácil acesso e circulação para as travestis na comunidade local: o bar (GONTIJO & COSTA, 2012). Ela é uma pessoa de intensa sociabilidade – em suas palavras: “é mais conhecida que moeda de um real na mão de mendigo” –, mas goza de certo “respeito”, adquirido ao longo do tempo de intensa convivência com os habitantes locais.

Circular por espaços predominantemente masculinos não era algo problemático para as travestis de Vera Cruz. Muito raramente notam resistências, na maioria das vezes camufladas de um vigoroso e ameaçador desejo dos homens. Andreia lembra uma rara vez em que foi agredida verbalmente. Conta que ao recusar sexo com um homem que a galanteava, ele se ofendeu e passou a achincalhá-la, mas logo foi corrigido pelos demais homens que frequentavam o local e a situação foi apaziguada; alguns eram casos antigos. No contexto da pequena cidade do interior, o bar é um local onde as mulheres raramente se fazem presentes; um lugar demarcado pela socialização dos homens e também das travestis, onde elas podem fazer amizades e paqueras, recrutarem o interesse de vários homens que aparentemente seriam hostis à presença das travestis – homens heterossexuais que na surdina as procuram para o sexo.

Entretanto, um aspecto que nos chama atenção em relação ao contexto da pequena cidade de Vera Cruz é o fato de que várias travestis tiveram relacionamentos públicos e duradouros. Andreia nos conta que na cidade é muito comum saber de um relacionamento de travestis com homens e rapazes reconhecidos como heterossexuais.

Andreia: É, os meninos aqui tem aquela coisa de se relacioná com as bichas. Mas num é aquela coisa assim, sabe, de gays, sabe. São heteros mesmo, cê entendeu? Não são gays que se relacionam com gays, eles são héteros e tem relacionamento com gays assim. É que nem Paola fala, aliás ela é amigada, é aquela coisa assim, os meninos larga das namoradas, esse mesmo primeiro que tive era noivo. (Entrevista realizada em julho de 2014).

Samira, Susi e Penélope tiveram vários namorados na cidade. Em 2014, soubemos que em uma viela na região baixa do bairro de Andreia, onde se instalou uma pequena favela conhecida pelos moradores locais como “inferninho”, morava uma jovem travesti, que começou a se montar e usar hormônios femininos desde os oito anos, e aos 12 anos estava “amigada” com um rapaz mais velho.

Retornando à Andreia, em uma determinada situação, ao encontrar Paulo no bar, recebeu dele uma proposta de tentarem um relacionamento conjugal – “e se desse um jeito da gente se juntá, pra tenta vê se a gente consegue vivê uma vida a dois” –, conta-nos Andreia, que rapidamente aceitou a proposta.

Diferente do seu primeiro e mais longo relacionamento, reconhece algumas qualidades diferenciais de seu enlace com Paulo. Seus gestos e suas emoções expressam a forma particular de um compromisso, confiança e disposição para o apoio mútuo, bastante distante dos aspectos perturbadores narrados em relação ao primeiro relacionamento. Por exemplo, a responsabilidade pelas finanças e o cuidado enquanto esteve enferma. Mas a ruptura com as expectativas depositadas na relação ocorreu com a descoberta de infidelidade de seu companheiro. Uma das traições foi mais fortemente sentida, pois foi com uma jovem travesti que ela acolhia temporariamente em sua casa. Aos poucos, a relação foi se desgastando, acabando “o amor e a confiança”, nas palavras de Andreia. Logo seu companheiro passou a se interessar por outra travesti, que também frequentava a sua casa, passando a residir com ela.

Andreia, após o término do relacionamento, estava bastante engajada em “correr atrás do tempo perdido”. Brincava que nessa altura da vida tinha “pressa”, não necessariamente para retomar um relacionamento conjugal monogâmico, mas para experimentar prazeres de relacionamentos não comprometidos com homens e até mesmo angariar recursos com uma clientela. Vale lembrar que Andreia manteve, ao longo de sua trajetória, um distanciamento

relativo da prostituição e esporadicamente dependeu da atividade para angariar renda. Ela nos fala de “brincar de se prostituir”, ressaltando sua busca ativa por prazeres.

As ideias de relacionamento ativo – característico das recentes mudanças que passam quase todos os tipos de relacionamento, incluindo o casamento heterossexual ou, no caso específico das travestis, o valor atribuído a necessidade de compromisso, intimidade, colaboração e comunicação emocional com os parceiros – são cada vez mais presentes (GIDDENS, 1993), o que pudemos observar sob o vértice das amizades no capítulo anterior.

São essas demandas que podemos observar em narrativas como a de Letícia, ao dizer que não quer saber mais de namoro, pois não identifica o compromisso dos homens com o carinho, a atenção e o respeito, segundo ela: “acostumada a dar prazer e carinho, mas muitas vezes a gente não tem, é onde a gente mais sente”. Nicole, uma jovem travesti, que chegou a ter um breve relacionamento de sete meses com um rapaz de sua vizinhança, que acabou devido à interferência de outra travesti, fala que se apaixonar faz sofrer e que “os home, por ser travesti, engana muito a gente, né? A gente é as bobas que acredita, né? Mas hoje em dia eu não acredito não. Penso mais é no programa”.

Não obstante, essas narrativas contrapõem certas desilusões frente ao desejo por uma vida conjugal, baseada no amor e na confiança, na casa, na tranquilidade financeira e até mesmo na saída da prostituição (PELÚCIO, 2009). Um arranjo, embora raro e dificilmente alcançável para maioria das travestis, começa a atravessar e nortear suas vidas pessoais e afetivas, implicando novas oportunidades e arranjos, como vimos até aqui.

*

Madona (35 anos) casou-se em um cartório de registro civil com João (24 anos) em meados de 2016, após viverem juntos cerca de um ano. Quando o conheceu já tinha casa própria, trabalhava como cabelereira e estava fortemente engajada no cuidado de dois sobrinhos: um menino, que atualmente possui seis anos, e uma menina de três anos de idade, ambos sob sua guarda desde bebês. João, por sua vez, vivia sob uma condição totalmente adversa, com um estreito envolvimento com a vida noturna e o uso contumaz de drogas.

Embora Mandona tivesse conhecimento ligeiro sobre o rapaz, eles passaram efetivamente a se comunicar por meio das redes sociais. As conversas desdobraram em alguns encontros fortuitos e rapidamente desenredaram em um forte envolvimento afetivo, na descoberta de um “amor, e na consolidação de laços e compromissos”, que o levou a morar com ela.

Ela ressalta que ao investir na relação conjugal colocou-o nos “eixos”, algo que era afirmado especialmente em relação ao uso de “drogas pesadas” pelo rapaz, mas que guarda também uma ligação com a pregressa experiência de gênero e sexual do parceiro. Por seguidos anos, João experimentou um trânsito entre a apresentação de si masculina no cotidiano e a montagem de gênero feminino expressa em performances noturnas, seja como *drag-queen*, na boate local, seja como travesti, no Posto do Júlio. Por algumas semanas, chegou a morar com Penélope, que cedeu abrigo, em um momento de dificuldades e rompimento com sua família de origem. Ele também chegou a morar na rua, em contumaz uso de *crack*. Cabe ressaltar que sua família interviu fortemente nesta situação, resgatando-o ao seu abrigo até o período em que Madona o conheceu.

Seffner e Müller (2012) discorrem sobre uma perspectiva salvacionista acionada correntemente nas narrativas de travestis sobre seus maridos, o que implica uma certa obstinação aguerrida na modificação da conduta de seus parceiros. Madona nos conta sobre a transformação da conduta favorecida a partir de suas intervenções e um tipo de projeto de vida conjugal que forja com ele. Um projeto que não cabe a confusão moral da rua e das drogas, que implica autocontrole de si e responsabilização e compromisso com ela e com as crianças.

Os atributos de gênero também entram nessa conta. João, envolto nas expectativas dessa relação, passou à conformação de uma apresentação de si mais masculina, silenciando narrativas sobre o “tempo passado”, assegurando estar agora feliz e confortável em um papel masculino. Assim, narrava que agradecia a “Deus, que foi maravilho comigo, pois ele colocou ela em minha vida. Deus não poderia me dar um presente melhor que esse. Uma pessoa maravilhosa, atenciosa, que eu tanto amo, e que me faz o homem mais feliz do mundo”. Madona também evitava o assunto, deixando a entender que ele seria outra pessoa com ela, tratando-a como uma mulher e se comportando como homem. Nossas conversas versaram muito mais sobre a conformação de um estilo de vida e ética conjugal, sobre a parentalidade e as relações de cuidado, reinterpretadas à luz dos padrões hegemônicos, que envolvem a negociação do arranjo cotidiano e do gênero, em assuntos que vão da gestão da casa e do papel que cada qual assumia no cuidado mútuo e especialmente das crianças.

João arrumou um trabalho em um restaurante popular no centro de Marília e se envolveu fortemente no cuidado das crianças, assumindo uma posição paterna – evidente nas nomenclaturas acionadas para exprimir seus laços com elas: “filho”, “filha” e “pai”. Nos fins de tarde, em visita à casa de Madona, podíamos vê-lo levando as crianças para o banho, cozinhando o jantar ou mesmo dando atenção requerida pelas crianças, em uma intervenção educativa qualquer ou curtindo com eles algum momento lúdico, como jogar videogame – o

menino tendia a monopolizar o brinquedo em detrimento da irmã, e ele zelava pela participação feminina. Quando Madona precisava de algum apoio para acelerar uma escova de uma cliente ou pincelar a sobrancelha, ele também era requisitado e se dispunha a fazer, uma vez que possui conhecimento de técnicas de embelezamento femininas.

Essas atividades muito ligadas ao universo feminino não geravam desconforto e eram reinterpretadas à luz da expressão de um novo homem, uma figura que começou a ser estimulada com mais frequência na sociedade em geral e também no universo das parcerias das travestis. Um homem que demonstra sensibilidade em suas atitudes com a travesti e com os filhos, aparecendo como um marido e pai presente e gentil. Ele lida com os afazeres cotidianos, que envolvem desde a nutrição, higiene, educação, brincadeiras e afeto, com um senso de responsabilidade próprio.

Como muito homens jovens, João sofreu ora com o desemprego ora com salários declinantes. O salário obtido no emprego não podia fazer frente à gestão da economia doméstica. Contudo, diferentemente do estereótipo corrente, não nos parecia haver a manutenção de um privilégio masculino sob o sustento da travesti, como narrado na etnografia de Kulick (2008). Há aqui um sentido renovado de responsabilização, buscando contornar as pressões e os movimentos econômicos mais amplos, que jogam homens em situações de vulnerabilidade no mercado de trabalho. E neste sentido era reconhecido por perseguir, dentro de suas possibilidades restritas, uma posição masculina provedora.

Pagar as contas, manter as crianças bem alimentadas, vestidas são claros sinais de idoneidade e de afastamento da ideia de desordem moral e marginalidade que pesa sobre as travestis e seus companheiros. Madona era aguerrida na busca de alternativas para angariar renda. Além de atuar como cabelereira, fazia, às vezes, alguma faxina; e depois da realização de um curso de doces e confeitaria, passou a cozinhar e vender seus quitutes, pães, doces e salgados para as clientes de seu salão e vizinhança.

No plano das relações familiares e do cuidado com as crianças, a masculinidade de João era considerada um dado, ainda que fosse reconhecida uma mudança de conduta, que se aproximava, dada certa obstinação, à ordem moral hegemônica definida para os corpos, a conformação de seu sexo ao gênero.

O lugar feminino ocupado pela travesti na economia doméstica era mais problematizado, sendo a ela conferida o papel de principal provedora e tutora legal das crianças, além de conviver no plano das interações familiares em meio à ambiguidade de gênero, que podia ser vista pelo uso de terminologias masculinas e femininas no cotidiano (CARDOZO, 2007).

Isso fica particularmente evidente no trato com as crianças e nas relações com a família de origem. Sua casa fica nas proximidades de uma favela, no mesmo bairro onde moram seus parentes e pais. Assim, era comum encontrá-los por lá, os quais geralmente a tratavam por nomenclaturas masculinas: o pai a chamava de filho ou pelo nome civil; seus irmãos e irmãs também. Os familiares de João também se faziam presentes na casa, mas todos usavam terminologias femininas no trato com ela, inclusive estimulavam que ela passasse a pedir para as crianças chamarem-na de mãe. João, paulatinamente, conquistava o chamado de pai pelas crianças.

Apesar da convivência com as famílias ser relativamente harmônica, ambos parceiros tiveram problemas com suas respectivas famílias. Madona orgulha-se em dizer que não dependia de sua família e que, pelo contrário, eles que deviam a ela respeito e elevada consideração por toda sua dedicação às crianças. Ela diz que “travesti só tem valor para a família quando tem dinheiro ou algo para oferecer”. Madona conta que sua transformação como travesti ocorreu após a morte de sua mãe biológica. Todos os familiares a reconheciam como homossexual e sua mãe a acolhia carinhosamente como tal. Passou a morar com sua tia, a quem hoje chama de *mãe*, e seu avô. Aos quinze anos, mudou-se de cidade, inserindo-se na prostituição e passando a viver definitivamente como travesti, com o corpo transformado femininamente, com o uso de variadas tecnologias e aplicação de silicone líquido (nádegas, pernas, bumbum e peito). Atualmente se relaciona de maneira menos conflituosa com seu pai, mas vivenciou momentos bastante conturbados e de difícil expressão para ela, especialmente quando ele atuou como cafetão de travestis, função que ela, por vezes, assumiu também. Hoje ele é casado e vive em torno do engajamento com um centro comunitário e com atividades culturais e esportivas para jovens.

Notamos que, apesar de o rompimento com os laços familiares ser corrente entre as travestis, não é raro que compartilhem a residência com suas famílias de origem (como ocorre com algumas travestis mais jovens, e também com mais velhas que atuam em Marília, conforme destacamos anteriormente acerca de Penélope, Andreia, Janaína, Michele, Leticia entre outras), muitas vezes assumindo as condições de provedoras do lar, das mães e pais, dos irmãos mais novos, sobrinhos etc. O desejo de prover melhores condições para as mães e alguns parentes é recorrente nas narrativas, assim como o reconhecimento de que o suporte material oferecido é parte importante da manutenção do afeto e do reconhecimento dos familiares.

No que diz respeito à Madona, sua família impôs o cuidado dos sobrinhos. A história começou há mais de seis anos, aproximadamente, quando sua irmã engravidou do Caique e passou a morar com ela aos três meses de gestação, retirando-a da vida na rua e de uso do *crack*.

Sua irmã passou o resto da gravidez sob intensa vigilância, mas quando a criança completou três meses de nascida retornou às ruas e abandonou-o aos cuidados de Madona. Por sua vez, ela conseguiu tutela e a guarda legal da criança como *tio*. Madona, acostumada à agitação noturna, embora já trabalhasse como empregada doméstica nesta época, foi deixando paulatinamente o cenário da prostituição para dedicar sua atenção à criança, encontrando novos meios de sobrevivência com o investimento no seu pequeno salão de beleza.

Três anos após o nascimento do Caique, sua irmã ficou grávida novamente, continuava morando na rua e desta vez Madona revelou que afirmava a todos seus parentes que não iria ficar com a criança, mesmo intimamente sabendo que acabaria por cuidar desta também. Quando a criança nasceu, Madona encantou-se pelo fato de ser uma menina, a Agatha, e recolheu a irmã e filha em casa. Mas após duas semanas do nascimento sua irmã retornou às ruas e levou consigo a criança. Uma travesti amiga de Madona encontrou a mãe com a criança no colo, usando droga em meio ao frio intenso e serenado da noite, em uma esquina nas imediações da favela; tomou a Agatha e encaminhou-a para ela. Desde então, Madona passou a cuidar da criança, mas ainda teve que se deparar com o enfrentamento do suposto pai biológico.

Em meio a esse período, um rapaz que tinha relações com sua irmã saiu da prisão e procurou Madona, a fim de cuidar da criança, alegando não querer que sua filha fosse criada por um “viado”. Ressalta Madona: “por puro preconceito”. Ele entrou na justiça em busca de um reconhecimento de paternidade, mas os exames de DNA indicaram que ele não era o pai biológico da criança.

Este episódio foi de grande felicidade para nossa interlocutora. Narrou-nos que conversou com o rapaz e disse a ele que, embora estivesse triste pelo fato dele não ser o pai da Agatha, pois reconhecia o afeto e carinho que ele tinha pela criança, estava muito mais feliz porque mais ninguém retiraria a criança dela. Ressaltou veemente que o único *pai* que a menina reconheceria na vida seria ela, e que isso era muito melhor, já que o rapaz não tinha emprego, casa própria e nenhuma condição de cuidar da criança. Atualmente, Madona possui um termo de responsabilidade pela Agatha.

Naquele período, chamou-nos atenção o uso do termo *pai* pela travesti e o modo como ela se refere às crianças como seus *filhos*. Mas ao questioná-la sobre sua feminilidade e a ambiguidade da forma de identificação perante às crianças – afinal, Madona se reconhecia por um nome feminino, passou por grandes transformações corporais, como uso de silicone e cuida de sua aparência feminina com esmero – diz que em nenhum momento se identificava para as crianças como *mãe*, e procurava ensiná-los que se trata de um *tio*, que cuida deles com carinho,

mas não os gerou. Suas amigas, suas conhecidas do terreiro de umbanda, suas clientes e, após o casamento, João e seus novos familiares, por vezes, interpelam para que ela ensinasse as crianças a chamarem-na de *mãe*. Explica-nos que não faz isso por vários motivos, entre os quais a necessidade de que eles saibam a “verdade” de suas origens e também quem ela é. Seja como for, com a presença de João, as nomenclaturas têm seguido algumas torções, em função dos ajustes das expectativas paternas dele e do contraste de gênero acionados no relacionamento conjugal.

Entre as travestis, as crianças e seus parentes de sangue é mais evidente a operacionalização de uma ambiguidade de gênero, que reflete no uso de terminologias masculinas de parentesco e nas atividades femininas desenvolvidas na economia doméstica. Cardozo (2007) chama atenção que, em termos de nomenclatura, são os nomes masculinos que prevalecem na forma como elas são denominadas no ambiente familiar, mas é do universo feminino que participam e conversam abertamente, cultivando *performances* femininas no dia-a-dia.

Este dado foi recorrente entre as travestis com quem convivemos em Marília e Vera Cruz, com exceção de Penélope, cujos parentes, irmãos, sobrinhos e sobrinhas, e inclusive a mãe nomeiam pelo nome feminino adotado, mas raramente usam termos de parentesco nessa flexão de gênero, como tia, irmã etc.

Entretanto, a nomenclatura e o tratamento de gênero entre os parentes também não são fixas. Cardozo (2007) observou que, em situações públicas, familiares participam de uma negociação implícita ou explícita e as nomeiam pelo feminino. A ideia é que a designação por nomes masculinos entre familiares e vizinhos, “que as conheceram assim”, é realizada com respeito, por isso é aceita. Mas entre desconhecidos parece bastante ultrajante, visto que implica o não reconhecimento da feminilidade travesti.

No plano do cotidiano e das relações com a família de sangue, cujos laços são percebidos como naturais e indissolúveis, o jogo entre nomeação masculina e lugares femininos na economia doméstica fica mais evidente, e se complica com a parentalidade/filiação no contexto do cuidado com as crianças. Ligeiramente deslizando de um nível ao outro – poderíamos pensar como a lógica distintiva de gênero atua no contexto do parentesco envolvendo as travestis (RUBIN, 1973). Pensar como as normas de gênero operam nas categorias de parentesco nos permite considerar novos arranjos no processo social da afinidade, nos laços de reciprocidade e cuidado.

Cabe destacar que essa questão da ambiguidade se revelou em outros níveis. No casamento de Madona, que, por sua vez, expressa um fato jurídico inédito no contexto da cidade

de Marília, prevalece, em todos os atos jurídicos, sua identidade civil, em contraste com sua apresentação de gênero.

Ela foi a primeira travesti na cidade a ter sua vida conjugal reconhecida pelo Estado, em decorrência da recente ampliação desse direito para casais homossexuais a partir da Resolução 175 de 14 de maio de 2013 do Conselho Nacional de Justiça. Esse assunto nos remete à renovada e forte conotação política, que traz outras dificuldades analíticas, em face do reconhecimento das diferenças e das limitações da cidadania, sobretudo no que diz respeito aos direitos de casamento envolvendo vínculos não heterossexuais, as implicações das tecnologias reprodutivas e filiação (ALMEIDA, 2006). Mas podemos notar, pela cerimônia e pelos documentos lavrados em cartório, que tal assunção não considera sua identidade de gênero relevante. De um ponto de vista legal, naquele ato estavam presentes dois homens, que assim foram nomeados. Mas de um ponto de vista nativo, Madona, além de expressar sua feminilidade, por meio de seu corpo, gestos, vestimenta e atitudes, adicionou ao seu nome civil masculino o sobrenome do marido, algo comum em casamentos heterossexuais.

Quando questionada sobre as mudanças que observamos Madona operar em sua vida, da prostituição ao lar, ela nos conta que, de início, o fator fundamental de mudança foi a entrada das crianças em sua vida, algo que ocorreu de maneira abrupta e até mesmo forçosa, para o qual não se sentia devidamente preparada. Com o tempo, foi conformando seus interesses aos das crianças, aprendendo a contornar momentos muito estressantes, a abdicação da vida social, de sair para se divertir e conversar com as colegas da noite. Mas, ainda que diante de todos esses custos, não trocava sua situação atual pela anterior, pois nunca existirá, na sua concepção, um amor incondicional, como o das crianças para ela; amor este que nem família de origem, nem colegas, nem mesmo seu atual marido poderiam dar a ela. Veremos aqui todos os efeitos de uma concepção idealizada de amor materno (BADINTER, 1985).

Reconhecendo as dificuldades quando assumiu os cuidados das crianças, revela que a vida na prostituição era, de algum modo, prazerosa, pois tinha “mais dinheiro, mais luxo, mais sacanagem, mais diversão”. Entretanto, não tinha o carinho, a estabilidade, o conforto e o amor, como hoje com suas crianças e seu parceiro; e que por isso tudo não se arrepende e tem hoje “mais maturidade do que na época em que vivia de vaidades e da prostituição”.

Essa narrativa, operando uma dimensão purificadora e normalizadora por meio do cuidado das crianças, aparece em várias pesquisas que demonstraram, em relação aos casais homossexuais, uma sobreposição da identidade de paternidade a da sexualidade e o afastamento das vivências nos locais de sociabilidade estigmatizadas (GROSSI, 2003; MELLO, 2005).

Outro aspecto que podemos destacar é que a experiência de Madona contesta, em parte, o destino à exclusão familiar e a solidão, e como são estruturadas novas possibilidades de relações baseadas nos cuidados e afetos. Essas possibilidades permitem acenar que, em lugar de desafiar convenções de matrimônio, a reprodução e família, algumas travestis mais velhas têm construído, por meio desses arranjos, projetos de vida mais alentadores, em relação às orientações que operam com violência a reprodução da heteronormatividade, recorrentemente expulsando-as dessas possibilidades, influenciando de maneira perniciosa as imagens de futuro, como a solidão e o abandono.

Considerações finais

Buscando analisar os significados atribuídos ao envelhecimento e às experiências geracionais das travestis, aproximamo-nos de suas trajetórias, problematizando-as como efeitos, não acabados e sempre em processo, de uma trama complexa de interações e relacionamentos substantivos, sem deixar de considerar suas capacidades de atuação, agência e intencionalidades.

Assim, fomos levados a perseguir variadas relações que suas narrativas evocam, ao mesmo tempo em que revelam regiões da experiência tomadas como objeto de reflexão e inquietação em relação à maneira de se conduzir, dando destaque às suas preocupações éticas.

Suas narrativas evocam as relações com agentes de prevenção e as injunções do dispositivo de aids – o que cerca a sexualidade, seus prazeres e perigos; relações com tecnologias de modificação corporal, envolvendo concepções de gênero, beleza e regimes de saúde; relações constituídas na trajetória da prostituição, especialmente com as travestis mais jovens, com as possibilidades abertas pelas relações de amizade, mas também inquietações em relação à centralidade da atividade para a sobrevivência e às tensões com a depreciação erótica relacionada ao envelhecimento. Também vimos relações que evocam tipos de vínculos pessoais, familiares, amigáveis e afetivos, que oferecem horizontes para autorrealização de si.

Buscamos dar destaque às práticas reflexivas e voluntárias que determinam para si próprias as regras de conduta e buscam modificar a forma singular de se conduzir diante de um contexto dinâmico de interpelações e mudanças históricas. Essas relações são constitutivas de experiências e dos assuntos morais de suas próprias ações (FOUCAULT, 2006a) traduzindo-se em sistemas práticos, condicionados historicamente, a partir dos quais elas foram levadas a exercer, sobre si mesmas, uma inquietude de si.

Essas inquietudes, por sua vez, mostraram-se interessantes para pensar as gerações em sua dinamicidade e em relação simultânea com o desenvolvimento de artes da existência, aglutinadas a partir de tecnologias e saberes, os quais também são objetos de relações intergeracionais, postos em evidência por meio de processos de transmissão e de influência recíproca entre as gerações.

Seguindo as trilhas acenadas por Mannheim (1982), que apontam para a convivência simultânea de várias gerações e de pessoas de diferentes idades – para as quais o mesmo tempo é um tempo diferente –, fomos levados a pensar o tempo do agora como não homogêneo e não linear, mas plural e poroso, em que se defrontam diferentes tempos em ebulição.

A partir da perspectiva das travestis mais velhas, o tempo do agora se mostra um tempo de ruínas e edifícios novos, que dificultam o estabelecimento de fronteiras definidas e periodizações claras e distintas entre as gerações. Apontam para uma interpretação de um presente carregado de eventos, condutas, instituições que consideram próprias para esse momento e aquelas que são vistas como anacrônicas e antiquadas. E neste sentido elas também têm algo a nos contar sobre o engajamento próprio diante as mudanças e uma perspicácia diante o intempestivo do agora. Talvez possamos aventar que, na sua inatualidade e anacronismos, as travestis mais velhas sejam capazes de enxergar no escuro e nas trevas do presente (AGAMBEN, 2009). Envolvidas pela constante irrupção de novas portadoras da cultura e a saída de antigas, emerge uma memória e uma experiência, que vai sendo retrabalhada ao longo do tempo, em meio às interações entre indivíduos que estiveram expostos a diferentes eventos e situações no tempo social (MANNHEIM, 1982).

Mas, se podemos insistir, com alguma cautela, que a idade favorece essa perspicácia em relação ao presente, como a posse de uma habilidade e conhecimento específico para a gestão de suas vidas, não se pode dizer que os desafios impostos ao longo do curso de vida sejam contornados ou superados com facilidade ou desenvoltura, pois esbarram certamente nos limites impostos por uma sociedade que as tratam como vidas que não têm valor, vidas nuas, que não merecem ser vividas (BUTLER, 2002; 2015. AGAMBEN, 2002).

As travestis são constantemente perseguidas por fantasmas da violência, da insegurança, do futuro incerto. Refletindo sobre temas e preocupações incorporadas à velhice LGBT, especialmente a partir do Canadá e dos Estados Unidos, Brian De Vries (2015) evidenciou as pressões e os estigmas vivenciados, em um contexto heteronormativo, pelas pessoas idosas LGBT e o modo como isso pode ocasionar danos e problemas ao bem-estar físico e psicológico. Guardadas as distâncias de contexto, podemos evidenciar entre as travestis diferentes impactos da discriminação e do preconceito em suas existências, além de uma maior vulnerabilidade. Tais questões se mostram em uma baixa expectativa de vida, nos processos de exclusão e vitimização associados à baixa escolaridade, à pobreza, à violência, à saúde desprotegida. Brian de Vries (2015), a partir de estudos que abordam tais manifestações, sugere como a expressão do estigma e da discriminação apresenta vínculos possíveis de tradução de estresse e depressão. Algo que Pelúcio (2009) e Peres (2011) observaram para o caso das travestis brasileiras. Esse contexto favorece uma particularidade no processo de envelhecimento, impondo contundentes pressões e desafios.

Assim, o marco etário para o envelhecimento entre as travestis costuma ser incongruente (pode referir-se a pessoas com menos de 40 anos ou 50 anos ou mais). As grades de idades

como categorias políticas, históricas e contingentes são acionadas no plano das experiências e atitudes dos sujeitos interpelados por uma maquinária que se constitui em um dispositivo complexo de regulação e controle (POCAHY, 2011a, 2011b).

Nota-se que a idade é uma dimensão particularmente interessante para o quadro jurídico da cidadania e para os dispositivos de controle populacionais (DEBERT, 2012; FOUCAULT, 2005a). Dimensões essas envoltas de uma regulação heteronormativa o tempo todo, instituindo padrões hegemônicos que são reinterpretados e experimentados pelas travestis, às vezes de maneira perniciosa e excludente; por exemplo, quando tomamos em perspectiva instituições como a proteção da saúde e a aposentadoria na velhice. Assim, podemos acrescentar que diante do envelhecimento de travestis operam sentidos e formas de organizar o tempo, que se defrontam e colocam questões às formas normativas e hegemônicas de vivenciar o tempo e as instituições forjadas no contexto heteronormativo (SOLANA, 2015, p. 177).

As inquietações com o envelhecimento traduzem-se de forma especial no controle das aparências, particularmente no mercado do sexo – onde elas experimentam as injunções da juventude valorizada erótica e esteticamente –, não sendo incomum a adesão a discursos que visam postergar as marcas da idade, por meio de esforços e disfarces que as rejuvenescem cotidianamente, mas que guardam ambivalências, mesmo diante de seus alegados menos anos, devido aos maus-tratos, à vida difícil e à paulatina desvalorização erótica no mercado do sexo. A idade que avança joga em crescente tensão com a relevância da prostituição em suas vidas.

As preocupações e os problemas relatados em relação ao envelhecimento dizem respeito também à saúde, e têm um papel muito importante e profundo em suas vidas. A aids é um caso particularmente inquietante, afetando desproporcionalmente as travestis. Podemos observar os desdobramentos da enfermidade no curso de vida de nossas interlocutoras, que passaram a lidar com intervenções na área de saúde, que ora reforçaram estigmas ora ampliaram o horizonte de reconhecimento, com a conquista de direitos e o desenvolvimento de estratégias de cuidado e prevenção. Por meio das respostas oficiais para a epidemia de aids, e também a partir do engajamento político de ativismos ligados à aids e ao movimento LGBT, pudemos observar a ampliação do acesso aos serviços de saúde, ainda que não totalmente preparados para as questões de saúde observadas por elas.

Inquéritos de mais amplo alcance começam a ser desenvolvidos com as travestis (Veras, s.d.), e retratam, em dados preliminares, indicadores muito precários que mostram as exclusões e uma alarmante vulnerabilidade, seja da perspectiva dos indicadores socioeconômicos, seja da perspectiva do conhecimento e acesso às políticas públicas, na área de educação e saúde: uma contundente experiência do estigma e da violência, que revela uma das facetas contraditórias

da biopolítica vigente, que tomam as travestis como corpos a serem eliminados por uma engenharia social, que se ramifica no próprio Estado.

Certamente essas não são preocupações exclusivas das travestis na sociedade brasileira. Porém, cabe ressaltar suas ênfases especialmente atemorizantes em um contexto no qual não dispõem de instituições, cuidadores e redes de proteção significativas. Questões como a debilidade da saúde, a dificuldade de angariar renda no mercado do sexo, a violência e o uso do crack, a falta de moradia, entre outras, revelam um contexto institucional de proteção bastante frágil.

A epidemia de hiv e aids continua central nas respostas públicas para as exclusões a que estão submetidas. Vimos no primeiro capítulo que por meio da aids foram articuladas redes de solidariedade, engajamentos políticos que foram delineando paulatinamente uma identidade coletiva e intervenções na área de saúde, processos que levaram a cabo uma inquietude de si que se revela em regimes de saúde, autoperitagem e cuidado de si. No contexto das travestis que vivem e envelhecem com aids, vimos fissuras serem abertas nas malhas institucionais, permitindo a elas o acesso a benefícios de proteção social, traduzindo em um modo mais consciente de agenciar direitos conquistados para além da saúde, como, por exemplo, na área da educação e da assistência social.

Contudo, mesmo após longos anos de desenvolvimento de estratégias, vimos também que a preocupação com a epidemia não arrefeceu as fragilidades e vulnerabilidades a que estão expostas. Se tomarmos como exemplo o caso de Marília, chama-nos atenção a desmobilização das malhas institucionais de prevenção ligadas a aids; um processo mais amplo que Seffner e Parker (2016) discorrem para o cenário nacional brasileiro, chamando atenção para a potencialidade das experiências de solidariedade que se construíram em torno da aids e um conjunto de torções e embates políticos contemporâneos que descartam essas potencialidades, assim como não podemos menosprezar dados mais gerais, que apontam um recrudescimento da epidemia de hiv, aids, sífilis entre jovens homossexuais e a persistência de características de uma epidemia concentrada.

As preocupações com o corpo e as tecnologias de transformação corporal, como uso de hormônios e silicone industrial, também remetem às preocupações com a saúde no processo de envelhecimento. Além disso, mostra-se um tema interessante para pensarmos nas hesitações sobre seus usos no presente e a estética desejada pelas travestis mais jovens.

Partindo das reflexões de Judith Butler (2003) sobre o modo como as normas de gênero são mantidas e constituídas no âmbito de uma temporalidade socialmente constituída, vimos que o corpo e o gênero adquirem materialidade, associado a todo um conjunto de discursos e

saberes, que forjam um regime de verdade, historicamente constituído, que delas são solicitadas determinadas condutas, mas também oferece a ocasião para propor uma organização nova a partir da interpretação.

Sem desconsiderar que no relacionamento entre as travestis mais jovens e mais velhas ambas exercem influências recíprocas umas sobre as outras, quando tomamos em perspectiva o ato de se contar e se aconselhar da perspectiva das mais velhas, emergem práticas e experiências forjadas em um tempo qualitativamente interpretado, que acentua, no mesmo momento histórico em que se defrontam, a produção de sentidos específicos de pertencimento geracional, mas também uma certa perspicácia para a interpretação do presente. Um mundo povoado por distintas temporalidades do agora se revela nas narrativas sobre os tempos passado e presente, elucidando permanências e mudanças relacionadas à experiência geracionais e de envelhecimento.

Notamos que um dos traços dessa atitude pode ser observado por meio dos conselhos. Conselhos estes que falam sobre os acontecimentos, impregnados da vida e daquilo que dela é oferecido como experiência às jovens ouvintes. Os conselhos surgem como reconstrução do passado a partir de uma problematização que se realiza na atualidade. Neste sentido, o passado não é simplesmente algo que aconteceu, mas algo que se faz importante em sua atualização no presente como campo de problematização da experiência, reconstruída pelo questionamento que se faz dela, ao mesmo tempo em que a insere em um fluxo da temporalidade, em que o presente imediato adquire sentido (CARDOSO, 2013).

Problematizando a narração na cultura contemporânea, Benjamin (1980, p. 59) apontou que o conselho implica uma história que pode ser dita, ancorada nas experiências constitutivas de quem se abre a dar e recebê-lo. O conselho estabelece a possibilidade de transmissão da experiência como um anel, de geração em geração (BENJAMIN, 1987, p.114; CARDOSO, 2013, p. 255), que podem ser retomadas e transformadas a partir da situação.

(...)Tais experiências nos foram transmitidas, de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos: “Ele é muito jovem, em breve poderá compreender”. Ou, “Um dia ainda compreenderá”. Sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a pais e netos. Que foi feito de tudo isso? Quem ainda encontra pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado hoje, com um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência? (BENJAMIN, 1987, p.114)

O conselho, em seus múltiplos desenvolvimentos possíveis, nas suas hesitações e inquietudes, insere a memória e a experiência na dinâmica da ressignificação em um espaço aberto a novos sentidos. O conselho põe em contato algo importante, um repertório e um patrimônio transmitido e compartilhado, em um contexto particular de interação e descoberta permanente com o outro, produzindo também mudanças de atitude, ensinando aquilo que é útil e descartando aquilo que é considerado perigoso e desnecessário no presente (MANNHEIM, 1982, p. 76).

Os conselhos das travestis mais velhas para as mais jovens, no que tange às tecnologias de mudança corporal, ganham uma nova e contundente dimensão quando se defrontam com os anseios de construir um corpo com perfeição e beleza feminina, expondo saberes sobre o modo satisfatório de cuidar de si para obter a estética desejada, mas também seus riscos, vividos na própria carne, que sinalizam para uma interpretação nova das convenções relativas a essas práticas, esboçando, deste modo, diferenças geracionais, instigando as mais jovens a se apropriarem de tecnologias menos invasivas para obterem a estética desejada.

A feminilidade experimentada pelas travestis corresponde a uma maneira peculiar de se estabelecer cuidados consigo, forjando rotinas corporais. Essas rotinas corporais, para a maioria de nossas interlocutoras, são vividas intensamente e aguçam-se em meio às relações de poder que as sexualizam para o mercado do sexo. Contudo, vimos que a organização desse tempo vivido entre as travestis se dá em torno de uma reiteração da feminilidade, mas que lida com a materialidade de seus corpos e os discursos sobre suas masculinidades, o que forja um trânsito entre masculinidade e feminilidade, tendendo a tornar a ambivalência e ambiguidade uma marca constante em suas vidas, que não cessa, nem necessariamente se “resolve” no envelhecimento. Essas questões se aguçam especialmente em relação às possibilidades de desregulação dessas rotinas, motivados a contornar os danos provocados pelo estigma, a vergonha, a degradação da saúde, as dificuldades econômicas, por amparo religiosos e outras morais que levam a processos de “desconstrução da feminilidade travesti”, como aponta Nogueira (2013). Um processo que guarda também ambivalências e remete aos esforços para reiteração de padrões de masculinidade, nem sempre alcançados na experiência cotidiana de pessoas marcadas por trajetórias de gênero e de sexualidade dissidentes.

Por outro lado, vimos que as travestis têm vivenciado processos de exclusão e estigmatização que se ligam, inquietantemente, no presente, aos usos do *crack*, o que, por vezes, remete à “degradação” da feminilidade. O uso do *crack* é potencialmente danoso em variados aspectos para as travestis. É possível reconhecer como ele correlaciona-se com a existência precária no mercado do sexo, na capacidade de gerir uma casa – muitas vezes levando-as a

morar na rua – e em outros possíveis aspectos do cotidiano, como a violência e os danos à saúde, acenando para destinos trágicos e breves. Além disso, leva a uma desregulação das rotinas corporais que sustentam o gênero, que elas despenderam tantos esforços para construir, alimentando processos de exclusão no mercado do sexo. Por outro lado, os modelos vigentes de atenção pública à questão tampouco têm apresentado soluções que atendam as necessidades das travestis. O que o campo nos mostrou para o caso do uso do *crack* é a importância da reatualização dos laços familiares e de amizade para a recuperação e o apoio para superar a abjeção ligada ao uso da droga.

Um retorno à casa e as várias atividades a elas referidas marcam especialmente as trajetórias de nossas interlocutoras consideradas mais velhas, seja como provedoras de cuidados, passando a cuidar dos entes mais velhos, dos pais e mães, das crianças, de seus amantes e também de suas amigas, que podem se tornar “filhas” ou ainda agenciadas no mercado do sexo.

No que diz respeito às relações de amizade, as fronteiras entre a casa e a rua ficam especialmente porosas, embora uma sobreposição do recolhimento à casa em relação à dimensão pública da sociabilidade de rua opere com o envelhecimento travesti. Por vezes, ambas as dimensões podem ser envoltas do domínio investido pelas travestis mais velhas, abarcados pela prática da “cafetinagem”, do “amadrinhamento” ou o desenvolvimento de outras atividades, como as “bombadeiras”. Seguindo essas trilhas e percorrendo os traçados que são conformados em diferentes momentos do curso de vida das nossas interlocutoras, vimos mapas simbólicos e redes de amizade se constituírem em torno dessas práticas e em dimensões geográficas e temporais diversas.

Esse tecido relacional aponta para uma valorização da amizade, especialmente sua capacidade de estilizar a conduta na presença do outro, mas em um jogo tênue, em que pode ocorrer a submissão e pairar uma desconfiança geral entre amigas, pois suas relações são permeadas de elementos complexos, que se entrelaçam, como afeto e dinheiro, violência e autoridade, movimentos que revelam a vitalidade, as tensões e contingências dessas relações.

Os vínculos estabelecidos entre as travestis podem ser vistos como a construção de uma rede social de apoio mútuo, que favorece a gestão dos riscos e das vulnerabilidades a que estão expostas, podendo ser interpretadas à luz da noção de família. Neste sentido, cabe destacar as reflexões antropológicas que procuram afastar da ideia de família a oposição da esfera biológica e social, chamando atenção para as variadas forças sociais que envolvem diferentes personagens na participação íntima e duradoura que incide em conexões e vínculos considerados familiares (MELLO, 205; FONSECA, 2008; WESTON, 1991; CARSTEN, 2014).

Em relação às famílias de origem, por sua vez, a ideia de uma degradação dos laços e de um rompimento ou afastamento suscitado pela heteronormatividade vai sendo retrabalhada ao longo do tempo e exposta a uma relativização, com a reatualização dos vínculos. Nesse sentido, vimos que para algumas de nossas interlocutoras o retorno à casa e os vínculos sentimentais e de cuidados a ela referidas ganham enorme relevância. Muitas vezes, esses vínculos remetem a suas trajetórias de ascensão na gestão e organização da vida familiar, apontando para a importância das relações de cuidado com os familiares, como provedoras de recursos, que vão da aquisição da casa da mãe à dedicação a afazeres domésticos; como cuidadoras de mães e pais envelhecidos, além de potenciais cuidadoras das crianças. Igualmente, podemos notar uma redefinição do vocabulário amoroso, relacional e familista, abarcando os vínculos de intimidade com os parceiros e amantes.

Ao notar como elas dedicam-se de forma engajada aos relacionamentos com amigos, amantes e familiares, encontramos evidências de que elas têm uma maior probabilidade de serem investidas na posição de cuidadoras, e uma menor evidência de proporcionalidade, que se materializa nas preocupações sobre a autonomia de conduzirem suas vidas no processo de envelhecimento, o medo da dependência de outros, e até mesmo de abandono e solidão.

Não obstante, podemos dizer que elas têm vivido as oportunidades que também são parte integrante das experiências identitárias – o desafio de celebrar a si e a um conjunto de vínculos significativos, mesmo que de uma posição marginal, libertam-nas, por assim dizer, de roteiros de um processo de envelhecimento sombrio, de solidão e abjeção. Em suas narrativas, há margem para que possam ser autoras de seus diferentes destinos, apesar dos constrangimentos postos pela sua posição comum de vulnerabilidade.

Essas experiências e narrativas reforçam que as crises e os infortúnios ao longo da vida acentuam, especialmente em relação ao envelhecimento, a ideia de uma conquista. Buscando margens e fissuras em uma ordem social excludente, buscam, de modo engajado, construir uma imagem positiva de si como condutoras de suas próprias vidas. Contudo, antagonismos entre uma visão pessimista e temerosa sobre o envelhecimento e outra que enfatiza as conquistas, as marcas de respeitabilidade, maturidade, entre outros significados positivos coexistem e acenam para as referências ambivalentes sobre o assunto.

Por isso, ao longo desta tese, procuramos montar um quadro com diferentes possibilidades postas pela dinâmica do curso da vida das travestis, enfatizando os processos em que elas se defrontam com o desafio e o imperativo de reinventar a própria vida e seus próprios mundos. Perseguindo as narrativas e as interpretações nativas do envelhecimento, fomos levados a trabalhar as diversas relações que elas evocam, em seu caráter experiencial ou vivido,

que remetem a conteúdos específicos e também à ideia de um tempo em que se passa algo importante, em que surgem oportunidades e expectativas para conduzirem a própria existência.

O envelhecimento entre travestis é cercado de constrangimentos das injunções do poder e de variados perigos. Contudo, vimos que elas também se esforçam para suportar as variadas pressões a que estão submetidas, em busca de uma realização de si. Em suas batalhas particulares pela sobrevivência, o envelhecimento exige uma agonística consigo, um modo de buscar viver e também de produzir a si mesmo, onde os limites da própria existência e as potencialidades na continuação da vida são explorados.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Editora Argos, 2009.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas- SP, 2014.

ALMEIDA, Miguel Vale de. O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre ‘gentes remotas e estranhas’ numa ‘sociedade decente’. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 76, 2006. p. 11-35.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si**: Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século Eds., 2000.

ANDRADE, Goulart de. **Casa de Bartô: Aplicação de Silicone Industrial em Travestis**, 1985. Disponível no YouTube. Arquivo Transformista. https://www.youtube.com/channel/UCzivMmP-yTtr9E1Wm0jZ_w. Acesso em 05/06/2017.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2016.

ANTENORE, ARMANDO. A vez de Andrea. Sobre o direito de morrer como travesti. **Revista Piaui**. Ed. 125, fev/2016 Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vez-de-andrea/>

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?**. São Paulo: Annablume, 2013.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva (Rio de Janeiro)**, v.19, n.1, p.15-40, 2009.

ARIÉS, P. & BÉJIN, A. (orgs.). **Sexualidades ocidentais**: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AUGUSTO, Maria Oliva. COSTA, Olavo Viana. Uma escolha trágica: saúde ou assistência médica? **São Paulo em Perspectiva (São Paulo)**. v.9(3), p.94- 100, 1995.

AYRES, José Ricardo de C. M. **Sobre o risco**: para compreender sobre a epidemiologia. São Paulo: Hucitec, 1997.

AYRES, José Ricardo de C.M. *et. al.* Vulnerabilidade e prevenção em tempos de aids. In: BARBOSA, Regina Maria. (Org). **Sexualidades pelo Averso. Direitos, Identidades e Poder**. Rio de Janeiro. IMS/UERJ. São Paulo: Editora 34, 1999.

BADINTER, Elisabeth. **O amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, B. C. **Imaginando trans: saberes e ativismos em torno de regulações das transformações corporais de sexo**. Tese (Ciência Social- Antropologia) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARBOSA, Bruno Cesar. O Brasil 'travesti': percursos e percalços das noções de travesti e transexual. **História Agora**, v. 16, p. 5-33, 2013.

BARBOZA, Renato. **Gestão do Programa Estadual DST/Aids de São Paulo: uma análise do processo de descentralização das ações no período de 1994 a 2003**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. São Paulo, 2006.

BARREDA, Victoria. ISNARDI. Prevención de VIH y travestismo: un escenario de categorías en crisis. In: CÁCERES, Carlos F.; CAREAGA, Gloria, FRASCA, Tim, PECHENY, Mario. **Sexualidad, Estigma y Derechos Humanos: Desafíos para el acceso a la salud en América Latina**. Lima: FASPA/UPCH, 2006. pp. 167-176

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 52, 2006, pp.109-132.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. P.113-168. In: BARROS, M. M. L. (org) **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.

BECKER, Howard S. A História de vida e o mosaico científico. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENJAMIN, Walter. Experiencia e pobreza. In: **Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. O narrador: observações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: **Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas. Os Pensadores**: São Paulo: Abril Cultural, 1980.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona, Içaria, 2002. p.229-257. Apud MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a questão das diferenças. In: CONGRESSO DE LEITURA NO BRASIL, (COLE) 16, Campinas. **Anais**. Campinas: ALB Associação de Leitura do Brasil, v. 1. p. 1-19. 2007c.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, jan/jun., p. 329-376, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Manual de redução de danos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de DST e Aids. Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Projeto Somos Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2008b.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del sexo**. Buenos Aires: Libreria Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, 21, 2003b. p.219-260.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CANESQUI, Ana Maria (Org.). **Ciências Sociais e saúde**. São Paulo: Hucitec, Abrasco, 1995

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. (2ª edição). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013.

CARDOZO, Fernanda. Performatividades de gênero, performatividades de parentesco: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. In: GROSSI M. *et al.* (org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.233-251.

CARRARA, S. & SIMOES, J. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, 2007.

CARRARA, S. VIANNA, A. R. B. “As vítimas do desejo”: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: PISCITELLI, A. *et al.* **Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.365-83.

CARRARA, S. VIANNA, A. R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis**. 2006, v.16, n.2, p.233-49.

CARRARA, S; RAMOS, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis**. 2006, v.16, n.2, p.185-205.

CARRARA, Sérgio. **Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo**. Mana, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, Aug. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200323&lng=en&nrm=iso>. access on 23 July 2017.

CARRARA, Sergio; CARVALHO, Mario. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, núm. 14, agosto-, 2013, p. 319-351.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCAR – R@U** 6 (2), jul/dez.2014:103-118.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CASTLE, Terry. A cultura do travesti. Sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século XVIII. IN: ROUSSEAU, G. S. PORTER, Roy. (Orgs). **Submundos do sexo no Iluminismo**. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

CHAMMÉ, Sebastião Jorge. Modos e modas da doença e do corpo. **Saúde e Sociedade**, v. 5, n. 2, 1996, pp. 61-76.

CHAMMÉ, Sebastião Jorge. **Saúde: um processo em constante construção**. Tese (Livre-Docência em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and the Rockers**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (direção). **História do Corpo: As mutações do olhar: O século XX**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Cicera Glaudiane Holanda. **Travestilidades: incursões sobre envelhecimento a partir das trajetórias de vida de travestis da cidade do Recife**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2013.

DE LA DEHESA, Rafael. **Incursiones queer en la esfera pública. Movimientos por los derechos sexuales en México y Brasil**. Universidad Nacional Autónoma de México Programa Universitario De Estudios de Género, Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, Sexuality Policy Watch, México, 2015.

De LAURETIS, Teresa: "A Tecnologia do Gênero". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e Impasses - O Feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

DE VRIES, Brian. LGBT en la segunda mitad de la vida: Cuestiones Psicológicas, Sociales y Físicas. In: ROQUÉ, Mónica Laura (org). **Seminario Internacional sobre Género y diversidad sexual en la vejez**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Mónica Laura Roqué, 2015.

DEBERT, Guita G.. BRIGEIRO, Mauro. Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27 n. 80 out-2012. P.37-54.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. DEBERT, G. **Antropologia e velhice**. Textos didáticos. Campinas, IFCH-Unicamp, 1 (13): P.7-27, 1994b.

DEBERT, Guita Grin. SIMÕES, Julio Assis. A aposentadoria e a invenção da “terceira idade”. In: DEBERT, G. **Antropologia e velhice**. Textos didáticos. Campinas, IFCH-Unicamp, 1 (13): P.29-44, 1994.

DEBERT, Guita Grin.. Envelhecimento e curso de vida. In: **Revistas Estudos Feministas**. v. 5, nº. 1. Florianópolis. 1994a.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DENIZART, H. **Engenharia Erótica – Travestis no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUARTE, G. de O. **O ‘Bloco das Irenes’: articulações entre amizade, homossexualidade(s), e o processo de envelhecimento**. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DUARTE, Luis Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Brasília: CNPq, 1986.

DUARTE, Luiz F. D.; BARSTED, Leila; TAULOIS, Maria R. & GARCIA, Maria H. "Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 22(1), 1993, pp.5-19.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens**. Desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAUBION, James D. Foucault and the Genealogy of Ethics. Didier Fassin(org.) **A Companion to Moral Anthropology**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

FEATHERSTONE, M. O curso de vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento. In: DEBERT, G. **Antropologia e velhice**. Textos Didáticos. Campinas, IFCH-Unicamp, 1 (13):, 1994, pp.49-71.

FONSECA, Claudia. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 16(3):424, setembro-dezembro. 2008.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: **Microfísica do poder**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989b. pp.277-295

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 1**. A vontade de saber. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005 a.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 (b).

FOUCAULT, Michel. **Da amizade como modo de vida**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento do original: De l'amitié comme mode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. Le Bitoux, publicada no jornal GaiPied, n.25, abr. de 1981, p.38-39. Disponível em <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>>. Acesso em 30 jun. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006 (a).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005 (b).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989c. p. 15-37.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault entrevistado por Hubert Dreyfus e Paul Rabinow. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P -251-292.

FRANÇA, Isadora Lins. Sobre "guetos" e "rótulos": tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, 2007.

FRY; MACRAE. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRY, Peter; CARRARA, Sérgio. "Se oriente, rapaz!": Onde ficam os antropólogos em relação a pastores, geneticistas e tantos "outros" na controvérsia sobre as causas da homossexualidade?. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 59, n. 1, p. 258-280, June 2016. ISSN 1678-9857. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/116920>>. Acesso em: 01 aug. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2016.116920>.

GAGNON, John H. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GALVÃO, Jane. **Aids no Brasil. A agenda de construção de uma epidemia**. Rio de Janeiro: ABIA: São Paulo: Ed. 34, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, A. **A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GOFFMAN, E. **A Representação do eu na vida cotidiana**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

GONTIJO, Fabiano de Souza; COSTA, Francisca Célia da Silva. "Ser Traveco é Melhor que Mulher?": considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. **Bagoas – estudos gays: gêneros e sexualidades**, n. 08, 2012, p. 171-186.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo. (org..) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p.613-661.

GROSSIM. et al. (org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GROSSI, Miriam Pilar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos Pagu**. 21, 2003. p. 261-280.

GUIMARÃES, Carmem Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HALBERSTAM, J. **In a Queer Time and Place. Transgender Bodies, Subcultural Lives**. Nova York: New York University Press, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HAREVEN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. **Cadernos Pagu** (13) 1999, p. 11-35.

HEILBORN, M. **Dois é par**: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HEILBORN, M. L. & SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS, DF: CAPES, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza [et al.] **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

HENNING, C. E. **Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

HENNING, C. E.; DEBERT, G. G. Velhice, gênero e sexualidade: revisando debates e apresentando tendências contemporâneas. In: **Mais 60 – Estudos sobre Envelhecimento**. V 26 , N 63, Dez 2015, p. 8 - 31

HENNING, Carlos Eduardo. “Na minha época não tinha escapatória”: teleologias, temporalidades e heteronormatividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 46, p. 341-371, jun. 2016. ISSN 1809-4449. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645912>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

HENNING, Carlos Eduardo. **Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”**. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 283-323, Apr. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832017000100283&lng=en&nrm=iso>. access on 29 July 2017.

KERRY DOS SANTOS, D. **Modos de vida e processos de subjetivação na experiência de envelhecimento entre homens homossexuais na cidade de Florianópolis/SC**. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LACOMBE, A. **Ler[se] nas entrelinhas: sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins**. Tese (Doutorado em Antropologia Social)– Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LAFFOND, Jorge. **Vera Verão: bofes & babados**. Rio de Janeiro: CC&P Editores, 1999.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LEITE JR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.

LIMA, T. G. **Tornar-se velho: o olhar da mulher homossexual**. 2006. Dissertação (Mestrado em Gerontologia)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACRAE, E. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualístico. In: SEIBEL, S. D. e TOSCANO JR., A. **Dependência de drogas**. São Paulo, Editora Atheneu, 2001. p. 25-34

MACRAE, Edward. Prefacio. MACRAE, Edward. [et. Al] (org). **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2013.p. 11-26

MANN, J. M., TARANTOLA, D., NETTER, T. W. **A aids no mundo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. **Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARÍLIA. DOMM. **Diário Oficial do Município de Marília**. 776. 28 de julho de 2012. p. 7 a 9.

MAUSS, M. As técnicas corporais. IN: MAUSS. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp/Epu, 1974.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial. Raça, travestismo e o culto da domesticidade. **Cadernos Pagu**. V. 20, 2003, pp.7-85.

MEAD, Margaret. **Adolescência e cultura em Samoa**. Barcelona: PAIDOS IBERICA, 1990.

MELLO, Luiz. Novas Famílias. **Conjugalidade Homossexual no Brasil Contemporâneo**. Garamond: Rio de Janeiro, 2005.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de, PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n.9 - dec. 2011 - pp.7-28.

MISKOLCI, R. & SIMOES, J. A. Apresentação: Sexualidades disparatadas. Dossiê Sexualidades Disparatadas. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, 2007.

MISKOLCI, R. Corpos elétricos: do assujeitamento a estética da existência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14 (3): 272, p. 681 – 693, Setembro – dezembro 2006.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu** (Campinas), n.28, 2007b.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

MORAES, A. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 213-233, jul./dez. 2010.

MOTA, M. P. Homossexualidade e envelhecimento: algumas reflexões no campo da experiência. **SINAIS**, Vitória, v. 1, n. 6, p. 26-51, dez. 2009.

MOTTA, Flávia de Mattos. **Velha é a vovozinha: identidade feminina na velhice**. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), UFRGS, Porto Alegre, 1990.

NERI, Anita Liberalesco. **Envelhecer num país de jovens**. Significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

NEXO JORNAL. **“Como a Lei Maria da Penha serviu para proteger uma travesti da própria mãe”**. 8 de junho de 2017. Link para matéria:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/08/Como-a-Lei-Maria-da-Penha-serviu-para-proteger-uma-travesti-da-pr%C3%B3pria-m%C3%A3e>

NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa. **“Mariconas”: itinerários da velhice travesti, (des) montagens e (in) visibilidades**. Tese de Doutorado (Sociologia), UFPB, João Pessoa, 2013.

OCHOA, Marcia. “Sin tetas no hay paraíso”?: hacia una ética corporal transLatina. In: Pelúcio; Souza; Magalhães; Sabatine (orgs). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

OLIVEIRA, N. M. **Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher**. Salvador: Centro Editorial e Didático, 1994.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

ORTEGA, F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. **Interface: Comunic., Saúde, Educ.**, v.8, n.14, p.9-20, set.2003/fev.2004.

PAIVA, C. Corpos/seres que não importam? Sobre homossexuais velhos. **Bagoas**, Natal, n. 4, p. 191-208, 2009.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento social no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PARKER, Richard. **A construção da solidariedade: aids, sexualidade e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

PARKER, Richard. **Na contramão da aids: sexualidade, intervenção, política**. Rio de Janeiro: Abia; São Paulo: Editora 34, 2002.

PARKER, Richard. **Políticas, instituições e aids**. Rio de Janeiro: J. Zahar/Abia, 1997.

PASSAMANI, G. Velhice, homossexualidades e memória: notas de campo no Pantanal sul-matogrossense. In: PASSAMANI, G. (Org.). **(Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual: cursos da vida e gerações**. Campo Grande: Editora UFMS, 2013. p. 121-138.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **Batalha de Confete no "Mar de Xarayés": condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade**. 2015. 1 recurso online (285 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000956575>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

PATRÍCIO, Maria Cecília. **No truque: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras**. Tese de doutorado (Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

PATRÍCIO, Maria Cecília. **Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Envelhecimento e imagem**: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro. São Paulo: Annablume, 2000.

PELÚCIO, L. & MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, 0, abr. 2009.

PELÚCIO, L. Corpos indóceis – a gramática erótica do sexo transnacional e as travestis que desafiam fronteiras. In: SOUZA, L. A. F.; MAGALHÃES, B. R.; SABATINE, T. T.(orgs) **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, pp.105-131.

PELÚCIO, L. DUQUE, T. “...Depois querida, ganharemos o mundo”: reflexões sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para travestis adolescentes, meninos femininos e outras variações. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n.1 jan/jun, 2013. P.10-43.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 25, p. 217-248. 2005.

PEREIRA, Fernanda Censi Queiroz. **Diretrizes político-institucionais do programa de doenças sexualmente transmissíveis e aids do município de Marília, sob a perspectiva do conceito de vulnerabilidade**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem. São Paulo, 2009.

PERES, W. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Tese de doutorado. PPG em Saúde Coletiva- Universidade estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PERES, W. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. IN: SOUZA, L. A. F.; MAGALHÃES, B. R.; SABATINE, T. T.(orgs) **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, pp.69-104.

PERLONGHER, N. O michê é homossexual? Ou a política da identidade. In: TRONCA, I.A. (Org.) **Foucault vivo**. Campinas: Pontes, 1987b.

PERLONGHER, N. **O negócio do Michê**: Prostituição Viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

PERLONGHER, N. **O que é Aids**. São Paulo: Brasiliense, 1987c.

PERLONGHER, N. Territórios marginais. IN: GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo. (org.) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p.263-290.

PISCITELLI, Adriana. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. **Revista Estudos Feministas**. v.6 n°2, 1998, p. 305-322.

PLUMMER, K.. O Tornar-se gay: identidades, ciclos de vida e estilos de vida no mundo homossexual masculino”. In: HART, J & RICHARDSON, D. **Teoria e prática da homossexualidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983 (pp. 127-150).

PLUMMER, K. **Telling sexual stories**: power, change and social worlds. Nova York, Routledge, 1995.

PLUMMER, Ken. Herbert Blumer and the Life History Tradition. IN: Barbara Harrison 2008. **LIFE STORY RESEARCH**. London: SAGE Publications Inc.

POCAHY, Fernando Altair. **Entre vapores e dublagens : dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento**. Tese (doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011a.

POCAHY, Fernando. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero- sexualidade. **PolisePsique**, Vol. 1, Núm e r o T e m á t i c o, pp. 195-211, 2011b. Disponível em : <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/31539/25929>

POLLAK, Michael. **Os homossexuais e a Aids**: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROCHA, R. M. G.; RASEIRA, Emerson Fernando. Sentidos sobre a Amizade entre Travestis: Construção de Repertórios Interpretativos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa Abr-Jun 2015**, Vol. 31 n. 2, pp. 239-247 <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015021853239247>

ROCHA, R. M. G. **Entre o estranho e o afeto: construção de sentidos sobre as relações de amizade entre travestis**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

ROCHA, Rita Martins Godoy; PEREIRA, Débora Letícia; DIAS, Thaísa Magna. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 554-565, june 2013. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/76452/80172>>. Acesso em: 29 July 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/sausoc.v22i2.76452>.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu UNICAMP, n. 21. p. 01-88, 2003.

RUBIN, Gayle. RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo. In: REITER, Rayna (ed.). **Toward an Anthropology of Women**. Nova York: Monthly Review, 1973.

RUI, Tailene. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SABATINE, Thiago Teixeira. **Travestis, territórios e prevenção de aids numa cidade do interior de São Paulo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SABATINE, Thiago Teixeira; SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de. Atos de coragem. Territórios e tensões entre travestis, imprensa e polícia numa cidade do interior de São Paulo. In: PELÚCIO; SOUZA; SABATINE; MAGALHÃES (orgs). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 162-177.

SAGGESE, G. S. R. **Entre perdas e ganhos: homossexualidade masculina, geração e transformação social na cidade de São Paulo**. Tese (Ciência Social- Antropologia) -FFLCH -USP, São Paulo, 2015.

SAGGESE, G. S. R. Homossexualidade masculina, mudança social e geração: observações de um campo em curso. In: PASSAMANI, G. (Org.). **(Contra) pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual: cursos da vida e gerações**. Campo Grande: Editora UFMS, 2013. p. 107-120

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SANT'ANNA. Denise. (ORG.) **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SANT'ANNA. Denise. **Corpos de passagem, ensaios entre a subjetividade contemporânea**. São Paulo: Estação Liberdade. 2001.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. "Elas ensinam a gente": como e porque pensar a amizade nas experiências travestis. **Equatorial**. v. 02, n. 03, 2015, pp. 36-54

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. **Cadernos Pagu**. N.28. Campinas, 2007.

SEFFNER, Fernando; MÜLLER, Magnor Ido. Quem ama sofre, quem sofre luta, quem luta vence: da conjugalidade entre travestis e seus maridos. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 285-295, jul./dez. 2012.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. **Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids**. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 20, n. 57, p. 293-304, June 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832016000200293&lng=en&nrm=iso>. access on 26 July 2017. Epub Feb 16, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0459>.

SEGURADO, R. As novas tecnologias e os impactos no corpo. In: BUENO, M. L.; CASTRO, A. L. (Org.). **Corpo: território da cultura**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 103 - 118.

SILVA, Hélio. **Certas Cariocas: Travestis e vida de rua no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996.

SILVA, Hélio. **Travesti - A invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1993.

SIMÕES, J. A.; CARRARA, S. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cad. Pagu**, Campinas, n.28, p.65-99, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis & FRANÇA, Isadora Lins. Do “gueto” ao mercado. IN: GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo. (org.) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. pp.309-336.

SIMÕES, Júlio Assis. **Entre o lobby e as ruas: movimento de aposentados e politização da aposentadoria** (Tese de doutorado, Unicamp). Campinas, 2000.

SIMÕES, Júlio Assis. FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

SIMÕES, Júlio Assis. **Gerações e identidades homossexuais entre homens: narrativa, tempo, diferença**. Trabalho apresentado na Mesa-redonda “Gênero e gerações nos contextos atuais” – Seminário Fazendo Gênero 10, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade masculina e curso de vida: pensando idades e identidades sexuais. In: Piscitelli, Adriana; Grerori, Maria Filomena; Carrara, Sérgio (orgs). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, [s/d]. p.415-447, 2004.

SIMOES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 75-98, June 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100075&lng=en&nrm=iso>. access on 29 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420075>.

SIMÕES, Júlio Assis; França, Isadora Lins. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, James Naylor, TRINDADE, Ronaldo. (Org.) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p.309-36.

SIQUEIRA, Monica Soares. **Arrasando horrores! Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas**. 530 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) –Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2009.

SIQUEIRA, Monica Soares. Caminhando como senhoras: interações sociais e performatividade de gênero de travestis idosas na cidade do Rio de Janeiro. **Bagoas: estudos gays: gêneros e sexualidades**. V. 9, N. 13 (2015). 151-174 <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9653/6895>

SIQUEIRA, Monica Soares. **Sou Senhora. Um estudo antropológico sobre travestis na velhice**. (Dissertação de Mestrado, UFSC), Florianópolis, 2004.

SOLANA, Mariela Nahir. **Historia y temporalidad en estudios queer Implicaciones ontológicas, y políticas**. Tese (Doutorado em Filosofia) . Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires, 2015.

SOUZA, L. A. F.; MAGALHÃES, B. R.; SABATINE, T. T.(orgs) **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Violência, crime e políticas de segurança pública no Brasil contemporâneo. IN: Souza, Luís Antônio Francisco de (org). Políticas de segurança pública no estado de São Paulo In: **Situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP / Luís Antônio Francisco de Souza (org.)**. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 13-32.

STOLCKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?”. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 20, 1991.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro gênero e na sexualidade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013.

VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena (coordenadora). **Projeto Muriel**. Vulnerabilidades, demandas de saúde e acesso a serviços da população de travestis e transexuais do Estado de São Paulo. Site - <https://www.nudhes.com/resultados-muriel>. Acesso em 24 de julho de 2017. Sem data.

VIGARELLO, Georges. **História da beleza**. O corpo e arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.

WESTON, Kath. **Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship**. New York: Columbia University Press, 1991.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WOLF, Eric R. **Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas**. Textos de Aula. Antropologia 7. Universidade de Brasília, 1974.

ZAMBONI, Márcio. **Herança, distinção e desejo: homossexualidade em camadas altas na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). -FFLCH -USP, São Paulo, 2014.

ZAMBONI, Márcio. **Interloquções da dor: a epidemia de hiv/aids na perspectiva de mulheres homossexuais**. Revista Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades. V. 9, N. 13, 2015. p. 133-150.